



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Teoria Literária e Literaturas

Programa de Pós-Graduação em Literatura

Andreia Pereira da Silva

MEMÓRIA, TESTEMUNHO E RESISTÊNCIA EM XANANA GUSMÃO

Uma leitura da história do Timor-Leste a partir dos poemas de *Mar Meu*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Doutorado em Literatura.

Orientador: Prof^o Dr. Alexandre Simões Pilati.

Brasília – DF

2019

Andreia Pereira da Silva

MEMÓRIA, TESTEMUNHO E RESISTÊNCIA EM XANANA GUSMÃO

Uma leitura da história do Timor-Leste a partir dos poemas de *Mar Meu*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Doutorado em Literatura.

Orientador: Prof^o Dr. Alexandre Simões Pilati.

Aprovada em 30/08/2019.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Cintia Carla Moreira Schwantes (UnB)

Professor Dr. Antonio Alvimar Souza (Unimontes)

Professora. Dra. Rosilene Silva da Costa (UnB)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PSI586m Pereira da Silva, Andreia
Memória, testemunho e resistência em Xanana Gusmão: uma
leitura da história do Timor-Leste a partir dos poemas de
Mar Meu / Andreia Pereira da Silva; orientador Alexandre
Simões Pilati. -- Brasília, 2019.
175 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Literatura) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Xanana Gusmão. 2. Memórias. 3. Testemunho. 4.
Resistência. 5. Identidade. I. Simões Pilati, Alexandre,
orient. II. Título.

Aos meus pais, Francisco Pereira da Silva e Maria Augusta Pereira da Silva, os primeiros que me ensinaram o significado pragmático da palavra resistência.

AGRADECIMENTOS

Costumo dizer que a gratidão é o sentimento mais nobre que existe no mundo, pois revela a fragilidade do ser humano. Contar com a ajuda, o auxílio, a compaixão e a atenção do outro é uma forma de reconhecermos que não somos capazes de alcançar nossos sonhos e metas sozinhos. As pessoas que me ajudaram a chegar até aqui foram verdadeiros anjos, seres iluminados que se esforçam para iluminar nosso caminho quando as coisas não andam tão bem, quando o percurso é obscuro demais e quando a dúvida em continuar parece tão forte e verdadeira que desistir não se apresenta como escolha, e sim como a melhor saída. Ainda bem que minha vida é cheia de anjos. E são a eles que presto a minha gratidão por ter vencido mais uma etapa da minha vida e por ter conquistado o sonho de me tornar doutora.

Primeiramente, quero agradecer às minhas amigas Vanusa Ferreira, Maria Erlane, Débora Soares e Lindiane Reis. Elas não só acreditaram no meu sonho como me ajudaram a conquistá-lo. Viveram comigo toda a angústia e a ansiedade do processo de seleção para o doutorado, depois me acolheram durante o ano em que precisei residir em Brasília-DF, um lugar desconhecido e assustador para mim até então. Elas tornaram minha adaptação tão fácil que Brasília hoje é para mim um lar. É como se eu tivesse nascido nessa terra cinza, enorme, misteriosa e encantadora. Obrigada, meninas, por serem anjos de luz em minha vida.

Osleide Botelho é outra amiga que conhece muito bem minha história. Sabe de tudo o que eu passei, tudo mesmo! Embora pareça clichê, não tenho, realmente, palavras para descrever a sua importância em minha vida. Você é uma amiga que não desistiu de mim, pelo contrário, sempre acreditou em minhas forças quando eu mesma julgava não tê-las. Minha gratidão por você é enorme e eterna, mas está longe de compensar sua presença em minha história, ou melhor, em nossa história.

Sabe aquela pessoa com quem você esbarra na vida e não consegue mais viver sem ela? Na minha vida, essa pessoa se chama Josiane Fernandes. Somos diferentes em quase tudo, temos opiniões divergentes, eu sou de virgem; ela, de gêmeos. Mas, mesmo assim, nossa ligação ultrapassa as explicações racionais e astrológicas. Ela foi e é aquela pessoa que pega na mão e diz: “Vamos juntas”, “Tô contigo”, “Eu te ajudo”. Como isso fez diferença!

Nathália Colares foi outro presente dos céus. Tão discreta, e, ao mesmo tempo, com a percepção e a sensibilidade suficientes para compreender as aflições humanas. Você é um ser elevado, que veio a este mundo para iluminar as pessoas que você vai encontrando pelo

caminho. Você é capaz de chegar aonde nem imagina. Obrigada por me compreender sem me julgar e por ser luz e inspiração para mim.

Existem pessoas que nos inspiram, mas nem imaginam. Bráulio Siffert, meu colega e coordenador, e sua esposa, Fernanda Paulino, são aquelas pessoas de quem a gente gosta de graça mesmo. Os dois me ajudam a perseverar, a acreditar na vida e a ter esperança, inclusive em um mundo mais humano. É muito bom saber que estamos do mesmo lado da luta.

Sou muito feliz por ter tido o privilégio de ter sempre ao meu lado o meu irmão, Wellington Pereira Silva. Agradeço pela sua existência. Como é bom saber que sempre posso contar com você. A minha história é a sua história. Vivemos tantas coisas, algumas que merecem ser lembradas; outras nem tanto. Mas é a nossa história. Agradeço a Deus, todos os dias, por você ter se tornando um homem sensível, com uma sabedoria incrível e uma fé contagiante.

Eu não poderia deixar de registrar aqui os meus agradecimentos à Universidade Federal de Brasília (UnB), de forma especial ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, por valorizar a educação, o conhecimento, a diversidade, o debate crítico e democrático das ideias. Como foi bom ter tido a chance de fazer parte de uma instituição tão grandiosa, sobretudo no que diz respeito à grandeza dos professores, demais servidores e alunos. Eu ainda sonho com um mundo em que todas as pessoas possam ter a oportunidade de estudar em uma universidade que cumpra a sua missão no mundo como a UnB cumpre.

Falando em UnB, terei sempre uma enorme gratidão ao meu orientador Alexandre Pilati, o qual me mostrou que o conhecimento acadêmico tem que estar a serviço das pessoas e que poesia e política podem caminhar juntas numa estrada de resistência.

E como não falar do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), onde tenho o prazer e a honra de ser servidora. Foi no Instituto que compreendi, de fato, a importância, a necessidade e a urgência de ofertar educação pública e de qualidade nos lugares mais recônditos do nosso Brasil. As políticas públicas na área da educação ainda são recentes e escassas em cidades de médio e pequeno portes. Os IFs têm esse compromisso, ou seja, de levar a educação para os sertões, para o interior, concedendo a jovens e a adultos a oportunidade de sonhar e de transformar a vida por meio da educação. Só tenho a agradecer por uma instituição que luta e resiste para concretizar essa meta, reconhecendo a importância da contínua capacitação de seus servidores. Como bolsista do Programa de Bolsas para Qualificação de Servidores (PBQS-IFNMG), agradeço ao IFNMG pelo auxílio financeiro a mim concedido, o que tornou mais leve meu percurso enquanto estudante de pós-graduação.

À Sociedade Educativa do Brasil, presto os meus agradecimentos como forma de reconhecer a oportunidade que me foi concedida de atuar como coordenadora de curso e professora no Icesp à época do meu primeiro ano do doutorado. Foi mais uma experiência por meio da qual pude aprender ainda mais sobre o universo acadêmico.

Agradeço a todos os meus amigos e familiares que, mesmo indiretamente, contribuíram nessa minha jornada e aproveito para pedir desculpas pelas constantes ausências. Por fim, sou grata a todas as instituições pelas quais passei, como estudante e como colaboradora. Todas as experiências vivenciadas em cada lugar foram fundamentais para que eu me tornasse quem sou hoje. E sou muito grata a Deus e ao universo pela pessoa que me tornei. Estou em processo de evolução e pretendo ser um ser humano ainda melhor. A poesia e a arte estão me ensinando.

A luta continuará sem tréguas!

Xanana Gusmão

RESUMO

Um diálogo entre a história do Timor-Leste e o livro *Mar Meu* (1998), de Xanana Gusmão, o líder da resistência timorense contra a Indonésia. Esse é o propósito desta tese ao recuperar as invasões, as guerras e a opressão que marcaram os principais capítulos da narrativa histórica do Timor e ressignificaram o processo de construção de uma identidade nacional. Os poemas e as pinturas que compõem a obra de Xanana foram elaborados na prisão, em Cipinang, na Indonésia, e são apresentados como fragmentos da memória de um autor que vivenciou a experiência dos traumas, da diáspora, da barbárie e da violação do direito à vida e à liberdade. Enquanto as pinturas evocam, predominantemente, paisagens tranquilas, as quais podem ser associadas ao desejo do artista que almejava a paz e a soberania do Timor, os poemas concretizam o artifício utilizado para dar continuidade à luta contra a Indonésia. Neles estão as vozes das crianças, das mulheres e de todos os timorenses que por mais de duas décadas conviveram com a morte, a tortura, a privação de liberdade, entre tantas outras formas de violência. Na busca por apoio da comunidade internacional, que se manteve até 1999 praticamente em silêncio frente a um genocídio, seus versos representavam o grito de socorro de um povo e de uma cultura que insistiam em resistir mesmo quando a ocupação e a integração à Indonésia pareciam irreversíveis. Nesse contexto, a língua portuguesa se torna, além de símbolo, instrumento de resistência. Por isso esta investigação ainda discorre sobre a colonização portuguesa e seus principais aspectos, uma vez que compreender o período colonial em Timor possibilitou inferir que não se pode considerar a existência de uma Literatura de Resistência em Timor apartada da língua portuguesa. A concepção teórica sobre a Literatura de Testemunho também serviu como direcionamento para que os poemas fossem lidos como manifestação do real, e não como mimese. Assim, nesta pesquisa, Literatura de Testemunho e Literatura de Resistência são tratadas como vertentes teóricas que estão intrinsecamente ligadas, o que se reflete em um eu lírico que revela e denuncia o trauma a partir de memórias de um poeta diaspórico. Conclui-se, então, que *Mar Meu* (1998) é a expressão artística de Xanana Gusmão, um homem engajado na vida política, que, quando privado da liberdade, recorreu à arte para recuperar a humanidade do homem. Seus versos tornam a (outra) história do Timor visível para o mundo e preservam os momentos mais difíceis vividos pelo povo timorense. Enfim, passados os tempos mais sombrios na ilha do Timor, sua obra é uma expressão poética que também resiste para (re)construir a identidade timorense.

PALAVRAS-CHAVE: Xanana Gusmão, literatura, pinturas, memórias, testemunho, resistência, identidade.

ABSTRACT

A dialog between the history of Timor-Leste and the book *My Sea of Timor* (1998) by Timorese resistance leader against Indonesia, Xanana Gusmão. That was the purpose of this thesis while going back to the invasions, war and oppression that wrote the main chapters of Timor-Leste's historical narrative and gave new meaning to the national identity construction process. Poems and paintings that comprise Xanana Gusmão's work were elaborated in Cipinang prison, Indonesia, and were here presented as memory fragments of an author who experienced trauma, barbarism, diaspora, and violation of the right to life and freedom. Although his paintings mainly evoked quiet landscapes that could be related to the author's desire for peace and for Timor-Leste's becoming a sovereign nation, his poems were material evidence of an artifice that was used to continue fighting against Indonesia. Children, women and all Timorese people that lived surrounded by death, torture, deprivation of liberty and many other types of violence for more than two decades had their voices heard from these poems. Seeking support from the International Community, which virtually kept in silence while facing genocide until 1999, the verses in his poems represented a cry for help from a people and their culture that both kept resisting even when Indonesian occupation and integration seemed irreversible. Within this framework, Portuguese language became not only a symbol, but also an instrument of resistance. Therefore, this research also discussed Portuguese colonization and its main aspects inasmuch as comprehending colonial period in Timor made it possible for us to imply that the existence of Resistance Literature in Timor-Leste could not be considered apart from Portuguese language. The theoretical definition of Testimonial Narrative also worked as a guide to reading the poems as an expression of reality instead of mimesis. Thus, Testimonial Narrative and Resistance Literature were understood in this research as theoretical strands that were intrinsically connected, which could be seen in a Lyrical I that revealed and denounced trauma by bringing a diasporic poet's memories. We could conclude, then, that *My Sea of Timor* (1998) was the artistic expression of Xanana Gusmão, a man engaged in politics who, when deprived of freedom, resorted to art to restore humanity of mankind. His poems made the — other — history of Timor-Leste possible for the world to see and still preserves the toughest moments ever lived by the Timorese people. Finally, time has passed since the darkest times in the island of Timor, and Gusmão's work is a poetic expression that also resists in order to [re]construct Timorese identity.

KEYWORDS: Xanana Gusmão, Literature, Paintings, Memories, Testimonial, Resistance, Identity.

ABSTRATU

Iha dialogu entre historia Timor-Leste nian no Livro Hau Nia Tasi (1998) lider resistencia nebe hasoru Indonesia husi Xanana Gusmão. Ida nee mak propositu tese nian iha nebe fila fali ba tempu invsaun, funu, no operasaun nebe hakerek kapitulu sira nebe importante ba história narrativa Timor Leste nian no fo significasaun nebe sai hanesan identidade procesu construsaun nacional. Poema no pintura sira katak komprimisu Xanana Gusmão nian iha nebe elabora iha prizaun Chimpinang Indonesia no iha nee hatudu sai hanesan fragamentu memoria sira autor ida nia moris nia experencia trauma, halo terus, diaspora no violencia ba direitu atu moris no liberdade. Evoka predominantemente paisagen sira nebe tranquila iha kona liu ba autor ninia hakarak paz nomos Timor Leste sei nasaun soberaria ida, ninia poema sira sai material evidencia artifice nebe uza atu Kontinua luta hasoru Indonesia. Labarik no fetu sira no Timor oan tomak nebe haleu ho ema mate sira, halo terus, deprivisaun ba liberdade no violencia barak oioin nebe iha liu tinan rua nolu resin nia laran. Sira nia lian sei rona mai husi poema sira. Iha nebe hein hela tulun mai husi comunidade internacional nian, iha nebe mantein iha silensiu nia laran hodi hasoru genocidiu to'o 1999, husi versu sira mai husi ninia poema sira representa hakilar husu tulun mai husi povo ida nian no kultura ida nebe husu makaas no la hakiduk maske iha wainhira iha ocupasaun no integrasaun ho Indonesia hanesan irreversivel iha contextu ida lian portuguesa sai hanesan simblu ka instrumentu ba resistencia nian. Tan nee investigassun ida nee hanesan mos hakerek kona ba tempu kolonializasaun portugues nian no aspetu principais sira, hodi nee dala ida tan comprende ba periodu kolonial iha Timor Leste possibilidade implica ba ami mak existencia ba resistencia literatura iha Timor Leste. Labele mos konsideira sai aparte mai husi lian portuguesa teoricamente fo definisaun testemuña narrativa servisu sai hanesan matandalan atu lee poema hirak nee sai hanesan expression ba realidade no ida nee laos mimeze. Testemunã narrativa literatura resistencia nian iha nebe comprende liu husi pesquisa hanesan teorika vertente hodi liga metin ba malu, ida nee bele mos here liriko nebe revela no denuncia trauma hodi lori poeta no memoria sira mai husi diapura. Ita bele concluidu ida nee katak Hau Nia Tasi Timor (1998) ida nee mak expression Xanana Gusmão ninian ema ida nebe kesi-an ba politika, wainhira deprividu ba liberdade reordenadu sai arte hodi rekopera ema humana. Ninia versu sira halo historia Timor sai visivel ba mundu no preserva iha momento sira nebe dificil teb-tebes ba povu Timor oan sira nebe sei moris. Ikus liu, tempu passa iha tempu nakukun nian iha ilha Timor no Gusmão nia servisu expresaun politika ida nee sai resistu hodi ba harii fila fali Timor oan nia identidade.

LIAFUAN CHAVE: Xanana Gusmão, literatura, pintura sira, memoria sira, testemuño no resistencia, ida entidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: UM TIMOR A SER (AINDA) DESCOBERTO	13
CAPÍTULO 1. OUTRA HISTÓRIA DE TESTEMUNHO E RESISTÊNCIA	28
1.1 Da colonização portuguesa à invasão indonésia.....	33
1.2 Um poeta à frente da resistência timorense	42
1.3 O poder da língua portuguesa	55
1.4 A imprensa e o Timor-Leste	62
CAPÍTULO 2. ALÉM-MAR.....	73
2.1 Cooperação Internacional no Timor-Leste e sua complexidade.....	74
2.2 A missão brasileira em prol do Timor	79
CAPÍTULO 3. DA REAPRESENTAÇÃO DAS MEMÓRIAS À ARTE	91
3.1 O valor da arte literária ao encontro da humanidade do homem	99
3.2 A literatura timorense em língua portuguesa: das cinzas à resistência.....	107
CAPÍTULO 4. RESISTIR PARA TESTEMUNHAR.....	114
4.1 Versos e imagens da diáspora.....	115
4.2 A tematização da infância.....	129
4.3 Silenciadas, mas coprotagonistas.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE – ENTREVISTA COM XANANA GUSMÃO	168

INTRODUÇÃO: UM TIMOR A SER (AINDA) DESCOBERTO

São recentes e escassos os estudos sobre a literatura da República Democrática de Timor-Leste, mais conhecida no Brasil como Timor-Leste. Há de fato uma ausência de estudos sobre a história de independência do Timor, bem como sobre a própria história literária timorense, que também é recente.

A República Democrática de Timor-Leste é um país que ocupa geograficamente a parte oriental do sudeste asiático. Foi colônia de Portugal, que professou piamente que levaria a Timor-Leste o desenvolvimento, a civilização. Nada mais era do que a ambição, já vista em outros capítulos da história da humanidade, por lucro e poder. Contudo, independentemente das possibilidades de interpretação do que significa civilização e desenvolvimento, Portugal não alcançou seu propósito.

A independência do Timor frente a Portugal foi conquistada em 1975, mas, por causa da ocupação indonésia, o país só se tornou oficialmente soberano em 2002, embora o governo indonésio tenha deixado o país em 1999. Nesse contexto histórico, a língua portuguesa, inicialmente imposta pelos portugueses durante o período da colonização lusófona, foi tida como um instrumento de luta depois que os timorenses escolheram esse idioma para estabelecer comunicação entre os militantes que lutavam em prol da independência do país.

Regina Helena Brito (2010) explicita que, apesar de a língua portuguesa ter chegado ao Timor apenas no século XVI, ela adquire o *status* de um dos idiomas mais falados na ilha. Todavia, a autora destaca que, antes do período indonésio, o tétum, também língua oficial, era falado em “quase todas as situações cotidianas, enquanto a Língua Portuguesa se restringia à escrita ou às atividades relativas a determinados fins de ordem cultural ou administrativa” (BRITO, 2010, p. 8).

Essa situação só muda com a invasão indonésia, a partir da qual o português passa a ser ferramenta e símbolo de resistência, como afirma Damares Barbosa em sua tese *Roteiro de Literatura de Timor-Leste em Língua Portuguesa*.

À época da invasão indonésia, o ensino do idioma português foi proibido e seus falantes, em sua maioria, foram dizimados, restando, portanto, o contexto clandestino para a prática do idioma português. Dessa forma, ao ser formada a resistência timorense, passou a língua portuguesa a ser sinônimo de arma de combate, o que conferiu a ela o *status* de língua de resistência no período da luta armada e depois de língua oficial durante a redação da Constituição de Timor-Leste. (BARBOSA, 2013, p. 39)

A propagação da língua portuguesa no Timor-Leste se deu também por parte do ensino do idioma nas escolas e nos seminários. É válido lembrar que o português não é a

língua materna dos timorenses, nesse sentido, torna-se um desafio ensinar uma segunda língua – e não uma língua estrangeira – para parte da nova geração que não vivenciou as lutas políticas do país para conquistar sua soberania (BRITO, 2010). Nessa perspectiva, é necessário obter um olhar crítico a respeito da adoção da língua portuguesa como língua oficial, analisando sua importância para a consolidação do Timor-Leste como nação.

Ao longo do século XX, surgiram escritores que desenvolveram uma literatura sobre o Timor-Leste e escritores timorenses que não necessariamente tratavam o país como tema de seus escritos. Foi também nessa conjuntura que a poesia pôde contribuir como instrumento de resistência à dominação e como ferramenta para a consolidação, ou melhor, formação da identidade nacional, apesar do caráter marginal que a acompanhou.

É válido considerar que as mazelas sociais refletidas na arte e na literatura são, em boa medida, reflexos do desenvolvimento do capitalismo no mundo, ou seja, as transformações sociais e econômicas concederam aos artistas, de modo geral, uma nova vertente para o desenvolvimento das artes, tendo como base não só a representação desse tema em suas obras, mas também o engajamento de muitos escritores, considerando que:

[u]m escritor é engajado quando trata de tomar a mais lúcida e integral consciência de ter embarcado, isto é, quando faz o engajamento passar, para si e para os outros, da espontaneidade imediata ao plano refletido. O escritor é mediador por excelência, e o seu engajamento é a mediação. Mas, se é verdade que se deve pedir contas à sua obra a partir da sua condição, é preciso lembrar ainda que a sua condição não é apenas a de um homem em geral, mas também, precisamente, a de um escritor. (SARTRE, 2004, p. 61-62)

Apesar de toda a história de luta, a marginalidade sempre acompanhou a história do Timor e a formação de uma história da literatura timorense, principalmente se tratando de poesia. Tudo isso interfere no processo de construção da identidade timorense, que, nas palavras de Mendes (2005), ainda se encontra em estágio embrionário.

Até agora, os sinais da existência de uma cultura colectiva pública são previsivelmente fracos: a educação continua tributária do sistema indonésio (sendo necessário “descolonizá-lo”), a formação militar depende do exterior, *os media*, como se viu, têm uma implantação modesta e os *mártires da pátria*, os caídos e os de pé, têm apenas um monumento erguido na memória viva e infelizmente recente da população. Assim, a preocupação com este problema suscitou a reutilização de um neologismo muito curioso criado pelos nacionalistas de 1975: a *timorização*, ou seja, um processo de reforço identitário, de defesa e recuperação das especificidades, através do qual o Estado e a sociedade timorense poderiam edificar as instituições, libertando-as de constrangimentos impostos do exterior que tolheram a afirmação da especificidade timorense. (MENDES, 2005, p. 207)

Atualmente, é legítimo defender que a edificação da identidade timorense não é mais tão embrionária assim. Os acontecimentos históricos, da colonização à soberania, são os componentes que fizeram os timorenses lutar contra a opressão, escolher a língua portuguesa e manter a resistência por quase 25 anos. Tudo isso configura a identidade timorense em plena construção.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2006, p. 38)

Dessa forma, é possível refletirmos sobre a poesia de língua portuguesa no Timor-Leste e como ela pôde e pode ser capaz de ajudar na construção da identidade, na resistência cotidiana e na busca por transpor os muros que colocaram a história do povo maubere¹ à margem dos olhos dos governantes e da sociedade como um todo.

A gravidade do percurso histórico do Timor fez com que o país contasse com uma cooperação internacional para o desenvolvimento, situação que, segundo Simião e Silva (2007), nunca acontecera em outro Estado. Iniciada em 1999, a cooperação proporciona assistência internacional à construção das estruturas básicas, o que diz respeito à reconstrução das infraestruturas físicas e administrativas do país, as quais foram destruídas pelos conflitos decorrentes do referendo do ano de 1999 e em consequência da saída coletiva dos servidores públicos da Indonésia. Como forma de esclarecer, quando o governo independente assume o país em 2002, após a administração transitória das Nações Unidas, aproximadamente 80% do orçamento do Timor era composto de doações internacionais intermediadas pela ONU (SIMIÃO; SILVA, 2007).

Houve, porém, um desencantamento com a construção do Estado timorense, sobretudo em virtude dos conflitos políticos que o impediram de ser o Estado modelo que se planejou por meio da Assistência para o Desenvolvimento Internacional (AID).

O desencantamento com a construção do Estado timorense, contudo, não foi surpresa para quem acompanhou de perto e com olhar analítico as práticas da cooperação internacional naquele país. Por trás do palco em que se encenava o espetáculo da modernização tecnicamente eficaz e politicamente asséptica, todo um cotidiano de tensões e disputas marcava as práticas dos cooperantes em busca da

¹ O vocábulo “maubere” tem origem no dialeto mombar, da parte ocidental da ilha de Timor-Leste. O vocábulo era utilizado como nome próprio para identificar os criados, empregados. Nesse sentido, o termo maubere adquiriu uma conotação pejorativa, uma vez que podia significar também um timorense estúpido, atrasado e burro. Todavia, para muitas pessoas, a evolução semântica da língua concedeu ao termo maubere um sentido positivo, atrelado aos ideais de independência e soberania.

aplicação e seus modelos, práticas cujas consequências eram, inevitavelmente, cheias de imponderáveis. (SIMIÃO; SILVA, 2007, p. 13)

O resgate da memória por meio da língua portuguesa também foi um instrumento de reconstrução. A propósito, muitos pensam ser um paradoxo o fato de o país ter apenas 10% de falantes do idioma que adotou como oficial – a língua portuguesa. Também pensam ser complexa a situação da literatura timorense de língua portuguesa nesse contexto. Utilizada como uma forma de resistência, é ela que hoje tenta resistir e sobreviver em um país que tem pelo menos 16 línguas diferentes faladas em um cenário de aproximadamente um milhão de habitantes. Então, qual seria a função da língua portuguesa nesse contexto? E a da literatura de língua portuguesa?

Há uma gama de escritores que desenvolveram uma literatura sobre o Timor-Leste e escritores timorenses que não necessariamente tratavam o país como tema de seus escritos. Entre eles, destacam-se, no período colonial, pós-colonial e de resistência do Timor-Leste: Alberto Osório de Castro, Ruy Cinatti, Fernando Sylvan, Borja da Costa, Eugénio Salvador Pires, José Alexandre Gusmão, Oky do Amaral, M. Leto, Mali Manek, Luís Cardoso, Jorge Lauten, João Aparício e Abé Barreto.

Xanana Gusmão, rebelde, escritor, poeta, político e líder da resistência maubere, foi um desses escritores. Se não fosse a sua ousadia e humanidade, seria bem mais difícil contar a história da ilha que hoje é a República Democrática de Timor-Leste. Isso porque, enquanto esteve preso, escreveu poemas e fez pinturas que compõem a obra *Mar Meu: Poemas e Pinturas* (1998)². Foi a forma que o poeta encontrou de experimentar uma liberdade que só a escrita e a arte são capazes de permitir.

Não só os poemas, mas também as pinturas apresentam uma poesia ligada à literatura de testemunho ou narrativa de testemunho. Xanana conta por meio de versos e pinceladas os principais momentos da história do Timor, desde a formação até a guerra contra os indonésios. A poesia de Xanana é fruto de memórias que não podem ser esquecidas e urgem ser revisitadas, a fim de desmascarar a história contada pelos indonésios. Nesse sentido, os poemas e as pinturas são mensagens elaboradas ao longo do tempo em que esteve privado da liberdade e que servem como um documento-testemunho de uma época. São obras que, ao lado de outras, formam um arquivo de um percurso histórico que muitas vítimas querem até esquecer, embora a necessidade de lembrar se sobreponha ao desejo. Nessa perspectiva, é

² Ao longo desta tese, a referência ao livro *Mar Meu* será feita em itálico, sem a data; a referência ao poema “Mar Meu” será por meio de aspas, também sem a data. A data será expressa apenas quando for citado o poema

possível, então, entender que poemas e imagens marcam um começo, não o começo do Timor-Leste, mas o início de uma história registrada por pessoas que sobreviveram aos tempos sombrios do Timor. Os fatos passam a ser registrados não somente pelas experiências humanas, mas também por aparatos construídos por humanos. Dessa maneira, os poemas e as pinturas de Xanana podem ser tidos como objetos que ajudam a construir a história do Timor.

Ao ler os poemas e olhar para as pinturas, fica nítida a possibilidade de promover o diálogo intersemiótico entre poesia e outras linguagens. Fato é que esse diálogo é amplo, abarcando a poesia e a pintura enquanto produções artísticas. Contudo, o diálogo também abrange todas as demais artes que acompanham o ser humano em sua trajetória terrena. Sobre isso, Berrini comenta que:

Não eram, por exemplo, os primeiros poemas das literaturas ocidentais cantados e dançados, conjugando a palavra ao som musical e ao ritmo, ao gesto e à coreografia corporal? Esta é uma primeira questão que se coloca em relação à correspondência das artes: diferentes linguagens convergem, quase sempre reiterativamente, na produção de uma mesma obra de arte complexa. (BERRINI, 1985, p. 1)

Relacionar imagem e literatura é possibilitar a interferência de uma arte sobre a outra sem que haja hierarquização entre ambas. Pelo contrário, o que se percebe é a complementaridade de informações que se torna possível extrair com a junção de duas linguagens. Apesar de se aparentarem equidistantes, trata-se de linguagens que possuem pontos em comum capazes de ampliar as possibilidades de leitura. Nos versos de Xanana, é possível vislumbrar as imagens de um Timor belo que sofreu as maiores violências em nome de um poder centralizador e cruel; nas pinturas, é possível, ao olhar para cada traço, deparar-se com a natureza bela e intocável.

É claro que o leitor da imagem possui o direito de ler seus traços conforme sua intuição, suas experiências, suas bagagens. Entretanto, pode ser uma ofensa à história descontextualizar o objeto artístico do tempo em que foi criado. Afinal, nenhuma obra nasce do acaso. Esta pesquisa, por exemplo, nasceu a partir dos anos 2012, quando comecei a entender e a me indignar com o que tinha acontecido no Timor-Leste. Não considerava justo que em um mundo que parecia tão evoluído um país tivesse conseguido conquistar a soberania apenas em 2002. Como eu era ingênua. Não sabia que muitos países ainda teriam (e terão) que lutar muito para conquistar a soberania nas mais diversas acepções dessa palavra.

completo. Essa observação também se destina aos demais poemas. A finalidade é evitar repetições que podem pesar esteticamente a composição do texto.

Soberania política, soberania econômica, soberania cultural, todas ainda precisam ser conquistadas por muitos países, inclusive pelo Brasil.

Foi a poesia de Carlos Drummond de Andrade que me fez entender que o nosso tempo “é tempo de partido,/ tempo de homens partidos” e de “divisas/ tempo de gente cortada” (2009, p. 38-39). A poesia foi o instrumento que me provocou a catarse necessária para que eu tivesse uma visão mais aprimorada da vida e da condição humana. Foi a poesia drummondiana que me fez perceber universal, e não singular em relação ao gênero humano. Ouso dizer que foi Drummond que me apresentou ao Timor-Leste.

Em sua obra, Drummond traduz em palavras, poeticamente arranjadas, o mal-estar de um tempo marcado pelas guerras, pelas disputas políticas, que prejudicam o bem-estar do povo. Os conflitos políticos aparecem nas diversas acepções desse vocábulo “partido”, a viagem também aparece, com um viés negativo, mas justificada pela experiência dolorosa da guerra e da diáspora. Seus versos representam a dor de um povo, de uma sociedade, que, conseqüentemente, ocupa um lugar no mundo, e é esse lugar que foi descrito por diversas vezes nos poemas drummondianos, ora como lembranças de infância, ora como observação de um determinado presente. Afinal, é o olhar do poeta que capta aquele lugar do mundo, capaz de dizer muito mais do que meras palavras.

Enquanto Drummond criava seus versos, que, em 1940, iriam compor seu terceiro livro, *Sentimento do Mundo*, o Timor-Leste estava sob o domínio português. Dois anos após a publicação desse livro, o Timor teve que enfrentar a ocupação japonesa, que perdurou de 1942 a 1945. Preparando-se para a independência de Portugal, a ilha mais uma vez é ocupada, agora pela Indonésia, em 1975.

Referindo-se ao contexto político e social da época, mas também renunciando um futuro, Drummond publica nesse livro o poema “Congresso internacional do medo” (1940), em que alude ao medo no lugar do amor.

CONGRESSO INTERNACIONAL DO MEDO

Provisoriamente não cantaremos o amor,
 que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
 Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
 não cantaremos o ódio, porque este não existe,
 existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
 o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
 o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
 cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
 cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte.
 Depois morreremos de medo
 e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas (ANDRADE, 2009, p. 38)

Em meio a guerras, comandos ditatoriais e às incertezas de um tempo marcado pela fragmentação política e de valores, o eu lírico versifica um sentimento comum não só no contexto brasileiro, mas em todo o mundo: o medo. O caráter universal que o poema evoca vai ao encontro da função da arte, sobretudo quando se refere ao próximo, que pode ocupar o mesmo espaço do poeta ou estar do outro lado do mundo. Nesse contexto poético, em que Drummond supervaloriza o medo, faz-se presente um elemento importante na arte literária, sobretudo na literatura engajada: a humanidade. Esta é materializada no reconhecimento de cada condição vivida pelas pessoas presas ao medo.

Dado o caráter universal, refletido pelo próprio título do poema, é possível fazer uma leitura do período da ocupação indonésia no Timor-Leste sob a luz desses versos drummondianos. O povo timorense teve que se privar de cantar o amor e de saborear a brisa do mar para se refugiar nas montanhas. Apesar de altas, as montanhas em Timor eram os “subterrâneos” que Drummond metaforicamente descreveu. Foi o medo que acompanhou os timorenses por 24 anos de ocupação indonésia, que esterilizou os abraços, que impediu que muitas relações humanas fossem mantidas com respeito à diversidade.

O povo timorense conviveu com o medo dos sertões da ilha, conviveu com o medo dos mares, de onde vinham os inimigos. Primeiro foram os portugueses, depois os japoneses, depois os australianos, depois os indonésios. As mães timorenses tiveram medo do futuro que dariam a seus filhos. Os timorenses também temiam as igrejas, pois cada uma queria exercer seu poderio e anular sua cultura religiosa. Temiam os ditadores, que muitas vezes se apresentavam com generosidade. Também temiam a democracia e o que ela faria do futuro em Timor. Mas não houve medo maior em Timor-Leste do que o medo da morte. Esse medo foi materializado no extermínio de aproximadamente 200 mil pessoas que lutaram pela soberania, muitas delas assassinadas pelas milícias indonésias.

Durante 24 anos o Timor viveu em guerra contra a Indonésia. Um dos menores países do mundo, com a população variando de 600 a 800 mil habitantes conforme à época, enfrentou o gigante asiático, país de aproximadamente duzentos milhões de pessoas. Durante três anos, de 1976 a 1978, toda a população fugiu da cidade para o mato. Homens, mulheres, crianças, todo mundo teve que se juntar à resistência e à guerrilha que organizava e protegia a população. A Indonésia chegou a ter 60 mil soldados no território e a bombardear o país com napalm. Resistir ou morrer não era uma divisa na bandeira, mas a realidade de cada dia. (FORGANES, 2002, p. 385)

E chegando ao Timor, pela poesia de Drummond, fui apresentada ao poeta Xanana Gusmão e ao seu primeiro livro: *Mar Meu: Poemas e Pinturas* (1998). Os poemas foram escritos dentro da prisão e enviados para fora, conforme disse o próprio autor:

Compuz também sonetos e, antes da invasão, ainda no processo de descolonização portuguesa, publiquei uma série, denominada Mauberíadas, com o estilo das Lusíadas, de Luis de Camões. O grande problema é que perdi tudo... na guerra! Só não perdi os do Mar Meu, porque os mandei para fora. (GUSMÃO, 2018)

O livro, com prefácio do escritor moçambicano Mia Couto, foi publicado em 1998 pela editora portuguesa Granito, Editores e Livreiros LTDA. Além dos poemas, o livro apresenta 15 pinturas do artista feitas também durante a prisão, com materiais que foram cedidos por um vizinho de cela, outro preso político (QUEIROGA *et al.*, 2014, p. 160). É interessante perceber que todas as pinturas mostram o ambiente externo, com exceção da pintura intitulada “Ausência”, que apresenta uma sala colorida, com flores e frutas, mas sem ninguém. Os poemas foram traduzidos para o inglês por Kristy Sword e Ana Luísa Amaral e para tétum por Luís Costa. Inclusive, a tradução para o inglês pode ser analisada como uma forma de os poemas chegarem ao maior número possível de leitores e, conseqüentemente, sensibilizar a comunidade internacional, conforme também analisa o pesquisador Roberto López-Iglésias Samartim (2003):

é esclarecedor que a publicação de *Mar Meu* fosse promovida pela norte-americana Kristy Sword, amiga pessoal do autor e membro da East Timor Relief Association, com o objectivo de publicitar a causa da resistência do povo de Timor Leste no nível internacional; deste facto deriva também a oportunidade e a utilidade da edição bilingüe em que a obra vai circular: o original português colocado à esquerda e a correspondente tradução para inglês nas páginas da direita, a língua franca internacional que assegura ao livro, e à causa timorense, o acesso a um público mais alargado; e, por fim, não é menos significativo que, como resultado desta procura de solidariedade internacional, o livro publicado pela Granito no Porto em 1998 circule com profusão na antiga metrópole portuguesa, convertendo-se a sua aquisição nos meses do verão de 1999 numa clara mostra de apoio do povo português à causa da independência timorense. (SAMARTIM, 2003, p. 226)

A denúncia das atrocidades indonésias, inclusive, consta no primeiro poema, em que o eu lírico anuncia que está nessa guerra.

Estou em guerra
o céu não é meu
Estou em guerra
o mar não é meu
Estou em guerra
e a vida só se conquista
com a morte...
na esperança de recuperar
o meu mar! (GUSMÃO, 1998, p. 12)

O poema apresenta-se como um anúncio, uma notícia, que urge ser divulgada. Os versos livres e curtos cumprem com a urgente necessidade de o mundo saber o que se passava

em Timor. Referir-se ao céu e ao mar é uma forma de registrar que o inimigo, representado pelos soldados indonésios, tomou o mar e o céu, de onde, inclusive, vinham as armas destruidoras das vidas timorenses. Apesar da guerra, Xanana não é um poeta vencido, assim como não é um guerrilheiro derrotado. Manteve a esperança de recuperar o território timorense, mesmo que, para tal, tivesse que perder a própria vida.

Ao término do meu mestrado em Literatura, cheguei à conclusão de que entre Carlos Drummond de Andrade e Xanana Gusmão há versos e armas que se conjugam em um objetivo comum: alcançar a paz e a liberdade. Cada um, em sua época e a seu modo, foi importante para o processo de soberania nacional.

Há quem argumente que Drummond não se indignou, que preferiu a burocracia do serviço público a liderar uma revolução. Estão todos enganados. Enquanto o capitalismo, o nazismo e o fascismo proliferavam como bactérias em um corpo doente, Drummond, visceralmente político e com apenas duas mãos, criava, como antídotos, versos que poderiam refazer o universo se todos os lessem. Embora o processo de criação poética do escritor mineiro tenha passado por várias fases, em toda a sua poesia observa-se um engajamento social e político. Por isso, Silviano Santiago aponta que Drummond “estará, então, engajado pelo viés ideológico-político com as lutas revolucionárias no Brasil e mundo afora” (SANTIAGO, 2006, p. 33-34). Carlos Drummond de Andrade não viu o Timor renascer. Morreu em 1987, deixando um Timor destruído pelas forças indonésias, que tentaram exterminar sua história, sua cultura e seus valores.

Dáí surge outra meta no meu percurso acadêmico que agora se apresenta: contar a história do Timor, tendo como guia a poesia, ou melhor, a poesia lança luz sobre a outra história do Timor e de seu povo. O escritor escolhido foi Xanana Gusmão. Em minha dissertação, intitulada *Notícias em versos: o processo de criação em Carlos Drummond de Andrade* (2014), foi possível compreender, por meio da Crítica Genética³, que a obra artística só pode ser interpretada a partir do “conhecimento não somente da última etapa de uma obra, mas do conjunto do trabalho do escritor ou do artista, incluindo todo o percurso deste” (WILLEMART, 2005, p. 18)

Não se objetiva aqui analisar os manuscritos ou rascunhos do livro *Mar Meu*, o que seria valioso para compreender a tessitura do texto e as fases de elaboração das telas por meio de rasuras, cartas, novas versões, entre outros elementos marginais capazes de revelar o

³ A Crítica Genética é uma ciência ou uma corrente de conhecimento que estuda o processo de criação da obra artística por meio de elementos marginais, como manuscritos, rasuras, bilhetes, correspondências, várias edições

encoberto e o exercício mental do artista. Apesar de a Crítica Genética não ser um dos pilares que sustenta esta tese, ela corrobora com o entendimento de que a obra não se fecha em si. A arte, embora sempre inacabada segundo a Crítica Genética, só pode ser lida à luz de elementos e situações que podem não estar explícitos na superficialidade da obra. Por exemplo, em relação aos poemas e às pinturas publicados em *Mar Meu*, não há nenhuma menção explícita de que o artista esteja preso⁴. Ao ler e analisar as produções sem considerar outros elementos, presentes no próprio livro, e o período histórico em que ocorreu a gestação da obra, o crítico literário terá como resultado um trabalho limitado e sujeito a equívocos. Assim, a Crítica Genética só tem a colaborar, sobretudo, para a preservação da história de um povo.

Não se trata apenas de estudar o percurso literário do autor ou seu estilo, mas, também, uma oportunidade para relacionar o autor ao mundo em que ele está inserido, desvelando o contexto histórico, social e cultural presentes nos elementos que norteiam seus escritos. (SILVA, 2014, p. 54)

Embora as finalidades sejam distintas, a Crítica Genética pode ser relacionada à literatura de testemunho, uma das bases teóricas que ampara este estudo, na medida em que esta só se concretiza a partir de experiências que antecedem à produção do texto ou de outra obra artística. Essa particularidade comprova o que a Crítica Genética sempre defendeu: o processo de criação não é isolado nem consequência apenas de talento, muito menos de inspiração transcendental.

A inspiração do artista que produz obras a partir dos pressupostos da literatura de testemunho provém das memórias. Não é de todas e quaisquer memórias, mas daquelas oriundas de situações-limite, termo utilizado pelo pesquisador Márcio Seligmann-Silva para referir-se aos sobreviventes de eventos traumáticos.

Não foram poucos os momentos históricos traumáticos que marcaram os últimos séculos no mundo, sobretudo o século XX, palco da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, que promoveu o massacre dos judeus a mando da Alemanha nazista sob o poder e ódio de Adolf Hitler. Faz-se necessário destacar que o termo literatura de testemunho foi originado desse massacre, por meio do conceito de literatura de holocausto, gênero que abarca os relatos de sobreviventes dessa perseguição e dos campos de concentração (MACIEL, 2016).

de uma mesma obra e outras peças de acervo, com a finalidade de compreender o percurso do autor e como transita o espírito humano no processo de criação de uma obra de arte.

⁴ No livro de Xanana, há enumerados nove poemas, porém um não apresenta os aspectos que o definem como poema, sendo, na verdade, uma carta.

Quem não só falou sobre, mas também viveu esse tempo sombrio foi a filósofa Hannah Arendt, que, na obra *Homens em tempos sombrios* (2008), reúne pessoas que foram afetadas pelas guerras, injustiças e atrocidades, mostrando como essas pessoas viveram e se posicionaram perante uma história que se sucedeu aos olhos de todos.

Tudo era suficientemente real na medida em que ocorreu publicamente; nada havia de secreto ou misterioso sobre isso. E no entanto não era em absoluto visível para todos, nem foi tão fácil percebê-lo; pois, no momento mesmo em que a catástrofe surpreendeu a tudo e a todos, foi recoberta, não por realidades, mas pela fala e pela algaravia de duplo sentido, muitíssimo eficiente, de praticamente todos os representantes oficiais que, sem interrupção e em muitas variantes engenhosas, explicavam os fatos desagradáveis e justificavam as preocupações. Quando pensamos nos tempos sombrios e nas pessoas que neles viveram e se moveram, temos de levar em consideração também essa camuflagem que emanava e se difundia a partir do *establishment* — ou do “sistema”, como então se chamava. (ARENDR, 2008, p. 4)

Ao mesmo tempo em que reflete sobre a vida de Lessing, Rosa Luxemburgo, Angelo Giuseppe Roncalli, Karl Jaspers, Isak Dinesen, Hermann Broch, Walter Benjamin, Bertolt Brecht, Randall Jarrell e Martin Heidegger, Arendt emite seu próprio testemunho imbricado em análises que recorrem à memória e decorrem da própria experiência traumática que passou ao ser presa, vítima da diáspora e apátrida.

Nesse sentido, Arendt é detentora de um lugar de fala que a autoriza elucidar fatos camuflados pela história oficial. Em outras palavras, o personagem-testemunho possui o respaldo do gênero para revisitar a história e apresentar uma espécie de denúncia. Ainda que seja uma denúncia construída por fragmentos de memórias, isso não limita nem prejudica a função da narrativa de testemunho e da literatura de testemunho, uma vez que os fragmentos de memória são consequências do evento traumático que provoca incapacidade de dizer o indizível. Sobre o holocausto, “[f]alar sobre um episódio dessa proporção é ter a certeza de que algo sempre ficará silenciado, não explicado, oculto, pois o sobrevivente não tem todas as palavras necessárias para narrar com exatidão e clareza os acontecimentos” (SILVA, 2013, p. 4).

Apesar da impossibilidade de reapresentar de maneira completa o passado histórico traumático, muitos sobreviventes foram capazes de visualizar a catástrofe, outros de até pré-visualizar, e de contestar explicações emanadas pelo sistema. Arendt fala justamente desses homens em *Tempos Sombrios* (2008). Homens e mulheres que, apesar dos equívocos, dos temperamentos e das contradições, não deixaram de lançar alguma luz que corroborasse, o mínimo que fosse, para a manutenção das liberdades e preservação da humanidade,

compreendida aqui como a capacidade de o homem se reconhecer como homem, isto é, de seres humanos se reconhecerem como iguais.

Embora o livro tenha sido publicado em 1968, Arendt ultrapassa as barreiras do tempo ao referir-se à apatia e ao egoísmo instalados em um mundo de muitos períodos sombrios. A referência é tão atual quanto o tempo sombrio que, mais uma vez, insiste em cegar a razão, desconstruir o significado de humanidade, minar o pensamento crítico e reduzir as liberdades. O que se observa na contemporaneidade, conforme sustenta Arendt (2008), é que:

[m]esmo onde o mundo está, ou é mantido, mais ou menos em ordem, o âmbito público perdeu o poder iluminador que originalmente fazia parte de sua natureza. Um número cada vez maior de pessoas nos países do mundo ocidental, o qual encarou desde o declínio do mundo antigo a liberdade em relação à política como uma das liberdades básicas, utiliza tal liberdade e se retira do mundo e de suas obrigações junto a ele. Essa retirada do mundo não prejudica necessariamente o indivíduo; ele pode inclusive cultivar grandes talentos ao ponto da genialidade e assim, através de um rodeio, ser novamente útil ao mundo. Mas, a cada uma dessas retiradas, ocorre uma perda quase demonstrável para o mundo; o que se perde é o espaço intermediário específico e geralmente insubstituível que teria se formado entre esse indivíduo e seus companheiros homens. (ARENDR, 2008, p. 9-10)

O poeta e líder da resistência do Timor-Leste, Xanana Gusmão, foi um desses homens que em tempos sombrios não se retirou do mundo. Poderia, sem dúvidas, estar no rol dos perfis apresentados por Arendt (2008), já que não se calou “frente à eminência de vozes excluídas. A solução apresentada se materializa na busca por um espaço de fronteira, no qual a voz do intelectual será somada ao discurso que provém das margens” (PATROCINIO, 2011, p. 33). Como ele fez isso? Tornando a poesia e a pintura um raio de liberdade capaz de testemunhar e denunciar as atrocidades que aconteciam no Timor à época do contexto de dominação pela Indonésia. Seu engajamento político e social foi transformado em arte quando não pôde mais estar com seus companheiros em combate, o que não significava que a luta, para Xanana, tivesse acabado. Só havia mudado de estratégia: resistir à prisão e não silenciar. Seus poemas e suas pinturas preservam os momentos decisivos da história do Timor-Leste, momentos de transição, tornando a história visível, dando um significado e uma intensificação ao drama humano no contexto timorense. É por isso que as análises de Arendt também ajudam a entender como Xanana viveu sua vida, como se moveu no mundo à época da invasão e como foi afetado pela experiência de ver sua pátria sendo retirada de seus compatriotas. Por isso, também, os pressupostos da literatura de testemunho são capazes de abranger a obra de Xanana Gusmão, tornando-a também representativa da Literatura de Resistência, mesmo contrariando a visão do próprio autor. “Pessoalmente, sim, mas não em termos de mensagem de luta! Digo pessoalmente... porque, em poesia, me expresso com um

sentimento mais amplo, mas mais íntimo, do que em prosa” (GUSMÃO, 2018)⁵. A particularidade que Xanana atribui à sua obra (sentimento mais amplo, mais íntimo) não reduz a força que sua poesia e sua arte têm para denunciar um passado de atrocidades em Timor e elucidar as lacunas que a história oficial não narrou. E olha que ele nem se considerava poeta. Na literatura de testemunho, o sentimento mais amplo é, na verdade, componente da narrativa, mesmo quando esta se processa em versos, como é o caso dos seus poemas.

Outro ponto a ser considerado diz respeito à ficção como elemento que também compõe o projeto de escrita de um autor da literatura de testemunho. Assim, os poemas de Xanana Gusmão não são o fato vivido, e, sim, a evocação do fato vivido pela memória. Nela, a ficção tem o poder de ser tão esclarecedora quanto a verdade.

Nessa perspectiva, em Xanana, a poesia não é um estado de texto e a pintura não é uma imagem congelada. Ambas tornam-se arquivos significativos que auxiliam na compreensão e na ressignificação histórica, política e cultural do Timor.

Identificam-se, ao longo da obra, traços que denotam um empenho na formação da nacionalidade, mas também processos de recusas e afirmações de símbolos identitários. Embora os poemas denotem maior domínio técnico por parte do autor, também nas pinturas verifica-se este mesmo empenho estético-político fundacional e a recorrência a leit-motivs que fazem referência à terra, à origem, aos antepassados e ao sagrado. Portanto, é nesse sentido que se estabelece um diálogo entre as partes do livro.

Também nesse sentido suas obras ganham mais valor, não pela estética em si mesma, ou tratamento apurado de categorias simbólicas e o primor técnico, especialmente na pintura, mas pelo desejo de abertura de novos caminhos rumo a um futuro esperançoso, característica muito afim ao vanguardismo, porém aqui assumem nuances marcadamente políticos com penhor nacionalista. (QUEIROGA *et al.*, 2014, p. 162)

Ao analisar toda a obra de Xanana, tem-se a impressão de que as pinturas complementam os poemas; percebe-se o quanto poema e pintura estão alinhados numa mesma temática, revelando impressões semelhantes no processo de evocação das memórias pelo artista. Por isso Berrini (1985) afirma que diferentes linguagens são capazes de compor uma obra de arte complexa. A impressão que se tem é a de que se trata de uma única obra com função também singular: provocar a humanização do homem.

⁵ A entrevista foi feita por e-mail em setembro de 2018, e o seu conteúdo integral encontra-se no apêndice desta tese. Vale ressaltar que os trechos utilizados neste trabalho foram transcritos *ipsis litteris*, ou seja, as citações diretas retiradas da entrevista são fiéis ao texto original, tendo sido mantidos variações da língua portuguesa e possíveis desvios à norma culta. A opção por preservar o conteúdo original vale-se do entendimento de que as variações e a forma original não comprometem o sentido e a essência das falas e do posicionamento de Xanana Gusmão. Por isso, foi dispensada a utilização do advérbio latino *sic* para indicar que as citações foram reproduzidas igualmente como estavam no texto original. A mesma opção foi feita para todas as citações que

Por isso, convém esclarecer que, neste trabalho, a leitura e a interpretação dos poemas são feitas a partir dos aspectos que definem tanto a literatura de testemunho quanto a Literatura de Resistência. As pinturas, por sua vez, são analisadas tendo a diáspora como matéria-prima para a criação. Apesar disso, o próprio leitor deste trabalho poderá realizar o cotejo entre as imagens, poemas e todas as discussões apresentadas nesta pesquisa. Cada pintura é capaz de provocar uma percepção aberta, flexível e aprimorada da vida e da condição humana, sobretudo dialogando cada imagem com o percurso histórico do Timor apresentado nos poemas e no decorrer de todo este estudo. Cada poema, nessa ótica, também pode ser compreendido como uma imagem ou até mesmo uma pintura, diante da força das memórias rerepresentadas em versos de testemunho e de resistência.

Não tenho dúvidas quanto à importância do diálogo entre obras de gramáticas artísticas distintas. Uma complementa a outra sem hierarquização. Contudo, não é propósito desta pesquisa explicitar ou exaurir o diálogo entre os poemas e as pinturas tampouco fechar as possibilidades que ambas as produções têm para conversar entre si.

A compreensão neste estudo é a de que poemas e pinturas são a mesma expressão de testemunho e de resistência que guiou todo processo de criação de Xanana Gusmão em *Mar Meu*. E ambos têm a função de mostrar um Timor através da perspectiva de um artista guerrilheiro e sensível à natureza humana.

O mundo precisa conhecer esse Timor-Leste e a verdadeira identidade timorense ainda em plena construção. É esse inclusive também o desejo do poeta que em entrevista disse: “Esperamos que, num futuro breve, Timor-Leste venha a ser um local de atração turística, onde as pessoas possam vir descansar o corpo e o espírito!” (GUSMÃO, 2018). O percurso ainda não é fácil, inclusive no sentido literal. No caso do Brasil, não há voos diretos para a ilha. Nem as buscas na internet fornecem informações suficientes, detalhadas e claras. Chegando à Europa, o percurso mais viável é pegar um voo até à cidade de Darwin, na Austrália, e depois até Díli, capital do Timor. Dependendo do trajeto, a viagem pode se aproximar de 50 horas, tendo como origem capitais brasileiras como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Fato é que a literatura e demais manifestações artísticas são um caminho mais curto.

Valendo-se desse passaporte artístico-literário, este estudo mostra, ao longo dos seus quatro capítulos, momentos históricos decisivos no desenvolvimento do Timor, elucidados por autores que conhecem a outra história do Timor-Leste, por pesquisadores que reconhecem

apresentam variações do português. Dada a quantidade de citações com essas características, as citações latinas poderiam comprometer a estética textual.

não só a importância da arte e da literatura, mas também a força que elas possuem no curso da história e por testemunhas que foram atravessadas por um mar de atrocidades.

CAPÍTULO 1

OUTRA HISTÓRIA: DE TESTEMUNHO E RESISTÊNCIA

A República Democrática de Timor-Leste guarda diversas histórias, muitas ocultas e outras que incomodaram o mundo. Histórias que não seriam contadas se pessoas destemidas tivessem preferido o silêncio ao sacrifício. Xanana Gusmão, rebelde, escritor, poeta, político e líder da resistência maubere, foi uma dessas pessoas. Se não fosse a sua ousadia, a trajetória de luta e de resistência, a ilha que hoje é conhecida como Timor-Leste, poderia ter tido outros rumos. Mas essa narrativa começa muito antes do nascimento de Xanana Gusmão. Ela se inicia antes mesmo do período colonial.

O equívoco de resgatar a história do Timor apenas depois da colonização portuguesa anula mais de 1.500 anos de tradição cultural timorense que só pode ser resgatada por meio das histórias orais de seu povo, sem falar dos anos antes de Cristo. Fato é que são escassos os registros documentais sobre o período pré-colonial do Timor.

A tese de doutorado intitulada *Reforma político-administrativa em Timor-Leste enquanto processo de reterritorialização*, de autoria de Valentin Ximenes, defendida em 2016 pela Universidade de Coimbra, em Portugal, apresenta informações que compõem o enquadramento territorial do Timor. Entre essas informações, há uma descrição sucinta e significativa sobre o período pré-colonial da ilha, que, conforme expôs Ximenes (2016), foi povoada por uma mescla de quatro povos: o *homo sapiens* no período mais antigo da pré-história, o Paleolítico; o grupo papua-melanésia, que viveu durante o período Neolítico, datado aproximadamente de 3.500 anos antes de Cristo; o grupo proto malaia no período reconhecido como Neolítico, o qual data de 2.500 anos antes de Cristo; e, por fim, os povos indianos e chineses. Ximenes faz esse levantamento para compor seu estudo sobre uma reforma político-administrativa em âmbito municipal no Timor, visando a uma coesão territorial. Diante dessa perspectiva, compreender, de fato, o passado e o processo de construção cultural, identitária, social e política de um lugar possibilita a compreensão do processo de reterritorialização.

Entre suas investigações sobre o passado do Timor no que diz respeito a sua formação, o pesquisador pôde afirmar que:

as populações indígenas que ocupam Timor evoluíram a partir das duas etnias primitivas que chegaram à ilha de origem melanésia e polinésia/papua da região Ásia-Pacífica. Estas constatações resultam das escavações em abrigos de rocha onde foram encontrados artefactos líticos, fragmentos de cerâmica e conchas de moluscos. Estes elementos foram encontrados no Posto Administrativo de Bagueia, Distrito de

Baucau, o que permitiu relacionar com a cultura neolítica das ilhas do Almirantado (Salomão e Nova Guiné). Foram ainda encontrados machados de secção elíptica que testemunham a migração Malaia, vinda do Norte. (XIMENES, 2016, p. 15)

No século XV, chineses e árabes já comercializavam com os nativos por meio da troca de machados, porcelanas, chumbo e de diversos outros materiais por madeiras nobres timorenses, entre as quais se destacava o sândalo. O sociólogo John G. Taylor (1993) explica que o valor do Timor, à época, estava reduzido apenas às reservas de madeira de sândalo. Outros produtos, como mel, cera e escravos, não possuíam uma importância equivalente ao sândalo, já que este tinha alto valor comercial porque poderia ser utilizado na fabricação de óleos, perfumes e móveis. Parece até que é a mesma história da colonização brasileira, porém, no Brasil, o nosso sândalo atendia pelo nome de pau-brasil.

Muito antes dos Portugueses e Holandeses entrarem na região, a ilha de Timor fazia parte das redes comerciais politicamente centradas a leste de Java e depois, nas Celebes (Sulawesi). Estas redes estavam ligadas por laços comerciais com a China e com a Índia. O valor comercial de Timor é realçado em documentos publicados durante a dinastia Ming, em 1436. (TAYLOR, 1993, p. 20)

É sabido, contudo, que, apesar das relações comerciais que o Timor mantinha com a China, a Malaca e a Indonésia, antes do século XV, a cultura timorense não sofria o domínio de outros países. É o que apresenta o professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), António Pinto Barbedo de Magalhães, quando diz que “[n]o período pré-colonial, os impérios javaneses, cujo apogeu se situa entre os séculos X e XV, não exerceram qualquer influência cultural sobre Timor” (MAGALHÃES, 1990, p. 17). A afirmação do professor é taxativa, mas rompe com a visão arbitrária de que a história do Timor só existe depois da colonização portuguesa, o que é largamente visto nos documentos e obras que tratam sobre esse assunto.

O poeta Xanana Gusmão, em relação à origem do Timor-Leste, apresenta no livro *Mar Meu* (1998) um poema, intitulado “Avô Crocodilo”, que relata com mais simplicidade, e não por isso desprovido de valor e significados, a formação do Timor.

Avô Crocodilo
(Para Marta B. Neves, Lisboa)

Diz a lenda
e eu acredito!

O sol na pontinha do mar
abriu os olhos
e esprou os seus raios
e traçou uma rota

Do fundo do mar
 um crocodilo pensou buscar o seu destino
 e veio por aquele rasgo de luz

Cansado, deixou-se estirar
 no tempo
 e suas crostas se transformaram
 em cadeias de montanhas
 onde as pessoas nasceram
 e onde as pessoas morreram

Avô crocodilo

- diz a lenda
 e eu acredito!
 é Timor! (GUSMÃO, 1998, p. 20)

Dedicado a Marta B. Neves, uma criança portuguesa que enviava poemas e cartas para Xanana enquanto ele estava na prisão, “Avô crocodilo” tem, realmente, uma aura infanto-juvenil, o que é perceptível pela referência ao crocodilo e sua personificação, bem como pela personificação do elemento sol, que “abriu os olhos”. O eu lírico foi sucinto em falar da lenda, mas não se omitiu em referir-se à guerra na quarta estrofe, especificamente nos versos “onde as pessoas nasceram/ e onde as pessoas morreram”. Apesar de a morte ser um fenômeno natural da vida, o contexto em que ele escrevera o poema ia de encontro a essa naturalidade, pois a morte era causada pela guerra, pelos conflitos em busca de poder. A menção à morte, embora suave, pode ser uma reflexão às atrocidades que acometiam o país. Tendo em vista que o poema foi dedicado a uma criança, a leveza em falar da morte encontra sentido.

O poema dialoga, explicitamente, com a lenda que relata a amizade entre um homem e um crocodilo. A lenda é um mito timorense coletivo que foi contada por diversos escritores. Entre eles, destacam-se: Júlio Garcez de Lencastre (1934), que escreveu “Lafaic, o Crocodilo timorense”; Joana Fradique (1955), que intitulou a lenda com o nome de “Como nasceu Timor”; Fernando Sylvan (1998), que conhecia muito a ilha e escreveu “O Crocodilo que se fez Timor”; Luís Cardoso (1998), que é autor de “O crocodilo que se fez ilha”; e o padre Ezequiel Enes Pascoal (1950), o qual publicou “O primeiro habitante de Timor”.

No artigo “As lendas de Timor e a literatura oral timorense”, o autor Vicente Paulino não vê problema nos variados títulos para uma mesma lenda, para ele é “uma forma de enriquecer a sua validade. A referida lenda é na verdade considerada um amplo mito colectivo timorense, que se projeta do passado até à contemporaneidade” (PAULINO, 2018, p. 168). Além disso, apesar do estilo de cada autor, de estruturas narrativas distintas e de elementos que se alternam em cada versão da lenda, a essência da história é única.

Segundo a lenda, habitava numa determinada ilha um crocodilo que tinha um grande sonho, mas que estava muito velho e cansado para caçar peixes para se alimentar. Sentindo muita fome, o animal decidiu buscar alimento em terra firme, perto da margem do rio. Porém, ficou tão exausto que não conseguiu voltar para as águas. Um rapaz viu o crocodilo nessa situação e compadeceu-se dele, arrastando-o pela cauda até o rio. Como gratidão pelo ato, o crocodilo se colocou à disposição para transportar o rapaz quando este quisesse navegar. Então, começaram a viajar juntos e a firmar uma amizade.

Mesmo sendo amigo do rapaz, o réptil, como tinha fome, pensou em devorá-lo. Antes disso, ouviu os outros animais, que se posicionaram contrários a essa atitude de ingratidão. O crocodilo ficou envergonhado e decidiu ir para longe, a fim de recomeçar a vida em um lugar em que seria desconhecido. Chamou o amigo e o convidou para ir com ele à procura de um disco de ouro, que flutuava nas ondas perto do lugar onde nascia o sol. O crocodilo acreditava que ao encontrarem esse disco, eles seriam felizes.

Menino e crocodilo viajaram juntos pela imensidão do mar, mas este se deu conta de que não poderia mais prosseguir. Estava exausto demais. Parou com a intenção de descansar um pouco e então seu corpo se transformou numa bela ilha. O menino, naquele momento, tornou-se homem e deslumbrado detectou que carregava junto ao peito o disco de ouro com o qual o crocodilo havia sonhado.

O rapaz se deu conta de que aquela era a ilha dos seus sonhos e deu para ela o nome de Timor, que significa Oriente. O rapaz teria sido o primeiro timorense. E por causa da petrificação do animal, a ilha teria o formato de um crocodilo a nadar.

Dessa lenda, nasce, metaforicamente, não só o Timor-Leste como também a forte ligação do crocodilo com a história e a cultura do povo timorense, que, inclusive, chama o crocodilo de avô. Essa forte ligação de parentesco propicia a tradição de não matar nem comer crocodilo na cultura timorense. Isso porque, nessa cultura, o crocodilo é um animal totêmico, isto é, um símbolo ancestral de uma coletividade, que deve ser honrado, cultuado. Assim, o crocodilo tem esse prestígio porque, a partir da sua lenda, depreende-se a origem do Timor por meio de uma travessia fantástica pelos mares, que culmina no povoamento da ilha.

Ao revisitar as tradições orais do povo timorense, transformando-as em versos (e pinturas), Xanana Gusmão sustenta e amplia as discussões acerca da literatura timorense, que possui origem na oralidade. Resgatar essa e outras histórias que compõem o arquivo cultural e popular da ilha é, antes de tudo, valorizar a literatura popular e conseqüentemente o povo timorense, suas raízes e riquezas. “No caso de Timor-Leste, as lendas, os mitos e os contos populares, assim como as canções tradicionais timorenses, foram publicados primeiramente

nos anos 50 do século XX, lançando as bases de um novo ciclo de literatura escrita timorense” (PAULINO, 2017, p.169-170).

Sabe-se que o ciclo ainda é incipiente, mas já possui elementos que corroboram com o desenho de uma identidade timorense, como ainda propõe Paulino (2018):

pode e deve traçar-se uma “afirmação paralela” da realidade vivida pelos timorenses, introduzindo um sistema de escrita que os capacita a “recordar o passado, saborear o presente e imaginar o futuro” através da cultura tornada texto. Além disso, vale a pena frisar que as narrativas orais de origem dos timorenses são consideradas e identificadas como elementos de memória colectivas ou de património cultural local e nacional. (PAULINO, 2018, p.171)

Numa comunicação apresentada na 1ª Conferência Internacional sobre a Ásia do Sudeste, em 2003, o pesquisador português Armando Marques Guedes, autor do ensaio “A complexidade estrutural do nacionalismo timorense”, destacou que o processo de construção da identidade e do nacionalismo em Timor estava lentamente em curso à época da instauração do Estado.

Em artigos anteriores listei algumas das principais linhas de clivagem existentes no seio da população do novo Estado: a sua interacção, pacífica ou truculenta, irá, nos tempos que se avizinham, redefinir a composição dessa amálgama instável de repertórios distintos uns dos outros. É esta a herança do processo de construção nacionalista que o Estado independente de Timor recebeu em legado. É esta a sua genealogia e é esta a sua arquitectura. Julgo ser esta a sua linha instável de horizonte. Trata-se de mais de que uma herança: trata-se da acumulação de um verdadeiro património, amealhado num equilíbrio difícil. (GUEDES, 2005, p. 99-100)

Seria um equívoco argumentar que a independência e a instauração de um Estado soberano são suficientes para consolidar uma identidade timorense. Esta é e será fruto de todo o resgate histórico sobre o povo timorense, com suas lutas, relações pacíficas ou não e, sobretudo, a partir da diversidade timorense que se faz presente no campo linguístico, cultural, econômico, social e político. A somatória de tudo isso será o elemento crucial para compreender a questão da identidade e do nacionalismo em Timor. Por isso, recontar a lenda do crocodilo em um poema está longe de ser apenas uma maneira de preservar a história e ampliar as discussões no âmbito da literatura. O poema deve ser lido como uma denúncia de que tanto passado quanto presente estavam sendo negados ao povo timorense. No prefácio de *Mar Meu*, Mia Couto também reconhece que o crocodilo é uma metáfora da resistência.

Nesse território que se define por via de uma lenda – o crocodilo que caminhou sobre raios de luz – existem hoje monstros que se movem por raios de escuro. Mais que o negar de uma nação, um genocídio está acontecendo. Não basta a nossa indignação. Falta sermos sujeitos, sem esmorecimento. Falta negarmos, a tempo inteiro, a indiferença que pode ser sugerida por este sentimento de fim de milénio. A

poesia pode ser uma destas armas subtis que poderá remover montanhas. E fazer com que o crocodilo devore os monstros e, vitorioso, se volte a espriar em luminosas montanhas. (COUTO In: GUSMÃO, 1998, p. 8)

O professor e pesquisador Roberto López-Iglesias Samartim (2003) também considera que o crocodilo é “como metáfora útil para a recuperação por via da lenda dum passado mítico agora negado, funciona para indicar através da poesia a pertença a umha colectividade vítima da opressom e o caminho para um futuro diferente” (SAMARTIM, 2003, p. 228).

Autor do artigo “Poemas e Pinturas de Guerra. Mar Meu de Xanana Gusmão”, Samartim é um dos críticos que defendem que o livro, a literatura e a poesia podem ser instrumentos de resistência. Nesse sentido, a obra de Xanana Gusmão é para o pesquisador um “claro exemplo dumha obra posta ao serviço da causa da libertação social e nacional do povo de Timor Leste” (SAMARTIM, 2003, p. 224) e, nessa perspectiva, todos os poemas e as pinturas da obra ora escondem, ora revelam as estratégias de luta. No caso do poema “Avô Crocodilo”, fica nítido que a estratégia consiste em resgatar o passado por meio de uma lenda que faz parte da alma timorense. Estando preso, Gusmão lança mão no poema “Avô Crocodilo” de um instrumento poderoso que é a leitura, a informação, o conhecimento. A partir desse poema, ele conclama a comunidade internacional a ler o Timor-Leste, a saber sobre o Timor, a conhecê-lo. A palavra “lenda” provém do latim e significa o que deve ser lido. Transformar a lenda do crocodilo em um poema é o mesmo que dizer que o Timor também deve ser lido.

1.1 Da colonização portuguesa à ocupação indonésia

É o “descobrimento” da ilha de Timor pelo mundo ocidental que muda o curso cultural, econômico, político e social do país. Inicialmente, o interesse foi mascarado pela busca por produtos aromáticos e relações comerciais; depois, o interesse passou a ser mais explícito, já que a busca por poder por meio do domínio e da exploração de povos é uma das marcas do colonialismo, sobretudo o português.

Antes de compreender a colonização portuguesa em Timor, faz-se necessário entender que a ilha era formada por “grupos territoriais pouco unidos, numa hierarquia de clãs, cada qual relacionado com os outros pelo comércio. Os clãs eram dirigidos por chefes, que recebiam tributo e organizavam alianças de casamento com os clãs vizinhos” (TAYLOR, 1993, p. 22). A partir de um esquema de organização administrativa, Ximenes (2016) destaca que a monarquia era a forma de governo em Timor, mesmo com a chegada dos europeus. A

tribo tinha como líder um rei, o Liurai, o qual estava sob o jugo do rei de Portugal. É possível observar essa organização na figura a seguir:

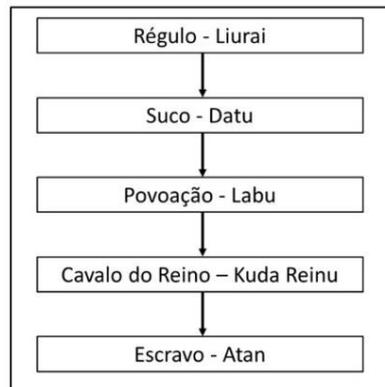


Figura 1. Estrutura da organização administrativa de Timor-Português⁶

Taylor (1993) esclarece que ao começar a comercializar com holandeses e portugueses – antes da colonização – os clãs se deparam com um sistema de comércio mais desenvolvido, o que acaba por transformar também a política de trocas dos clãs. Estes passam a buscar também a expansão.

Chefes que podiam organizar o trabalho, para produzir e trocar bens, tais como a madeira de sândalo, recebiam em troca, dos Portugueses, artigos tais como roupas, armas e ferramentas de ferro. Este fornecimento dos Portugueses permitiu aos grupos costeiros reivindicar a sua identidade perante os seus primitivos dirigentes dos reinos. (TAYLOR, 1993, p. 23)

Com isso, mudou-se a distribuição do poder em Timor, o que implicou transformações políticas nos séculos XVI e XVII, cujo começo se deu quando Portugal decide tomar Malaca, cidade importante e estratégica para a dominação religiosa e, sobretudo, comercial. Malaca, na costa oeste da península Malaia, constituía-se em um centro comercial, o mais importante do sudeste asiático, uma vez que o “porto controlava o comércio ao longo da rota desde as ilhas das Especiarias do Leste da Indonésia, até à Índia e à China” (TAYLOR, 1993, p. 23).

A parte ocidental da ilha na costa norte também é tomada e inicia-se, então, a colonização portuguesa em Timor. Todavia, os holandeses invadem Kupang⁷ e passam a dominar toda a parte oriental da ilha, isto é, o Timor-Oeste, como é atualmente conhecido. Assim, os portugueses se veem obrigados a ter uma presença mais efetiva na parte leste do Timor. Somente em 1515, Timor-Leste foi colonizado pelos portugueses.

⁶ Fonte: Thomaz (1974) e Matos (1975)

⁷ Kupang ou Cupang é hoje a capital da província de Sonda Oriental, Indonésia. A cidade está localizada em Timor Ocidental, colonizado pelos holandeses.

A fim de compreender a colonização do Timor, faz-se necessário vislumbrar o mapa do país.



Figura 2. Localização geográfica de Timor-Leste no insular de Sunda Pequena⁸

De acordo com Matos (1975), não há certezas quanto à chegada dos portugueses, mas ele argumenta que esse momento pode ter ocorrido durante a expedição da armada do vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque, que conquistou Malaca (1511) e as Ilhas Molucas (1512-1515). Trata-se de uma hipótese sustentada pela carta de Rui de Brito Patalim, então governador de Malaca, datada de 6 de janeiro de 1514, enviada ao Rei D. Manuel sobre a ilha do Timor. Na carta, o governador informa que há no lugar muito sândalo, mel e muita cera.

Taylor (1993, p.24) descreve que nos primeiros anos fora um “domínio português relativamente estável”. O motivo deve-se a outras vias de comércio exploradas por Portugal. Ainda no início do século XVI, a aproximação dos timorenses com a cultura europeia se deu por meio dos missionários. De toda forma, somente a partir de 1642 é que Portugal se instala definitivamente.

⁸ Disponível em: <http://pt.slideshare.net/manuelatorrespares/timorleste-34497303>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Nesse contexto, é válido compreender que, além do objetivo comercial, Portugal tinha o interesse de dominar a ilha pelo viés político e religioso, como se verifica a partir das palavras de Geoffrey Hull e Maria Johana Schouten, respectivamente:

Os portugueses chegaram à ilha de Timor com a finalidade - embora não totalmente realizada durante o período colonial - de converter toda a população ao catolicismo. Embora seja de notar que a conversão não foi forçada (como havia sido em Goa e Malaca), a maioria dos régulos timorenses aceitou o batismo, recebendo nomes portugueses e títulos aristocráticos. (HULL, 2001, p. 36)

A soberania sobre o território, que havia sido fixada nos documentos oficiais pertencentes ao tratado entre Portugal e Holanda, teria ainda de ser conquistada na prática. Não era uma tarefa fácil para os portugueses impor sua autoridade às unidades políticas timorenses, tornando-se ainda mais difícil a partir de medidas impopulares, especialmente na tributação. (SCHOUTEN In: SILVA, 2007, p. 31)

Não era mesmo fácil para Portugal manter mais uma colônia com características tão peculiares no que diz respeito à cultura dos povos nativos, a sua forma de organização e ao espaço geográfico. A República Democrática de Timor-Leste é um país que ocupa geograficamente a parte oriental do sudeste asiático. É considerado um país transcontinental, porque está situado entre a Ásia e a Oceania, sendo vizinho da Austrália. Inclusive, como se verifica na Figura 2, o Timor é banhado ao sul pelo mar da Austrália, denominado de “tasi-mané”, ou seja, mar homem; ao norte, é banhado pelo mar da Banda, ou também nomeado como “tasi-feto”, o que significa mar mulher (ALMEIDA, 1968).

Por conta das características geográficas e climáticas do Timor, nem todas as terras eram produtivas; na verdade, uma pequena parte possuía condições favoráveis para culturas diversas. Apesar disso, plantava-se, praticamente, para subsistência: arroz, milho, mandioca, inhame, batata doce, entre outras culturas. Apenas o sândalo e a cera de abelha serviam como produtos de exportação.

Ao longo de três séculos de colonização portuguesa em Timor, o país não recebeu nenhum investimento significativo, inclusive nem residências europeias foram construídas nesse período. As potências coloniais, os Topasses⁹ e os timorenses nativos enfrentavam-se em lutas por poder até que, no final do século XIX, Portugal decidiu estabelecer-se economicamente na ilha, a fim de atingir o patamar de seus concorrentes europeus ao mesmo tempo em que tentava afastar a cobiça da Inglaterra, Alemanha e França por suas colônias. Para isso, a metrópole fez o que já fazia nas demais colônias: usou da força para suprimir a

⁹ Eram os portugueses negros que começaram a se estabelecer em Timor-Leste no século XVI. Eles eram descendentes de soldados, marinheiros e negociantes portugueses e mulheres das ilhas adjacentes (JARDINE, 1997, p. 21).

resistência dos nativos e implantou um sistema de tributação para que a colônia rendesse lucros para Portugal. Mas não foi o que aconteceu. Timor-Leste não promoveu muitas vantagens econômicas para Portugal, mas este, sim, provocou desvantagens econômicas e sociais para o Timor.

Taylor (1993) enfatiza que a Europa Ocidental no final do século XIX desenvolvia-se industrialmente. Em contrapartida, “Portugal continuava um atrasado país feudal, baseado na agricultura, com a classe proprietária da terra restringindo, com êxito, o desenvolvimento da indústria manufactureira, de modo a manter o seu poder político” (TAYLOR, 1993, p 37). A exploração de suas colônias continuava a ser a aposta de Portugal, incluindo, nesse cenário, o Timor-Leste. Para isso, tentou transformar a agricultura de subsistência em um sistema de agricultura rentável utilizando, inclusive, o trabalho forçado. “As políticas portuguesas no fim do século tinham, assim, dois objectivos: minar o sistema indígena de troca familiar e criar a base para uma exploração econômica sistemática da sua colônia” (TAYLOR, 1993, p. 38).

Taylor (1993) lista algumas medidas de Portugal para atingir os dois objetivos propostos:

Entre 1884 e 1889 foi organizado um programa de construção de estradas, com o uso de trabalho forçado. Em 1899 foi fundada uma companhia chamada Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho (SAPT), que introduziu plantações de café em Emera, no Noroeste. A partir de 1908 um imposto individual começou a ser colectado a todos os timorenses do sexo masculino, com idades entre os 18 e os 60 anos. O único modo disto se poder concretizar, claro, era que as famílias de camponeses produzissem produtos para o mercado muito para lá das suas necessidades de subsistência. (TAYLOR, 1993, p. 38)

Todas as novas medidas, atreladas sobretudo ao trabalho forçado, aumentaram a insatisfação dos timorenses. O descontentamento começou a dar origem às revoluções contra a coroa portuguesa. Nos anos de 1911 e 1912, uma revolução comandada por Dom Boaventura, que era um *liurai* de Manufuhi, um distrito do Sul do Timor-Leste, provocou a morte de três mil timorenses, sem contar os quatro mil capturados, conforme relatou Taylor (1993).

Depois de minar com a resistência apresentada pelo *liurai* Dom Boaventura, Portugal decidiu acabar com o sistema de alianças políticas, organizado por meio da troca familiar. Nessa perspectiva, redividiu a colônia em unidades administrativas, o que limitou o poder dos *liurais*. Com isso, Portugal interferiu na organização social do Timor-Leste, que era baseada no parentesco, mas não conseguiu impedir que os dois sistemas políticos, o colonial e o local, coexistissem.

Enquanto no Timor-Leste vigorava uma pseudotrégua, uma crise econômica mundial emergia em consequência da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929. Esse cenário contribuiu e possibilitou que governos ditatoriais e fascistas chegassem ao poder em diversos países. Foi assim no Brasil, com a Ditadura do Estado Novo, implantada por Getúlio Vargas, e em Portugal, quando António de Oliveira Salazar estabeleceu a ditadura salazarista, que vigorou de 1926 a 1968. Apesar da pouca influência no sistema político das colônias de Portugal, o governo de Salazar cooperou para a missão dita civilizadora da metrópole nas suas colônias. Com isso, o controle central das colônias passa a ser Lisboa. Assim, são formadas elites administrativas e clerical nas colônias, as quais representavam os seus próprios interesses. Tratou-se de mais uma pseudomedida com viés consultivo, haja vista que somente duas consultas eram feitas por ano. “Mais importante para o futuro político de Timor foi a criação, pelo Acto, de duas categorias de pessoas na colônia: indígenas (nativos não assimilados) e não indígenas, incluindo mestiços (brancos) e assimilados (nativos assimilados)” (TAYLOR, 1993, p. 41).

Ser um nativo assimilado significava a cidadania portuguesa. Para adquirir essa categoria, o timorense tinha que falar a língua portuguesa, ter renda suficiente para o sustento familiar e provar que possuía uma boa índole. Os timorenses que compunham a administração e atuavam no comércio não precisavam atender a esses critérios para conquistarem a categoria de assimilados, aos quais era concedido o direito de votar nos pleitos para a Assembleia Nacional portuguesa e para o conselho legislativo local, criado no governo de Salazar para servir como órgão consultivo.

Em continuidade à missão dita civilizadora de Salazar, a Igreja Católica entra em cena e torna-se responsável pelo sistema educacional nas colônias portuguesas. “As crianças timorenses, subsequentemente, aprendiam os valores coloniais através de um encontro socializado nas missões católicas” (TAYLOR, 1993, p. 42). A presença da Igreja Católica em Timor iria influenciar a formação das elites timorenses nos anos de 1950 e 1960. A ditadura de Salazar não trouxe outras mudanças para Timor, principalmente considerando o cenário econômico de Portugal, estagnado por causa da guerra e da depressão. Somente um investimento na construção de estradas foi observado, “principalmente para facilitar os problemas de transporte da comunidade colonial” (TAYLOR, 1993, p. 42).

Nesse contexto histórico, portugueses e timorenses tiveram que enfrentar, ainda, as consequências de duas invasões: uma australiana e outra japonesa. A invasão japonesa aconteceu em fevereiro de 1942 durante a 2ª Guerra Mundial. A ilha foi utilizada como base

pelos Aliados¹⁰ para a defesa da Austrália, porque os japoneses desconfiavam de que os Aliados estavam planejando tornar o Timor uma base avançada. Estavam certos. Os australianos organizaram uma base de resistência na ilha, o que fez com que 20 mil soldados japoneses fossem enviados para lá. Apesar de parte das forças Aliadas ter se rendido, centenas de australianos ainda combateram, contando com o apoio dos timorenses. Os australianos saíram derrotados em 1943, mas alguns timorenses continuaram a resistir.

O que faltou registrar foi o facto de que o seu sucesso teria sido impossível sem o apoio de uma população timorense, que pagou o preço da sua lealdade à causa dos Aliados quando os Australianos se foram embora. Relatórios pessoais da campanha dos Aliados documentaram o apoio decisivo pela população indígena. (...) Ao longo desta campanha, muitas cidades, vilas e aldeias foram destruídas pelos bombardeamentos, tanto dos Aliados como dos Japoneses. Mas o pior ainda estava por vir. Quando em Fevereiro de 1943 as tropas australianas foram evacuadas, os Timorenses continuaram a luta e a sua derrota no final do ano teve como consequência os Japoneses cobrarem um tributo brutal pelo seu apoio aos Aliados. (TAYLOR, 1993, p. 42-43)

A violência foi refletida nas cidades, vilas e aldeias, em que os australianos tinham permanecido, que foram queimadas e as famílias habitantes executadas. Os timorenses sobreviventes tiveram que ser realojados e foram obrigados a disponibilizar comida aos japoneses. Estima-se que aproximadamente 60 mil timorenses morreram por causa da Segunda Guerra Mundial, o que correspondia a 13% da população da ilha. O preço alto ainda continuou, o gado diminuiu e muitas famílias passaram fome.

Após a definitiva saída dos japoneses, restava a Portugal restabelecer sua colônia. Para isso, retomou os trabalhos forçados, a fim de reconstruir cidades, estradas e portos e aumentar a produtividade agrícola. Portugal acreditava que os ventos do anseio pela independência não chegariam à ilha de Timor, por isso, inclusive, mantinha variados costumes feudais, como o de recomendar aos timorenses que saudassem um português, quando o vissem.

É fato reconhecer que, durante um bom tempo, esses ventos se mantiveram distantes da ilha. Todavia, muito perto do Timor-Leste, encontrava-se a Indonésia, que, localizada no sudeste asiático, possuía, à época, a quinta maior população mundial, uma abundância de matérias-primas e solos férteis. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Indonésia se torna

¹⁰ Os Aliados da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) são reconhecidos como as nações que se posicionaram contra as Potências do Eixo. A União Soviética, os Estados Unidos e o Império Britânico eram as principais. A China, a Polônia e a França também foram posteriormente consideradas importantes aliados. O Brasil, também do lado dos Aliados, foi o único país latino-americano que enviou tropas militares para os campos de batalha na Europa. Os três principais países que compuseram o Eixo foram a Alemanha, a Itália e o Japão, os quais foram derrotados, em 1945, pelas Forças Aliadas, lideradas pela Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética. A 2ª Guerra Mundial matou aproximadamente 47 milhões de pessoas.

independente da Holanda. Nascia, então, uma república que tinha como uma de suas províncias o Timor-Oeste. Situada estrategicamente entre os oceanos Índico e Pacífico, a Indonésia estava se recuperando da esmagadora colonização holandesa. Nesse contexto, não havia fortes indícios do interesse da Indonésia sobre o Timor-Leste, mas, em 1959, um grupo de 14 indonésios pediu asilo político no Timor por conta de uma rebelião em que se envolveram. Após a concessão do asilo, eles se juntaram a timorenses insatisfeitos com o domínio português e promoveram uma rebelião que foi imediatamente suprimida por Portugal. Apesar da rapidez da revolta, segundo Taylor (1993), há relatórios que apontam que o número de mortos varia entre 160 e 1000 e que Portugal conseguiu acabar com a revolta utilizando de extrema brutalidade.

Não há certezas quanto à real intenção dos 14 indonésios. Não se sabe se a revolta começou por um interesse limitado a eles ou se o interesse estava ligado às forças políticas da Indonésia. Para Taylor (1993), há uma certeza: “Notícias sobre facilidade com que catorze soldados conseguiram organizar uma revolta interna num tão curto espaço de tempo deve ter servido de estímulo para alguns membros da elite política indonésia que desejavam alargar as fronteiras nacionais” (TAYLOR, 1993, p. 59).

Mesmo com o estímulo, o Timor-Leste saiu da pauta de interesses da Indonésia, que teria que organizar a conjuntura política do país, dominado por um golpe em 1966 o qual colocou no poder Hadji Mohamed Suharto¹¹, que governou o país até 1998. A relação entre o governo de Suharto e a coroa portuguesa era, inicialmente, harmoniosa, o que fazia com que os conflitos políticos fossem resolvidos rapidamente.

O que acontecia no Timor-Leste começava a atrair, mais enfaticamente, os olhos do mundo até que, em 1960, a Assembleia Geral das Nações Unidas considerou que a colônia timorense não era um território autônomo sob a administração portuguesa. Apesar disso, só em abril de 1974, o governo português iniciou o processo de descolonização das províncias ultramarinas por meio de duas opções aos timorenses: ser uma nação independente ou ser integrada à Indonésia.

A Revolução dos Cravos, que ocorreu em 25 de abril de 1974, colabora para impulsionar o processo de descolonização. Depois que o então presidente de Portugal, Marcello Caetano, foi deposto, os 41 anos de ditadura salazarista chegaram ao fim. Uma das consequências da revolução foi a independência das colônias portuguesas no continente

¹¹ Segundo presidente da Indonésia, Suharto foi o responsável, em 1965 e 1966, pelo massacre de comunistas e democratas indonésios que totalizou entre 500 mil e dois milhões de mortes. O genocídio ficou conhecido como o Massacre na Indonésia.

africano, que não aceitaram mais ser subjugadas. Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Angola tornaram-se ao longo dos anos 1974 e 1975 independentes. Restavam, ainda, as colônias da Ásia: Macau¹² e Timor-Leste. Entretanto, o Timor teve de esperar ainda 27 anos para de fato adquirir oficialmente a independência e a sua soberania como nação.

Couberam aos partidos políticos que surgiram ao longo do ano de 1974 debater e avaliar as opções. A União Democrática Timorese (UDT) e a Associação Social Democrática Timorese (ASDT), ambas fundadas no mês de maio de 1974, compactuavam do mesmo desejo de independência. Em setembro do mesmo ano, a ASDT se transformou em Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin). Já a Associação Popular Democrática Timorese (Apodeti), também fundada em maio de 1974, acreditava que não era economicamente vantajoso ser independente de Portugal. Por causa disso, defendia a integração à Indonésia. Sabendo disso, a Indonésia começa a lançar campanhas de difamação contra os líderes dos partidos favoráveis à independência, UDT e Fretilin, dizendo que este era comunista; aquele, fascista.

O serviço secreto da Indonésia conseguiu intensificar a divisão entre os timorenses e aliciou líderes da Apodeti e da UDT, mesmo quando a UDT se comprometeu, em março de 1975, a unir-se com a Fretilin para lutar em prol da independência do Timor. Frente à instabilidade política de Timor e à ausência de tropas portuguesas na ilha, a Indonésia invadiu nas primeiras horas do dia 08 de dezembro a parte leste da ilha. Taylor (1993) descreve como foi a invasão:

O ataque a Díli, com o nome de código *Operasi Seroja* (ou Lótus), começou com um bombardeamento às primeiras horas do dia 8 de Dezembro, seguido por um ataque aéreo às 5 horas da manhã, com soldados pára-quedistas de elite, da *Kopassandha*, a serem lançados na área do cais. O plano inicial era combinar este assalto com um rápido cerco de Díli por tropas, principalmente, da área da fronteira, mas a resistência da Fretilin tinha-o impedido. A força invasora era comandada pelo general Murdani e pelo seu subordinado, o coronel Dading. Foram utilizados dez mil soldados das divisões indonésias *Brawijaya* e *Siliwang*, do Leste e Oeste de Java, respectivamente. As tropas actuaram do modo mais selvagem. Os habitantes de Díli foram sujeitos a mortes sistemáticas, violência gratuita e pilhagem primitiva. (TAYLOR, 1993, 141)

¹² Macau, que atualmente é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, só se tornou independente em 20 de dezembro de 1999. Antes dessa data, foi colonizado e administrado por Portugal por mais de 400 anos.

Nesse contexto de violência, abandono português, brutalidade e desrespeito aos direitos humanos, surge a resistência maubere, liderada por Xanana Gusmão, que apresentou para o mundo a face de uma luta injusta e desigual que perdurou por mais de 20 anos.

1.2 Um poeta à frente da resistência timorense

Enquanto o mundo se recuperava das consequências da Segunda Guerra Mundial, em 20 de junho de 1946, nascia no município de Manatuto, no Timor-Leste, José Alexandre Gusmão, mais tarde Kay Rala Xanana Gusmão, nome que foi adotado pelo líder da resistência maubere à época da invasão indonésia. “Kay Rala” é uma referência a um avô, a fim de representar um nome timorense, e não português, como José Alexandre; “Xanana” é um trecho adaptado de uma música que foi empregado como pseudônimo em seus artigos¹³.

José Alexandre Gusmão era um dos sete filhos de Antónia Henriques Gusmão e Manuel Francisco Gusmão, ambos de origem pobre. Transferido para um vilarejo chamado Ossú, o pai de Xanana Gusmão pôde criar os filhos com mais tranquilidade, mesmo diante dos problemas financeiros. Em sua autobiografia, Xanana descreve que, nesse período, teve “uma infância feliz, na liberdade de correr pela relva macia que tanto me faz amar Ossú, de chuvas lamacentas e de um clima temperado e saudável” (GUSMÃO, 1994, p. 2).

Apesar de gostar muito da infância e de Ossú, Xanana testemunhou com os olhos de criança as atrocidades da colonização:

Não poucas vezes, presenciei no posto administrativo as chicotadas a presos gemendo sobre pedrinhas e ao sol e com os pés algemados. Não poucas vezes, também, nas minhas fugidas às ‘guardas’ com os filhos dos liurais, colegas da escola, presenciei ordenanças e moradores saindo ou regressando com o ‘bando’ trazendo infractores ensanguentados, por faltarem aos trabalhos forçados nas estradas ou aos turnos obrigatórios de prestação de serviço como ‘asu-lear’ [trabalhador braçal] em casa dos colonialistas, chinas e assimilados. (GUSMÃO, 1994, p. 3)

O incômodo com esse cenário já começava a surgir mesmo tendo Xanana um pai que assimilou os “benefícios da civilização”. Xanana se considerava um rebelde por natureza e quando não pôde ir para Díli para concluir os estudos, porque o único tio que morava na

¹³ Numa entrevista concedida a António Loja Neves e publicada no site <https://expresso.pt/>, em 06 de janeiro de 2018, sob o título *Xanana Gusmão: “A população esteve logo de início contra os invasores”*, o poeta explica com detalhes a origem do seu nome, fazendo, contudo, a seguinte ressalva: “[a]s pessoas às vezes ficam dececionadas quando lhes conto esta história e reagem porque pensavam que era um nome de guerra”, (GUSMÃO, s/p, 2018).

praça¹⁴ tinha falecido, questionou a ordem do pai que queria enviá-lo para o seminário. “Mas eu não queria ser padre, nunca vira um padre timorense e os padres brancos metiam-me medo, e tinha tanta raiva deles por nos baterem tanto na escola” (GUSMÃO, 1994, p. 4). Não teve jeito, Xanana ingressou no seminário. Contudo, lá, o seu espírito rebelde aflorou ainda mais: não era um aluno aplicado, gostava de contestar as ordens e cometia travessuras que o faziam ficar horas ajoelhado no gabinete de uma autoridade do seminário.

Xanana Gusmão saiu do seminário para tentar ingressar no Liceu em Díli, mas as dificuldades em passar nas provas eram grandes, devido a não equivalência das disciplinas estudadas no seminário e no Liceu. “As primeiras decepções... da vida! Os primeiros sentimentos de revolta!”, disse Xanana Gusmão em sua autobiografia (1994, p. 6).

Em 1964, Xanana participou de um concurso para escriturário e foi chamado tempos depois, mas para receber apenas uma pequena parte do salário durante três meses. Seria o suficiente para pagar as mensalidades do Liceu. Após esse período, o aumento prometido não aconteceu e Xanana protestou. “Comecei a entrar tarde e a sair cedo para fazer corresponder o tempo ao salário”, relatou Gusmão (1994, p. 7). Foi despedido e teve que sair do Liceu.

Desempregado, morou na casa de um pescador que tinha um sobrinho, com o qual pescava à noite para vender os peixes frescos, normalmente aos chineses. Durante o dia, Xanana Gusmão saía em busca de emprego. Não era fácil, pois filhos de funcionários portugueses acabavam tendo preferência.

Foi aberto um novo concurso para escriturário, na Administração Civil, e Xanana Gusmão foi aprovado. Com o salário que recebia, comprava livros e lia, contudo, também não estava satisfeito em ser funcionário público. Dizia que o “Funcionalismo era uma necessidade de sobrevivência, era uma sensação de categoria, era a entrada para o elitismo que se alargava, na ‘sociedade timorense’...” (GUSMÃO, 1994, p. 9). Ele tinha razão, se continuasse no serviço público estaria, cada vez mais, defendendo os interesses de Portugal, que, até então, não vislumbrava a necessidade e a importância de conceder a independência ao Timor. “Estava enjoado do funcionalismo, queria libertar-me do dever de suportar as indisposições dos chefes, das amarras que me obrigavam a servir directamente aquele regime que nos estava apenas a fechar a boca com o pão de cada mês” (GUSMÃO, 1994, p. 10). Em 1968, Xanana

¹⁴ Díli era chamada de praça, porque era uma espécie de núcleo colonial, com a sua beira-mar e uma praça limitada ao lado sul. Gusmão (1994) descreveu em sua autobiografia como era Díli: “Uma praça poeirenta a cheirar a excrementos de porcos soltos focinando nos esgotos fétidos, que eram o habitat ruidoso de patos marrecos e de cães esfomeados” (1994, p. 4). Atualmente, Díli é a capital do Timor-Leste e a maior cidade do país, com aproximadamente 180 mil habitantes.

foi recrutado para o exército. “Levei para a tropa e saí com ele, o espírito contestatório e desobediente” (GUSMÃO, 1994, p. 9).

No tempo português, o serviço militar era obrigatório. Detestava ser militar, assim como alguns colegas meus. Outros escolheram esse caminho e ingressaram, tendo vindo a ser sargentos. Em 1968, saiu um comunicado ameaçador que dizia que se nos esquivássemos sempre, quando um dia fôssemos apanhados, iríamos cumprir a vida militar em Moçambique, Angola ou Guiné, onde já havia guerra. Fui, com outros, apresentar-me imediatamente e depois da instrução, passei a ser soldado. O que me valeu foi trabalhar no Centro de Instrução, que também dava instrução a recrutas para sargentos, o que me deu para aprender a guerra de guerrilha e a contra-guerrilha, relacionada com as três províncias africanas. Depois da vida militar, quis ser agricultor e criador de vacas... a sorte não foi amiga e aguntei trabalhar na administração portuguesa, na área das finanças e relatórios financeiros. (GUSMÃO, 2018)

Xanana ainda foi para a Austrália e começou a trabalhar na construção civil como operário. “Recebia 40 escudos por dia e fiquei revoltado que velhos pedreiros-mestres recebessem menos do que eu. Procurei convencê-los a protestar” (GUSMÃO, 1994, p. 12). Mas os colegas disseram que se eles protestassem seriam despedidos e outras pessoas que aceitariam ganhar até metade para dar de comer aos filhos seriam contratadas. Xanana também trabalhou como aprendiz de eletromecânica.

Como resposta ao 25 de abril, os timorenses reuniam-se e discutiam sobre a política e o futuro da então colónia. Depois de perceber que estavam associados em organizações políticas, de diversas tendências, disse aos amigos, que me abordaram, que fossem à frente nesse importante plano para se chegar à independência e porque eu não tinha queda nem preparação para ser político, escolhi ir à Austrália, em maio de 1974, para trabalhar e juntar dinheiro, e quando Timor-Leste fosse já independente, eu regressaria para participar no desenvolvimento como sector privado. E fui a Darwin, onde trabalhei como operário de construção civil, tendo até adquirido contrato de trabalho e o estatuto de imigrante. Voltei a Dili para buscar a família mas, em dezembro de 1974, o tufão Tracy varreu e destruiu Darwin, impedindo-me assim de voltar. (GUSMÃO, 2018)

O clima político acirrou-se ainda mais, e os líderes da UDT tentavam convencer Xanana a ingressar na luta. Só em 20 de maio de 1975, decide ingressar na Fretilin para lutar pela pátria Timor. Fazia parte do Comitê Central e do Departamento de Informação. A Revolução dos Cravos foi um fato importante na decisão de Xanana Gusmão para ingressar em um partido.

Fiquei, fui trabalhar como operário, enquanto seguia o desenvolvimento político e comecei a escrever artigos nos jornais sobre o processo de descolonização e o papel, muitas vezes paradoxo, das organizações quase-partidárias. Veio o golpe contra-revolucionário e, tendo estado no local menos aconselhado, fui preso. O contra-

golpe, promovido pela Fretilin, libertou-me e os outros presos e, a partir daí, passei a tomar parte nas actividades do movimento, com responsabilidade na imprensa. (GUSMÃO, 2018)

Xanana pegou em armas quando a Fretilin teve que enfrentar a UDT em um confronto porque esta planejava tomar o poder em Díli. A UDT, que acreditava que alguns membros da Fretilin eram comunistas, já dava indícios de que a Indonésia não iria aceitar esse posicionamento político e, por isso, iria invadir o Timor-Leste. A desculpa para a invasão foi largamente difundida entre os partidos que se formavam na ilha.

Os confrontos acabaram com a UDT assumindo o poder do Timor-Leste, entretanto, não se sabia se Timor estava, de fato, liberto. Se estava liberto de Portugal, do capitalismo, do imperialismo, do colonialismo. Para Xanana, o golpe da UDT era “movimento de libertação, demasiado jovem e talvez imaturo, que se tornara vencedor!” (GUSMÃO, 1994, p. 22). Como jornalista, Xanana Gusmão filmava e fazia reportagens e notícias sobre o que acontecia no Timor.

Depois da declaração de independência do Timor-Leste em relação a Portugal, no ano de 1975, assumiram como presidente do país Francisco Xavier do Amaral e Nicolau dos Reis Lobato (1975-79), dois líderes da Fretilin. Contando com o apoio da população timorense, a comemoração foi curta. Xanana relata por quê: “[u]m barulho esquisito e contínuo acordou-nos em 7 de Dezembro. Deveria ser entre as três e meia e quatro da madrugada. Pesados aviões militares passavam por nós, em Lois, rumo a Leste pela linha da praia” (1994, p. 25). Tratava-se da descrição já apresentada por Taylor (1993) da invasão indonésia em Timor-Leste.

Os indonésios invadiram pela praia, mas objetivavam avançar a oeste da ilha. Com isso, a população sobrevivente tentava esconder-se, subindo, inclusive, às montanhas. Xanana Gusmão teve que fazer o mesmo, fugiu para as montanhas, haja vista que os indonésios estavam prendendo e matando membros dos partidos. Xanana decidiu seguir a direção para Manatuto, onde nasceu. Ali também nascia a Resistência Timorense.

A minha primeira imersão ao ventre da Mãe-Pátria! Um clima que nunca conhecera, mansos nevoeiros que nos impregnavam de um frio acolhedor e davam uma coloração macia àquele chão cor de tijolo esbatido, alimentando aqui e além enormes ‘ai bubur’ para atestar um ermo de intempéries e pureza do ar. À noite, numa velha barraca, apreciei verdadeiramente as canções da minha Pátria. Em acordes que se perdiam na escuridão friorenta, velhas e velhos pareciam apostados a não perder com as vozes quentes, mas ainda não temperadas dos jovens. ‘Koto Moruk’ e ‘Daulorok’, a que o fumo sufocante emprestava um hálito humano, celebraram o meu primeiro verdadeiro encontro com as origens montanhosas, genuinamente puras, num deleite amargo de uma identidade a esmigalhar-se nas

explosões de uma guerra que me empurrou para ali, confuso, cansado e à procura de um lugar, no espaço aberto da Pátria, para lutar”. (GUSMÃO, 1994, p. 26-27)

Ficou na região de Manatuto comandando um pelotão de flecheiros. De lá, avistava toda uma população rendida, mais uma vez, como acontecera no colonialismo português, na ocupação japonesa e na recente invasão indonésia.

Veio a invasão, a 07 de dezembro de 1975, e, em fins de 1977 e todo o ano de 1978, como consequência das grandes operações militares indonésias, toda a Direcção Superior da Fretilin ficou exterminada – por mortes em combate, capturas ou rendições, ficando apenas 2 sobreviventes. Fui obrigado, pelas circunstâncias, a liderar o processo, desde 1979! E, assim, o destino, que nunca foi meu amigo, forçou um simples soldado, no tempo colonial português, a receber a alta responsabilidade de comandar uma difícil guerrilha, durante 20 longos anos, contra a ocupação indonésia! (GUSMÃO, 2018)

Em maio de 1976, são definidos os verdadeiros pilares da luta pela libertação do Timor-Leste, o que corroborou uma resistência mais organizada. Xanana foi encaminhado para a região de Viqueque, onde foi nomeado vice-secretário. Assim teria que aprender a falar às massas e a lutar.

No ano de 1978, o então presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, morre assassinado, e Xanana Gusmão assume a liderança das Falintil¹⁵, que consistia no setor armado da Fretilin, ou seja, o exército da Fretilin. E no ano de 1981, Xanana passa a presidir a Fretilin.

Houve tentativas de resolver o conflito entre a Indonésia e o Timor-Leste por meio do diálogo, intermediado por Xanana, mas as conversas com as autoridades indonésias não avançaram. Em contrapartida, os partidos do Timor-Leste que lutavam separadamente decidem se unir em 1986. Estava criado o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), que reunia a Fretilin, as Falintil, a UDT e a Igreja Católica. Nesse contexto, Xanana é o líder inquestionável do CNRT. Nesse mesmo ano, ele escreve uma carta direcionada aos jovens timorenses intitulada “Uma história que pulsa na alma maubere” (GUSMÃO, 1993, p. 161). Nela, relata os objetivos da resistência, justifica o porquê da resistência armada, critica o posicionamento de Portugal¹⁶, apresenta casos de brutalidade executados pelas tropas

¹⁵ As Falintil foram criadas oficialmente em agosto de 1975 e tinham como propósito lutar contra a UDT e a Apodeti no processo de independência de Portugal. Em 28 de novembro deste mesmo ano, os membros da Falintil proclamaram com a Fretilin a independência do Timor-Leste, a qual se consolidou com a saída das tropas portuguesas. Durante a invasão indonésia no Timor-Leste, as Falintil possuíam cerca de 2.500 tropas regulares, totalizando aproximadamente 30.000 combatentes.

¹⁶ “Já me esquecia de Portugal, esse Portugal irresponsável que se tornou, ao longo destes dez anos, o suporte principal do genocídio praticado em Timor Leste, esse Portugal que está mais interessado em sair-se com a honra levantada e que está procurando sobrepor essa honra às suas obrigações e ao direito do Povo de Timor Leste a despeito de platônicas declarações de “boa vontade!”” (GUSMÃO, 1994, p. 176)

indonésias, elogia o apoio da Igreja Católica e conclama os jovens e toda a comunidade internacional a apoiarem a resistência timorense e a pressionarem organismos competentes a intercederem a favor do povo maubere.

Na carta, Xanana aproveita para explicar que a guerra em Timor-Leste não era uma simples reivindicação política que almejava uma menor ou maior autonomia em relação à Indonésia. Ele ainda defende que não era uma guerra civil, em que a população timorense brigava com seus pares. “A guerra em Timor Leste é um conflito entre as forças de agressão indonésias e a resistência do Povo Maubere à sua contínua e bárbara ocupação”, explica Gusmão (1994, p. 164).

Após dez anos de invasão, o líder da resistência já vislumbrava o fim da guerra – o que só aconteceria uma década depois – demonstrando a vontade de pôr fim à guerra e uma disposição em dialogar com a Indonésia. Ademais, Xanana também possuía o interesse de cooperar para a paz e a estabilidade da área e de respeitar o interesse dos Estados Unidos e da Austrália, que apoiavam a Indonésia. Porém, para Xanana, o governo indonésio tinha o interesse de aniquiliar o povo timorense.

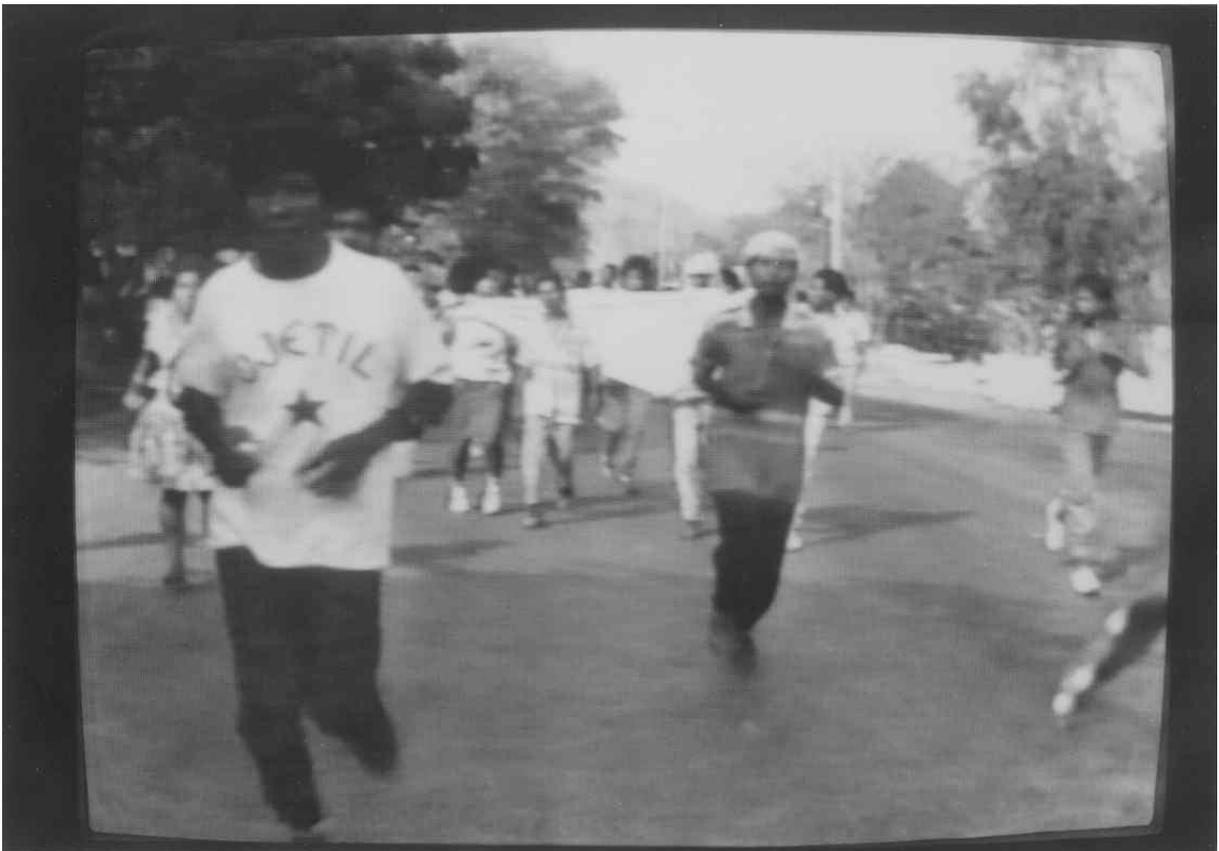


Figura 3. Fotograma reproduzido do filme de Max Stahl, mostrando os manifestantes caminhando para o Cemitério de Santa Cruz, onde, no dia 12 de novembro de 1991, aconteceu o sangrento massacre.¹⁷

¹⁷Fonte: (1991), Sem Título, CasaComum.org. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_143048 (2018-9-8)

O massacre do cemitério de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991, talvez reflita a visão de Xanana ao dizer que a Indonésia queria exterminar o povo timorense. O massacre abriu os olhos do mundo para as atrocidades que aconteciam no Timor por conta da invasão indonésia. O ataque começou quando uma multidão, composta sobretudo por jovens timorenses, protestava contra a ocupação durante uma homenagem ao jovem Sebastião Gomes, que tinha sido morto dias antes pelas forças indonésias. Esses jovens timorenses aproveitaram uma visita de uma delegação portuguesa que estaria na ilha, já que haveria muitos jornalistas estrangeiros. A visita fora cancelada, mas os jornalistas permaneceram. Com isso, os jovens começaram a manifestação nas ruas de Díli com destino ao cemitério.



Figura 4. Fotograma reproduzido do filme de Max Stahl, mostrando a população que protestava fugindo dos disparos dos militares indonésios no cemitério de Santa Cruz.¹⁸

Os militares indonésios atiraram contra a multidão, matando entre 300 e 400 timorenses, sem contar os feridos e os desaparecidos. O jornalista britânico Max Stahl foi testemunha ocular do massacre. “Max conseguiu esconder o filme num túmulo antes de ser

¹⁸ Fonte: (1991), Sem Título, CasaComum.org. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_143021 (2018-7-24)

preso e passar doze horas nas mãos dos militares indonésios. Ele voltou durante a noite ao cemitério para buscar o filme, que conseguiu tirar do país” (FORGANES, 2002, p. 204). As imagens do massacre foram divulgadas em todo o mundo, o que cooperou para pressionar a comunidade internacional a interferir e a se posicionar em relação ao que acontecia no Timor. Nesse contexto, o próprio Xanana Gusmão inseriu-se na diplomacia e no uso da imprensa como forma de mostrar para o mundo o que acontecia ali, sobretudo o massacre de Santa Cruz. Sobre esse assunto, o diplomata José Júlio Pereira Gomes, que chefiou a missão portuguesa de observação do processo de consulta popular em Timor-Leste, destaca:

O massacre de Santa Cruz, ocorrido a 12 de Novembro de 1991, marca uma mudança de paradigma no tratamento da questão de Timor-Leste pela comunidade internacional. Não por ter ocorrido. Timor já tinha sido palco de muitos e mesmo mais graves massacres. Mas desta vez, graças à presença de jornalistas estrangeiros, como Max Stahl, Allain Nairn e Amy Goodman, o massacre foi filmado, o que possibilitou a sua divulgação nas televisões do mundo inteiro. A Indonésia, que vinha pretendendo que tudo estava bem em Timor-Leste, é desmentida de forma irrefutável. A partir desse momento, e a partir desse facto, acontecimentos que eram más notícias para a resistência acabavam por transformar-se em oportunidades para defender a causa de Timor-Leste. (GOMES, 2010, p. 81)

A análise de Gomes (2010) corrobora a compreensão de que a comunidade internacional não estava tendo amplo conhecimento do que ocorria na ilha, apesar da resistência e de todos os esforços dos guerrilheiros. Um ano depois do massacre de Santa Cruz, em 22 de novembro de 1992, Xanana Gusmão é preso pelos militares indonésios, os quais acreditavam que, prendendo o líder, a resistência seria enfraquecida. Aconteceu o contrário. Nas palavras de Gomes (2010), Xanana representava para o Timor-Leste o que Nelson Mandela representava para a África do Sul.

Podemos dizer que Xanana Gusmão na prisão tornou-se uma arma mais eficaz contra a Indonésia do que se tivesse continuado a dirigir as operações militares na montanha.

Se, nos primeiros anos, a componente militar tinha sido essencial para legitimar e credibilizar a resistência, agora, na nova situação, após o massacre de Santa Cruz, a acção política tinha-se tornado fundamental para defender a causa timorense. E a prisão acabou por fornecer ao líder da resistência um palco mais eficaz que as montanhas de Timor. (GOMES, 2010, p. 81)

Xanana Gusmão foi preso pelo exército indonésio na casa da família de Abílio Araújo, em Díli, tendo ficado por 17 dias incomunicável. Foi condenado à prisão perpétua, sentença que depois foi alterada para 20 anos. Por ter sido preso sob o pretexto de incitar a população a revoltar-se contra a Indonésia e a defender o comunismo, Xanana Gusmão não teve direito a

um advogado de defesa. Apesar disso, não teve medo de denunciar perante o tribunal e toda a imprensa internacional as barbáries que aconteciam no Timor desde a ocupação.

O seu julgamento não foi verdadeiro, haja vista que o veredito já estava pronto antes mesmo do julgamento. Sabendo disso, Xanana redigiu o seu documento de defesa e conseguiu entregá-lo ao bispo dom Ximenes Belo que entregou para José Ramos Horta¹⁹, o qual promoveu uma ampla divulgação do seu conteúdo. Fragmentos do seu depoimento servem para endossar a farsa do julgamento indonésio e as atrocidades da ocupação.

Eu sou Kay Rala Xanana Gusmão, o líder da Resistência Maubere contra a cobarde e vergonhosa invasão de 7 de Dezembro de 1975 e à criminosa e ilegal ocupação militar de Timor-Leste desde há 17 anos. No dia 22 de Novembro do ano findo, em Denpasar, assinei um documento em que eu afirmava: *perante o direito internacional eu continuo, como todos os timorenses, cidadão português e, perante a minha própria consciência, sou cidadão de Timor-Leste*. É, nestes termos, que rejeito a competência de qualquer tribunal indonésio para me julgar e, muito menos, a jurisdição deste tribunal, implantado à força das armas e do crime, na minha pátria, Timor-Leste.

(...)

O irreversível não é o que se impõe de momento, seja ele curto ou longo, pela força das armas. O irreversível é a correcção que a história faz dos erros dos ambiciosos, dos crimes dos ditadores, das atrocidades colonialistas.

(...)

Por último, apelo ao Governo indonésio para modificar a sua atitude e considerar que já chegou o momento exacto para compreender a essência da luta em Timor-Leste. Nenhum acordo pode ser celebrado entre prisioneiro e carcereiro. (GUSMÃO, 1994, p. 297-312)

Xanana escreveu na prisão sua autobiografia, intitulada “Timor-Leste, um Povo, uma Pátria”, em que se faz presente o seu depoimento de defesa. Além disso, o livro reúne escritos sobre sua vida pessoal e seu ingresso na guerrilha e documentos relativos à resistência. Aproveitou, ainda, para estudar inglês, bahasa (idioma da Indonésia) e direito.

¹⁹ O padre timorense Carlos Filipe Ximenes Belo era bispo da Igreja Católica Romana em Díli. No ano de 1989, dom Ximenes enviou cartas a diversas personalidades internacionais, incluindo o presidente de Portugal, Mário Soares, o papa João Paulo II e o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, para denunciar as atrocidades que aconteciam no Timor e clamar por uma ajuda internacional. Dom Ximenes deu, ainda, abrigo aos jovens que conseguiram escapar do massacre de Santa Cruz, em 1991. “Seu radical compromisso com a libertação de seu povo levou-o a transgredir as normas diplomáticas do Vaticano, as quais orientam que os membros do clero não devem se imiscuir em questões de caráter político. O bispo porém, fiel à sua consciência política profética, denuncia as injustiças que afligem seu povo” (SANT’ANNA, 1997, p. 140).

Durante a prisão, Xanana dedicou-se, ainda, à escrita de poemas e à pintura, o que culminou em seu único livro de poesias publicado, intitulado *Mar Meu*, objeto de estudo desta tese. Ao todo, são nove poemas e 15 pinturas que compõem a publicação. Um dos seus poemas mais famosos e que reflete o encarceramento é “Oh! Liberdade!”. Nele, o poeta traz como tema a resistência e a liberdade do povo timorense por meio de elementos do cotidiano.

Oh! Liberdade!

(Para Sandra Lobo, Lisboa)

Se eu pudesse
 pelas frias manhãs
 acordar tiritando
 fustigado pela ventania
 que me abre a cortina do céu
 e ver; do cimo dos meus montes,
 o quadro roxo
 de um perturbado nascer do sol
 a leste de Timor

Se eu pudesse
 pelos tórridos sóis
 cavalgar embevecido
 de encontro a mim mesmo
 nas serenas planícies do capim
 e sentir o cheiro de animais
 bebendo das nascentes
 que murmurariam no ar
 lendas de Timor

Se eu pudesse
 pelas tardes de calma
 sentir o cansaço
 da natureza sensual
 espreguiçando-se no seu suor
 e ouvir contar as canseiras
 sob os risos
 das crianças nuas e descalças
 de todo o Timor

Se eu pudesse
 ao entardecer das ondas
 caminhar pela areia
 entregue a mim mesmo
 no enlevo molhado da brisa

José Manuel Ramos-Horta sucedeu Xanana Gusmão na presidência do Timor-Leste. Mas antes, à época da ocupação indonésia, cumpriu um papel fundamental na denúncia do que acontecia no Timor. Conseguiu deixar Timor antes da invasão indonésia. Foi para Nova Iorque, onde contou tudo sobre a violência indonésia em Timor. “No período entre a invasão Indonésia e o final da década de 80, permaneceu nos EUA, onde continuou na trincheira em que sempre acreditou, cumprindo seu papel como diplomata e representante legítimo da Fretilin junto à ONU” (SANT’ANNA, 1997, p. 146). José Ramos-Horta foi o principal influenciador para que o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, nomeasse o brasileiro Sérgio Vieira de Mello como administrador de transição da ONU no Timor-Leste, entre 1999 e 2002. Esses dois heróis timorenses receberam em dezembro de 1996 o Prêmio Nobel da Paz pelos seus papéis de liderança do movimento de autodeterminação da população timorense.

e tocar a imensidão do mar
 num sopro da alma
 que permita meditar o futuro
 da ilha de Timor

Se eu pudesse
 ao cantar dos grilos
 falar para a lua
 pelas janelas da noite
 e contar-lhes romances do povo
 a união inviolável dos corpos
 para criar filhos
 e ensinar-lhes a crescer e a amar
 a Pátria Timor! (GUSMÃO, 1998, p. 31-32)

O poema, de autoria de um dos principais símbolos da resistência timorense, mostra o contexto da ilha à época da invasão indonésia, em que o povo não poderia gozar das liberdades de uma vida comum. Para refletir essa tensão, o poeta utiliza a expressão “Se eu pudesse” ao longo do poema, a fim de apresentar a opressão vivida pelo povo timorense, e não somente a sua opressão por estar preso. Apesar da primeira pessoa, a voz do eu lírico é coletiva. O cotidiano se faz presente por meio de termos que remetem a práticas habituais, como: “acordar”, “nascer do sol”, “tardes calmas” e “entardecer das ondas”. Todas essas e outras ações rotineiras são colocadas poeticamente para servir como um grito de resistência e como uma busca por um futuro que se apresentava incerto para o eu lírico.

Um fragmento do poema que chama atenção/: “Se eu pudesse/ pelas tardes de calma/ sentir o cansaço/ da natureza sensual/ espreguiçando-se no seu suor/ e ouvir contar as canseiras/ sob os risos/ das crianças nuas e descalças/ de todo o Timor”. Falar das crianças do Timor é preocupar-se com o futuro do país para elas.

E não é só o eu lírico que se apresenta perturbado pela temática poética que se apresenta. Em meio a essa análise, emerge a figura do autor, de quem produz arte. Quando o poeta ou o artista passa pelo processo de criação, os seus sentidos também são intensificados. Embora a obra de arte possa contradizer a intenção do autor ou do artista, conforme postula Lukács (1974), ele mesmo defende que é preciso ter um engajamento na vida para produzir arte. Xanana Gusmão é um bom exemplo. Envolveu-se diretamente nas ações de resistência, percorrendo de aldeia em aldeia para buscar recrutas e apoio popular para expulsar as tropas indonésias. Assim, não é um equívoco afirmar que no caso de Xanana Gusmão sua intenção ideológica determinou a função da sua arte. O próprio guerrilheiro explica por que escreveu poemas dentro da prisão, mesmo não se considerando um poeta.

Às vezes, não conseguia evitar que o meu pensamento voasse até às montanhas, onde os meus guerrilheiros continuavam a luta... assim, para além da missão de continuar a dirigir a resistência, através de contactos estabelecidos de dentro para fora da prisão, indo até para o estrangeiro, o sentir a luta e expressá-la de uma forma, que revolvesse o interior de mim mesmo, era como que libertar-me a mim mesmo da solidão e do confinamento. (GUSMÃO, 2018)

Para Suillan Miguez Gonzalez, autora do artigo “A rede de solidariedade no diálogo entre escritores africanos e timorenses: a urgência da poesia de Xanana Gusmão e o testemunho de Teresa Amal”, quando foi negado a Xanana o exercício da resistência armada, ele encontrou a poesia.

Negado a ele o exercício da resistência via confronto estratégico em território timorense, encontrou na poesia outro meio de enunciar o conjunto de ideais a que a escritora portuguesa Joana Ruas definiu como “almamundo”, atribuição relacionada ao senso de coletividade do povo leste-timorense, determinante para o movimento da resistência. Neste sentido, o projeto que significa a obra em questão quer como interlocutores não somente a comunidade internacional, mas os próprios timorenses, uma vez que foi forjada em tétum e em português, além de ser traduzida para o inglês. (GONZALEZ, 2015, p. 36)

O termo “forjada” não significa falsificada, e, sim, traduzida. É ainda possível remontar à etimologia da palavra “forjar”, que consiste em trabalhar/ fundir o metal em uma forja, ou seja, em um forno. Daí provém outra leitura desse vocábulo, que consiste na produção de algo forte e resistente, como o metal. Relacionando essa reflexão com o conjunto de poemas e pinturas de *Mar Meu*, esta é uma obra forjada, logo, nasce para ser resistente. Nessa perspectiva, Gonzalez (2015) evoca a importância da obra para a causa da libertação social e nacional da população timorense. A autora, inclusive, defende a obra como legítima representante da Literatura de Resistência, uma vez que se trata de uma obra gestada em um período histórico marcado pela repressão, pela guerra e pela supressão do direito à soberania nacional. Ademais, trata-se de uma obra que vai de encontro à imposição política, cultural e religiosa imposta pela Indonésia.

Assim, o poeta Xanana Gusmão não se prende a valores estéticos nem a cânones estabelecidos por correntes literárias. O propósito poético consiste em expressar a sua resistência e a do povo timorense.

Não sou poeta... mas já me expressava em vários modelos. Compuz também sonetos e, antes da invasão, ainda no processo de descolonização portuguesa, publiquei uma série, denominada Mauberíadas, com o estilo das Lusíadas, de Luis de Camões. O grande problema é que perdi tudo... na guerra! Só não perdi os do Mar Meu, porque os mandei para fora. (GUSMÃO, 2018)

Sobre essa vertente, Gonzalez (2015) ainda explica que Xanana mantém um “código estético próprio e afastado de considerações em termos de qualidade literária ou mesmo integração a um cânone mundial (periodização e gêneros literários, a literatura como luxo ou a exclusiva reivindicação do prazer do texto, entre outros)” (GONZALEZ, 2015, p. 36).

Faz-se pertinente compreender que um sistema literário do Timor era praticamente inexistente, o que era justificado pela situação histórica, nível de alfabetização da população, entre outros fatores decorrentes dos anos de colonização portuguesa e de ocupação indonésia. Assim, a literatura de resistência no Timor “só encontra no exterior o espaço necessário para a sua circulação e funciona, conscientemente, como instrumento a serviço da internacionalização da luta, e como chamamento à solidariedade” (GONZALEZ, 2015, p. 38).

Após 24 anos de ocupação indonésia e depois de tantas atrocidades, todas as formas de resistência utilizadas até então, incluindo a poesia, culminaram numa pressão internacional que contribuiu para a realização de um referendo em 30 de agosto de 1999. Um total de 446.666 eleitores foi recenseados em Timor-Leste por meio de 200 postos de votação distribuídos na ilha. A vitória dos timorenses foi esmagadora: mais de 75% dos eleitores queriam a não integração do Timor à Indonésia (MARTIN, 2001). Esta, diante desse cenário, não reconheceu a vitória e iniciou mais uma campanha de terror em terras timorenses. Mas a ONU, que no Timor-Leste era representada pelo diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello²⁰ – o administrador de transição da ONU no Timor-Leste – promoveu uma forte campanha de pacificação que fez, inclusive, com que Xanana Gusmão fosse libertado no dia 7 de setembro do ano de 1999.

Timor-Leste ficou sob a administração transitória das Nações Unidas, a UNTAET, dirigida pelo brasileiro Sérgio Vieira de Melo. Foi assim um período de preparação dos timorenses para assumirem as responsabilidades num futuro Estado. Sérgio foi um grande amigo e desempenhou cabalmente as suas funções de Representante Especial do Secretário-Geral, até 20 maio de 2002, dia em que restaurámos a independência, em honra da proclamação unilateral feita a 28 de novembro de 1975. (GUSMÃO, 2018)

O líder da resistência recebeu o convite para governar o Timor até o ano de 2002, juntamente com a ONU. Com as eleições presidenciais, em abril de 2002, Xanana Gusmão é eleito o primeiro presidente do Timor-Leste, que se tornou formalmente independente no dia

²⁰ Sérgio Vieira de Mello é considerado uma das personalidades brasileiras de maior destaque em todo o mundo. Morto em um ataque terrorista em Bagdá, no Iraque, no ano de 2003, o diplomata que chegou ao alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos atuou no Timor-Leste e em diversos países, como Bangladesh, Camboja, Líbano, Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Ruanda, negociando conflitos e tentando restabelecer a paz e os direitos humanos.

20 de maio de 2002. Serviu ao Timor-Leste como presidente até maio de 2007. Em 8 de agosto de 2007, foi empossado como primeiro-ministro, atuando nesse cargo até 2012. Depois foi ministro do Planejamento e Investimento Estratégico do Timor-Leste e, em 2019, é líder do partido conhecido como Congresso Nacional para a Reconstrução do Timor-Leste.

Desde o fim da ocupação indonésia, Xanana Gusmão é alvo de críticas quanto à sua forma de governo. O professor Akihisa Matsuno (2014) é um dos que critica a conduta política de Xanana Gusmão, pois, segundo o professor, sua conduta é carente de diálogo político. Em seu artigo “Construção da democracia, diálogo político e capital social na transição de Timor-Leste para a independência”, defende que a crise que assolou o Timor em 2006 é consequência dessa falta de diálogo e do processo deficiente de edificação da democracia no país.

A crise de 2006, conforme foi explicado acima, revelou que a rivalidade entre Xanana Gusmão e Mari Alkatiri, ou, mais amplamente, a rivalidade entre o grupo de Unidade Nacional e a Fretilin, tinha ficado por resolver. Essa rivalidade não era segredo, mas creio que muitas pessoas não poderiam prever que levaria a uma batalha tão feroz. Até agora não existe certeza de que o problema tenha sido resolvido com a vitória do grupo de Xanana Gusmão no final da crise e nas duas eleições legislativas subsequentes, de 2007 e 2012. Essencialmente, nada ficou resolvido. Por conseguinte, o que pretendemos perceber é como devem os problemas políticos internos ser tratados no contexto da construção da democracia ou da construção da paz. Deve a solução desses problemas ser deixada aos líderes políticos locais por si sós ou devem os peacebuilders externos adotar uma abordagem mais intervencionista? No caso de Timor-Leste, a primeira abordagem revelou-se ineficaz. (MATSUNO, 2014, p. 91)

Apesar de visões como a apresentada por Matsuno (2014), não há como negar a importância de Xanana Gusmão para o processo de democratização do Timor. A escritora angolana Teresa Amal é uma das que defende a importância de Xanana Gusmão no processo de libertação do Timor. Em seu livro *Timor Leste: Crónica da Observação da Coragem* (2002), Teresa Amal diz que “ninguém lembrou suficientemente o quanto devemos a Xanana Gusmão e ao Povo Timor” (AMAL, 2002, p. 13).

1.3 O poder da língua portuguesa

Tão importante quanto as armas e os membros da resistência timorense é a língua portuguesa, elemento que ocupou lugar de destaque ao longo dos 24 anos de ocupação indonésia. O idioma português é uma herança da colonização portuguesa, que remonta ao século XVI. Inicialmente, as populações locais do Timor-Leste comunicavam-se com os

portugueses por meio de gestos, a fim de promover a comercialização e a escoação dos produtos timorenses. Contudo, diante da expansão comercial, a comunicação por gestos foi deixando de ser eficiente. Assim, sob o pretexto de ensinar a língua portuguesa aos nativos timorenses, desembarcaram na ilha de Timor os primeiros missionários jesuítas, que “conseguiram expandir a língua portuguesa através da alfabetização nas escolas e das preces expressas nas capelas e igrejas católicas, que cada vez mais se expandiam em todo o Timor ao longo de quatro séculos” (RUAK, 2001, p. 40).

O tétum sempre foi a língua franca de Timor-Leste, país que conta com mais de 30 dialetos. Nos primeiros anos da colonização, segundo Ruak (2001), o tétum e o português conviviam até com certa harmonia. Todavia, para o estudioso, faltou apoio da coroa portuguesa para intensificar o esforço dos missionários em promover a língua portuguesa.

(...) só em 1915 abriu em Timor a primeira escola oficial e, durante mais de 50 anos, talvez com certo arrependimento, tentou equilibrar o esforço feito pelos missionários, expandindo a língua portuguesa através de abertura de mais escolas, empregando até para o efeito soldados portugueses em serviço nesta meia ilha. Como era de esperar, não obstante esse tardio esforço, até 1975, apenas 5% da população se podia exprimir em português e talvez menos de metade se comunicava na mesma língua, oscilando esta apenas da elite administrativa para o clero católico. (RUAK, 2001, p. 40)

Havia na ilha uma necessidade de manter e promover o conhecimento acerca da língua portuguesa que se sustentava, nas palavras de Ruak (2001), pela presença de intelectuais que dominavam o idioma lusófono, pela existência, posterior, de timorenses que conheciam o português escrito e, por fim, pelo fato de o português ser a língua mais ortograficamente desenvolvida em Timor. A partir dos anos de 1960, a língua portuguesa tornou-se um veículo de comunicação entre o Timor e o restante do mundo, sobretudo com Portugal e com os países que também eram colônias da coroa portuguesa. Contudo, “em 500 anos de colonização portuguesa, só 30% de timorenses tiveram acesso à educação, sobretudo devido ao facto de só se poder ir à escola quem fosse já baptizado e com nome português” (GUSMÃO, 2018). Para Xanana, essa é uma situação singularíssima do Timor em comparação aos outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Só já nos inícios dos anos 70, é que se ofereceram oportunidades para alguns jovens timorenses poderem aceder ao ensino universitário, em Portugal. O resultado desta abertura foi que, depois da Revolução dos Cravos, a maior parte destes jovens se tornaram revolucionários e regressaram para iniciar a Luta de Libertação. (GUSMÃO, 2018)

Com a invasão indonésia, a manutenção da língua portuguesa entra em colapso, principalmente por causa da imposição dos indonésios de que o português não deveria ser falado na ilha, e sim a língua malaia, o bahasa. Para a pesquisadora Regina Helena Pires de Brito, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Timor sofreu uma “destimorização”. O termo usado pela autora é consequência da dominação indonésia, “que, no plano lingüístico, representou a inclusão de uma nova forma, manifestada na imposição da ‘bahasa indonésia’ (variante do malaio), na minimização do uso da língua nacional, o tétum, e na perseguição do português” (BRITO, 2007, p. 235).

A imposição, contudo, fez com que os membros da resistência timorense adotassem o português como a língua de resistência. Assim, “[n]os tempos da guerra de posição, 1975 à 1979, a língua oficialmente usada pela Resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até a base” (RUAK, 2001, p. 41).

Os guerrilheiros também ensinavam o idioma aos habitantes da ilha, o que também foi se tornando difícil, pois muitas pessoas que sabiam o português morreram.

O padre João Felgueiras (2001) conta o quanto a língua portuguesa resistiu aos bombardeios e aos ataques da invasão indonésia, que destruiu escolas e livros. Diante desse contexto de luta, a língua portuguesa tornou-se não só instrumento, mas símbolo da resistência timorense e elemento de formação da identidade nacional. Isso porque a “Língua Portuguesa estava tão arraigada já de séculos em Timor, que a destruição resultante da invasão fez despertar no povo a sabedoria para a transformação numa arma eficiente de defesa e de resistência” (FELGUEIRAS, 2001, p. 46).

Todavia, quem defendia o português estava em constante perigo. O padre Felgueiras (2001) conta como foram os dez primeiros anos de invasão no que se refere à língua portuguesa:

Os primeiros 10 anos de guerra foram, muitas vezes, de risco para quem tivesse livros ou fizesse uso da Língua Portuguesa. Nesses primeiros anos, os livros eram escondidos, enterrados, à espera de melhores tempos. Em geral, o livro não sobrevivia enterrado, mesmo dentro de sacos plásticos. Era com tristeza que se ouvia o timorense a lamentar que os seus livros tinham apodrecido. (FELGUEIRAS, 2001, p. 48)

Havia, ainda assim, esforços variados para manter a língua portuguesa. Nesse contexto, a Igreja Católica, mais uma vez, teve papel preponderante, haja vista que muitos livros religiosos em português circulavam no Timor, apesar da caça aos livros em português.

Nesse sentido, “[o]s livros de cânticos religiosos em português foram também mantendo o uso da língua portuguesa” (FELGUEIRAS, 2001, p. 48).

Assim que invadiram o Timor, os indonésios não pouparam esforços para dominar três campos: a linguagem, a educação e a ideologia.

Os massacres cometidos em Timor-Leste, nos anos 1979 a 1981, foram como que orientados para acabar com o segmento da sociedade que tinha um maior domínio da língua portuguesa. Foi também fechada a única escola em Díli, que ensinava português. Este factor foi reforçado com a proibição de se falar português e a obrigação de se aprender e falar o idioma indonésio. (GUSMÃO, 2018)

Estar de posse de um livro escrito em português, por exemplo, configurava crime. “Os únicos livros que podiam ser encontrados em Díli durante o regime indonésio eram de origem indonésia e geralmente voltados para suprir as necessidades curriculares de as crianças serem obrigadas a freqüentar as escolas indonésias locais” (GUNN, 2007, p. 50). Isso significa que os livros indonésios destinados ao ensino de crianças timorenses não traziam conteúdos direcionados à cultura timorense. O que se percebe, então, é uma desvalorização, uma negação dessa cultura. E apesar de a língua portuguesa ser uma herança lusófona, esta não negou a história e a cultura timorense, o que concorre para a compreensão de a língua portuguesa ter sido uma língua de resistência.

Durante os 24 anos de luta, o português foi a língua de trabalho de guerrilha, as Falintil. “Nossos debates, discussões, planejamentos, definição de táticas e estratégias, programas, estudos coletivos, educação política, conscientização, tudo era em português, conta o comandante Falur, um dos principais líderes da guerrilha (...) “Nossos relatórios diários e notas sobre a situação eram em português. No dia-a-dia falávamos tanto português quanto tétum.” (FORGANES, 2001, p. 434-435)

O problema maior em relação ao idioma seria enfrentado após a desocupação do Timor pelos indonésios, já que as mesmas pessoas que se uniram para resistir à ocupação divergiram quanto à escolha da futura língua oficial. A determinação de uma língua oficial, no entanto, não foi privilégio do Timor. Todos os novos estados oriundos do processo de descolonização tiveram que encontrar e impulsionar sua identidade nacional por meio de uma língua. Muitos países africanos herdaram a língua – e a oficializaram – das potências que os colonizaram. Apesar de menos complexa, essa situação criou outra problemática, que estava relacionada às religiões, aos idiomas e às tradições, distintas dentro do próprio estado (HULL, 2000). Por isso que a maior parte dos países na África manteve “como língua oficial a língua da sua antiga potência colonizadora – quer o inglês, o francês ou o português. A língua em

questão, apesar de ser estrangeira na origem, tinha indubitavelmente a enorme vantagem de ser neutra” (HULL, 2000, p. 31).

No Timor, quando o país começou a emergir da colonização, a questão da língua não era um problema de acordo com Hull (2000), que considerava o país único na perspectiva linguística, mesmo tendo 15 línguas indígenas. As pessoas se comunicavam em tétum e aprendiam o português na escola. Como já dito, quando a Indonésia ocupou a ilha, proibiu em todas as escolas o ensino do português, instaurando o ensino do idioma indonésio.

Os novos programas ensinavam às crianças a cultura e a história indonésias, ignorando por completo a especificidade da cultura e história do Timor-Leste. Como seria de esperar, os efeitos da educação indonésia sobre as crianças e adolescentes timorenses iriam levá-los a compreender e interpretar o mundo e o seu próprio país através do prisma indonésio. (HULL, 2000, p. 32)

A imposição da cultura indonésia, incluindo nesse contexto a educação, fez com que houvesse até um salto educacional em Timor-Leste, trata-se, porém, de um avanço que estava na contramão do respeito à história do Timor (GUNN, 2001).

Na contemporaneidade, vigoram duas visões antagônicas no que diz respeito à identidade cultural no Timor. De um lado, a geração mais velha, que conviveu com as atrocidades da ocupação indonésia, quis o português como língua oficial, descartando, inclusive, a necessidade de um estatuto oficial para o tétum e demais vernáculos. Do outro lado, jovens que desejavam que somente o tétum fosse a língua oficial. Em meio a esse antagonismo, havia timorenses que defendiam o uso do português no diálogo com outros países e timorenses que argumentavam que o indonésio devia ser restabelecido por conta de sua utilidade na região geográfica em que o Timor se encontra.

As argumentações foram e são legítimas e importantes, contudo, precisam ser elucidadas sob pena de apagarem uma história de resistência que tornou o Timor o que é hoje. Nessa perspectiva, os argumentos de Hull possuem a coerência necessária para compreender a necessidade de resgatar e valorizar o português no Timor.

A importante ilação que podemos tirar deste processo é que todos aqueles timorenses que hoje propõem que só o tétum seja a língua oficial, os mesmos que pedem a erradicação do português como ‘língua colonial’, os que não visualizam que haja lugar nas escolas ou nos meios de comunicação para os vernáculos baiqueno, fataluco, mambae ou quémaque etc., os que querem elevar o inglês a língua co-oficial em Timor-Leste – tais pessoas, quer compreendam ou não, estão na realidade a tentar impor à nação a mesmíssima fórmula cultural ontem imposta por Jacarta (...) (HULL, 2000, p. 35)

Para Hull, o desprezo pela cultura indonésia em Timor-Leste não consiste em uma difamação. Ele defende que o modelo cultural suhartiano não é compatível com a realidade cultural do Timor-Leste, o que foi provocado pelas diferenças históricas, a começar pelas discrepâncias observadas entre o colonialismo holandês e português. A colonização holandesa, haja vista que a Indonésia foi colonizada pela Holanda, não tinha como grande propósito misturar-se com os povos indígenas. Percebe-se esse distanciamento, inclusive, na ausência de motivação para impor a religião calvinista aos colonizados (HULL, 2000).

Já “os portugueses tiveram sempre como objectivo a assimilação das populações por si conquistadas e acrescentadas ao seu império” (HULL, 2000, p. 36). Nesse sentido, casamentos mistos eram habituais, o catolicismo fora disseminado entre os povos indígenas, as línguas dos indígenas ficaram impregnadas de expressões, palavras e estruturas portuguesas e vice-versa. “Pelo menos duas vezes durante a ‘missão civilizadora’ de Portugal em Timor-Leste, a colónia adquiriu o estatuto de província ultramarina, sendo considerada tal como Lisboa ou Coimbra parte integrante da pátria portuguesa” (HULL, 2000, p. 36). É claro que Portugal não pode ser concebida como uma “salvadora da pátria timorense”. Apesar de questionável, a teoria de hibridização, desenvolvida por Gilberto Freyre, mostra que a lusofonia pode ser compreendida, na verdade, como uma mestiçagem.

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a européia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte, um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos. (FREYRE, 1998, p.8)

A visão de Gilberto Freyre não pode ser reduzida à compreensão de que o colonizador português é superior aos colonizados nem na concepção de que as divergências entre colonizadores e colonizados podem ser equilibradas e solucionadas por meio da língua portuguesa. Caso seja aceito o uso do termo lusofonia, este deve ser compreendido somente se o vocábulo prezar pelo respeito à diversidade linguística e cultural do país, que na atualidade tem o português como língua oficial. Assim, privilegia-se, nesse contexto, a utilização sob o prisma cultural que o termo lusofonia evoca, e não sob o prisma ideológico, como foi proposto por Freyre.

Hull reconhece que o impacto do colonialismo português possui dois lados, um negativo e outro positivo. Para o estudioso, a relação do Timor com Portugal favoreceu para

renovar e consolidar a cultura timorense ao mesmo tempo em que “na vida pública, a administração local não deu qualquer relevo ao tétum nem aos outros vernáculos” (HULL, 2000, p. 37). Além disso, a supervalorização do lusocentrismo nas matérias estudadas na escola consiste em outro ponto negativo, uma vez que elas ignoravam totalmente a cultura e a história do Timor. Na contramão desse cenário, a ocupação pela Indonésia favoreceu o tétum, uma vez que com a proibição do português a Igreja usou amplamente o tétum como língua litúrgica, o que “fez com que os religiosos se consciencializassem da beleza e do potencial do tétum como meio literário” (HULL, 2000, p. 38).

Apesar de todos os esforços indonésios, a língua portuguesa não foi extinta no Timor, assim como outras línguas. Hull categoriza em dois grupos os idiomas falados na ilha. O primeiro contempla as línguas essencialmente nacionais, como o tétum, mais 14 vernáculos e a variedade timorense da língua portuguesa. No outro grupo, encontram-se os idiomas estrangeiros, o inglês e o indonésio, que não influenciaram os vernáculos indígenas como o português impactou. Hull argumenta que a interferência na língua não foi a mesma exercida no processo de colonização. “Os seus antepassados submeteram-se ao poder português só porque os europeus não interferiram muito nas instituições nativas e fizeram poucas tentativas de mudar a cultura indígena” (HULL, 2000, p. 39). Analisando esse contexto, ratifica-se a importância do português para a cultura timorense, para o resgate da história e para um futuro próspero. O inglês e o indonésio não serão capazes de resguardar esse capítulo da história timorense. Quem defende a implantação do inglês ou do idioma indonésio nega valores do patrimônio cultural do Timor, dando lugar a uma preocupação basicamente econômica.

Eu não prevejo qualquer problema se o novo governo de Timor-Leste decidir promover o inglês como segunda língua, sem qualquer estatuto oficial, tal como é a prática corrente na Indonésia, Portugal, Japão e em muitos outros países. Assim contido, não é provável que o inglês se encontre em posição de ameaçar a cultura tradicional de Timor. Se, por outro lado, os líderes timorenses cometerem o erro de pôr o inglês no lugar do português, as consequências que daí resultarão terão sem dúvida graves implicações para o futuro do país. (HULL, 2000, p. 40)

Nessa perspectiva, o português também não se configura como uma ameaça, visto que a língua portuguesa já mostrou ser capaz de conviver em harmonia com outras línguas, mais do que o inglês, que tem o poder de aniquilar línguas aborígenes. Ademais, o português e o tétum apresentam elementos similares na pronúncia, gramática e vocabulário. “As perspectivas para a sobrevivência e o desenvolvimento do tétum são mais animadoras num contexto de relação contínua com o português” (HULL, 2000, p. 43).

Além dos fatores culturais, o português também possui importância no atual contexto mundial, pois são mais de 180 milhões de falantes do português na Europa, África, Brasil, Goa, Macau, Malaca e Timor-Leste. “Apesar de não ser usada internacionalmente como língua franca, como o inglês, o português é mais falado no mundo do que o russo, o japonês, o alemão, o francês ou o javanês” (HULL, 2000, p. 43).

Consoante ao que propõe Hull (2000), o português também é tido como um trampolim para o aprendizado de três línguas neolatinas, o espanhol, o italiano e o francês. Desse modo, devido à importância dessa língua no cenário comercial, aprender o português e essas três línguas são fatores positivos no contexto desenvolvimentista. Todos os argumentos e análises apresentados por Hull (2000) corroboram a defesa da manutenção e da valorização da língua portuguesa no território timorense. Além disso, outro ponto bastante importante refere-se ao patrimônio literário timorense em língua portuguesa. Desprezar o português no Timor-Leste é também, de certa forma, negar o valor de escritores como Luís Cardoso, João Aparício, Jorge Barros Duarte, Fernando Sylvan, Francisco Borja da Costa, Danilio de Barros e Xanana Gusmão, que provaram por meio dos seus escritos que a literatura também é um instrumento de resistência. E manter, consolidar e legitimar uma literatura nacional é uma forma de continuar resistindo. Nesse sentido, a língua portuguesa cumpre com o seu papel não só na formação da identidade linguística em Timor, mas, sobretudo, na constante formação da identidade histórica, cultural e política do país, o que é corroborado por Hull quando este diz que, se o Timor anseia manter sua ligação com o passado, o idioma português não pode ser descartado, sob pena de o Timor ser uma nação amnésica. Assim, o “Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional” (HULL, 2001, p. 39).

1.4 A imprensa e o Timor-Leste

Por sua relação intrínseca com a linguagem, com a representação da realidade e com a população, vale também observar a existência, a resistência e a realidade da imprensa no Timor-Leste e a imprensa internacional.

Como boa parte das demais formas de expressão e de cultura da sociedade timorense, a imprensa do país, desde a ocupação indonésia, é também marcada por repressão e silenciamento, alguma resistência e coragem e, mais recentemente, regulamentação e gradativa difusão. A imprensa local, portanto, nunca chegou a ser um elemento central em

Timor-Leste, mas tem parcela de contribuição na luta contra os indonésios, no processo de construção da identidade, na denúncia ao mundo das violações cometidas no Timor-Leste e, após a libertação, na difusão das informações, na criação de um sentimento nacional e na defesa das línguas e costumes do país.

As rádios comunitárias, jornais e revistas que começavam alguma experiência nos anos 1960 e 1970, foram praticamente extintas durante pelo menos os 15 primeiros anos de ocupação indonésia. Possivelmente os grupos de resistência utilizaram formas rudimentares de comunicação social para registros, agitações e divulgações, mas não encontramos nenhuma referência a qualquer produto feito pelos timorenses de 1975 a finais dos anos 1980. Durante este período, a demonstração do que ocorria no país ficou restrita a publicações de jornais estrangeiros – principalmente australianos – mas geralmente a partir de relatos, com escassas coberturas *in loco*, fotografias e entrevistas.

Ao fim da invasão, retomam-se as produções próprias e começam a surgir e ressurgir veículos de comunicação de diferentes áreas e vinculações, desenvolvendo a comunicação de forma gradual assim como as demais formas de expressão, sociabilidade e construção da vida coletiva neste novo e pequeno país.

Como é recente enquanto país independente e soberano, o Timor-Leste possui um ordenamento jurídico também recente e ainda incipiente, com a primeira Constituição sendo publicada em 2002 e outras leis e códigos sendo introduzidos ao longo dos anos. Alguns setores carecem de regulação e outros já receberam atenção dos legisladores, como é o caso da comunicação social. Em novembro de 2014 foi promulgada a Lei nº 5, conhecida como Lei da Comunicação Social, que visa defender a liberdade de imprensa, regular os *media* e o exercício da atividade jornalística, assegurar o pleno exercício da liberdade de expressão e indicar a criação do Conselho de Imprensa, dentre outros pontos. Posteriormente, outras normativas relacionadas ao setor também foram publicadas, como o decreto que cria e aprova o estatuto do Conselho de Imprensa, o regulamento que estabelece o Código de Ética dos Jornalistas e a regulação específica da *Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P. – RTTL, E.P.*, principal órgão de comunicação do país (CARNEIRO, 2017). De toda forma, a legislação ainda é recente e tímida, com contradições e ambiguidades com relação, por exemplo, à “responsabilização civil pelos excessos praticados pelos órgãos de comunicação e jornalistas” (CARNEIRO, 2017, p. 3), questão sobre a qual se debruça Duarte Nuno Gonçalves Simões Carneiro (2017) em sua dissertação de mestrado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa.

O artigo 22 da Lei de Comunicação Social diz que “o papel dos órgãos de comunicação social é informar, educar e entreter contribuindo para uma sociedade informada e uma opinião pública diversa” (TIMOR-LESTE, 2014). Como pode ser visto neste estudo, essa função, em grande medida, não fez parte da vida timorense durante a ocupação indonésia: a imprensa do país praticamente inexistiu, e a imprensa estrangeira não conseguia entrar facilmente no Timor-Leste ou, quando conseguia, sofria censura e repressão. E ainda que tenha passado a haver regulamentação jurídica formal, isso não quer dizer que, na prática, os direitos, deveres e preceitos legais sejam cumpridos efetivamente, mesmo também porque a imprensa se relaciona objetivamente com outras variáveis, como o letramento da população, que ainda é restrito no país.

Até o início da ocupação indonésia, em 1975, as experiências de imprensa eram raras, muito em virtude do altíssimo analfabetismo da população²¹, das dificuldades de acesso a todo o território e das poucas possibilidades humanas e culturais da população.

Pires (2001) destaca que, além da baixa capacidade e interesse pela leitura por parte do público, outra razão para a ausência de imprensa em Timor-Leste antes de 1974 foi a efêmera e transitória relação que os militares e funcionários administrativos vindos de Portugal tinham com o país, impossibilitando “projetos de grande envergadura, como o da implementação de uma imprensa sólida e com futuro, a circular na ilha” (PIRES, 2001, p. 139). Além disso, não havia meios para distribuição dos produtos de imprensa ou quaisquer panfletos informativos e o Governo da Província não dispunha de dotações orçamentárias para resolver os inúmeros problemas da ilha, muito menos para a imprensa. Ainda assim iniciativas avulsas possibilitaram o aparecimento de publicações periódicas em Timor, todas em português.

Pires (2001) e Amarante (2006) apresentam algumas iniciativas particulares que surgiram com algum destaque nos anos 1960 e 1970, como é o caso da *Revista Seara*, vinculada à Diocese de Díli para partilhar as experiências pastorais dos missionários, o jornal do Exército *A Província do Timor*, que tratava de assuntos no âmbito militar com o objetivo de mostrar a corporação como garantidora da paz, da estabilidade e da segurança e o jornal oficial do governo da província, *A Voz do Timor*, que se limitava a publicar atividades do governo, como visitas, inaugurações de obras, nomeações de funcionários e artigos de leis.

Com o movimento iniciado em abril de 1974, partidos e associações políticas recém-surgidos passaram a ver na imprensa um meio eficaz de propaganda e de divulgação dos

²¹ Censo oficial de 1965 mostra que a população do Timor era de pouco mais de 550 mil habitantes, com apenas 607 estudantes do Liceu e 14 mil estudantes do ensino primário, mas que só sabiam ler e cantar, sem capacidade de dominar o português para interpretar leituras mais complexas. (PIRES, 2001)

projetos, ampliando-se a leitura sobretudo junto à juventude letrada e militante. Mas “toda essa experiência desapareceu durante a ocupação indonésia e voltou a ser ansiada após 1999” (AMARANTE, 2010, p. 169). Assim que dominaram o país, os invasores indonésios proibiram o uso da língua portuguesa, forçaram o ensino da bahasa indonésia e desestimularam o emprego da língua nacional; e a imprensa local foi sufocada, interrompendo as já escassas publicações que circulavam (BRITO, 2004).

Desde o início da invasão, havia naturalmente uma disputa discursiva. O governo indonésio buscava dificultar, esconder ou mesmo reprimir as divulgações e interpretações de estrangeiros, de timorenses e de adversários, para assim fazer prevalecer a sua visão oficial de que as incursões das Forças Armadas sempre visavam apoiar o povo timorense contra a violência de rebeldes, comunistas e refugiados e que assassinatos na verdade eram mortes em conflito franco. O Timor se transformou em um país dominado com uma imprensa silenciada.

As experiências de divulgação próprias do povo do Timor foram praticamente extintas e as não muitas tentativas de equipes de televisão do exterior em mostrar a realidade dos conflitos foram por vezes impossibilitadas ou até violentamente reprimidas, inclusive com casos de assassinatos. Magalhães (1990) e Taylor (1993) relatam um episódio que posteriormente se tornou amplamente conhecido: em outubro de 1975, dois jornalistas australianos, dois ingleses e um neozelandês, após registrarem um ataque violento das forças indonésias contra um território então controlado pela Fretilin, foram mortos em um ataque poucos dias depois.

Sem qualquer aviso, um foi morto a tiro e outro ferido, quando tentavam escapar de uma saraivada de balas. Depois de outro ter sido atingido por uma facada, os quatro sobreviventes foram mortos, com a cara voltada para a parede da casa que tinham ocupado (...). Logo no dia seguinte, o jornal indonésio *Kompas* noticiou que forças da UDT tinham ‘descoberto’ os corpos de quatro europeus em Balibo. Isto serviu para abrir caminho à subsequente afirmação da Indonésia de que os jornalistas tinham sido mortos no fogo cruzado entre as forças da Fretilin e as da UDT. (TAYLOR, 1993, p. 130-131)

Vale destacar que os governos australiano e britânico, embora soubessem do fato, não fizeram qualquer esforço para investigar os casos.

No mesmo ano, o jornalista australiano Roger East recusou o conselho do governo de seu país em deixar o Timor e acabou assassinado em dezembro (MAGALHÃES, 1990). Além desses seis, Forganés (2002) também cita o assassinato de outros três jornalistas em setembro de 1999, após o referendo: um timorense, um holandês, correspondente do *Financial Times*, apenas duas horas após ter chegado ao país, e um indonésio.

Eram raras as autorizações para jornalistas estrangeiros visitarem o país, e, ainda assim, com visitas muito curtas e controladas. “De dezembro de 1975 a dezembro de 1988, as autoridades indonésias vão impor um bloqueio noticioso quase completo à parte oriental da ilha de Timor” (MAGALHÃES, 1990, p. 92). A exceção eram jornalistas que faziam reportagens favoráveis à ocupação indonésia, que, ainda assim, só podiam visitar alguns locais previamente preparados para escamotear a realidade.

O que jornalistas independentes conseguiam transmitir era “um grande medo instalado numa população dizimada e traumatizada pela guerra, pela fome, e por todo o gênero de arbitrariedades e atrocidades das forças ocupantes” (MAGALHÃES, 1990, p. 93). O portal do Arquivo & Museu da Resistência Timorese (AMRT)²² traz centenas de cópias digitalizadas de notícias de jornais estrangeiros, sobretudo australianos, divulgando brutalidades e efeitos da invasão no Timor-Leste – mas grande parte construídas a partir de relatos de terceiros, sempre com pouca ou nenhuma fotografia.

Mesmo após a suposta abertura do país, em 1989, jornalistas e organizações humanitárias continuaram tendo recusados seus pedidos de entrada no Timor. Taylor (1993) conta que durante a visita do papa João Paulo II ao país, em 1989, os repórteres que filmaram as manifestações realizadas após a missa tiveram suas câmeras e equipamentos arrancados. Ainda assim, o jornalista português José Carlos Vieira, que esteve na comitiva papal, destaca que o grande número de jornalistas presentes no país possibilitou uma avalanche informativa que, em alguma medida, demonstrou ao mundo a situação do povo maubere (VIEIRA *apud* MAGALHÃES, 1990).

Em setembro e outubro de 1999, quando os milicianos pró-indonésia, derrotados no referendo pela independência do Timor, destroem o país, a situação para a cobertura também ficou dramática, conforme relato da jornalista brasileira Rosely Forganés (2002), que esteve no local: a situação do país era incerta e pouco conhecida (o que dificultava para que os chefes das emissoras investissem em passagens e demais gastos para a cobertura), a emissão de visto para entrar na Indonésia era criteriosa e bastante difícil, muita gente queria fugir de Timor e muito jornalista queria entrar. No país, emboscadas mataram um jornalista e quase outros dois. Casas e ruas eram incendiadas, cadáveres abandonados espalhavam-se nas ruas e as pessoas não tinham o que comer e onde dormir (FORGANES, 2002). Os jornalistas acabaram se instalando em um convento, sem água, sem luz e apenas com um saco de dormir para cada. Aos poucos, o povo timorense passou a ajudar os jornalistas, por exemplo,

²² www.amrtimor.org

transportando-os de motos pelas ruas da cidade, embora soubessem que muitos timorenses foram assassinados em setembro simplesmente por terem colaborado com jornalistas, como guias, intérpretes ou motoristas. Nota-se, nos relatos de Forganés, mais um exemplo das diversas formas de resistência que o povo timorense empregou: ajudar de alguma forma os jornalistas estrangeiros para que o mundo pudesse ver o terror que havia se instalado no país.

Em geral, portanto, pouco se viu de tantos anos de conflito sangüinário em Timor. Há inclusive um documentário brasileiro de Lucélia Santos feito no Timor um mês após as tropas indonésias deixarem o país, que se chama justamente “Timor Lorosae – O massacre que o mundo não viu”. E assim, por exemplo, começa o livro *Timor – A História Oculta*, de John G. Taylor (1993, p. 9): “Algumas guerras chegam aos cabeçalhos dos jornais em todo o mundo, outras não”. E isso, segundo o autor, não é simplesmente pelo bloqueio das forças indonésias, houve também “uma falta de vontade geral, por parte dos governos da comunidade internacional, para levar a cabo qualquer investigação minuciosa sobre o que tem vindo a acontecer em Timor Leste” (TAYLOR, 1993, p. 9-10), e não pela possível pequenez e insignificância do país, mas justamente pela sua importância na política, na economia e na posição estratégica. Manter o Timor na órbita indonésia era interessante para os Estados Unidos, a Austrália e o Japão (TAYLOR, 1993). Do ponto de vista de sua importância, enquanto pauta para a comunicação social, o jornalista Antônio José da Silva, da *RTP (Radiotelevisão Portuguesa)*, é contundente: enquanto a comunicação televisiva deu uma dimensão de afetividade mundial a fatos como o problema palestino, o mesmo não ocorreu com a guerra no Timor.

Incluir Timor na lista de prioridades da grande comunicação, daquela que faz tremer a opinião pública internacional e mexer nas chancelarias do Ocidente, incluir Timor nesta lista de prioridades parece ser, ao lado das grandes movimentações diplomáticas, o grande desafio que se põe a quantos se interessam pelo futuro do Povo Maubere. (SILVA, 1990 *apud* MAGALHÃES, 1990)

Noam Chomsky relata que, contrastando com a grande cobertura que houve nos Estados Unidos em 1974-1975 sobre o Timor, a cobertura foi diminuindo, “limitando-se em grande parte às mentiras e justificativas do Departamento de Estado e dos generais indonésios. Em 1978, quando o massacre atingia proporções de genocídio, a cobertura chegou a zero” (CHOMSKY, 1997, p. 125-126). Mesmo em Portugal, colonizadora do Timor-Leste, as notícias não eram tantas, e mais relacionadas a questões políticas sobre Portugal do que a questões humanitárias do país invadido pelos indonésios (CUNHA, 2001).

O jornalista Manuel Acácio, da *TSF – Rádio Jornal*, também expõe esse ponto de vista em relato na II Jornada de Timor na Universidade do Porto, afirmando que a atitude da comunidade internacional com relação ao Timor-Leste resume-se na palavra hipocrisia e que, assim, caberia à comunicação ser um vetor decisivo na independência do país, informando e intervindo ativamente na resolução do conflito (ACACIO *apud* MAGALHÃES, 1990). E isso de fato se alterou um pouco desde a visita do papa João Paulo II e de outras negociações do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990²³, o que acabou, mais à frente, contribuindo com a decisão indonésia de abandonar o país em 1999.

O Timor-Leste é um país poliglota, com diferentes línguas convivendo e se intercambiando nas cidades, do inglês das administrações e cooperantes estrangeiros ao tétum e malaio utilizado de modo predominante pelo povo chegando ao português, que foi, e é, tão importante como língua de resistência, e desde a desocupação indonésia passou a ser reintroduzido oficialmente nas escolas e na vida timorense, com suporte fundamental dos meios de comunicação. A cultura dos estrangeiros, incluindo a dos chineses que entraram forte no comércio local, também influencia a vida timorense. Rádios comunitárias que representam expressão e participação popular convivem com o consumo de DVDs e outros produtos audiovisuais pirateados da indústria cultural asiática, norte-americana ou mesmo brasileira (AMARANTE, 2010).

Por se tratar de uma região de muita pobreza, ruralidade, interferência externa e ausência ou pouca idade do ordenamento jurídico, as experiências de produtos de comunicação social são relativamente restritas e marcadas por dificuldades, contradições e necessidade de apoio de organizações externas. A situação ainda é de construção das experiências na rádio, na televisão e na internet, conforme veremos a seguir.

A primeira estação de rádio do país foi a *Rádio Timor Kmanek – RTK*, fundada em 1993 como veículo oficial católico da Diocese de Díli. Assim como muitas outras instituições do país, a RTK teve sua infraestrutura e equipamentos destruídos durante os conflitos de 1999, o que, somado a crises administrativas e financeiras nos anos seguintes, custou a interrupção do funcionamento da rádio. Entretanto, em 2006, o trabalho de um padre com seminaristas reergueu e reativou a emissora. Os programas são diversos, passando por noticiários, esporte, reflexões, serviços de utilidade pública, sempre com “relação direta com o interesse das comunidades na capital” (DE SOUSA, 2012, p. 120).

²³ Revela Chomsky (1997, p. 127): “A verdade começou a se infiltrar no domínio público, obrigando os meios de comunicação a dar alguma atenção aos fatos”.

Outra emissora de destaque é a *Rádio Lourico Lian* (RLL), que surgiu em 2001 por iniciativa de jovens timorenses que fizeram parte da resistência contra a dominação da Indonésia. A propósito, mesmo durante a ocupação, o grupo já atuava na mídia como forma de resistência e propaganda, com a criação do boletim *Lourico Lian*, com notícias sobre a situação do país durante a luta pela independência (DE SOUSA, 2012). O boletim, que era divulgado não só no Timor Leste e na Indonésia, mas também em Portugal, Austrália, Moçambique e Angola, existiu de 1993 e 1999, contendo artigos em tétum e português e entrevistas com líderes da resistência, incluindo Xanana Gusmão.

A Rádio RLL, em sua história, contou com apoio, até mesmo financeiro, de diversas organizações, inclusive do PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) e com a participação de voluntários e estudantes nos programas. De Sousa chama a atenção para o papel de estímulo à união dos povos timorenses praticado pela rádio durante momentos internos tensos, como no decorrer de 2006, que levou um programa da rádio a receber apoio da Unicef e a ser apresentado ao gabinete do Primeiro-Ministro de Timor Leste (DE SOUSA, 2012). Mas a falta de recursos humanos e de fundos fixos permanentes limita muito a produção própria desta e das demais emissoras, que passam a ocupar boa parte de sua programação com republicação de notícias de outros veículos, muitas vezes de outros países.

Há ainda outras rádios comunitárias, como *Klibur*, da *Fundação Haburas*, e *UNMIT Rádio*, representante da missão da ONU no país. Em artigo publicado em 2006, Maria Inês Amarante relata a existência de 16 emissoras comunitárias emitindo em FM, e traz o exemplo de uma delas: a *Rádio Comunidade Café*, a qual com seus programas educativos, de orientações de saúde, cultura e meio ambiente e ampla participação de jovens estudantes em seu estúdio, relacionava-se com as potencialidades educativas e dialógicas da oralidade, da sociabilidade, da manifestação das subjetividades individuais e coletivas. Como a literatura de resistência, em certo sentido, os programas desta e de outras rádios efetivamente comunitárias também ajudaram – e ajudam – a construir um sentimento de pertencimento, de cidadania, de resgate da história, de protagonismo e de reflexão. Naturalmente que, como praticamente todos os demais elementos da sociabilidade timorense, este era um novo meio para o país, sendo, portanto, construído na prática, com inexperiência. Mas conclui Amarante (2006, p. 177), citando música de Milton Nascimento, “‘há que se cuidar do broto’, através de uma educação voltada à participação da juventude para que se possa colher os frutos de um trabalho comunitário construtivo e humanizador”.

De Sousa (2012) destaca que as rádios comunitárias enfrentam uma série de dificuldades para se consolidarem, a começar pelo financeiro, mas também pelo baixo nível

de educação e de renda da população e pela incapacidade de pagar adequadamente pelos bons jornalistas, que acabam sendo contratados por organizações internacionais e outras instituições. Ressalta-se, por outro lado, o grande potencial das rádios comunitárias, sobretudo por sua forma de comunicação participativa, com partilha, distribuição e construção coletiva, e seu diálogo com a oralidade, aspecto marcante da cultura e da resistência timorense.

Segundo De Sousa (2012), o primeiro jornal do país, *A Voz do Timor*, foi relançado em 1993 com apoio do governador da província com um novo nome: *Suara Timor Timur (STT)*, restrito às categorias e requisitos impostos pelo governo indonésio. Com o enfraquecimento da ocupação, o jornal passou a dar espaço às missões da ONU e ao trabalho da Administração Transitória, desempenhando “um papel socializador das informações sobre a liberdade do povo de escolher entre a independência total ou autonomia/integração com a Indonésia” (DE SOUSA, 2012, p. 135-136). Após a divulgação do resultado do plebiscito de 1999, o jornal, assim como praticamente todas as instituições da cidade, teve sua infraestrutura destruída pelas milícias pró-Indonésia e só conseguiu ser relançado em 2000, com apoio de distintas organizações internacionais, e com mais um novo nome: *A Voz de Timor Lorosa'e*, que também muda de orientação e passa a ser um elemento na luta pela construção da cidadania e da identidade do novo país. A missão do jornal, como afirmado por uma edição de 2010, é construir e promover a democracia, direitos humanos, paz, verdade e justiça; representar a voz do povo; promover e criar uma boa relação com os países vizinhos e outros países; e construir uma sociedade de conhecimento (DE SOUSA, 2012). O jornal, em 2019, possui uma estrutura relativamente bem consolidada, com muitos funcionários, cooperações com escolas e universidades e um portal na internet²⁴.

Uma das maiores produções, que circulou de fevereiro de 2000 a maio de 2002, foi o *Tais Timor*, um jornal bimensal produzido pela Administração Transitória e publicado em tétum, inglês, português e bahasa indonésia (BRITO, 2004). Ele continha informações sobre as ações da UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste), seções de perguntas e respostas, relatos sobre a vida timorense, notícias e editoriais. Brito (2004) reescreve o que o próprio jornal trouxe em todas as suas edições como explicação do nome da publicação:

Tais Timor foi escolhido porque nos faz lembrar o longo, cuidadoso e detalhado processo que inclui muitos dos ingredientes essenciais para se tecer os *tais*, os panos tradicionais usados para todos os acontecimentos importantes da vida timorense. Timor-Leste também é formado por muitos “ingredientes”. Quando as casas forem

²⁴ <https://suara-timor-lorosae.com/>

construídas, os campos derem colheitas, as pessoas abrirem negócios e as instituições forem estabelecidas, Timor-Leste, tal como o *tais*, terá sido tecido como uma nova nação. (BRITO, 2004, p. 164)

A publicação era distribuída gratuitamente e tinha uma tiragem de 75 mil exemplares – uma relevante quantidade considerando-se a população de aproximadamente 800 mil habitantes à época. Embora não fosse comercial, havia certa pretensão de transmitir a ideia da ONU, enquanto sujeito principal, para a manutenção da paz, mas de toda forma foi uma primeira e importante experiência de comunicação social pós-libertação. “Servindo ou não a interesses de um discurso de autoridade, a circulação desta publicação possibilitou aos timorenses o reencontro com a sua voz silenciada, com a sua palavra interdita” (BRITO, 2004, p. 167).

A *Rádio e Televisão do Timor-Leste, Empresa Pública* (RTTL, E.P), é o primeiro canal de televisão do país, fundado em 1999 pela missão da ONU, com a proposta de ser uma fonte de informação independente. Começou incipiente e com predominância de funcionários da ONU. Com o tempo, expandiu-se, mas ainda enfrenta muitas dificuldades com relação a recursos materiais e humanos (DE SOUSA, 2012). A transmissão dos Jogos Olímpicos de 2000, na Austrália, que contou pela primeira vez com a participação do Timor-Leste como país independente, foi histórica para a RTTL. E a partir desta data começou a se difundir, todavia, em 2019, ainda eram poucos os programas locais, de forma que a audiência se concentra nos canais indonésios.

A RTTL possui duas estações de rádio – uma FM e uma AM –, uma estação de TV e um portal na internet²⁵. É o único canal de televisão do Timor apoiado pelo Estado e o que tem a maior cobertura, alcançando a maior parte das regiões do país (DE SOUSA, 2012). É uma corporação pública, sem fins lucrativos e que tem como missão “oferecer informações atuais e promover valores sociais e culturais através de programas educativos e de entretenimento” (DE SOUSA, 2012, p. 161). Interessante notar que também é papel da RTTL, de acordo com o Decreto-Lei nº 42/2008, que transformou o órgão em empresa pública, “promover a defesa e a difusão das línguas oficiais do Timor-Leste” (CARNEIRO, 2017, p. 47).

Na internet, são encontrados alguns portais de notícias do Timor-Leste, com padrão semelhante – fotos e manchetes em diferentes tamanhos e destaques na página principal –, formato simples, sem muito refinamento estético ou estrutural e com presença predominante

²⁵ <http://rttlep.tl>

de notícias escritas – com pouca confluência de mídias. Alguns sites são exclusivamente em tétum, como *STL Online*²⁶, outros dão opção em tétum ou português, como *Sapo Timor Leste*²⁷ e *Tatoli – Agência Noticiosa de Timor-Leste*²⁸ e outros também com opção de tradução para o inglês, como o *Independente*²⁹ e até na linguagem indonésia, no portal da RTTL. Mas nenhum destes portais entrega realmente a tradução de todas as reportagens. Na verdade, algumas notícias são publicadas ou traduzidas nas demais línguas, mas aparentemente é dada maior atenção ao tétum. E há também uma mistura, com manchetes, matérias e propagandas em diferentes linguagens convivendo em uma mesma página. Há até exemplos de matérias cuja chamada é em tétum, mas o vídeo em português; e reportagens da RTTL, em que o texto do repórter é em português e os entrevistadores respondem em tétum. É uma demonstração de como a linguagem na vida cotidiana de Timor-Leste é diversa³⁰, e como o português, embora tenha sido proclamado como elemento da resistência e cuja difusão fora estimulada após a independência, não é de fato a língua corrente do povo timorense.

Vale destacar que, em 2015, o Timor-Leste foi considerado o país com menor número de pessoas com acesso à internet, apenas 13 mil, o que corresponde a 1,1% da população (LANDIM, 2015). O baixo acesso à internet, o analfabetismo, a falta de profissionais qualificados ou de capacidade financeira para contratá-los, a mistura das línguas, a falta de recursos financeiros e equipamentos, a lenta evolução tecnológica de transmissões e a pouca idade do ordenamento jurídico são aspectos que dificultam a consolidação dos meios de comunicação em Timor-Leste, tornando-os, assim como outros produtos e serviços do país, algo ainda incipiente e de lenta ampliação. Porém, não se deve menosprezar a contribuição dada pela comunicação social dentro e fora de Timor-Leste para sua resistência, independência e, agora, reconstrução e sua identidade e formação educativa da população.

²⁶ <https://suara-timor-lorosae.com/>

²⁷ <http://www.sapo.tl>

²⁸ <http://www.tatoli.tl>

²⁹ <https://www.independente.tl>

³⁰ Os timorenses se comunicam não só em tétum ou em português. Eles utilizam uma variedade de línguas, inclusive na mesma frase. No Timor, há pelo menos 16 línguas nativas diferentes, além dos dialetos.

CAPÍTULO 2

ALÉM-MAR

O Timor-Leste foi colonizado por Portugal no século XIV, enfrentou a ocupação japonesa entre 1942 e 1945 e quando se preparava para declarar sua independência foi ocupado por tropas indonésias, que dominaram o país entre 1975 e 1999. Essa história, principalmente o capítulo que trata da ocupação indonésia, que hoje é até bastante conhecida, foi ignorada pela mídia e por governos do mundo todo, sobretudo do ocidente. Mais de 100 mil pessoas morreram no Timor, o que representava à época da ocupação indonésia um terço da população da ilha. Fome, miséria, destruição e morte foram substantivos comuns na história do Timor à época da ocupação indonésia. Foram substantivos ocultados também. Para que o mundo conhecesse essa história, timorenses, escritores e jornalistas tiveram que romper a barreira do silêncio em Timor. Uma barreira maior que o oceano. Apesar do “preço” alto que muitos tiveram que pagar, eles conseguiram.

Com a desocupação indonésia, países que, inclusive, apoiaram a Indonésia uniram-se para promover um processo de implementação da nação timorense. Em *Timor-Leste por trás do palco* (2007), primeira obra acadêmica publicada no Brasil que trata sobre o Timor-Leste, o pesquisador Guterian Neves (2007) discorre sobre a cooperação internacional em Timor-Leste e suas complexidades. Apesar do reconhecimento de que a cooperação internacional não é imparcial nem nutrida apenas de boa vontade, o pesquisador da ONG timorense La'o Hamutuk argumenta que “[f]ortalecer as instituições do Estado faz parte da edificação de uma nação, e devemos lembrar que a comunidade internacional esteve envolvida na construção da nação do Timor-Leste desde 1999” (NEVES, 2007, p. 98). Assim, dava-se início à Cooperação Internacional em Timor-Leste, em 1999, com a atuação da Organização das Nações Unidas, que formou a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). Entre seus objetivos, a UNTAET ajustou “operações de força de manutenção da paz e uma missão administrativa. Baseada em sua natureza transitória, a UNTAET coordenou duas eleições, facilitou a elaboração da Constituição e preparou o Timor-Leste para o autogoverno” (NEVES, 2007, p. 99).

A cooperação a longo prazo só aconteceu depois da ajuda emergencial e humanitária e das primeiras assistências para a reconstrução e o desenvolvimento do Timor.

Como em outros países do Terceiro Mundo que recebem recursos internacionais, o dinheiro veio acompanhado pelas instituições multilaterais, pelas Instituições Financeiras Internacionais, pelas agências da ONU, pelas organizações não-

governamentais (ONGs) ocidentais, pelas agências internacionais de desenvolvimento (norte-americana – USAID, australiana – AusAID, japonesa – JICA, etc.), pelos funcionários e consultores internacionais, pelos empresários estrangeiros e pelos equipamentos importados do exterior. Eles trouxeram até mesmo hotéis flutuantes para acomodar os trabalhadores estrangeiros. (NEVES, 2007, p. 99)

O referido trecho insta-nos a refletir sobre as implicações da cooperação no processo de formação do Timor enquanto nação. São muitos atores e doadores que se envolveram na cooperação no Timor, assim como são diversos os posicionamentos deles. Outro ponto a ser destacado diz respeito à participação do povo timorense no processo de construção da nação, afinal, o Timor-Leste é dos timorenses, situação que poderá ser melhor compreendida a partir das reflexões quanto à cooperação internacional.

2.1 Cooperação Internacional no Timor-Leste e sua complexidade

A administração transitória das Nações Unidas em Timor-Leste possuía três objetivos: 1) promover a segurança em Timor e atentar-se à emergência humanitária, em virtude das atrocidades da ocupação indonésia; 2) organizar o país para um governo autônomo; e 3) governar a ilha por 30 meses. A partir desses três propósitos, depreende-se que a UNTAET possuía soberania absoluta, sendo que essa foi a primeira experiência na história da ONU. A missão até parecia ser simples, mas a história mostrou que havia variáveis que não foram consideradas conta nesse contexto.

A missão da UNTAET enfrentou diversos problemas, incluindo segurança (os resquícios de uma milícia armada pró-Indonésia, assim como o exército guerrilheiro da resistência, as FALINTIL), o colapso da administração pública (resultante da violência de 1999 e da partida para a Indonésia de praticamente todo o pessoal em nível de supervisão), a limitação de recursos humanos para o serviço público, a crise humanitária causada pelo deslocamento de centenas de milhares de pessoas e a ruptura da agricultura e do comércio, a reconstrução da infra-estrutura de Timor-Leste, e o estabelecimento das condições para um desenvolvimento sustentável. (...) Os funcionários internacionais da UNTAET recebiam, em média, vinte a trinta vezes mais que os funcionários locais, que recebiam menos de 1% de todo o orçamento da Administração Transitória. Os fundos operacionais da UNTAET também pagavam salários e o apoio logístico do exército de forças de manutenção da paz, da polícia da ONU, bem como despesas de reabilitação de prédios usados pelas Nações Unidas e a compra de equipamentos e provisões. Tudo isso era importado. A maioria dos funcionários da UNTAET era de internacionais com pouco conhecimento sobre as condições econômicas e sociais do país. Poucos timorenses trabalhavam com a UNTAET, resultando na falta de conhecimento crítico local, assim como em frequentes problemas linguísticos. (NEVES, 2007, p. 105-106)

Diante de tantos problemas, como executar um plano de reconstrução de um país, excluindo as pessoas mais importantes, seus membros?; como em um processo de reconstrução de uma nação, os estrangeiros incubidos dessa missão podem ser mais valorizados financeiramente dos que os próprios moradores, quando estes executam os mesmos serviços ou compõem o mesmo quadro funcional?; como se pode desrespeitar a cultura local, desprezando a história e o povo timorense?

Neves (2007) analisa que a exclusão do povo timorense do planejamento de reconstrução do país acarretou consequências que são sentidas até hoje. Para o pesquisador, a ONU deveria ter contado com o apoio de pessoas do Timor que possuíam larga experiência no setor público.

Se a ONU tivesse alcançado as bases, poderia ter usado a capacidade de instituições como a Igreja Católica, o Conselho Nacional de Resistência Timorense – CNRT, uma rede política da resistência, que possuía uma forte estrutura nacional, algumas organizações clandestinas, e também as FALINTIL, o exército guerrilheiro. Havia também indivíduos timorenses com experiência e capacidade, mas a UNTAET optou por não usá-los, em parte porque a ONU não tinha uma estrutura para contratar locais para posições profissionais em seu próprio país. (NEVES, 2007, p. 107)

Mais uma vez o povo timorense não se manteve passivo, tentou se envolver, mas a missão da ONU não considerava a opinião de líderes timorenses. Tratava-se de um governo transitório bastante centralizado, em que o poder se concentrava no Representante Especial do Secretário da ONU.

Um exemplo da exclusão do povo timorense pode ser vislumbrado na presença do Banco Mundial em Timor. “Sua presença contradizia as condições sociais de Timor-Leste, porque o estilo de vida do povo timorense é diferente da doutrina do Banco” (NEVES, 2007, p. 110). Para o banco, os timorenses deveriam pensar em produzir visando à exportação, enquanto para os timorenses a tradição preconizava a produção para a subsistência familiar, somente o excedente era vendido internamente.

Para tentar amenizar a centralidade do poder da UNTAET, principalmente por conta da inexistência da separação dos poderes executivo, legislativo e administrativo judicial, já que todos eram concentrados na autonomia do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, foi criado o Conselho Consultivo Nacional (CNN), que, em seguida, se tornou Conselho Nacional (CN). Porém, o conselho não atendia às expectativas dos timorenses, pois se tratava apenas de um órgão consultivo, sem poder de deliberação. Xanana Gusmão participava, mas como vice-presidente e sem força decisiva. “Embora a presença dos

funcionários estrangeiros com vivências diversas possa ter enriquecido a experiência de Timor-Leste, em alguns casos os sistemas importados não eram apropriados para as condições do país” (NEVES, 2007, p. 111).

Com o fim da UNTAET, em 2002, os serviços sociais passaram a funcionar com mais eficiência, mas ainda havia problemas para os quais o governo transitório não tinha encontrado solução. A fragilidade do sistema judicial e de outras instituições do Estado revelava que outras ações deveriam ser implantadas. Nesse sentido, antes de serem encerrados os trabalhos da UNTAET, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) esteve à frente de uma avaliação da administração no Timor para identificar que tipo de cooperação a comunidade internacional poderia propor ao Timor com a saída da UNTAET em maio de 2002. Centenas de situações foram consideradas críticas ou pouco críticas, o que corroboraria a manutenção de técnicos estrangeiros na ilha. A justificativa para essa manutenção se baseava na concepção de que a paz na jovem nação seria mantida se “os processos de desenvolvimento fossem bem-sucedidos e sustentáveis” (NEVES, 2007, p. 112).

A Missão de Suporte das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMISSET), que tinha o compromisso de, por meio da Resolução 1.410 do Conselho de Segurança, apoiar o Timor-Leste no cumprimento das leis, segurança e administração pública, foi fundamental na designação de assessores para atuar nas situações críticas. A fim de efetivar o apoio, foi criado o programa de construção institucional e de capacidades, que se sustentava a partir da equivocada visão de que os timorenses não sabiam nada nem possuíam capacidade. Assim, 300 assessores foram contratados para todas as instituições do Estado. “As decisões sobre qual instituição receberia assessores dependia dos interesses do doador, mais do que de qual instituição estava mais frágil e necessitava mais desse apoio” (NEVES, 2007, p. 112). Mais uma vez os timorenses estavam à margem das decisões sobre a reconstrução do seu próprio país. A Unidade de Coordenação de Desenvolvimento de Capacidade (CDCU) foi criada para tentar corrigir, mais uma vez, a falta de timorenses nos processos de decisão e de avaliação. A CDCU contava com a representação dos países doadores, dos doadores multilaterais e do governo (NEVES, 2007).

Teoricamente, os doadores são motivados por razões humanitárias para dar assistência a Timor-Leste por este ser o país mais pobre da Ásia. Na realidade, contudo, a ajuda bilateral tem sido usada como uma ferramenta para promover os interesses dos doadores, como estabilidade regional e para ampliar os mercados, apoiar a economia doméstica dos doadores, promover sua cultura e criar condições que nosso governo tem que obedecer. No fim das contas, isso é que chamamos de “ajuda vinculada”. (NEVES, 2007, p. 113)

Portugal também teve um papel importante na condução da cooperação internacional no Timor. Entre os cinco maiores doadores³¹, Portugal, como ex-colonizador, deveria, para Neves (2007), ter assumido a responsabilidade no processo de reconstrução da nação timorense. Todavia, o pesquisador destaca que a percepção de generosidade é o que sustenta a doação de Portugal.

No artigo “A cooperação internacional como dádiva. Algumas aproximações” (2008), Kelly Cristiane da Silva refere-se à dádiva³² para relacionar os cinco maiores doadores (Austrália, Japão, Portugal, União Europeia e EUA) como responsáveis pelo percurso histórico e político no Timor.

Portugal foi o agente colonizador europeu por aproximadamente 430 anos; Austrália e Japão invadiram o então Timor português durante a Segunda Guerra Mundial; o Estado australiano foi um dos poucos países a reconhecer como legítima a anexação de Timor-Leste à República da Indonésia; os EUA apoiaram o regime de Soeharto na Indonésia e a ocupação militar do território timorense, fornecendo recursos bélicos para tanto. (SILVA, 2008, p. 158)

Nessa perspectiva, a dádiva internacional, à qual a pesquisadora se refere, pode ser compreendida como um instrumento para quitar uma dívida histórica, a fim de resgatar sua moral perante a comunidade internacional por causa das ações e/ou omissões praticadas em relação ao Timor.

Nesse direcionamento, Neves (2007) e Silva (2008) dialogam corroborando o entendimento da complexidade da cooperação internacional no Timor-Leste.

É importante observar que os elogiados documentos apresentados aos doadores, embora tomados como produzidos pelo Estado timorense, foram de fato elaborados, em grande parte, por assessores estrangeiros remunerados com recursos da AID, lotados em diferentes instituições da administração pública local. Dessa forma, ao elogiarem copiosamente estes documentos, os doadores celebravam, em última instância, suas atuações no espetáculo da construção do Estado nacional em Timor-Leste. (SILVA, 2008, p. 158)

Mais uma problemática insere-se nessa conjuntura política e social. Trata-se da questão do idioma. Os assessores estrangeiros “treinavam” os servidores timorenses utilizando a língua estrangeira e poucos se esforçavam para aprender o tétum. “Estes casos

³¹ Austrália, Japão, Portugal, União Europeia e EUA eram os cinco maiores doadores da cooperação internacional para o Timor.

³² Para Silva (2008), a dádiva é um mecanismo de formação de alianças, e “é constituída basicamente por três tipos de obrigações: dar, receber e retribuir. (...) Nesse sentido, é possível dizer que os sistemas de troca em discussão são meios de exercício e construção de poder, fatos através dos quais se definem relações políticas.

indicam como práticas de assistência técnica internacional operam como instrumentos políticos nos processos de formação de identidades estatais em países de independência recente” (SILVA, 2008, p. 162), complementa a pesquisadora.

No que tange à questão da língua, Portugal e Brasil possuíram um papel fundamental e, ao mesmo tempo, preocupante. Parte dos assessores anglófonos não estimava a presença expressiva de conselheiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Timor-Leste. A justificativa era que Portugal e suas ex-colônias não tinham uma gestão pública eficiente. Em contrapartida, as interferências dos profissionais anglófonos na administração pública local, também, não eram valorizadas por muitos conselheiros portugueses e/ou de países de tradição administrativa latina, como, por exemplo, nações da América Central e do Sul. Isso porque:

os assessores anglófonos eram caracterizados como impositivos por grande parte dos latinos, incapazes de perceberem e de respeitarem as particularidades da cultura timorense e do que era considerado pelos portugueses como questão fundamental do projeto de construção nacional de Timor-Leste: a lusofonia. Os portugueses, particularmente, contrapunham-se aos anglófonos apresentando-se como mais abertos ao contato e à convivência com a diversidade. (SILVA, 2008, p. 163)

Por meio de todas essas variáveis, é possível, inclusive, analisar que a junção de diversos países em prol do processo de construção da nação timorense não corresponde à generosidade muito menos à responsabilidade, num plano crítico e pragmático. Na verdade, o conceito de dívida, proposto por Silva (2008), encaixa-se bem com o que revelou a cooperação internacional, embora não tenha sido a dívida a força motriz da assistência internacional. Cada país membro da cooperação privilegia projetos específicos a partir dos seus interesses hegemônicos, que “estão vinculados à própria imagem que querem cultivar de si para o mundo” (SILVA, 2008, p. 164). Ademais, não é somente o ponto imagético que é influenciado pelos países doadores. Com as doações, o Timor-Leste – e qualquer outro país que dependa dessa assistência – é, numa relação de negociações políticas de amplitude global, o lado suscetível a ceder. Silva (2008) explica a razão: “Nessas arenas, é quase impossível que o Timor-Leste sustente posições distintas daquelas de seus grandes doadores sem sofrer qualquer tipo de sanção no campo da AID” (SILVA, 2008, p. 165). Estamos falando aqui de subserviência a interesses estrangeiros e subjugação política, consequências de uma gestão no

São ainda portadores de uma etiqueta própria, na qual o respeito ao tempo para o oferecimento da contradição é regra importante”. (SILVA, 2008, p. 146-145)

percurso de uma cooperação internacional desatenta aos verdadeiros princípios que deveriam nortear uma assistência internacional.

Nesse sentido, acreditar na generosidade dos países doadores é uma ingenuidade, enquanto defender a importância de cada país assumir suas responsabilidades em relação à reconstrução do Timor talvez seja o caminho mais ético. É válido considerar que o Brasil não está imune a esses e outros questionamentos no exercício da cooperação em diversos setores do Estado timorense.

O programa de cooperação bilateral prestado pelo Brasil em Timor-Leste é bastante amplo, focando-se em setores fundamentais à construção do Estado timorense, como a consolidação da lusofonia e do sistema romano-germânico no ordenamento jurídico, temas de justiça e segurança e formação de mão-de-obra. Timor-Leste é um dos países mais beneficiados pela cooperação brasileira. Estão em vigor instrumentos bilaterais nas áreas de cooperação técnica, cultural, educacional e de defesa. (BRASIL, 2018, s/p)

O país, que guarda uma herança lusófona, assim como o Timor-Leste, começou suas relações diplomáticas com o Timor em 1999, quando foram enviados cinco oficiais de ligação, seis observadores policiais e 19 peritos eleitorais para acompanhar o referendo sobre a independência do Timor.

O ex-presidente do Timor, Xanana Gusmão, solicitou nos anos 2000 o apoio brasileiro na área da educação e, no mesmo ano, o Escritório de Representação do Brasil em Díli começa a funcionar.

2.2 A missão brasileira em prol do Timor

Também relacionadas à língua portuguesa, ao apoio estrangeiro, à (re)construção do Timor e à resistência e ao despertar do povo timorense estão as missões brasileiras no país, em especial com relação ao desenvolvimento educacional.

Se for correto o bordão que afirma ser a educação o motor da transformação de uma sociedade, o Timor-Leste não demonstrava potencialidades de grandes mudanças após os 24 anos de ocupação indonésia e de destruição do país, causada pelas forças pró-Indonésia após o resultado do referendo de 1999. Em todos esses anos, não parece ter havido esforço em fortalecer a educação, capacitar e contratar professores, construir e equipar escolas ou receber pesquisadores internacionais. Pelo contrário, o português foi terminantemente proibido, a entrada de observadores e profissionais estrangeiros no país era dificultada, os materiais e estruturas das escolas básicas eram precários.

É relevante destacar que, em 2000, foram transformados em professores praticamente todos que sabiam falar português; em 2015 cerca de 80% dos professores que atuavam na escola básica não possuíam formação acadêmica (CASSIANI; LINSINGEN, 2015). Foi diante desse cenário que o Brasil, que iniciava uma política externa no governo de Luiz Inácio Lula da Silva de cooperação internacional com foco no apoio ao desenvolvimento de países do hemisfério sul, decidiu, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), instituir o Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa (PQLP), que, de 2005 a 2013, enviou mais de 200 professores brasileiros de diferentes áreas³³ e formações, com permanência de seis a 18 meses cada um para desenvolver atividades como cursos de formação junto a professores timorenses do ensino básico ao superior, cursos de língua portuguesa para funcionários de órgãos públicos e cursos de nivelamento para estudantes selecionados para estudar no Brasil, entre outras atividades (REIS, 2015). Foram publicados 11 editais de 2004 a 2013³⁴.

O programa foi fruto de um acordo assinado pelo Brasil junto ao Timor-Leste para a cooperação educacional e enquadra-se no contexto do estabelecimento de convênios de cooperação internacional do Timor com diferentes países desde a sua independência política, em 2002, em especial com Brasil e Portugal, após a entrada do Timor-Leste na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (GUEDES *et al.*, 2015). A instituição do programa de qualificação se deu pelo Decreto nº 5.274, de 18 de novembro de 2004, que em seu texto de abertura considera “o interesse de integração educacional e cultural com as nações que adotam o português como língua oficial e a prioridade de consolidação da independência da República Democrática de Timor-Leste” (BRASIL, 2004). O programa tinha como importantes substratos a posição especial alcançada pela língua portuguesa no mundo, a ampliação do número de falantes e de seu uso na ciência e, no que se refere especificamente ao Timor-Leste, a relação da construção do tétum com o português, o impulso dado pela língua portuguesa ao desenvolvimento do tétum e a compreensão de que a adoção da língua portuguesa como língua oficial é um ato instaurador de identidade (PAULINO, 2015).

³³ Os editais traziam vagas principalmente para Língua Portuguesa, Literatura, Educação, Pedagogia, História, Sociologia, Filosofia, Geografia, Física, Matemática, Química e Biologia. (REIS, 2015)

³⁴ Com as informações contidas nos resultados dos processos seletivos dos editais do PQLP entre 2004 e 2013, totalizando 228 cooperantes, acrescentando as 50 vagas disponibilizadas pelo edital 06/2008, o PQLP já encaminhou para os trabalhos em Timor-Leste um total de 278 professores. É possível que este número não corresponda exatamente à realidade uma vez que alguns desses professores, mesmo selecionados, podem não ter participado efetivamente do programa. Porém os editais sempre se referiram a um cadastro de reserva que poderia ser utilizado caso algum professor selecionado desistisse de participar do programa. Sendo assim, a quantidade final dos participantes não se alteraria de forma substancial” (REIS, 2015, p. 57).

Mas as origens deste programa são anteriores ao decreto e ao primeiro edital: no começo de 2003, o Ministério da Educação selecionou e enviou seis professores brasileiros para compor a primeira Missão de Especialistas Brasileiros em Educação em Timor-Leste (MEBE) (BORMANN; SILVEIRA, 2007).

Duas professoras que fizeram parte da missão, Aliete Bormann e Marília Silveira (2007), relatam que nos seis meses de trabalho foram três grandes produtos desenvolvidos: “assistência na pormenorização e implantação do Plano de Desenvolvimento do Currículo Nacional; assessoria na redação da futura Lei Básica da Educação Nacional; e assistência na formulação de política de melhoria da preparação de professores de Língua Portuguesa” (BORMANN; SILVEIRA, 2007, p. 235). Segundo as professoras, os desafios já começaram desde o início, visto que a seleção foi realizada a apenas um mês do embarque e era mínimo o conhecimento que se tinha do sistema educacional do país. Já no Timor, a missão fez uma visita a escolas de diferentes níveis de ensino e diagnosticou que a maior parte dos professores não falava com fluência a língua portuguesa e boa parte das aulas ainda era ministrada na língua indonésia. Essa constatação inclusive justifica o engajamento dos países da CPLP em cooperar com o Timor para tornar o português uma língua que de fato promova a unificação linguística do país, mas “todo esse movimento para expansão do mundo lusófono não considerou que a grande maioria dos jovens timorenses não possuía o domínio da língua portuguesa” (BORMANN; SILVEIRA, 2007, p. 236).

Ainda assim, a missão logrou êxito diante da tarefa que lhe foi designada. O esboço da Lei de Bases do Sistema Educativo foi fruto de um processo de debates com diferentes segmentos da sociedade do país, que levou em conta aspectos como os direitos humanos, a diversidade cultural e religiosa, a criatividade, a solidariedade social e a promoção da igualdade e do acesso à educação. O grupo estudou e comparou as leis de educação de diversos países, levantou a documentação existente no país com relação à educação e a outros assuntos correlatos, realizou reuniões de trabalho com dirigentes da educação nos distritos – inclusive com participação do ministro e da vice-ministra da Educação – e preparou um documento prévio que foi levado para discussão com grupos mais amplos da sociedade. As professoras destacaram que, embora a MEBE tenha conduzido os trabalhos, a decisão final era sempre definida pela maioria timorense presente, ainda que fosse algo polêmico e do qual os brasileiros discordassem, como foi o caso da obrigatoriedade do ensino religioso. Ao fim desse longo processo, foi entregue uma sugestão ao Ministério da Educação Cultura Juventude e Desportos (MECJD) do Timor-Leste.

O segundo produto, a elaboração de uma Proposta de Plano de Desenvolvimento para o Currículo Nacional, contou com uma pesquisa teórica sobre a história e a educação do país durante a ocupação indonésia e uma pesquisa de campo com visitas a escolas, entrevistas com profissionais da educação, pais de alunos e alunos de diferentes níveis de ensino. Apesar das dificuldades encontradas pela missão em realizar a proposta, devido à barreira da língua, à experiência dos professores timorenses baseada no currículo indonésio e à tensão inicial gerada entre o grupo brasileiro e o grupo timorense, com o tempo os profissionais se alinharam e foi desenvolvido um primeiro esboço do plano do currículo do primário (BORMANN; SILVEIRA, 2007). Nota-se, nesse sentido de construção conjunta com o povo timorense, já certa diferenciação com relação às missões da ONU, que, conforme dito anteriormente, por vezes não levaram em conta a experiência e as vontades nativas.

O terceiro produto da missão brasileira foi a elaboração de sugestão de Política de Melhoria da Preparação de Professores de Língua Portuguesa, que constou basicamente de um levantamento de dados sobre número e formação dos docentes de todos os distritos e posterior projeto de política de formação docente para curto, médio e longo prazo.

Atenta a outros problemas relacionados à educação do país, como falta de professores e de formação inicial adequada, baixo número de professores falantes da língua portuguesa, falta de material didático, precariedade da estrutura física das escolas e ausência de organização institucional eficaz, a missão promoveu ainda atividades voluntárias como congressos de educação e cursos de Língua Portuguesa, de Metodologia para o Ensino e de Gestão Escolar.

Bormann e Silveira destacam, enfim, que diante da complexa situação linguística do país, com a coexistência de variadas línguas no dia a dia, na imprensa e na educação timorense, há uma dimensão política de tomar a língua portuguesa como ponto de partida e de chegada para o fortalecimento da identidade nacional e para a democratização das oportunidades educacionais. Assim, configura-se ser fundamental o apoio dos demais países de língua portuguesa, em especial Brasil e Portugal, na formação dos professores, que deve ser entendida “como uma alternativa na construção da nação e como possível instrumento para uma escola de qualidade para todos, uma vez que seja possibilitada uma unidade linguística que permita a participação de todos no desenvolvimento da educação do país” (BORMANN; SILVEIRA, 2007, p. 247). No entanto, concluem as professoras, as missões educacionais desses países em Timor-Leste precisavam ser melhor planejadas, implementadas e monitoradas. E, de fato, o decreto de 2004 e a posterior concessão de bolsas em editais

anuais da Capes foram um passo adiante que contribuiu de forma mais efetiva na formação, no diálogo e na capacitação de profissionais da educação e alunos do Timor-Leste.

Desde a primeira turma de cooperantes, que desembarcou no Timor-Leste em abril de 2005, dezenas de doutores em educação e especialistas em direito educacional, administração escolar e projetos curriculares dos ensinos fundamental e médio e professores da educação básica foram selecionados ao longo dos anos para dar sequência à cooperação educacional entre os dois países, que havia sido gestada pela primeira missão explicitada anteriormente.

Segundo Jaime Pereira Reis (2015), que, em sua dissertação de mestrado, analisou os documentos normativos do programa, os próprios editais publicados pela Capes de 2004 a 2013 já ofereciam uma boa compreensão da dinâmica administrativa do programa, visto que determinavam elementos como “atividades a serem desenvolvidas, tempo de duração de cada missão, datas de embarque, áreas de atuação e remuneração dos cooperantes” (REIS, 2015, p. 16). O termo genérico utilizado para designar os professores selecionados nos editais foi “professor cooperante” ou simplesmente “cooperante”, e cada um recebia uma nomenclatura a depender da atribuição designada: “bolsista”, “coordenador local”, “professor tutor” ou “articulador pedagógico”. Os valores pagos aos cooperantes eram inicialmente realizados em dólares – US\$ 1.100 para os bolsistas e US\$ 2.000 para os coordenadores locais e articuladores. A partir de 2008, os professores passaram a receber em euros – variando de € 1.100 em 2008 para € 2.100 em 2013 para os bolsistas; para os coordenadores locais, de € 2.000 em 2008 até € 2.300 em 2013. A partir de 2008, também se iniciou uma contrapartida do Timor-Leste, com ajuda de custo de US\$ 250 de 2008 a 2011 e de US\$ 900 de 2011 em diante (REIS, 2015).

Ao longo dos anos, os editais foram se alterando. Por exemplo, houve ampliação de requisitos necessários para a seleção, ampliação da porcentagem de vagas para professores de Língua Portuguesa, inserção de atribuições e de projetos específicos e outras informações mais detalhadas. O número de vagas ofertadas também variou a cada ano, a depender do número de professores que havia permanecido em Timor-Leste³⁵.

As primeiras turmas auxiliaram “na elaboração de livros didáticos de disciplinas como Matemática, Física, Educação Física, História, Geografia e de um Manual de experimentos de química” (GUEDES *et al.*, 2015, p. 20) e posteriormente promoveram capacitações na capital e em cidades do interior. Nos anos de 2007 e 2008, o edital

³⁵ Segundo Reis (2015), foram 50 professores selecionados em 2004, 12 em 2006, 30 em 2007, 50 em 2008, 38 em 2009, 10 em 2010, 18 no primeiro edital de 2011 e 38 no segundo, 17 em 2012, 32 no primeiro edital de 2013 e 33 no segundo.

contemplou Capacitação de Professores de Educação Pré-secundária e Secundária; Ensino da Língua Portuguesa Instrumental; Formação de Professores em Exercício na Escola Primária de Timor-Leste; Promoção da Qualidade Acadêmica em Ciências na Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) e Implantação da Pós-Graduação *lato sensu* na UNTL. De 2009 a 2011, professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) prestaram assessoria para avaliação do programa e em 2011 o acordo de cooperação educacional foi renovado e a UFSC se tornou oficialmente coordenadora acadêmica do PQLP, atuando de forma conjunta com a Capes e com o Ministério das Relações Exteriores (GUEDES *et al.*, 2015, p. 20). E então, de 2011 a 2015, a UFSC coordenou atividades voltadas ao ensino de e em língua portuguesa, além de atividades pedagógicas para formação inicial e continuada de profissionais da educação. Nesse período, o PQLP atuou em doze diferentes instituições: uma escola de ensino secundário, quatro universidades privadas, uma universidade pública, um instituto de formação de docentes, dois ministérios e dois centros de formação.

Uma interessante prática desenvolvida neste período é a docência e a codocência nas universidades, suprimindo a falta de professores universitários de diversas disciplinas, orientando pesquisas de iniciação científica, traduzindo programas de disciplinas para o português e contribuindo para a formação do quadro docente, com dinâmicas pautadas na colaboração entre professores para “compreender e atender melhor as necessidades dos estudantes e professores, oferecendo diversas opções de aprendizagem” (GUEDES *et al.*, 2015, p. 22).

Algumas experiências do programa foram relatadas no livro “Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste” (GUEDES *et al.*, 2015). Rosane Brito, Christiane Dias e Alexandre Silveira apresentam, por exemplo, as atividades desenvolvidas com professores e funcionários públicos timorenses para refletir sobre as políticas linguísticas adotadas pela população a partir da paisagem linguística do país, como placas e letreiros da região central de Díli, com posterior mapeamento e tabulação dos dados sobre a incidência das diferentes línguas³⁶. Considerou-se a potencialidade de se discutirem as práticas linguísticas e sua manipulação e imposição por diferentes atores na perspectiva de que “o aprendizado crítico do idioma necessita de espaços que privilegiem a reflexão sobre o objeto do aprendizado, o que é importante que seja feito em ambiente comunicativo no qual o

estudante tenha dados concretos como foco de suas reflexões” (BRITO; DIAS; SILVEIRA, 2015, p. 55).

Outro relato, de André Gonçalves Ramos, Angélica Ilha Gonçalves, Joice Eloi Guimarães e Renata Tironi de Camargo, também discute e analisa práticas de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa desenvolvidas pelos cooperantes brasileiros, destacando, inicialmente, que o PQLP em certo sentido exigia que os docentes desenvolvessem práticas didáticas específicas para a complexa realidade linguística e educacional dos timorenses. Em pesquisa com 19 professores participantes do PQLP, o grupo de estudos identificou, por exemplo, que todas as habilidades linguísticas eram exploradas em sala – exercícios orais, leitura e escrita – mas com maior predominância das atividades orais, dada a dificuldade dos alunos em ler e escrever em português. Com relação aos materiais didáticos, os professores utilizaram mais frequentemente o material elaborado por cooperantes e ex-cooperantes do PQLP, e 46% afirmaram nunca ter usado o material bilíngue tétum/português. Também lançaram mão, quando possível, de filmes, áudios e materiais de elaboração própria, com preocupação de “utilizar materiais que permitam o contato do aluno com a língua em situações mais próximas daquelas que ocorrem na realidade de falantes nativos” (RAMOS *et al.*, 2015, p.97-98), embora houvesse grandes dificuldades com relação à infraestrutura e aos equipamentos das escolas e universidades.

Teixeira (2013) descreve uma prática de ensino desenvolvida nas disciplinas de metodologias de ensino adaptada dos círculos culturais de Paulo Freire para analisar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de formação de professores: sentados em círculos, os participantes eram incentivados a dar pareceres sobre temáticas que estavam dispostas ao centro em palavras geradoras de temáticas timorenses, indo desde ideais revolucionários a sentimentos de liberdade e frustrações. O círculo cultural seguia, então, as denominações freirianas originais: etapa de investigação, etapa de tematização e etapa de problematização. No trabalho descrito por Teixeira (2013), colocado em prática nos anos 2009 e 2010, constatou-se com esta metodologia que os professores timorenses não tinham expectativa em aprender de fato o português, e, sim, em conhecer novas técnicas de ensino, que a leitura de mundo dos profissionais do país muitas vezes divergia da que estava presente nos materiais didáticos em indonésio que utilizavam e que a má condição socioeconômica dos professores timorenses comprometia a dedicação e a aprendizagem (TEIXEIRA, 2013).

³⁶ Das 323 imagens de faixas, fachadas de prédios públicos e comerciais, cartazes e placas diversas analisadas, 66 estavam nas línguas oficiais (tétum e português) e 257 em línguas não oficiais. As placas oficiais estavam predominantemente em tétum e/ou português e nas placas não oficiais a incidência da língua indonésia foi a mais

Pesquisas sobre os diferentes usos das línguas no Timor-Leste também foram desenvolvidas por turmas de cooperantes. Elisa Rosalen, Ilda de Souza e Ricardo Teixeira Canarin relatam um estudo que investigou, a partir do trabalho como professores de Língua Portuguesa como Língua Adicional (LPA), as competências comunicativas aparentes e reais dos jovens estudantes de Timor-Leste e em que medida elas são adquiridas na escola ou desenvolvidas pelos próprios estudantes (ROSALEN *et al.*, 2015). Após entrevistas abertas, autobiografias, anotações, observações dos participantes e pesquisa bibliográfica, os autores chegaram a uma primeira amostragem que indica que “a escola não privilegia a oralidade”, ao contrário do que haviam hipotetizado; as conversas sobre assuntos, como estudos, cultura local, música e futebol, são mais fáceis; os nativos se esforçam em tentar compreender e participar dos diálogos; nas salas de aula, há “níveis muito baixos de competência comunicativa linguística organizacional em textos escritos” e dificuldade de se evitar a repetição e a dependência do suporte escrito nas comunicações orais; e grande parte dos estudantes conclui a graduação, mas não consegue escrever a monografia em língua portuguesa, gerando muita desistência (ROSALEN *et al.*, 2015, p. 79).

A formação dos professores do Timor-Leste, os efeitos da colonialidade no currículo secundário, a participação dos professores brasileiros no ensino superior, a formação científica de professores e uma análise sobre as mulheres com ensino superior no Timor são outras pesquisas divulgadas pelos cooperantes brasileiros no livro “Professores sem fronteiras”, demonstrando a amplitude e a diversidade de trabalhos, reflexões e práticas desenvolvidas ao longo de aproximadamente dez anos de cooperação educacional entre o Brasil e o Timor-Leste. Os artigos publicados pelos professores cooperantes são possivelmente uma das principais fontes para se conhecer e compreender os projetos e práticas desenvolvidos ao longo desses anos durante as missões no Timor-Leste, haja vista que há raros documentos que registram os trabalhos desenvolvidos, a carga horária dos professores, os conteúdos trabalhados, as capacitações e os cursos de formação de professores realizados e os materiais didáticos utilizados (REIS, 2015).

Conforme relato dos cooperantes, foram muitos os avanços experimentados nesses anos, com a convergência de objetivos e ações, a ampliação do interesse e da participação de professores e estudantes timorenses, a superação de dificuldades básicas diante da língua portuguesa e a redação de documentos normativos gerais.

Também foram muitas as dificuldades e os desafios, a começar já pela logística de transporte, hospedagem e inserção no clima, costumes e dia a dia do povo maubere. Uma das mais complexas dificuldades foi a adaptação dos trabalhos e projetos às características da forma de aprender e ensinar predominante no país, baseada na memorização, com, por exemplo, repetição de listas de conjugação de verbos em português, frente à incapacidade de os utilizar com propriedade na formulação de frases. Foi sempre difícil o diálogo do processo educativo com a tradição cultural da linguagem oral, que ainda tem muita força no país. Esse choque entre a forma de ensinar dos professores do programa e a forma de aprender dos timorenses certamente gerou desencontros, resistências e até desânimo. A cultura do aprender dos alunos precisa ser, a todo momento, respeitada e compreendida, com busca incessante de pontos de contato, de abertura ao diálogo e de conhecimento mútuo. Mas, segundo Guedes *et al.* (2015), a experiência dos cooperantes e o espírito coletivo de trabalho contribuíram para buscar soluções e resultados diante dessas adversidades e dificuldades. Também ajudou nesse processo a formação prévia que passou a ser realizada ainda no Brasil desde 2012 junto aos cooperantes selecionados, com um curso sobre o trabalho, a língua e a vida cotidiana no Timor-Leste. Além disso, ampliou-se a divulgação do programa no Brasil, com a publicação de artigos e livros e a criação de um site do programa (<http://pqlp.pro.br>)³⁷, muito embora, segundo Reis (2015), haja uma “insuficiência ou mesmo inexistência de um processo de registro, arquivamento e disponibilização da memória do PQLP”, o que dificulta uma compreensão e avaliação historicamente referenciada dos processos e projetos desenvolvidos. Reis (2015) também ressalta algumas disparidades entre as determinações dos editais e as reais necessidades dos timorenses: as datas do início do trabalho dos cooperantes muitas vezes coincidiam com o período de finalização das atividades de educação do Timor-Leste, os contratos dos professores brasileiros se encerravam em períodos intensos de atividades letivas e recorrentemente sem finalizar os projetos para os quais haviam sido designados, e o número de enviados era insuficiente para suprir as demandas. Era a complexidade da cooperação internacional materIALIZANDO-SE na prática.

Um dos cooperantes que esteve no país entre 2008 e 2010 relata, por exemplo, que era comum a troca de coordenação, a falta de comunicação com a Capes, a necessidade de cobrir aulas isoladas na Universidade, a não conclusão dos trabalhos iniciados e as dúvidas dos

³⁷ Com a interrupção da publicação de editais para seleção de cooperantes, o site também parou de receber atualizações: durante a redação deste texto, em 05 de agosto de 2018, a última postagem havia sido de 25 de abril de 2016.

professores com relação aos pagamentos, à continuidade do programa e à participação ou não na missão seguinte (TEIXEIRA, 2013).

Segundo sete professores brasileiros que participaram do programa em Timor, os muitos desafios foram enfrentados por eles não como especialistas “neutros”, componentes de uma missão assistencialista, mas como “militantes da educação como prática social universal, que tem na ajuda mútua, na troca de experiências e de conhecimentos, no respeito pela diversidade cultural entre os povos, o princípio fundante dessa cooperação internacional” (GUEDES *et al.*, 2015, p. 26).

Como é possível notar, pelos relatos dos próprios professores cooperantes, vários elementos contribuíram para a melhoria da área educacional como: o aprendizado mútuo acumulado ao longo dos anos, a diversidade de práticas e de experiências dos docentes brasileiros e a construção de um ambiente em que o entendimento e o respeito pela diversidade e cultura local pautaram o processo de formação e a compreensão dos atores envolvidos na potencialidade da educação e da Língua Portuguesa em contribuir com o desenvolvimento do país. Todos são elementos que demonstram que os dez anos de cooperação Brasil-Timor-Leste na área educacional contribuíram para o estabelecimento de documentos normativos, práticas pedagógicas e melhorias efetivas na educação timorense, favorecendo o fortalecimento da independência e da autonomia recém-conquistadas.

Os avanços ficaram registrados nesse capítulo do Timor-Leste, mas ficaram reticências nessa história, já que não há mais nenhuma cooperação entre o Brasil e o Timor-Leste para o resgate e o ensino da Língua Portuguesa, o que se deve à falta de investimentos no setor. Uma notícia da *Folha de São Paulo*, publicada em 9 de setembro de 2017, traz como título “Português virou língua dos habitantes mais velhos em Timor-Leste”. É fato. O português parece ter se tornado no Timor uma língua burocrática e intelectualizada. É utilizada sobretudo para redigir leis e normas oficiais.

Não se pode deixar de citar aqui a importância da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em prol da aproximação entre Brasil e Timor-Leste, da formação dos timorenses e do aprendizado da língua portuguesa. A dissertação intitulada *Timorenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab): Encontros e Desencontros de uma Experiência* (2015), de autoria de Clarissa Diniz Diógenes Nobre, refletiu sobre a relação dos estudantes, sobretudo do estudante timorense, com a universidade a partir da gestão 2013-2014.

No dia 20 de julho de 2010, foi outorgada a Lei nº 12.289, que criou a Unilab. Antes de ser efetivada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve discussões acirradas

na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal, especialmente no tocante à localização da sede da instituição de ensino. A iniciativa Unilab foi pensada com o intuito de aproximar o Brasil dos países africanos, tendo em vista que esta era uma política externa brasileira, além de ser uma alternativa de intercâmbio cultural, econômico e social. Criada a universidade, entre o final de 2010 e início de 2011, foram promovidos os primeiros processos seletivos para candidatos brasileiros e estrangeiros. Foram mais de três mil inscritos na primeira seleção, em novembro e dezembro para os estrangeiros, e em janeiro para os brasileiros. Não coincidentemente, o Campus da Liberdade, localizado na cidade de Redenção, no Ceará, foi inaugurado no dia 25 de maio de 2011, data em que a Organização das Nações Unidas determinou como sendo o Dia da África.

Hoje, a Unilab não está apenas na cidade de Redenção, mas também em Acarape, no Ceará, e em São Francisco do Conde, na Bahia. Aliás, autoridades da Bahia e do Ceará tiveram embates na disputa pela sede da universidade. Porém, ganhou a cidade de Redenção, que, de acordo com os livros de história do Brasil, enquanto ainda era província de Acarape, foi a primeira a abolir a escravatura no país, isso em 1º de janeiro de 1883, cinco anos antes da sanção da Lei Áurea. Tal fato deu ao Ceará o título de Terra da Luz (NOBRE, 2015).

Em Redenção, a Unilab foi instalada no prédio do Patronato Pio XI, após cessão do espaço pela prefeitura. Atualmente, no local funciona o bloco administrativo do Campus da Liberdade. Entre maio de 2011 e o final de 2012, a universidade funcionava somente no Campus da Liberdade, em Redenção, mas com aumento da demanda de estudantes e de novos servidores, o estado do Ceará ganhou mais dois campi: uma Unidade Acadêmica dos Palmares, em Acarape, em 20 de novembro de 2012, data em que se comemora no Brasil o Dia da Consciência Negra, e os blocos acadêmicos do Campus das Auroras, que fica entre os municípios de Redenção e Acarape, em 26 de novembro de 2014.

A Unilab baseia todas as ações de modo a viabilizar o intercâmbio acadêmico e solidário com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Assim, os cursos ofertados tendem a priorizar áreas estratégicas de interesse do Brasil e dos demais países parceiros. A universidade oferece 25 cursos de graduação, como Agronomia, Enfermagem, Engenharia de Computação, isso sem mencionar os cursos de pós-graduação. Apenas nos cinco primeiros anos de instituição, foram formados 2.625 alunos na graduação e 873 na pós-graduação.

Quanto aos timorenses, os últimos dados da Unilab mostram que, em fevereiro de 2018, 22 estudantes timorenses se formaram: dez se formaram em Agronomia, 11 em Ciências da Natureza e Matemática e um em Enfermagem³⁸.

A formação e qualificação desses 22 timorenses reflete, como um espelho, a missão institucional da Unilab que é a de “formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional”.

Isto porque o governo do Timor Leste também aportou recursos e investiu na formação desses futuros profissionais, reforçando assim a parceria e integração com o governo brasileiro.

(...)

É exatamente nesse ponto de integração entre o projeto educacional da Unilab e a CPLP que o ideal e a realidade se cruzam. No último dia 7 de fevereiro, os 22 timorenses egressos da Unilab embarcaram de volta ao país natal, levando na bagagem não apenas um diploma, mas um novo mundo de conhecimento, experiências e expectativas futuras. (UNILAB, 2018, s/p)

O número de timorenses na Unilab já foi maior. Segundo Nobre (2015), nos anos de 2013 e 2014, nos primeiros anos da Unilab, havia 71 estudantes timorenses. Ela relatou em sua pesquisa que a evasão era mínima. Então, o que explica a redução de timorenses na Unilab de 2013 até 2018? Isso se deve à redução ou à falta de investimentos e programas de cooperação entre Brasil e Timor-Leste, a fim de dar continuidade ao trabalho de promoção e difusão da língua portuguesa, bem como de intercâmbio cultural.

³⁸ Informações retiradas do site da Unilab: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2018/02/26/formatura-de-22-timorenses-reforca-o-papel-de-integracao-da-unilab/>

CAPÍTULO 3

DA REAPRESENTAÇÃO DAS MEMÓRIAS À ARTE

Embora o testemunho, tido como forma discursiva, esteja mais próximo da historiografia que de manifestações artísticas, como a literatura e a pintura, há uma fronteira flexível que permite ao testemunho transitar pelo plano estético. É comum associar o testemunho à história, ao jornalismo, a uma entrevista e a outros gêneros que insistem em preferir a ficção como forma de preservar a verdade. Contudo, há de se salientar que o testemunho jamais teve essa função ou esse propósito, também não pudera. O testemunho é, na verdade, capaz de rerepresentar memórias de pessoas que passaram por algum trauma. A pesquisadora Carolina Pina Rodrigues Maciel, autora do artigo “Literatura de testemunho: leituras comparadas de Primo Levi, Anne Frank, Immaculée Ilibagiza e Michel Laub” (2016), esclarece esse pressuposto ao dizer que “o testemunho não é uma representação, pois toda catástrofe é carregada de traumas, dificultando qualquer tipo de ‘reprodução’ propriamente dita do fato” (MACIEL, 2016, 75-76). Seu estudo também salienta que o real testemunhado pelas pessoas que viveram a experiência do trauma “não pode ser confundido com a nossa realidade” (MACIEL, 2016, 75-76). Mais uma vez é posta a impossibilidade de o testemunho ser completo, fiel ao vivido.

Nessa perspectiva, o testemunho está imbricado nas memórias, o que, por conseguinte, torna-o fragmentado e passível de elementos ficcionais, sem tirar dele o caráter de verdade. A argentina Beatriz Sarlo (2007), que discorreu sobre a temática, serve de suporte para compreender que a ausência de linearidade do testemunho não prejudica a sua função social.

(...) o testemunho, por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada. (SARLO, 2007, p. 38)

Pelas palavras da autora, é o sofrimento que deve ser o cerne do testemunho, é o trauma que deve ser analisado, questionado, e não a verdade, uma vez que a verdade está no sofrimento.

Considera-se destacar que o testemunho é mais perceptível como um discurso narrativo, que pode ser oral ou escrito. Daí a denominação narrativas de testemunho, ou narrativas testemunho, ou, ainda, literatura de testemunho. O fato é que os relatos testemunhais podem ser expressos em mídias diversas e estarem presentes nos mais variados

gêneros, mesmo sendo considerado também um gênero. Acerca dessa possibilidade, Salgueiro, autor do artigo “O que é literatura de testemunho” (2012), explica:

[h]á, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções, etc.). (SALGUEIRO, 2012, p. 286)

A partir dessa colocação, torna-se mais clara a viabilidade de analisar os poemas e as pinturas de Xanana Gusmão, publicados em *Mar Meu*, à luz da Literatura de Testemunho e à luz do que ousou denominar de arte de testemunho, para abarcar as pinturas que também compõem sua obra.

No campo dos estudos literários, Literatura de Testemunho é um gênero recente que surgiu na América Latina e é decorrente da expressão literária de holocausto, já que diversos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração nazista tornaram-se livros. Difundido para outros países, a literatura de testemunho compõe os estudos contemporâneos que investigam a relação da literatura com os eventos violentos e as atrocidades que marcaram, sobretudo, o século XX, a fim de construir outra história paralela, muitas vezes, à história oficial, que não consegue promover a humanização do homem como a arte pode ser capaz.

El testimonio ciñe los contenidos de la protesta y la afirmación, del juramento y la prueba. Sus funciones corren la gama que va desde la certificación a la acusación y la recusación. Sus personajes son aquellos que han sufrido el dolor, el terror, la brutalidad de la tecnología del cuerpo; seres humanos que han sido víctimas de la barbarie, la injusticia, la violación del derecho a la vida, a la libertad y la integridad física (...) El testimonio es una forma de lucha. Las imágenes del dolor y del terror se transmutan, así, en testigos de sobrevivencia, y su escritura en acicate de la memoria³⁹. (JARA, 1986, p. 01)

As descrever os personagens – os sobreviventes, que possuem o lugar de fala para testemunharem o trauma –, é oportuno referir-se ao último poema que encerra o livro *Mar Meu* (1998). “Gerações” é o reflexo da descrição da violência, o sangue e a injustiça podem ser sentidos em cada verso. Mas no último, a função do poema-testemunho é lembrada.

³⁹ O testemunho adere ao conteúdo do protesto e da afirmação, do juramento e da prova. Suas funções variam da certificação à acusação e recusa. Seus personagens são aqueles que sofreram dor, terror, brutalidade da tecnologia corporal; seres humanos que foram vítimas de barbárie, injustiça, violação do direito à vida, à liberdade e à integridade física (...) O testemunho é uma forma de luta. As imagens de dor e terror são assim transmutadas em testemunhas de sobrevivência, e seus escritos estimulam a memória. (Tradução livre)

Gerações

Nomes sem rosto
 corações esfaqueados
 de lembranças
 nas lágrimas de crianças
 chorando pelos pais...

Mais do que a morte
 que os fez calar
 em cada gota de lágrima
 a cena cruel

... uma mãe gemia
 sem forças seu corpo desenhava
 marcas da angústia
 esgotada

Os farrapos que a cobriam
 rasgados
 no ruído da sua própria carne
 sob o selvático escárnio
 dos soldados indonésios
 em cima dela, um por um

Já inerte, o corpo da mulher
 se tornou cadáver
 insensível à justiça do punhal
 que a libertara da vida

enquanto...
 golpes de coronhadas
 se repercutiam
 nas gotas de lágrimas que iam caindo
 da mesma face das crianças

Um pai se ofendera
 no último não da sua vida
 a mulher violada
 assassinada sob seus olhos

O cheiro de pólvora
 vinha de muitos furos
 daquele corpo
 que já não era corpo
 estendido
 sem forma de morte

e...

As lágrimas secaram
 nas lembranças das crianças
 veio o suor da luta
 porque as crianças cresceram

Quando jovens seios
 estremecem sob o choque eléctrico
 e as vaginas
 queimadas com pontas de cigarro
 quando testículos de jovens

estremecem sob o choque electrico
 e seus corpos
 rasgados com lâminas
 eles lembram-se, eles lembram-se sempre:

A luta continuará sem tréguas! (GUSMÃO, 1998, p. 36-38)

O poema não transmite apenas palavras. “Gerações” revela a materialização da angústia, do medo, da injustiça e da morte. Isso é desenvolvido por meio de um projeto de escrita consciente da função do testemunho e da verdade que esse gênero reapresenta.

As estrofes do poema permitem aproximar “Gerações” de aspectos que fundamentam o jornalismo literário, gênero que potencializa os recursos do jornalismo tradicional, a fim de produzir textos que sejam capazes de proporcionar uma compreensão mais profunda do fato narrado. Nessa ótica, os fatos são apresentados de uma forma mais holística e mais humanizada, o que os torna mais perenes, isto é, acabam adquirindo uma longevidade literária. Essa mesma análise serve à poesia, quando esta se propõe a reapresentar fatos não ficcionais. Quando traumáticos, ocasionando a dor, o sofrimento e como expressão de injustiças e de violações aos direitos humanos, essa poesia pode ser considerada a materialização da literatura de testemunho. A poesia de Xanana é essa materialização por excelência.

Essa concretude da poesia de Xanana como pertencente à literatura de testemunho não elimina a possibilidade de considerar *Mar Meu* próximo dos aspectos que definem o jornalismo literário. Pelo contrário, pertencer à literatura de testemunho aproxima ainda mais. Trata-se de uma constatação que não é gratuita, considerando que Xanana também era jornalista e exercia o ofício em prol da causa timorese. Assim, fica evidenciado que seus poemas versam sobre fatos e cenas que a mídia, preocupada com o fato imediato e, muitas vezes, obediente ao texto padronizado, não conseguiu apresentar com a mesma sensibilidade, consciência e função social que a poesia de *Mar Meu* foi, e é, capaz de apresentar e/ou reapresentar.

Nessa perspectiva, “Gerações” pode ser tido como um poema-notícia, mas com o poder de dizer muito mais que o elementos de um *lead*⁴⁰. Essa potencialidade é possível graças a um recurso muito presente no jornalismo literário: a construção cena a cena ou cena presentificada. Por essa técnica, o escritor descreve cada cena com detalhes e pausas, remetendo o leitor ao momento presente do fato, como na cinematografia.

⁴⁰ Primeiro parágrafo de uma notícia composto pelos seguintes elementos: “O quê?”, “Quem?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?” e “Por quê?”.

No poema “Gerações”, a técnica se materializa por meio de versos curtos, pela criação imagética das cenas, que são encadeadas até formar um todo significativo, composto também de unidades dotadas de significação. Tudo isso provoca no leitor uma sensação de que ele fora transportado para a cena. Talvez, essa possibilidade seja a expressão máxima da literatura de testemunho: fazer com que o leitor se torne, de certo modo, também uma testemunha.

O último verso da segunda estrofe (“a cena cruel”) indica que a cena será apresentada, mas várias subcenas podem ser visualizadas, formando uma única cena: 1) uma mãe gemendo; 2) seu corpo se contorcendo de dor no chão; 3) seu esgotamento; 4) o estupro coletivo; 5) a morte.

Há uma ruptura entre a 3ª estrofe e a 4ª que pode ser comparada a uma câmera que se movimenta da subcena da mulher morta no chão para as crianças que presenciaram a subcena. Essa ruptura é provocada pelo início de uma nova estrofe e pelo verso “enquanto...”. Outra subcena se inicia: “golpes de coronhadas/ se repercutiam/ nas gotas de lágrimas que iam caindo/ da mesma face das crianças”. Nela, o olhar é deslocado para as crianças que choram ao presenciarem a mulher morta. As lágrimas escorrem pelos rostos como golpes, porque são lágrimas de dor.

Na estrofe seguinte (7ª estrofe), outra subcena é apresentada. Dessa vez o pai, que não pôde fazer nada vendo sua mulher sendo assassinada na frente dos filhos. Nota-se que essas três subcenas acontecem simultaneamente, formando uma única cena. Cada subcena é construída a partir do direcionamento que o eu poético almeja para o leitor, que é guiado nessa cena-poema para ver e sentir, no plano da consciência, a dor e o sofrimento de quase 25 anos de dominação indonésia, lembranças que acompanham gerações.

Nas 8ª e 9ª estrofes, percebe-se um afastamento da cena apresentada anteriormente. Além do distanciamento físico, nota-se o distanciamento temporal, o que se confirma por meio dos versos: “As lágrimas secaram/ nas lembranças das crianças/ veio o suor da luta/ porque as crianças cresceram”. Apesar desse novo momento, no poema e na luta contra a Indonésia, considerando a data do poema (1995), a brutalidade, a dor, a violência não podem ser esquecidas. O eu lírico explicita com detalhes atos de violência que compõem a finalização do poema, como uma forma de relembrar o que acontecia no Timor, como uma maneira de continuar denunciando. É o fim do poema, ou melhor, dos poemas, já que “Gerações” é o último do livro. Entretanto, não é o fim da luta, o que o eu poético deixa bem claro no último verso-estrofe: “A luta continuará sem tréguas”.

Vale ressaltar que em *Mar Meu* cada um dos poemas e cada uma das pinturas têm vida própria. Eles têm uma força própria e peculiar. Não é possível hierarquizar os poemas e as

pinturas em um sistema fechado, porque cada um tem o seu propósito. Contudo, o propósito do poema “Gerações” está muito atrelado à função que a literatura de testemunho tem. Trata-se da função de rerepresentar os fatos traumáticos de tal modo que, ao terminar de lê-lo, a reflexão é o que sobra, indagando-nos, inclusive, se um poema pode ser constituído de elementos tão dolorosos.

Nesse sentido, o poema dialoga com a autora Jara (1986), porque os personagens desse poema sofreram a dor, o terror e a brutalidade da tecnologia do corpo. Esses personagens no poema “Gerações” são, sobretudo, as mulheres e as crianças, vulneráveis em uma ditadura, em uma sociedade, em um país dominado pelo terror. Assim, Xanana mescla uma linguagem metafórica com uma linguagem referencial, aludindo a fatos que aconteceram. Quando o eu poético diz “Nomes sem rosto/ corações esfaqueados”, é como se ele dissesse que não é preciso saber quem são essas mulheres. Não é preciso aqui apresentar os nomes delas. Elas existiram. O que tem de ser lembrada é a dor. Não ter a especificação dessa e de todas as mulheres do Timor não é motivo para se questionar a verdade que esse poema reapresenta. O que importa no poema é a dor, o trauma, a violação do corpo e da intimidade, a falta de liberdade, a injustiça, a barbárie: tudo o que não pode ser esquecido. “Gerações” é, desse modo”, um poema que reapresenta fatos e, ao mesmo tempo, reflete lutas contemporâneas em todo o mundo, é um poema com a força para atravessar gerações.

Em *Da razão antropofágica: diálogo da diferença na cultura brasileira* (CAMPOS, 1992), Haroldo de Campos provoca a reflexão sobre a questão do nacional e do universal, bem como sobre questões como: antropofagia, países subdesenvolvidos, tradição e ruptura, nacionalismo. Embora o texto tenha sido apresentado ao público no século XX, a noção de país subdesenvolvido ainda não é um fator superado. A terminologia atual opta pela expressão de país em desenvolvimento, mas sabe-se que ainda falta muito para que o Brasil e outros países sejam vanguardas no que tange ao desenvolvimento econômico, social e político. No que se refere à literatura, apesar dos séculos de colonização e dependência, o Brasil foi galgando aos poucos a libertação dos dominadores, inclusive literários. “Isto explica porque pode acontecer que países economicamente retardatários possam, não obstante, tocar o primeiro violino em filosofia” (CAMPOS, 1992, p. 232). A justificativa concedida pelo próprio Haroldo de Campos abre os caminhos para defender a visão de que o país tupiniquim é hoje uma nação independente, pelo menos com relação ao plano literário. Todavia, ser independente não exclui a tradição, não elimina o passado. O mesmo se dá com a história literária da República Democrática de Timor-Leste.

O conceito brasileiro de literatura como sistema pode ser utilizado como instrumento para refletir sobre a literatura produzida no Timor-Leste, focando a produção poética. Dessa forma, é imprescindível compreender que Candido (2007) distingue manifestações literárias de literatura. Esta é compreendida como “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase” (CANDIDO, 1950/2007, p. 25).

Para o crítico, esses denominadores comuns englobam elementos como língua, temas e imagens, bem como:

certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários mais conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. (CANDIDO, 1950/2007, p. 25)

São esses elementos que formam a literatura, compreendida como sistema, e quando “a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema, ocorre outro elemento decisivo: a formação da continuidade literária” (CANDIDO, 1950/ 2007, p.25). Para Candido (1950/ 2007), não existe literatura como fenômeno da civilização se não houver essa tradição. Por meio das definições de sistema e tradição literária, fica mais clara a compreensão da história e formação da literatura brasileira. Para ficar mais clara também a compreensão da história e formação da literatura do Timor-Leste, os mesmos conceitos podem ser aplicados no contexto timorense.

Na historiografia da literatura brasileira não há, mesmo que didaticamente, um período histórico e/ou uma escola literária dedicados ao estudo da literatura de resistência, o que se justifica pela natureza ética, e não estética, da resistência, conforme nos apresenta Alfredo Bosi em *Literatura e Resistência* (2002). Assim, “[o] seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia” (BOSI, 2002, p. 118).

Sob esse ponto de vista, no Brasil, é possível afirmar que a resistência esteve presente na literatura desde a colonização portuguesa, não necessariamente revelada em textos escritos. A resistência no Brasil inicia-se com a luta de índios e negros contra a dominação portuguesa. Posteriormente, esses fatos, narrados pela história, são ressignificados por alguns autores, principalmente a partir do Barroco. Essa visão de que a resistência sempre acompanhou a formação do Brasil ganha sustentação numa divisão proposta por Bosi (2002).

Para o autor, a resistência atrelada à narração se dá de duas formas não excludentes: resistência como tema e como processo inerente à escrita. Esta última forma ampara a tese de que a resistência no Brasil tem origem na colonização por meio da história em seu viés pragmático, isto é, acontecendo.

Complementando essa análise, Bosi (2002) afirma que o termo “Resistência” e suas relações com a ideia de cultura, arte e narrativa foram pensados e reformulados, aproximadamente “entre 1930 e 1950, quando numerosos intelectuais se engajaram no combate ao fascismo, ao nazismo e às suas formas aparentadas, o franquismo e o salazarismo” (BOSI, 2002, p. 125).

Nesse tempo de homens partidos, diria Drummond (1940), houve uma fervorosa união de forças populares e intelectuais. É nesse momento que surge o cerne da literatura de resistência. “No Brasil, as *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, obra que não quis ser nem ficcional, nem documental, mas testemunhal, corresponde à literatura de resistência que tem em alguns poemas de Drummond o seu ponto alto” (BOSI, 2002, p. 126). Xanana Gusmão não é estanque a esses aspectos que qualificam a literatura de resistência, contanto, é possível audaciosamente defender que sua obra, ao contrário da obra de Graciliano Ramos, foi ao mesmo tempo ficcional, documental e testemunhal, não por mera vontade, mas por seus valores.

O homem de ação, o educador ou o político que interfere diretamente na trama social, julgando-a e, não raro, pelejando para alterá-la, só o faz enquanto é movido por valores. Estes, por seu turno, repelem e combatem os antivalores respectivos. O valor é objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das suas ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação. (BOSI, 2002, p. 120)

Para o filósofo húngaro Georg Lukács, o homem não só tem os valores como a motivação. O homem, na verdade, é um ser que produz valor; esse é um ponto central nesta discussão, haja vista que a arte possui um valor. Nesse contexto, a arte é uma das diversas ações do homem, que, por conseguinte, é quem instaura um mundo que não é natural, mas, sim, humano. Essa constatação não exclui a naturalidade do homem, uma vez que o homem é um ser natural, ligado à rede de causa e efeito (LUKÁCS, 2011). Quando o homem, então, instaura o mundo humano, ou mimético, ele está além da rede de causa e efeito. Trata-se do mundo da liberdade. Nesse contexto, a arte é um modelo de liberdade, pois possibilita enxergar a dialética do capitalismo. Isso é possível para a arte, porque ela não tem finalidade prática. Lukács explica isso:

Somente a dialética materialista pode, no âmbito da arte, da grande arte, penetrar tão profundamente na identificação da estrutura da realidade. E pode fazê-lo porque a teoria marxiana da luta de classes é, ao mesmo tempo, a teoria do desenvolvimento contraditório da humanidade. (LUKÁCS, 2011, p. 74)

Sobre o fragmento apresentado, é possível remeter à história humana, que se configura no sentido de superar as necessidades, uma vez que é uma história de progresso e de retrocessos. Isso nos leva a questionar se o capitalismo é, de fato, um progresso. A arte pode conceder a resposta devido ao seu valor. Na visão de Lukács, o capitalismo não possui mais valores, já teve. Isso faz com que o homem se liberte do mundo natural e se acorrente ao mundo humano. E, nesse cenário, em que não há mais valores, o anarquismo impera. Contra o anarquismo, surge, tardiamente, a arte, que consiste numa forma de reação ao mundo. Por isso, o capitalismo é hostil à arte e, por tudo isso, a arte é de extrema importância.

3.1 O valor da arte literária ao encontro da humanidade do homem

O senso comum incita-nos a afirmar que a arte consiste nos produtos que são capazes de expressar as nossas emoções, a nossa história e cultura de forma bela e harmoniosa. Todavia, o interessante nos estudos sobre estética é que o poder da arte não está em ser extraordinária, mas, sim, ordinária, ou seja, comum. Por isso, o que se apresenta como uma definição pode ser na verdade um equívoco. Caso aceitemos a definição mais corriqueira, diversas manifestações humanas poderiam ser consideradas arte, mas, a nosso ver, nem tudo é arte. Inclusive a abertura do pós-moderno intitula como arte “produtos” que vão de encontro às postulações do filósofo húngaro Georg Lukács sobre o cânon artístico, isto é, o que pode ser arte e provocar a catarse do ser. O teórico Celso Frederico (2000) denomina esse movimento de “assalto à razão”, explicando que “O ‘assalto à razão’, presente no pós-modernismo, choca-se frontalmente contra essa forma especial de racionalismo que é o pensamento dialético, reivindicado, de diferentes e ‘inconciliáveis’ maneiras, por Lukács, Adorno e Goldmann” (FREDERICO, 2000, p 301). Tal movimento originou-se das manifestações artísticas da contracultura.

Assim, fica mais claro começar a entender o que pode ser julgado como arte ou não a partir dos pressupostos de Lukács. Esse julgamento é não só importante como fundamental para a compreensão da função da arte em promover a humanidade do homem, incluindo, sobremaneira, a função da arte literária.

De acordo com Lukács (1974), a obra de arte não é cópia do real, não é uma reprodução do real, é *mimeses*; trata-se de uma imitação no sentido aristotélico (ARISTÓTELES, 2011). A arte preserva os momentos decisivos da história, momentos de transição, tornando a história visível, dando um significado e uma intensificação ao drama humano. O posicionamento apresentado por Frederico (2000) delinea o conceito de arte.

A arte é definida por Hegel como a *manifestação sensível* do Espírito. O aparecer sensível do Espírito não se confunde com uma aparência qualquer. A aparência é sempre a aparência necessária de um conteúdo verdadeiro, de uma essência que precisa aparecer, mas que não se identifica diretamente com a aparência. A arte, assim, é uma representação que nos conduz a uma realidade diferente de nosso cotidiano, pois nesta a aparência cumpre a sua função de ocultar a essência. Diferentemente da experiência cotidiana, a arte nos fornece uma realidade autônoma mais alta e verídica. (FREDERICO, 2000, p. 301)

Nessa perspectiva, a partir das concepções propostas por Lukács, é possível falar dessa função da obra artística, uma vez que o poeta, por exemplo, narra o que pode acontecer, o que é possível, enquanto isso a poesia é uma expressão do que não é necessariamente efêmero. Desse modo, é possível afirmar que a obra de arte possui uma autonomia, como propõem Lukács, Adorno e Goldmann:

A arte, para eles, é uma atividade que preserva a sua autonomia (“uma imagem celestial do mundo”, como gritava aquele jovem em Royaumont) e, por isso, é vista sempre como parte integrante de um sistema de pensamento que estabelece critérios para o julgamento estético, permitindo, desse modo, separar a grande arte de suas contrafações. (FREDERICO, 2000, p. 301)

Lukács considera que a arte possui uma especificidade que se configura no reflexo *antropomorfizador* da realidade. Isso significa que ela cumpre o papel de apresentar a aparência como aparência, uma vez que a arte não é cópia, mas, sim, *mimeses*. Lukács (1974) reitera que a arte é uma atividade, e não uma essência, isto é, não é o mundo do belo. Ademais, é conveniente ressaltar que a prática artística parte do cotidiano e a ele retorna, gerando uma elevação da consciência humana. O próprio Lukács explica que

dele (do cotidiano) se depreendem, em formas superiores de recepção e reprodução da realidade, a ciência e a arte; diferenciam-se, constituem-se de acordo com suas finalidades específicas, alcançam sua forma pura nessa especificidade – que nasce das necessidades da vida social – para logo, em consequência de seus efeitos, de sua influência na vida dos homens, desembocar de novo na corrente da vida cotidiana. (LUKÁCS, 1974, p. 11-12)

Nesse contexto, o cotidiano é peça fundamental em seus estudos estéticos, tendo em vista a originalidade que o cotidiano atribui aos seus estudos. Já para Hegel, a arte decorre da manifestação sensível da ideia (FREDERICO, 2000). Assim, se a obra for capaz de oportunizar ao expectador uma consciência, uma preocupação com o destino do outro, isso, sim, é arte, do contrário, é *best seller*.

Desse modo, a arte educa, pois revela o cotidiano fragmentado no qual o homem vive na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, a arte, quando transformada em mercadoria, perde sua autonomia e passa a obedecer às mesmas regras que a indústria do consumo, característica do sistema produtivo capitalista em sua fase de acumulação flexível aplica a todas as demais mercadorias. (NETO, 2012, p. 12)

Lukács foi um defensor do método realista como quesito para estabelecer que o crítico julgue determinada obra de arte, bem como o método realista ainda serve para o artista explicitar a verdade em seu processo criativo. Isso porque não basta uma obra de arte existir, é preciso que tenha uma função no cotidiano das pessoas, transformando-as em seres melhores, isto é, em seres preocupados com o destino do vizinho. O trabalho, que se aproxima da arte, até apresenta essa preocupação com o outro. Todavia, o caráter de subsistência impede que as obras oriundas do trabalho sejam obras artísticas, uma vez que a finalidade do trabalho é construir um mundo humano (LUKÁCS, 1966).

Para isso, a obra de arte tem que ser autêntica para que seja possível estabelecer as conexões. Para Lukács, ao estar imerso no cotidiano e impedido de fazer conexões, o homem é um ser *inteiro*; ao estar focado na arte e na ciência, o homem passa a ser *inteiramente* (LUKÁCS, 1966). Trata-se de duas formas diferentes de comportar-se no mundo. “A arte, ao contrário da vida cotidiana, oferece-nos um mundo homogêneo, depurado das “impurezas” e acidentes da heterogeneidade próprios do cotidiano” (FREDERICO, 2000, p. 305). Isso significa que pela fruição da arte o ser humano estabelece um percurso que vai da preocupação com os seus próprios problemas passando a se reconhecer como gênero. Sartre (2004, p.21) vai ao encontro desse prisma argumentativo quando diz que “a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele”. Foi exatamente o que fez escritores como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Fernando Sylvan, Carlos Drummond de Andrade e Xanana Gusmão. Mas para que isso se efetive, a obra de arte tem que ser autêntica, a fim de que seja possível estabelecer as conexões. Essa conexão com o seu gênero pode se dar por meio da *catarse*. De acordo com Nicola Abbagnano (2007), “[e]sse termo, de origem médica, significa ‘purgação’”, que pode ser

compreendido como uma libertação, purificação. Segundo Abbagnano (2007), a visão de Aristóteles aproxima a ação catártica do fenômeno estético:

Aristóteles utilizou amplamente esse termo em seu significado médico, nas obras sobre história natural, como purificação ou purgação. Mas foi o primeiro que o usou para designar também um fenômeno estético, qual seja, uma espécie de libertação ou serenidade que a poesia e, em particular, o drama e a música provocam no homem. (ABBAGNANO, 2007, p. 120)

Modernamente, podemos compreender o termo *catarse* associado à função libertadora da arte, mas levando em consideração os estudos lukacsianos, a *catarse* pode ser entendida com uma percepção aprimorada da vida e da condição humana, o que eleva o homem, fazendo com que ele deixe de ser *inteiro* e passe a ser *inteiramente*. Assim, a *catarse* pode, ainda, ser compreendida como um momento em que a arte se separa do cotidiano e a ele retorna, isto é, a arte intensifica a percepção para que o homem perceba o cotidiano. Por exemplo, um professor, ao sugerir a leitura de uma obra de arte literária, almeja que o aluno exercite a leitura e tenha percepção daquilo que está lendo. Assim, o aluno pode se tornar melhor do que era, e o homem torna-se um ser intensamente, um leitor da narrativa, um leitor da arte. Dessa forma, a *catarse* é, então, o que leva um indivíduo a se reconhecer em seu gênero, sendo partícipe da generalidade e possuindo uma autoconsciência que o conduz a se perceber universal, e não singular em relação ao gênero humano (LUKÁCS, 1974). Todavia, o efeito catártico vai depender do preparo do leitor enquanto pessoa, enquanto cidadão. Tudo isso é possível porque os sentidos humanos são históricos, assim como o ser humano é histórico.

No processo histórico, esses sentidos foram intensificados, até mesmo por uma questão de sobrevivência. Retomando o exemplo do aluno, ao se ler um poema, ao se deparar com uma música, os sentidos se intensificam. Por isso, os professores de literatura e arte são fundamentais no processo de transformação do homem, tendo em vista que a linguagem é uma mediação. Entender que a poesia não é um estado de texto, mas, sobretudo, uma operação que provoca sentido é imprescindível para o entendimento desta análise. Assim, quando lemos um poema, por exemplo, estamos operando algo que é permitido por essa longa história.

Em meio a esta análise, emerge a figura do autor, de quem produz arte. Dessa maneira, é válido destacar que quando o poeta passou pelo processo de criação do texto os seus sentidos também foram intensificados. Nessa perspectiva, é pertinente salientar que a intenção ideológica do autor não determina a função da arte, já que a obra de arte pode contradizer a

intenção do autor ou do artista. Apesar disso, Lukács (1974) defende que é preciso ter um engajamento na vida para escrever, por exemplo, um bom romance.

Lucács também aproxima a conceituação de catarse à definição de ética. Contudo, trata-se de uma ética que não é do direito nem da moral, mas, sim, do indivíduo. Infelizmente, essa ação ética é, senão impossível, bastante reduzida. Essa constatação é bem fundamentada a partir da inferência de que para o homem ser feliz ele necessita levar em consideração a felicidade dos demais. Assim, é possível ser ético no capitalismo? A resposta, embora soe como um paradoxo, deve ser: é necessário que seja possível ser ético. Por exemplo, quem é burguês e defende o proletariado opera uma ação ética.

Em um dado momento, a burguesia foi universal, foi revolucionária, mas não é mais. O típico não é, ele se torna. Há um processo. Típicas são as forças sociais que fazem a história mover-se. Nesse contexto, a arte cumpre um papel preponderante, haja vista que “A arte, portanto, *educa* o homem fazendo-o transcender à fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil” (FREDERICO, 2000, p. 305). Lukács discorre sobre isso ao afirmar que:

(...) só a concepção materialista da história é capaz de reconhecer que a verdadeira e mais profunda lesão ao princípio do humanismo, a dilaceração e mutilação da integridade humana, é apenas a consequência inevitável da estrutura econômica, material da sociedade. A divisão do trabalho na sociedade de classe, a cisão entre cidade e campo, a divisão entre trabalho físico e trabalho espiritual, a exploração e a opressão do homem pelo homem, a fragmentação do trabalho nas condições anti-humanas da ordem capitalista de produção – todos estes processos são processos econômicos, materiais. (LUKÁCS, 2011, p. 116)

Neste trecho é possível perceber a visão do filósofo no que diz respeito ao papel desintegrador do capitalismo, que promove a “dilaceração e mutilação” do humanismo. Assim, é do cotidiano caótico que emergem as obras artísticas, que não podem surgir do agradável. Na arte é criado um meio homogêneo, que significa uma cisão com o dia a dia, vida cotidiana que possui como marca a heterogeneidade. Esse processo desemboca numa arte produzida em conformidade com o homem. Assim, é possível afirmar que a arte parte da heterogeneidade do cotidiano para a homogeneidade, que culmina, conseqüentemente, no homem *inteiramente*, isto é, no homem preocupado com seu gênero. Frederico (2000) conclui que daí surge:

o caráter *evocativo* da obra de arte, sua ação sobre o núcleo social da personalidade humana. Essa força evocativa deve-se ao fato de que na arte o passado é feito presente. Essa presentificação, contudo, não é a vida anterior de cada indivíduo, mas

a sua vida enquanto pertencente à humanidade. O que é posto em relevo pela arte é o *caráter social da personalidade humana*. (FREDERICO, 2000, p. 306)

Complementando a visão de Frederico (2000), Nicolas Tertulian (2002) faz referência à expressão “consciência de si” para designá-la como base para os estudos lukacsianos e para a compreensão do processo que torna o homem inteiramente:

O conceito de consciência de si, verdadeira pedra angular da estética lukácsiana, é constantemente tomado em sua dupla acepção corrente: exprime tanto a estabilidade e a autonomia do homem solidamente estabelecido em seu ambiente concreto com a iluminação da consciência (e da existência a ele subjacente) por sua própria reflexibilidade interna, por volta da força mental sobre si mesma. (TERTULIAN, 2002, p. 217)

Essa consciência de si vai além de apenas preocupar-se consigo e ser indiferente ao outro, é o sentimento do mundo que sustenta e motiva a função da arte. O escritor que tem duas mãos e o sentimento do mundo é o ser elevado, que compreende pragmaticamente o significado de ser *inteiramente*. E é nesse ponto que a resistência também se eleva. Daí, mais uma vez, é possível retomar o conceito de ética, haja vista que o efeito catártico, consoante Lukács (1974), deve contribuir para tornar o homem eticamente melhor. Essa visão ajuda-nos a situar as manifestações artísticas de Xanana Gusmão: uma arte consciente, humana, resistente, vinculada a seu tempo, educativa e, em certo sentido, revolucionária.

Todavia, há de se distinguir e colocar em debate, mais uma vez, as obras de arte que elevam o indivíduo, que o suspendem do cotidiano, das obras que se preocupam apenas com o entretenimento e que não contribuem para a aproximação do homem com o seu gênero. Outra definição acerca da arte pode colaborar para a compreensão desse assunto:

Muitas definições de arte são determinações da relação entre a arte e a natureza (ou, em geral, a realidade). Como se pode entender a arte como algo dependente da natureza, independente dela ou condicionada por ela, é possível distinguir três diferentes concepções de arte, sob esta perspectiva: *a) arte como imitação, b) arte como criação; c) arte como construção*. (ABBAGNANO, 2007, p. 368)

Lukács está mais próximo da definição de arte como criação e construção de forma não utilitária, ou seja, a arte não é útil como o trabalho, a arte não se presta à sobrevivência. Ele mesmo diz que “los elementos estéticos representan un exceso que no aporta nada a la utilidad efectiva, fáctica, del trabajo”⁴¹ (LUKÁCS, 1982, v.1, p. 251). Nesse sentido, a arte é

⁴¹ Os elementos estéticos representam um excesso que não contribuem em nada para a utilidade efetiva, e fática, do trabalho. (Tradução livre)

decisiva para provocar a humanização do homem, uma vez que o rigor do homem, do ponto de vista luckasiano, é o particular.

É preciso, dessa forma, que cada homem se reconheça como gênero, passando a olhar para o outro, ou seja, tornar-se inteiramente. A arte faz isso ao criar um sujeito para ela, um sujeito que precisa ser educável para os sentidos. A escrita tem o poder de fazer com que o homem se reconheça como gênero. E na literatura esse poder se potencializa, haja vista ser uma arma pacífica de resistência.

No entanto, como e por que a escrita pode ser instrumento de resistência? Existe a possibilidade de escrever o que está inscrito na memória, na pele, no corpo. Depois, é possível a rebelião contra o que está inscrito. E ainda é possível inventar memórias, afagar a pele, recriar o corpo. Para além daquilo que o escritor recria a partir da memória, existe a abertura para a invenção. (MERENGUÉ, 2013, p. 135)

O questionamento proposto por Merengué (2013) não possui respostas tão objetivas. Mas uma tentativa de resposta pode ter amparo na compreensão de que este mundo repleto de violência (em suas mais variadas formas) não pode ser vencido utilizando as mesmas armas dos grupos dominadores. Como o próprio Foucault (2006) sustenta, se há a possibilidade de resistência, os dominadores tentarão utilizar ainda mais força. Dessa forma, entre todas as artes, surge a escrita, que encontra outras vias de resistência, às vezes a palavra, outras vezes o silêncio, “o próprio silêncio se define em relação às palavras, assim como a pausa, em música, ganha o seu sentido a partir dos grupos de notas que a circundam. Esse silêncio é um momento da linguagem; calar-se não é ficar mudo, é recusar-se a falar - logo, ainda é falar”, explica Sartre (2004, p. 22). Xanana não ficou em silêncio. Usou a escrita como resistência e denúncia das violências e atrocidades cometidas contra seu Timor-Leste, respondendo à sua maneira aos dominadores de outrora.

Aprofundar a compreensão desse tema leva-nos a identificar que a resistência não se processa apenas em um determinado contexto de cultura política. O processo de criação das obras escritas advém de uma tensão que as faz resistentes somente por serem escritas e não apenas por conta do tema (BOSI, 2002). Essa visão é reforçada se considerarmos que “[q]uanto à questão da escrita, parece existir a premência de manutenção de um estado de inquietação constante, que pressupõe passar por períodos de incertezas, de insegurança, de vazio. De lançar-se fora de si” (MERENGUÉ, 2013, p. 135). Trata-se, então, de ter a literatura como lugar de resistência, e não, somente, como uma fragmentação da literatura, como literatura de resistência.

O pensamento de Bosi (2002) permite concluir essa visão:

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições. (BOSI, 2002, p. 134)

Ao encontro das postulações de Bosi, Merengué (2013) também concorda que certo distanciamento é importante para produzir uma literatura que ele denomina de literatura da recusa. Assim, ao escrever, poderá “transformar dor em palavras, conflito protagônico em cenas literárias que não são mais as cenas da vida, mas a transliteração da vida” (MERENGUÉ, 2013, p. 135). O objetivo da literatura de resistência não consiste em apresentar, propor ou desenvolver um estudo sobre os períodos históricos de repressão em diversas sociedades do mundo. Seu propósito está além disso. Mergulhar numa literatura de resistência requer a compreensão de como seus textos são rememorados individualmente, valorizados como experiência coletiva, ou, até mesmo, sujeitos a tentativas de apagamento (UMBACH, 2012).

Como testemunha de um tempo histórico marcado por conflitos, Xanana diz que passou a perceber o conceito de literatura de resistência “depois de saber que, em muitos países, existem escritores que foram escrevendo, opinando, analisando, descrevendo e/ou interpretando os variados processos históricos” (GUSMÃO, 2018). Essa reflexão permite compreender que nem sempre o escritor tem consciência de que está produzindo algo que se classifica em um conceito. Assim, o escritor é capaz de produzir resistência sem saber que existe uma categoria de classificação para suas produções.

Pode-se, conseqüentemente, dizer-se que, se por um lado, pode haver registros documentais sobre determinado processo, por outro, existe uma paixão de certos indivíduos que tentam expressar os seus sentimentos quanto a esse processo de luta. Timor-Leste tem um grande representante da literatura da resistência que é Fernando Sylvan. Mas, devo dizer, infelizmente não existe Literatura de Resistência em Timor. (GUSMÃO, 2018)

O líder da resistência timorense fala categoricamente que não há literatura de resistência em Timor, o que significa que a sistematização da literatura timorense ainda está sendo pensada por críticos e pesquisadores.

Não é incoerente argumentar, ainda, que a resistência perpassa também não só pela leitura e estudo dos textos já existentes, mas, sobretudo, pela ampliação de formas de valorização, distribuição e veiculação que possam assegurar a memória de um povo. Então,

apresentar ao mundo a história do Timor por meio de suas lendas, contos, romances e poemas é uma forma de continuar resistindo. No livro *Que é a literatura* (2004), Sartre disse que é “um sonho abstrato, quer queira ou não, e, mesmo que cobice louros eternos, o escritor fala a seus contemporâneos, a seus compatriotas, a seus irmãos de raça ou de classe” (p. 56). Felizmente, contrário sua reflexão afirmando que muitos escritores tiveram a oportunidade de ser lidos e ouvidos por seus contemporâneos, uns mais, outros menos. Considerando, especialmente, o emergente sistema literário timorense, seus autores contemporâneos tiveram um ínfimo público leitor, sobretudo à época da dominação indonésia. Mas não insignificante. A literatura resistiu para rememorar a história do povo timorense e para falar a seus contemporâneos, compatriotas, irmãos de raça ou de classe “de um tempo difícil para não esquecer...” (GUSMÃO, 1998, p. 34).

3.2 A literatura timorense em língua portuguesa: das cinzas à resistência

Não é possível classificar a literatura no Timor-Leste de forma taxativa e homogênea, dado o conjunto de fatores que impedem qualquer sistematização que não considere o período colonial, pós-colonial, de ocupação indonésia e soberania enquanto nação. Ademais, uma classificação da literatura no Timor requer uma reflexão sobre a literatura oral, os escritores timorenses, os textos que tratavam sobre o Timor – sem, necessariamente, terem sido escritos por autores timorenses –, e a literatura timorense em língua portuguesa e em outras línguas. Todas essas vertentes são imprescindíveis para pensar uma possível divisão/ sistematização da literatura em Timor.

O historiador português Artur Marcos (1995)⁴² propôs uma sistematização para a literatura em Timor que não foi suficiente para dar conta das lacunas vislumbradas por outros pesquisadores. Damares Barbosa (2013) preconiza que no Timor “essa incipiente literatura apresenta dois grandes blocos: um de caráter colonial; outro de caráter nacional e politicamente engajado” (BARBOSA, 2013, p. 14-15). As categorias dessa literatura foram assim divididas: Literatura de Viagem, Literatura das Missões, Literatura Engajada e Literatura da Diáspora. A nomenclatura da penúltima categoria serve, por si só, para amparar

⁴² O historiador apresenta que sobre uma intenção artística verbal “um trabalho que visasse uma apresentação de Timor aos especialistas de Literatura, para que Timor surgisse nas disciplinas literárias como outros territórios do Mundo, deveria considerar: a) o que talvez classificável como “literatura timorense de expressão portuguesa”; b) mas também a literatura oral, igualmente chamada “oratura”, em idiomas dos grupos etnolinguísticos locais; c) a literatura que haja escrita nestes idiomas; d) ainda as composições de timorenses em línguas não-timorenses e, quiçá; e) a escrita de “malae sira”, i.e. de “naturais de outros países”, com temática de ou enredo em Timor.” (MARCOS, 1995, p. 143)

este estudo que se presta a investigar a literatura de resistência no Timor. Não bastasse o nome, Barbosa (2013) explicita que:

a **Literatura Engajada** teve como precursores Francisco Borja da Costa (1946-1975), Fernando Sylvan (1917-1993), Xanana Gusmão (1946-) e João Aparício (1968-), entre outros poetas, combatentes e membros da resistência timorense, que se prolonga no período da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. A repressão indonésia, que gerou um dos maiores massacres da história da humanidade, ocorreu entre 1975 e 1999. A maior parte dos escritos dessa fase foi compilada durante esses anos. O próprio Xanana Gusmão escreveu o livro *Mar meu* (1998) na prisão, pois fora militante e líder político da frente de libertação em Timor-Leste. (BARBOSA, 2013, p. 16-17, grifo da autora)

Os escritos literários produzidos antes dessa terceira fase compõem um conjunto de obras coloniais que foram exterminadas ao longo da guerra civil e da ocupação indonésia. Assim, é possível afirmar que a literatura do Timor-Leste ocupa espaço no período pós-colonial. Apesar disso, as produções literárias e o estudo da historiografia literária em Timor descartaram vinte séculos de história. Diferentemente de Barbosa (2013), Ana Margarida Ramos (2018) divide em três fases a evolução do sistema literário timorense, que se dá a partir da:

recuperação, reescrita e revisitação da literatura tradicional oral, a que se junta, a partir da ocupação indonésia, o crescimento do relevo do texto lírico de resistência e intervenção política, a maior parte escrito e editado na diáspora, e, mais tardiamente, a consolidação da narrativa ficcional, sobretudo ligada à figura tutelar de Luís Cardoso, romancista premiado e traduzido em várias línguas e países, autor de uma obra consistente, responsável pela construção de uma identidade literária timorense. (RAMOS, 2018, p. 17)

Nessa direção, ratifica-se o resgate de toda a trajetória do Timor como ponto de partida de um sistema literário emergente, contexto em que a literatura de resistência adquire ainda mais importância por ser um instrumento de luta ao passo que marca a emergência⁴³ da literatura timorense. A poesia é a via de expressão da resistência timorense, conforme salienta Barbosa:

⁴³ “O conceito de emergência aqui utilizado decorre, pois, mais do processo de desenvolvimento e afirmação em que se encontra, do que da influência das teorias pós-coloniais, que procedem à leitura dos fenômenos literários nascidos no seguimento dos movimentos de independência africanos iniciados na década de 50 do século XX, como movimentos de ruptura com as literaturas das potências coloniais e a instituição de uma ‘tendência de autonomia por intermédio de algumas dominantes temáticas, tendentes a recuperar elementos históricos forjadores das novas identidades’ (Mendonça, 2010, s/p)”. (RAMOS, 2018, p. 151)

É dentro desse espírito que a poesia, em Timor, floresce em português e em tétum, a partir dos componentes que formavam a resistência timorense. Algumas poesias são publicadas nos dois idiomas: em tétum, por ser o idioma pátrio, que está mais próximo à cultura timorense para expressar os sentimentos daquele povo, por ser o idioma materno no qual se aprende a balbuciar as primeiras palavras; em português, por ser o idioma escolhido para debater as questões políticas, a língua da cristandade, e a língua internacional para que o mundo todo leia, ouça e saiba que há um povo que está sendo destruído e tem ameaçada a sua integridade física, moral, bem roubada sua identidade nacional. A poesia em questão retrata, sobretudo, as agruras da guerra. É uma poesia revolucionária também no que diz respeito à escolha do idioma português, por ser uma língua de pouco prestígio internacional, mas que contava com muitos intelectuais portugueses que não silenciaram acerca da ocupação indonésia. (BARBOSA, 2013, p. 82)

A herança da língua portuguesa veio pragmaticamente dos missionários católicos portugueses. Contudo, a relação entre timorenses e Igreja Católica não era tão harmoniosa à época da colonização. O relacionamento muda com a ocupação indonésia, dominação que fez com que timorenses e religiosos fugissem para as montanhas. Lá, o convívio foi ganhando mais confiança e solidez. “A ocorrência de massacres durante a repressão fazia com que o povo acorresse à igreja católica em busca de refúgio. O acolhimento oferecido pela igreja opunha-se à imagem do mulçumano, representada pelo soldado indonésio” (BARBOSA, 2013, p. 83).

Ramos (2012) salienta a função da poesia como instrumento de denúncia da colonização e depois de resistência contra as forças indonésias, aspecto que contribui para que a literatura timorense seja “mais autônoma, auto-suficiente e inovadora em sua forma e conteúdo” (BONNICI, 2009, p. 28).

Em Timor-Leste, Xanana Gusmão é um legítimo representante desse projeto político, social, cultural e literário. O livro *Mar Meu* possui poemas escritos em 1995 na solidão de uma cela em Cipinang, uma instituição penitenciária, em Jacarta, na Indonésia. Em seu prefácio, o escritor moçambicano Mia Couto destaca a força dos versos de Xanana e a força do povo timorense contra a dominação indonésia. Ao referir-se à fragmentação do mundo, Mia Couto questiona a possibilidade de sobrevivência de um mundo decadente, despojado de valores e alheio à solidariedade. Mas, ao referir-se a Timor, Mia Couto ergue-se, assim como se ergueu Timor.

Timor parece erguer-se como prova contrária a estes sinais de decadência. Afinal, há alma para sustentar causas, erguer a voz, recusar alheamentos. Uma nação distante se reassume como nosso lar, nossa razão, nosso empenho. O sangue que se perde em Timor escorre de nossas próprias veias. As vidas que se perdem em Timor pesam sobre a nossa própria vida.

Foi assim que li os versos de Xanana. E naquelas páginas confirmei: pela mão de um homem se escreve Timor. Um livro de Xanana Gusmão não poderia ser apenas um

livro. Por via da sua letra se supõe falar todo um povo, uma nação. Há ali não apenas poesia mas uma epopeia de um povo, um heroísmo que queremos partilhar, uma utopia que queremos que seja nossa. (COUTO, 1998, p. 6)

Couto (1998) e Sartre (2004) reconhecem o papel fundamental do escritor no processo de recuperação do mundo e da liberdade humana. O próprio Xanana reconhece essa função, por isso não se omite de emprestar sua voz e seus versos para reaver a liberdade e “criar filhos e ensinar-lhes a crescer e a amar a Pátria Timor!” (GUSMÃO, 1998, p. 32). Para alcançar esse estágio, Sartre (2004) sublinha que:

[o] escritor se lançará então no desconhecido: falará, no escuro, a pessoas que desconhece, a quem nunca ninguém falou, a não ser para mentir-lhes; emprestará a sua voz às cóleras e inquietações dessa gente; através dele, homens que nunca se viram refletidos em espelho algum, e que aprenderam a sorrir e a chorar como cegos, sem se ver, encontrar-se-ão de súbito em face da própria imagem. (SARTRE, 2004, p. 186)

Xanana não apenas se indignou com o genocídio do povo timorense. Foi sujeito, não se esmoreceu, desvalorizou as paredes, as grades, a prisão, utilizando sua arma mais poderosa naquele momento: a poesia. Mia Couto traduziu com sensibilidade o perfil de um poeta guerrilheiro. “Numa cela isolada, um homem escreve versos. Reclama o simples direito de ter um mar, um céu que, sem temor, embale Timor. Neste simples acto, este homem de aparência frágil desqualificou as paredes, convocou a nossa solidariedade e negou o isolamento.” (COUTO, p. 8).

Enganam-se aqueles que pensam que a resistência timorense acabou com o fim da ocupação indonésia. A fim de dar prosseguimento ao projeto de soberania nacional em todos os setores da sociedade timorense, como na política, na economia e na educação, ainda é preciso resistir, principalmente levando-se em consideração as influências e interferências dos países que participam da cooperação internacional em prol do desenvolvimento no Timor. No que tange, principalmente, ao campo literário, são ainda incipientes os esforços para implementar um programa de valorização da literatura timorense, incluindo, nesse campo, a literatura de língua portuguesa e, conseqüentemente, a literatura de resistência.

Para Ramos (2012), a complexidade desse tema está atrelada, inicialmente, à falta “de uma produção editorial sediada em território timorense que inclua um circuito e uma rede de publicação, distribuição e venda” (p. 156). A pesquisadora vai além:

em consequência de um longo período colonial a que se seguiram mais de duas décadas de ocupação e luta armada pela autodeterminação, culminando na

destruição praticamente total das infraestruturas públicas, incluindo a aniquilação completa do sistema de ensino, o país, com dez anos de independência já marcados por uma ou outra convulsão social, debate-se com elevados níveis de analfabetismo e iliteracia, decorrentes de uma pobreza asfixiante que fazem com que os livros em geral e a literatura em particular sejam apenas propriedade das elites sociais e culturais, muitas delas constituídas por portugueses a residir no território, lusodescendentes, ou timorenses que fizeram formação no exterior. Para além disso, e apesar das decisões formalizadas em sede própria, há ainda, do ponto de vista social e cultural, questões de política linguística por resolver, adiando a estabilização do tétum e a implementação/consolidação do português. (RAMOS, 2012, p. 156)

Assim, as pesquisas devem ampliar as discussões sobre a literatura timorense, para disseminar os valores culturais do povo maubere e para tornar conhecidos escritores responsáveis pela memória no Timor. Ainda assim, fazem-se necessárias ações mais pragmáticas que vão ao encontro das demandas da população timorense que ainda sofre com altos índices de analfabetismo⁴⁴. Sartre (2004) aponta em sua obra *Que é a literatura* que um escritor não deve dizer que terá determinado número de leitores, e, sim, fazer o seguinte questionamento: “o que aconteceria se todo o mundo lesse o que eu escrevo?” (SARTRE, 2004, p. 21). A resposta é simples: a história não seria a mesma.

O problema, contudo, não se limita ao público-leitor. Faz-se necessário primeiro produzir literatura. Para Xanana Gusmão, a literatura timorense de língua portuguesa ainda é incipiente e, para que ela se destaque em uma sistematização literária, é imprescindível, antes de tudo, o domínio da língua.

Quando, um dia, o sol despertar e acordar os timorenses que dominem a língua portuguesa e comecem a escrever artigos ou ensaios, de domínio político ou pedagógico, já se pode pensar que a literatura timorense em língua portuguesa possa vir a desempenhar um papel, não propriamente na atualidade, mas com uma maior expressão no futuro próximo. (GUSMÃO, 2018)

O próprio livro *Mar Meu* é um instrumento que permite ir de encontro à visão de que a literatura de língua portuguesa ainda não foi capaz de desempenhar um papel. A língua portuguesa teve esse poder a partir do momento em que a Indonésia impediu que a população timorense falasse e lesse em português. Enquanto os indonésios negavam a língua lusófona, os timorenses resistiam, escondendo livros, comunicando-se em português na guerrilha e escrevendo, mesmo em diáspora. A força do português no Timor não pode ser medida pela

⁴⁴ Dados de 2015 mostram que a taxa de analfabetismo em Timor é de aproximadamente 50%. Segundo Xanana Gusmão, “[d]a idade abaixo dos 40 anos, muito poucos falam correcta ou fluentemente o português. Existem já escolas a ensinar em português mas a maioria, não pode fazer o mesmo, porque os professores não dominam a língua e é o que acontece também nas Universidades, onde ainda usam a língua indonésia para o ensino, já que os professores foram formados, durante a guerra, em estabelecimentos universitários indonésios” (GUSMÃO, 2018).

quantidade de obras e de escritores que se propuseram a utilizar o português. Na verdade, a sua força não pode ser medida. O empenho de cada escritor e de cada timorense em manter os símbolos que compõem o processo cultural maubere é que pode ser mensurado.

O percurso da literatura timorense, então, começa pela poesia oral, que resgata as tradições orais dos antepassados da população do Timor, passa pelas inscrições em elementos naturais, como pedras e árvores, e termina numa literatura produzida em um processo de transformações históricas. É nessa etapa que se insere a literatura timorense de língua portuguesa e, por sua vez, a obra *Mar Meu*,

posta a serviço da causa da libertação social e nacional do povo de Timor-Leste. E daí ser pensada como literatura de resistência, isto é, um produto literário elaborado no período em que vigora o colonialismo, e que cumpre uma destacada função de denúncia, oposição e combate ao poder imperialista. Tal resistência se dá em uma realidade socio-literária resultante da imposição política e cultural em que está ausente qualquer tipo de autonomia (quer sistêmica quer política), e que mantém um código estético próprio e afastado de considerações em termos de qualidade literária ou mesmo integração a um cânone mundial (periodização e gêneros literários, a literatura como luxo ou a exclusiva reivindicação do prazer do texto, entre outros). (GONZALEZ, 2015, p. 39)

Assim é *Mar Meu*, um livro pequeno no que se refere à quantidade de poemas e páginas, mas grandioso enquanto arte e texto literário e na sua essência ao denunciar as atrocidades cometidas contra crianças, mulheres e todo o povo timorense e ao se opor a um regime autoritário, antidemocrático e aniquilador.

De posse de todos os aspectos, definições e análises apresentados até aqui, que visam elucidar uma literatura que se presta a lutar em prol de uma causa, nota-se que *Mar Meu* extrapola as vertentes que definem e limitam a literatura de resistência, uma vez que exprime atributos de outros conceitos, como literatura engajada, literatura de recusa e literatura de testemunho. No caso desta, a rerepresentação de memórias individuais, valorizadas como experiência coletiva do povo timorense, compõe uma estratégia política para lutar em prol da libertação do Timor-Leste, o que torna a obra de Xanana Gusmão um instrumento real e simbólico no processo de conquista pela soberania.

Sob essa ótica, a poesia de Xanana Gusmão era uma das estratégias, uma das armas. Desse modo, considerando o conjunto de elementos que tornam sua poesia peculiar, denominá-la de xananiana equivale a uma junção de conceitos e características capaz de abranger a expressão artística de um ser humano *inteiramente*, que transformou a causa timorense em versos para denunciar atrocidades, lutar pela soberania e perpetuar uma história

que não pode ser repetida. Mergulhar nos versos de *Mar Meu* significa estar diante de uma obra ímpar no universo artístico-literário.

CAPÍTULO 4

RESISTIR PARA TESTEMUNHAR

No que se refere às investigações sociais e literárias, é preciso compreender que a consciência de si vai além de apenas preocupar com si mesmo e ser indiferente ao outro. Nessa ótica, há de se distinguir e colocar em pauta o valor do arquivo e da arte, que são capazes de elevar o indivíduo, suspendendo-o do cotidiano e aproximando o homem do seu próprio gênero. Esse reconhecimento de si mesmo por parte do povo timorense é destacado por Felgueiras (2001):

O fenômeno de 24 anos de resistência tem causas e forças que devem ser profundamente estudados, mesmo para que o <<timorense>> se conheça a si mesmo, e encontre os valores que o sustentaram numa epopeia quase única na História. Porque, como é óbvio, o verdadeiro núcleo de valores e energia para resistir estava <<dentro>>, na identidade deste mesmo povo. (p. 44)

Não há como falar de identidade e nacionalismo no Timor sem falar de diáspora. Isso porque a diáspora atravessou a história do Timor por mais de duas décadas, no período compreendido como pós-colonialismo, quando timorenses tiveram que deixar a terra natal em decorrência dos conflitos políticos, sociais e culturais com a Indonésia. Os que não deixaram (sobre)viveram a uma espécie de diáspora interna, já que o Timor, enquanto território, não era mais dos timorenses, mesmo que estes continuassem a habitar a ilha. Com as invasões, muitos timorenses migraram para o interior na tentativa de resistir à dominação indonésia. A noção de pertencimento foi, então, aprimorada pelos timorenses. Na literatura, é a construção do imaginário social que ressignifica o conceito de pertencimento a um território invadido. “A construção do imaginário nacional de Timor-Leste cresce como uma memória de resistência, como uma memória de guerras, como uma memória de lutas” (COSTA, 2016, p. 34).

A dinamicidade, a heterogeneidade e a contradição são um mosaico que torna a identidade não uma, mas múltipla. Por isso a identidade timorense é componente de um processo diaspórico, “logo sua construção identitária [a do povo maubere] se dá a partir de uma memória construída de lembranças dos diferentes lugares de pertencimento, seja relembando o período colonial ou o período da invasão” (COSTA, 2016, p. 34).

Em *Mar Meu*, versos e pinturas são a expressão da memória de Xanana constituída de lembranças dos diferentes lugares de pertencimento. Aqui fica claro entender que predominantemente a prisão não aparece em suas produções, porque ela não é o lugar de pertencimento do autor, e sim o entre-lugar de um autor diaspórico. As memórias são, então,

evocadas e transformadas em versos e pinturas por meio da imaginação. Os símbolos nacionais são reconstruídos, porque a terra de origem não é mais a mesma nem o sujeito em diáspora. Entre todos os símbolos, o mar talvez seja o que mais expressa a transformação pela qual o Timor-Leste passou desde a sua origem.

Em *Mar Meu*, as memórias resgatam uma referência importante no contexto de guerra: as crianças. Xanana Gusmão reconhece que as crianças foram as principais vítimas da guerra. Por isso, em vários momentos do seu livro, refere-se a elas. Muitas ficaram órfãs e tiveram que se proteger praticamente sozinhas de um inimigo feroz. Os guerrilheiros das Falintil exerciam certa proteção da população frente aos ataques dos indonésios. Forganés (2002) relata que “as crianças não eram forçadas, elas viviam com a guerrilha, até pela própria segurança. Já as milícias e o exército indonésio praticaram o recrutamento forçado, sob ameaças, de crianças e adolescentes” (FORGANES, 2002, p. 385).

Tal como as crianças, as violações contra as mulheres também foram tematizadas em *Mar Meu*. Distante dos estereótipos que são muitas vezes atribuídos às mulheres, o poeta manifesta a mulher timorense real que conviveu com duas décadas de violência. Apesar do silenciamento imposto às mulheres timorenses, elas gritaram por paz, sendo consideradas por Teresa Cunha (2006) co-protagonistas da resistência timorense. À luz dos poemas de Xanana, essa discussão é ampliada no tópico que encerra esta pesquisa.

Desse modo, as discussões aqui propostas sobre “Versos e imagens da diáspora”, “A tematização da infância” e “Silenciadas, mas co-protagonistas” serão desenvolvidas a partir de uma análise que não privilegie o projeto estético em detrimento do ideológico nem vice-versa, mas que, sobremaneira, reconheça os aspectos e elementos importantes na constituição de poemas que pertençam a uma literatura de resistência. Ademais, as reflexões sobre as vertentes temáticas já propostas nesta pesquisa, bem como as discussões seguintes, visam reler a história timorense sob o prisma artístico de Xanana. O objetivo é, portanto, ampliar as discussões acerca da literatura combativa e de resistência, por meio da arte, da literatura, das diferenças étnicas, culturais, religiosas e históricas do povo maubere.

4.1 Versos e imagens da diáspora

A sociedade timorense foi, à época da invasão indonésia, diminuída pelo genocídio e pela diáspora. Esse movimento de dispersão do povo timorense e sua compreensão ajudam a iluminar a complexidade da construção de uma nação, bem como a formação de uma identidade timorense e do sentimento de pertencimento. No percurso histórico do Timor, a

diáspora se inicia com a invasão indonésia, após o Timor ter conquistado a independência de Portugal. Muitos timorenses que se posicionaram e lutaram contra o domínio indonésio viveram a experiência do exílio em países como Austrália, Portugal, Moçambique e Angola.

Pode-se dizer que a diáspora timorense começa com este grupo restrito de pessoas que deixaram o seu país num momento de fractura crucial, no qual se jogava a realização do ansiado projecto nacionalista e da constituição da identidade nacional timorense. É importante reter que a experiência da separação devida à guerra, enquanto um sofrimento comum a muitas pessoas, teve muita importância na produção de uma identidade colectiva nacional em Timor-Leste. Esta experiência de “ruptura catastrófica” (Almeida, 2000: 235) foi essencial para a constituição de comunidades de sentimento e de interpretação do que deveria ser, um dia, a nação Timor. (CUNHA, 2010, p. 142)

Após a saída das tropas indonésias do Timor, houve timorenses que retornaram para a ilha. E muitos, inclusive, apesar da distância geográfica, não se distanciaram do elo com a terra natal. As produções culturais, como a literatura, são exemplos da ligação que muitos escritores mantiveram com o Timor-Leste. Ao retornarem da diáspora, o Timor não era o mesmo. Tratava-se de um país destruído e ao mesmo tempo em reconstrução. Também seria necessário reconstruir a própria identidade e o sentimento de pertencimento, influenciados pelas experiências vivenciadas em diáspora.

Acerca do que aconteceu no Timor, Cunha analisa que a experiência da diáspora que cada timorense vivenciou não foi homogênea. Algumas experiências foram mais longas, outras nem tanto; algumas foram politicamente motivadas, outras não (2010). Apesar dessas diferenciações, foi a ausência, de acordo com suas concepções, que reconfigurou a identidade timorense.

A ausência, mais ou menos prolongada, mais ou menos politicamente motivada, traçou as condições de reconfiguração da identidade dessas pessoas, que passou a incorporar as memórias do tempo passado na “sua terra”, as experiências que a condição de afastamento necessariamente lhes impôs, e a ficção do futuro como uma escatologia própria da diáspora. Durante todo o processo do exílio, a hibridização social da experiência cultural foi-se intensificando, enquanto, ao mesmo tempo, se foram cristalizando alguns dos artefactos culturais originais considerados mais representativos: a língua reproduzida em canções, a literatura escrita ou oral, as fotografias que fixam no tempo e na memória as pessoas e as paisagens, certas regras de conduta e valores tidos como próprios e singulares. (CUNHA, 2010, p. 143)

Por isso que a poesia de Xanana Gusmão, nos poemas e nas figuras, reflete a diáspora, tornando-a útil na luta pela soberania timorense, uma vez que muitos timorenses deixaram o país para buscar apoio internacional. Xanana vivenciou a diáspora do encarceramento, não a do autoexílio. Tornou-se uma personagem-testemunha do período mais trágico da história do

Timor, ou melhor, o protagonista dessa história, mesmo tendo sido afastado. “Contudo, os processos traumáticos e violentos que forçam as pessoas ao deslocamento não lhes retiram a capacidade de resiliência e a de criar, por isso, culturas de resistência” (CUNHA, 2010, p. 143). O próprio Xanana afirmou que criar era também uma forma de luta, nem que seja consigo mesmo, a fim de manter-se vivo, o que não deixa de ser uma forma de resistência.

Às vezes, não conseguia evitar que o meu pensamento voasse até às montanhas, onde os meus guerrilheiros continuavam a luta... assim, para além da missão de continuar a dirigir a resistência, através de contactos estabelecidos de dentro para fora da prisão, indo até para o estrangeiro, o sentir a luta e expressá-la de uma forma, que revolvesse o interior de mim mesmo, era como que libertar-me a mim mesmo da solidão e do confinamento. (GUSMÃO, 2018)

O artigo “Nacionalidade, identidade e recusa em Mar Meu, poemas e pinturas” (2014), de autoria de Mariene Queiroga, Marinete Souza e João Bernardo Filho, é um dos poucos no Brasil que discorre sobre os poemas e as pinturas de Xanana Gusmão. Para os autores, o conjunto das obras de Xanana evidencia aspectos da arte-terapia. Mas, mesmo não privilegiando o conflito, as pinturas mostram o anseio pela liberdade, pela paz, por meio de uma natureza tranquila, calma, e de símbolos arraigados na cultura timorense, como suas casas, paisagens e hábitos cotidianos. A Figura 5 mostra esse viés positivo das pinturas de Xanana. A Figura 6 não apresenta uma tematização explícita e, por isso, está mais ligada à concepção de arte-terapia proposta pelos autores.

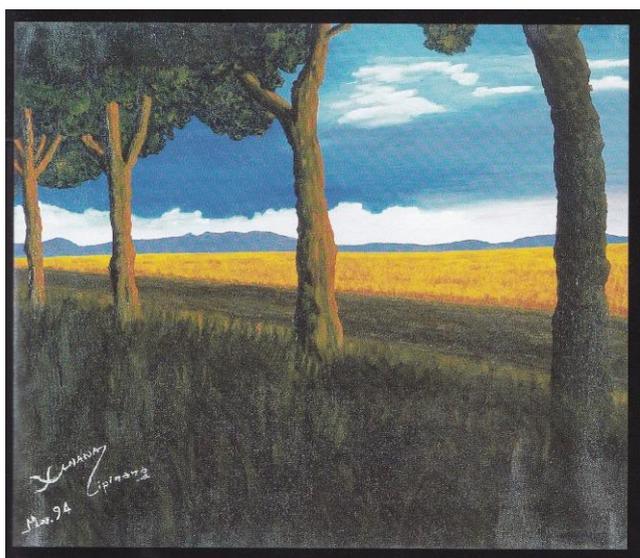


Figura 5. Sem título, março de 1994⁴⁵

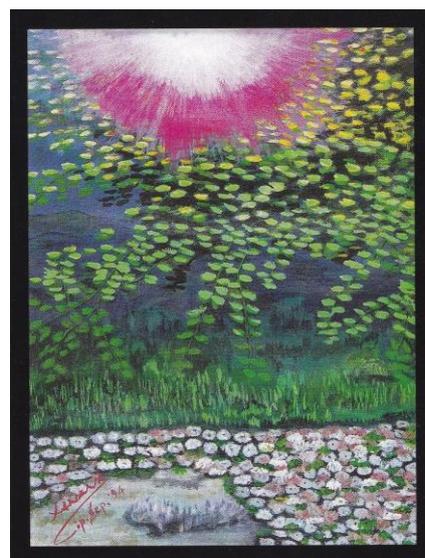


Figura 6. Sem título, setembro de 1994⁴⁶

⁴⁵ GUSMÃO, 1994, p. 57

Interessante notar que, enquanto os poemas denunciam o conflito de maneira explícita, as pinturas, ao contrário, mostram uma retórica mais positiva. Mesmo assim, o processo criativo de Xanana denota uma obra – apesar de ter sido elaborada a distância do Timor – engajada com a luta, o que torna inviável separar o autor do guerrilheiro que esteve à frente da luta armada pela soberania do seu país, mesmo na diáspora. Mas o deslocamento e a distância, consequências da diáspora, causam um esvaziamento. O Timor, que já é um país pequeno, viu parte da população ser dizimada e outra fugir, seja para as montanhas, seja para o estrangeiro. A única pintura que é intitulada na obra de Gusmão (1998) reflete esse esvaziamento.

“Ausência” dialoga em diversas instâncias com o que ocorria no Timor, sobretudo no que diz respeito à diáspora. A Figura 7 mostra uma sala moderna, colorida, com frutos sobre a mesa, onde também há utensílios que remetem ao entendimento de que há café pronto para ser servido, além disso, no espaço há flores e um sofá vazio. Trata-se de uma imagem que difere das demais apresentadas no livro, uma vez que as outras retrataram um espaço aberto.

O filósofo, epistemólogo e crítico literário Gaston Bachelard dicorre em *A poética do espaço* (2008), por meio de um estudo fenomenológico, a complexidade que norteia a compreensão do conceito de casa e o seu efeito numa póstica. No caso deste trabalho, a teoria de Bachelard (2008) serve como base para compreender o significado do espaço modificado pela tragédia, pela morte, pela diáspora. Inicialmente, é preciso compreender a casa não apenas como um objeto e, sim, como postula Bachelard (2008), entendê-la por meio do processo de “superar os problemas da descrição – seja ela objetiva e subjetiva, isto é, quer se refira a fatos ou a impressões – para atingir as virtudes primárias, aquelas em que se revela uma adesão inerente, de certo modo, à função original do habitar” (BACHELARD, 2008, p. 24).

“Ausência” é, nesse sentido, o lugar no mundo que o poeta almeja. Considerando a voz coletiva de Xanana, não é um erro dizer que a casa retratada pode ser o lugar seguro do timorense no mundo. “Porque a casa é o nosso canto no mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo” (BACHELARD, 2008, p. 24).

A retratação moderna da casa vai de encontro aos modelos das casas timorenses à época da invasão, sobretudo, da população mais pobre. Contudo, a imagem nos conduz a um futuro tranquilo, que ainda não existe no Timor, e por isso a ausência de pessoas nessa casa. Ao mesmo tempo, a casa remete a lembranças de proteção. Sobre isso, Bachelard (2008) afirma que “[e]vocando as lembranças da casa, adicionamos valores de sonho” (p. 26). Talvez

⁴⁶ GUSMÃO, 1998, p. 51

fosse esse o propósito de Xanana ao representar uma casa vazia: evocar lembranças, memórias, e, por conseguinte, reconfigurar e ressignificar sua identidade em decorrência da diáspora, conforme elucida Chen (1996):

[a] diáspora é definida pelas conjunturas históricas pessoais e estruturais e o seu poder resulta, em parte, dessas tensões não resolvidas. Defende que a identidade cultural é híbrida (por não ser fixa), justamente por resultar de especificidades ligadas às formações históricas, às histórias e repertórios culturais de enunciação, e que pode, assim, “constituir um ‘posicionamento’, ao qual nós podemos chamar provisoriamente de identidade”. (CHEN, 1996, p. 432-433)

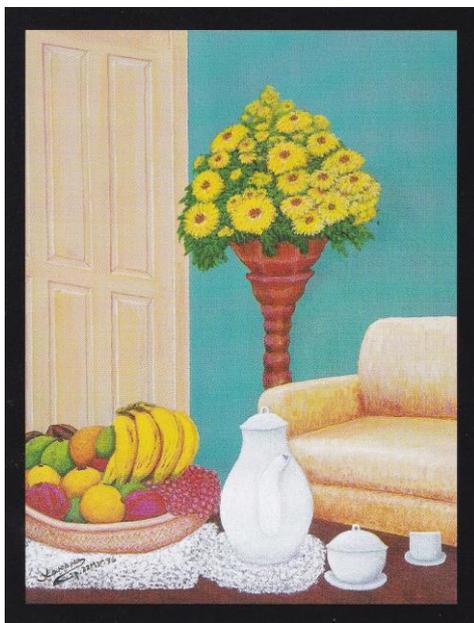


Figura 7. “Ausência”, 22 de março de 1996⁴⁷

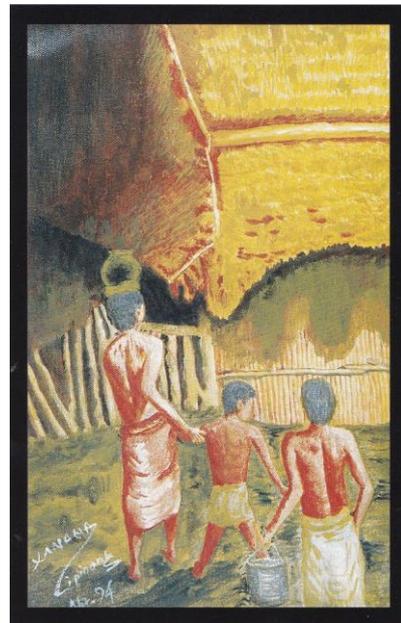


Figura 8. Sem título, abril de 1994⁴⁸

A partir desse prisma, a ausência refletida na imagem é a mesma do processo de diáspora na medida em que esta pode ser compreendida como a dispersão de pessoas em dada sociedade ou nação por causa de preconceito ou perseguição de instância política, religiosa ou étnica. Como exemplo, basta se lembrar das dispersões dos negros e dos judeus. Com os timorenses não foi diferente.

No poema “Esperanças rasgadas”, é possível perceber a imagem criada de um espaço desconstruído pela guerra e construído por um sujeito diáspórico. No poema, Xanana descreve o Timor como espaço da morte, utilizando elementos como “jazigo”, “alma”,

⁴⁷ GUSMÃO, 1998, p. 63

⁴⁸ GUSMÃO, 1889, p. 69

“ossos”, “flores” e “sepulturas”. Assim, o poema permite a possibilidade de enxergar o Timor como um cemitério.

Esperanças rasgadas

(Para Sandra Lobo, Lisboa)

Timor
jazigo de uma alma
que não pereceu
nas névoas
de uma história que se perdeu
na distância das lendas

Timor
montanha de ossos
de uma valentia
que bocas guerreiras
abençoaram seus filhos
para a perenidade dos dias

Timor
onde a morte
só se consagra no combate
para deter a vida
e contar a história às crianças
que nascem para recordar

Timor
onde as flores
também desabrocham
para embelezar
as sepulturas desconhecidas
'em noites frias, infindáveis'

Timor
onde as pessoas
nascem para morrer
pela esperança
em rasgos de dor
em rasgos de carne
em rasgos de sangue
em rasgos de vida
em rasgos de alma
em rasgos
da própria liberdade
que se alcança...
com a morte! (GUSMÃO, 1998, p. 26-27)

Não é difícil perceber que o poema é sobre o espaço timorense, principalmente ao observar a colocação do advérbio de lugar, “onde” nas últimas três estrofes. Entretanto, o que pode definir a poética de Xanana como uma expressão da diáspora não se apresenta em elementos isolados, mas conjugados. Além de compreender que o livro *Mar Meu* foi produzido na diáspora, na Indonésia, os poemas versam sobre diversos temas que

caracterizam o espaço literário diaspórico: referência aos fatores e aos traumas da guerra; apresentação de elementos que contextualizam a história do Timor de maneira fragmentada, não-linear, combinados com perspectivas psicológicas dos sujeitos diaspóricos e em situação de conflito; e a incidência de símbolos nacionais timorenses. Na Figura 8 e nas seguintes, é possível vislumbrar esses elementos.

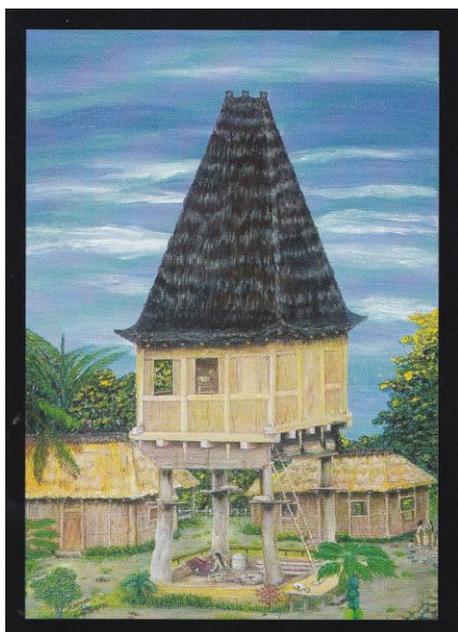


Figura 9. Sem título, 19 de abril de 1996⁴⁹

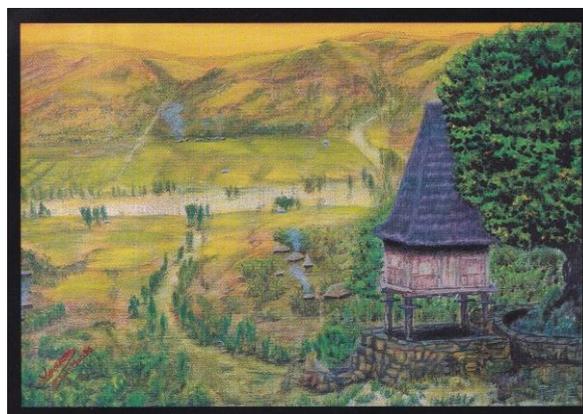


Figura 10. Sem título, 2 de março de 1995⁵⁰

A ausência e o esvaziamento são manifestados por um artista diaspórico. A natureza timorense é retratada de maneira utópica, imaginada, haja vista que o espaço timorense havia sido modificado pela guerra com a Indonésia. As pinturas também podem ser compreendidas como pinceladas de memórias e idealização da terra natal. São paisagens que negam o encarceramento e recriam o espaço desejado, com casas e crianças. Em Xanana, as paisagens não são pano de fundo, estão em primeiro plano, como uma forma de revelar a importância do espaço timorense em suas telas. Embora seja possível notar a presença de crianças na Figura 9 e na Figura 10, não é a presença do homem que é retratada predominantemente nas paisagens de *Mar Meu*, e sim a ausência do homem.

A tranquilidade que as paisagens seguintes mostram é captada tanto pelo tema que representa quanto pelas cores que o artista utiliza. A paisagem mostra uma natureza

⁴⁹ GUSMÃO, 1998, p. 71

⁵⁰ GUSMÃO, 1998, p. 47

preservada como uma forma de manifestar a apreciação e a sensibilidade do autor pelo natural. O conjunto de cores e elementos confere leveza à obra.

O estudo de Ana Marcela França Oliveira (2013) ajuda a ampliar essa percepção sobre o ambiente natural a partir da arte. “Nesse contexto, a arte pode vir a ser uma importante via de compreensão da relação ser humano-natureza em um determinado período histórico, uma vez que a expressão artística, além de ser uma expressão individual, é também a manifestação de uma dada cultura” (OLIVEIRA, 2013, p. 4). Sua análise permitiu notar que em Xanana há paisagens que se apresentam de forma panorâmica, como se um observador estivesse apreciando a paisagem a distância. É o que se verifica na Figura 11. Um observador que pode ser o sujeito diaspórico, longe dos elementos que formam sua identidade e seu nacionalismo. O olhar de Xanana é o ponto de vista distanciado.

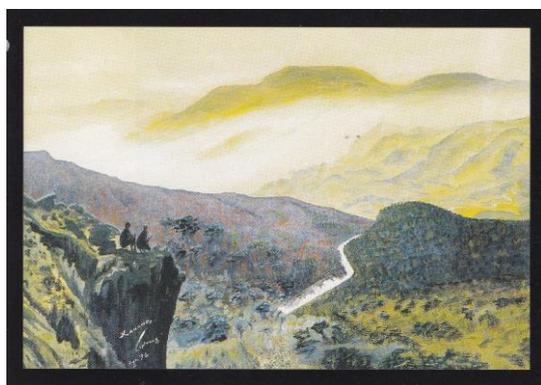


Figura 11. Sem título, abril de 1994⁵¹

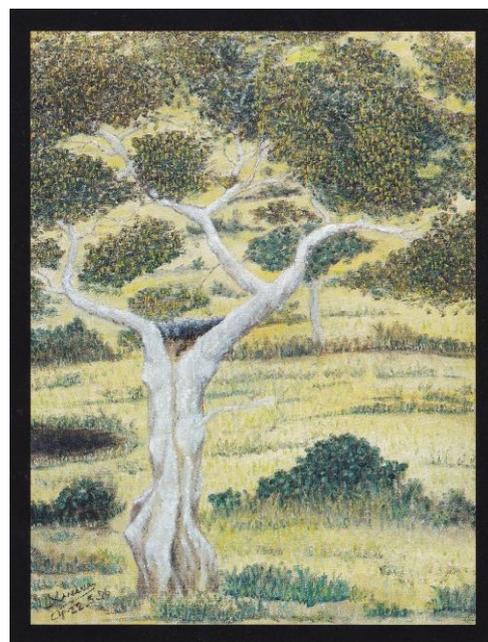


Figura 12. Sem título, 22 de maio de 1996⁵²

Essas duas imagens se assemelham quanto às cores. A diferença consiste na representação de duas silhuetas que lembram dois homens sentados, olhando ao longe, distanciados do primeiro plano da imagem que focaliza um caminho a outras montanhas. O verde não é tão vívido, mas os tons de amarelo são luzes que encobrem as sombras do tempo e do espaço dos quais Xanana se distancia.

⁵¹ GUSMÃO, 1998, p. 67

⁵² GUSMÃO, 1998, p. 55

Na paisagem que mostra uma árvore com galhos tortuosos, as cores verde e amarela predominam, não são fortes, mas também não remetem a um espaço de conflito. A visão não é panorâmica, embora não seja possível avistar até onde vão os galhos. Como caminhos, os galhos são sinuosos, apresentam um fim, que na paisagem não se pode avistar. Assim foi o período de resistência à época da invasão. Foram várias as estratégias de luta, os caminhos percorridos, difíceis, sinuosos, que não indicam um fim. As pinturas a seguir também apresentam sinuosidades semelhantes, embora as cores sejam mais fortes e vívidas.

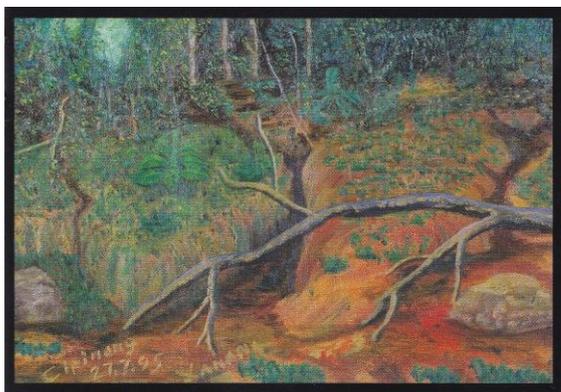


Figura 13. Sem título, 27 de julho de 1995⁵³

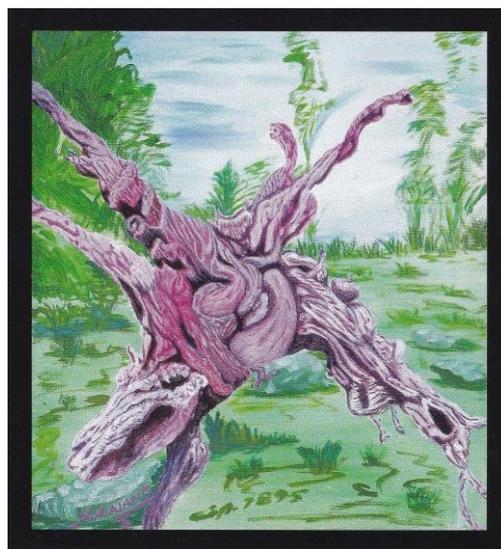


Figura 14. Sem título, 7 de agosto de 1995⁵⁴

As pinturas, embora estáticas, sugerem um movimento, uma transformação, o que é habitual na natureza: “as paisagens e os ambientes naturais estão sempre mudando, por motivos ecológicos ou humanos. Ou seja, nunca estão parados, mas sempre em constante transformação, sendo possível apreciarmos os ambientes naturais ou os seus aspectos como desdobramentos ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 2013, p. 7)

Sobretudo em relação à Figura 14, há um mistério que se liga ao significado do mar e ao da ilha. Para Chevalier e Gheerbrant (1997), silêncio e paz fazem parte dos elementos que sustentam os múltiplos significados da ilha como símbolo, que ora se apresenta como refúgio de liberdade, ora como prisão.

Os timorenses que não viveram a experiência da diáspora e continuaram no Timor não possuíam a liberdade da vida, já que Timor havia se tornado “montanha de ossos” (GUSMÃO, 1998, p. 26) e um lugar “onde as pessoas nascem para morrer” (GUSMÃO,

⁵³ GUSMÃO, 1994, p. 61

⁵⁴ GUSMÃO, 1998, p. 43

1998, p. 28). A ilha se transformara em um lugar onde não se podia “cavalgar embevecido”, “sentir o cheiro de animais/ bebendo das nascentes” nem “ouvir contar as canseiras/ sob os risos/ das crianças nuas e descalças” (GUSMÃO, 1998, p. 30). Não se podia fazer tudo isso porque Xanana estava preso na Indonésia e porque a presença indonésia modificou as práticas cotidianas por mais de duas décadas.

O poema “20 de Novembro de 1992”, datado de 20 de novembro de 1995, reporta ao terceiro ano de sua prisão. Sem referência ao mar, o sujeito lírico não fala da prisão, e sim da ilha. O comportamento diaspórico em distanciar-se da prisão, do lugar que não é seu, para reencontrar-se com a terra natal, torna o poema um dos mais intensos no que concerne às memórias de um sujeito em diáspora.

20 de Novembro de 1992

Amanhecer fresco
de uma Dili empoeirada
de neblina e fumo
de um dia da vida...
Início de uma outra
um destino
que começou no escuro
em confusão dos espíritos
entre o crer e o não crer
que tudo ou algo aconteceu
desordenadamente assim...
Um dia terrível
na sensação de fraqueza
brutalizada
que condenava
os risos que queriam ser ódio...
Amargura da sorte
que parou uma marcha
na luta
longa marcha
dos melhores dias da vida...
Um destino...
viragem da folha
amarelecida
de um tempo difícil
para não esquecer... (GUSMÃO, 1998, p. 34)

Datada de 20 de junho de 1996, a Figura 15 é a única pintura de Xanana, em *Mar Meu*, que apresenta uma paisagem sombria, considerando apenas a representação da natureza. Exatamente nessa data, Xanana completa 50 anos, já que seu nascimento foi em 20 de junho de 1946. Assim, o poeta vive e espelha o seu tempo sombrio dentro de uma prisão. Todavia, os tons de preto e cinza são cortados por um horizonte amarelo, que pode simbolizar uma luz de esperança em um tempo sombrio. Assim, tanto o poema “20 de Novembro” quanto a

Figura 15 permitem inferir que o processo criativo em Xanana estava atrelado à rememoração, seja de eventos traumáticos, seja de eventos atravessados pelo trauma. Considerando as datas do livro, a pintura abaixo foi a produzida três anos antes de ele ser solto em 1999. Na Figura 16, o único homem apresentado como foco de sua pintura é a representação do povo timorense, que em meio aos tempos sombrios ainda tem esperança.

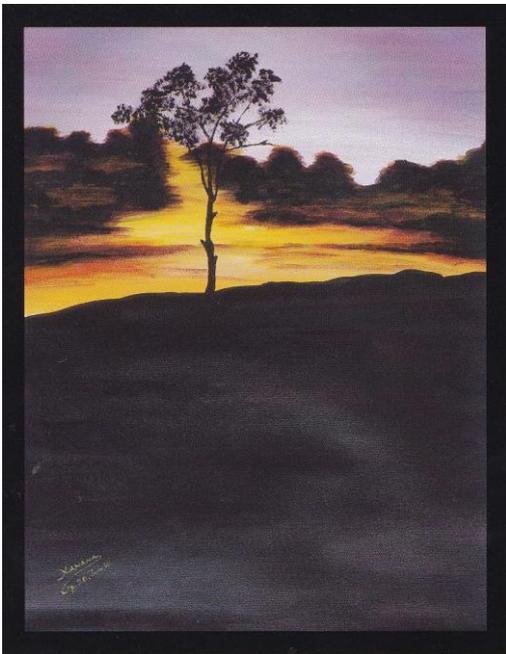


Figura 15. Sem título, 20 de junho de 1996⁵⁵



Figura 16. Sem título, abril de 1994⁵⁶

Compreender a natureza com uma metonímia do processo histórico do Timor adquire relevo a partir das leituras possíveis frente às pinturas em *Mar Meu*. Entre os símbolos, o mais evidente nos poemas de Xanana é o mar, o qual, além de compor o título do livro, faz-se presente nos poemas I, II e IV e em três das 15 pinturas. Essa incidência não é casual.

A compreensão desse elemento natural como símbolo recorrente em diversas literaturas possibilita uma leitura mais elucidativa sobre a relação entre a história do Timor e os poemas de Xanana. Conforme o Dicionário de Símbolos de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, o mar é:

⁵⁵ GUSMÃO, 1998, p. 65

[s]ímbolo da dinâmica da vida. Tudo sai do nascimento e tudo retorna a ele: lugar dos nascimentos, das transformações e dos renascimentos. Águas em movimento, o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informes as realidades configuradas, uma situação de ambivalência, que é a de incerteza, de dúvida, de indecisão, e que pode se concluir bem ou mal. (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1997, p. 592)

A ambivalência proposta por Chevalier e Gheerbrant (1997) está sobretudo nos poemas em que o eu lírico em Xanana expressa suas dúvidas, medos, incertezas quanto ao futuro de Timor ao mesmo tempo em que salienta a luta, a resistência e a esperança. O poema “Oh! Liberdade!” revela essa ambivalência com a repetição do verso “Se eu pudesse”. Trata-se de um poema que ao longo de todas as estrofes e versos deixa transparecer um eu-lírico que rememora um Timor de paz, saudosista, que coloca em xeque a conquista da liberdade. O mar, mesmo podendo ser visto também como fonte de liberdade, não corresponde a essa liberdade almejada: “Se eu pudesse/ ao entardecer das ondas/ caminhar pela areia/ entregue a mim mesmo/ no enlevo molhado da brisa/ e tocar a imensidão do mar/ num sopro da alma/ que permita meditar o futuro/ da ilha de Timor” (GUSMÃO, 1998, p. 32).

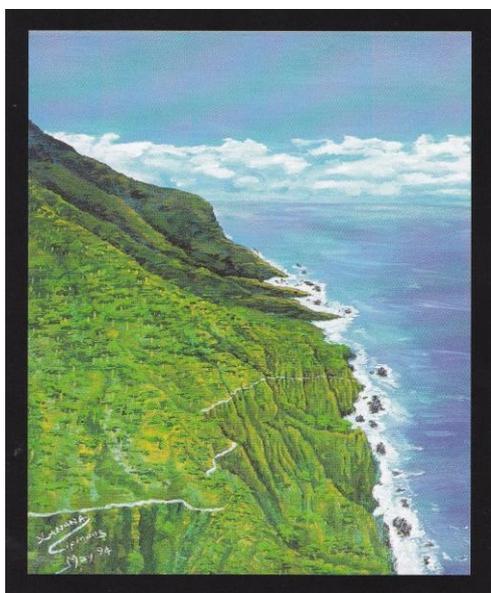


Figura 17. Sem título, maio de 1994⁵⁷

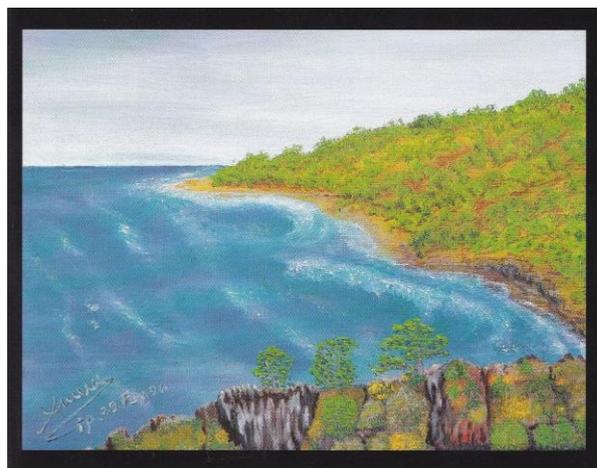


Figura 18. Sem título, 29 de fevereiro de 1996⁵⁸

Entre todos os símbolos, o mar é, portanto, um elemento que está presente em lendas e histórias orais sobre o Timor. “Avô Crocodilo”, de Xanana, conforme relatado

⁵⁶ GUSMÃO, 1998, p. 59

⁵⁷ GUSMÃO, 1998, p. 45

⁵⁸ GUSMÃO, 1998, p. 53

anteriormente, recupera a lenda de formação do Timor por meio de um crocodilo que se transformou em ilha depois de viajar com seu amigo pelo oceano. Nesse poema, o elemento “mar” é o símbolo do nascimento, das transformações: “e suas crostas se transformaram/ em cadeias de montanhas/ onde as pessoas nasceram/ e onde as pessoas morreram” (GUSMÃO, 1998, p. 20).

Não pode passar despercebida a reprodução a seguir da pintura indicada como Figura 19, que mostra uma montanha em formato de crocodilo. Na imagem, é possível identificar, observando a pintura na parte superior (da esquerda para a direita), cabeça, boca, olhos e parte do corpo. Ao lado da montanha-crocodilo está o mar azul e calmo, confortando o crocodilo cansado.

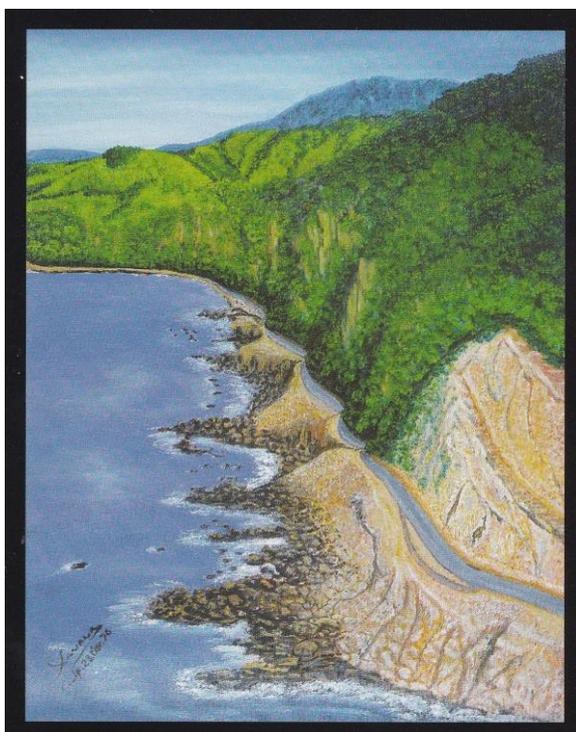


Figura 19. Sem título, 28 de março de 1996⁵⁹

O significado do mar é uma síntese da história do Timor-Leste e da dinâmica da vida de todos os timorenses. O mar está atrelado ao Timor desde a sua formação, uma vez que é uma das 14 ilhas localizadas no arquipélago das Ilhas Sonda, no Sudeste Asiático. Até hoje o mar ocupa um espaço central nas discussões políticas sobre a soberania do Timor. E o mesmo homem que lutou pelo território timorense à época da invasão, que se referiu ao mar em

⁵⁹ GUSMÃO, 1998, p. 49

poemas e pinturas, é o que chefia, em 2019, as negociações do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas para que o Timor-Leste tenha o controle das águas que circundam a ilha. O Timor tem como vizinhos marítimos a Indonésia e a Austrália, com quem tenta definir as fronteiras marítimas desde 1999. Para Xanana, a definição das fronteiras coroa a luta pela soberania. “Sempre levantamos a questão relacionada às fronteiras marítimas, porque entendíamos que a soberania só seria completa, quando detivessemos o total controle sobre o território e sobre as águas que nos circundam” (GUSMÃO, 2018).

O Mar do Timor, extensão do oceano dividida entre o Timor-Leste e Austrália, contém vasta reserva de petróleo e gás natural. Por meio de um acordo entre a Indonésia e a Austrália, as receitas petrolíferas eram partilhadas entre esses dois países. Numa entrevista a Bárbara Reis, jornalista e ex-diretora do jornal português *Público*, Xanana Gusmão denuncia que a conivência da Austrália com o genocídio que aconteceu no Timor foi sustentada pelos interesses comerciais.

A Austrália e a Indonésia assinaram o acordo do Timor Gap em 1989. A invasão de Timor foi em 1975. Andámos 14 anos em guerra. Para dividirem as receitas 50%-50% com a Indonésia, os australianos tiveram de mostrar uma política de conivência com o morticínio em Timor. (GUSMÃO, 2019, s/p)

A fim de se beneficiar das vantagens comerciais advindas da exploração do petróleo e do gás natural do Mar do Timor, em março de 2002, dois meses anteriores à independência do Timor, a Austrália realizou uma manobra política:

a Austrália excluiu as disputas sobre fronteiras marítimas da jurisdição obrigatória do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Internacional do Direito do Mar, bem como de outros órgãos de resolução de disputas ao abrigo da CNUDM. Segundo o direito internacional, ao contrário do direito interno, os Estados têm que aceitar a jurisdição dos órgãos internacionais e concordar em ficar vinculados por quaisquer decisões tomadas por estes órgãos, antes que outro Estado peça a esses órgãos para resolver uma disputa. Isto significou que Timor-Leste não poderia pedir a um tribunal internacional para deliberar vinculativamente sobre a sua fronteira marítima permanente com a Austrália. (GFM, s/d, internet)

Contudo, o Timor-Leste tem amparo do Direito Internacional para assegurar sua soberania em relação ao mar que circunda a ilha. O que o Timor deseja junto à Austrália e a Indonésia é a demarcação da fronteira. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) consiste no principal tratado sobre o direito do mar. De caráter multilateral, os três países envolvidos nessas negociações sobre o Mar do Timor compõem a convenção. Apesar de parte, a Austrália sempre se esquivou de negociar com o Timor. Foi preciso usar de

um dispositivo de conciliação obrigatória, previsto no CNUDM, para negociar com a Austrália.

A Austrália, contactada, sempre se recusou a sentar-se à mesa. E, em 2016, decidimos fazer recurso ao único mecanismo, contemplado na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para obrigar a Austrália a sentar-se à mesa. Depois de um ano e meio de negociações, sob os auspícios de uma Comissão de 5 Juristas internacionais, neste processo obrigatório de conciliação, conseguimos a demarcação da fronteira marítima com a Austrália.

Sendo a primeira vez que esse processo de Conciliação Obrigatória foi posto em prática, sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar, o resultado foi um sucesso e, no passado [2017] dia 06 de março, foi já assinado, em Nova Iorque e na Sede das Nações Unidas, um Tratado sobre a Delimitação da Fronteira Marítima, entre Timor-Leste e a Austrália. Neste processo, pude ter a oportunidade de ser o Negociador Principal, por parte da equipa de Timor-Leste.

Hoje, estamos a encetar esforços para re-começar em breve as negociações com a República da Indonésia, para a delimitação das nossas fronteiras marítimas. (GUSMÃO, 2018)

O tratado assinado com a Austrália possibilitará que o Timor tenha direito entre 70% e 80% das receitas de petróleo e gás natural extraídos das reservas do Mar de Timor.

Com a Indonésia, as negociações avançaram em fevereiro de 2019, quando foi convocada a Segunda Reunião Exploratória sobre Delimitação de Fronteiras Marítimas, realizada em Singapura. As negociações estão em andamento, mas já denotam avanços sobretudo nos embates sobre questões de ordem técnica e administrativa.

4.2 A tematização da infância

Além de uma arquitetura de elementos que dialogam com o universo infantil, dos nove poemas em *Mar Meu*, considerando a carta a Marta B. Neves, seis fazem referências explícitas às crianças⁶⁰. As referências e os elementos tornam a infância uma tematização evidente em *Mar Meu*. A imagem da criança em quase todos os poemas liga-se à inocência, à pureza, à liberdade, à felicidade. Também há alusão à infância perdida, negada, roubada, o que remonta a uma concepção de infância afastada do conceito moderno e contemporâneo.

Na Antiguidade, não havia uma problematização em relação a ser criança, e a infância não se configurava uma categoria discursiva. A alta taxa de mortalidade das crianças, suas vestes e seu comportamento no cotidiano indicavam que não havia uma separação estanque entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças. Uma das pesquisadoras que estudou sobre

⁶⁰ Pelos aspectos já apresentados no primeiro capítulo deste estudo, o poema “Avô Crocodilo” não apresenta uma referência explícita, mas possui uma íntima relação com o imaginário infantil, sobretudo pela intertextualidade com uma lenda do Timor.

a história da infância, Sandra Mara Corazza (2002), aponta uma lacuna sobre a infância – enquanto esfera discursiva – na história da humanidade que só chega ao fim na Idade Moderna, quando as crianças passam a ser categorizadas numa instância que as diferencia dos adultos.

As crianças são grandes ausentes da história simplesmente porque, no chamado “passado” – da Antiguidade à Idade Média –, não existia este objeto discursivo a que hoje chamamos “infância”, nem essa figura social e cultural chamada criança (...). Não é que não existissem seres humanos pequenos, gestados, paridos, nascidos, amamentados, crescidos – a maioria deles mortos, antes de nascerem –, mas é que a eles não era atribuída a mesma significação social e subjetiva; nem com eles eram realizadas as práticas discursivas e não-discursivas que somente fizeram o século XVIII, na plenitude, o XIX e até mesmo os meados do século XX: nem a infância, nem a criança, nem o infantil foram considerados, em qualquer medida, sequer problemas. (CORAZZA, 2002, p.81)

A problematização apresentada por Corazza tem sua essência em diversos estudos que ora convergem, ora divergem de uma suposta “descoberta da infância”, como propôs Philippe Ariès (1981), que inclusive foi alvo de críticas e questionamentos ao defender a tese de que antes do século XIII não havia a ideia de infância. A metodologia linear de Ariès é o que, talvez, confere mais questionamentos em relação aos seus estudos.

O que se tem hoje no campo de investigação da infância, enquanto campo discursivo, é a compreensão de que a ideia de infância passou por um processo que dependia basicamente de fatores como espaço, tempo e classe social. Há de se somar, ainda, a esse processo o contexto político e cultural em que as famílias se transformavam. Nesse sentido, apesar das críticas, as postulações de Ariès, inclusive a da “descoberta da infância”, possuem sentido e relevância se considerada a mutação que o conceito de infância sofreu no percurso da humanidade a partir de avanços e retrocessos, o que contraria a perspectiva linear apresentada por Ariès. As distintas transformações pelas quais a noção de infância passou conferem o entendimento de que, embora as crianças sempre tenham existido, sua problematização é recente. Assim, é possível inferir que antes do século XIII não havia uma ausência da ideia de infância, e sim um distanciamento da problematização da ideia moderna de infância. O filósofo Aristóteles pode ajudar a compreender essa dicotomia.

Ao propor um modelo de educação que tivesse como objetivo formar um homem apto a governar, Aristóteles exemplifica que a discussão da infância nos séculos V e IV a/C não possuía fim em si mesma, mas no processo de formação que tornava a criança um político ideal para a constituição de uma cidade-estado justa e moral como se pode verificar no excerto: “A criança ainda não é completamente desenvolvida, e portanto suas qualidades

obviamente não podem ser consideradas apenas em relação a ela mesma, e sim ao homem inteiramente desenvolvido, ou seja, à pessoa que tem autoridade sobre ela” (ARISTÓTELES, 1985, p. 33–1260b).

O dilema do entendimento apresentado por Aristóteles não se encontra no exercício da virtude para formar um político ideal, e sim na autoridade desse homem inteiramente desenvolvido sobre a criança. Se a história da humanidade sempre foi seletiva, segregacionista, quais foram as crianças que se tornaram homens inteiramente desenvolvidos e sensíveis ao gênero humano? Quais foram educadas para ter uma consciência de si que vai além de apenas preocupar-se consigo mesmo? Não se torna necessário responder a tais indagações, uma vez que somente elas são suficientes para elucidar que a filosofia aristotélica, nesse campo, não alcançou de forma pragmática a totalidade dos homens. Na verdade, a existência, ainda, de uma discussão sobre o tratamento que deve ser dispensado às crianças em diversas partes do mundo reforça que a humanidade está atrasada nesse processo.

O atraso se verifica nas atrocidades que acometeram (e ainda acometem) crianças em todo o mundo e em todas as esferas da vida social: educação, saúde, higiene, segurança, moradia, entre tantas outras. Basta evocar a violência que se observou durante a Revolução Industrial, quando as crianças eram submetidas a longas jornadas de trabalho, e o número de crianças mortas vítimas do regime nazista: 1,5 milhão.

No Timor-Leste, para além do número de crianças mortas, as violações dos direitos humanos garantidos por dispositivos do direito internacional tornaram-se comuns no cotidiano das crianças ao longo de quase 25 anos de ocupação indonésia. No relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor Leste (CAVR), responsável por apresentar uma síntese do que foram 25 anos de violações aos direitos humanos, o capítulo que trata sobre o direito das crianças apresenta dados, informações e depoimentos que revelam a monstruosidade que a maldade do homem pode alcançar.

Durante o período abrangido pelo mandato da Comissão, de 25 de Abril de 1974 a 25 de Outubro de 1999, as crianças de Timor-Leste foram sujeitas a todo o tipo de violações dos direitos humanos. A pesquisa realizada pela Comissão revelou que todas as partes envolvidas nos conflitos políticos em Timor-Leste perpetraram violações contra os direitos das crianças. A esmagadora maioria destas violações foi cometida pelos militares indonésios e pelos seus grupos auxiliares. Uns e outros mataram crianças, violaram-nas sexualmente, detiveram-nas e torturaram-nas, deslocaram-nas e recrutaram-nas à força. (CAVR, 2005, p. 1)

Antes da divulgação do relatório da CAVR, Xanana Gusmão apresentou em versos muitas dessas violações aos direitos das crianças. Sem o propósito de seguir qualquer projeto

estético, o que não significa a ausência desse projeto, Xanana tematiza a infância a partir de um mergulho na condição humana de um ser indefeso, dependente e em plena formação. O eu lírico, em *Mar Meu*, consegue traduzir a infância, emprestando sua voz para solidificar em versos a urgência da efetivação jurídica dos direitos das crianças.

Em Xanana, a infância não se apresenta como uma nostalgia melancólica do eu lírico, e sim como uma esperança, uma busca, uma luta em prol de um futuro coletivo. A narrativa poética de Xanana Gusmão pode, em alguns momentos, valer-se do passado, mas a diretriz lírica sempre aponta para o futuro com a finalidade de resgatar a justiça, de construir uma identidade e de sempre resistir. Esse direcionamento revela um projeto, sobretudo político, em *Mar Meu*, em que as crianças são a razão da resistência, conforme Xanana Gusmão corrobora:

A poesia tem a sutileza de ir aos recônditos da alma... quando veio a invasão, a 07 de dezembro, com a descida dos paraquedistas em Dili, eu estava no lado ocidental da ilha, com as forças, a tentar impedir a progressão inimiga, por terra. Deixei uma filha de 1 ano e um garotinho de 3 anos de idade, em Dili, porque, desde ali, fiquei nas montanhas. Vi mães com as crianças ao colo, em longas marchas, para evitar serem mortos por balas ou por morteiros... e muitas outras mães, enterrando as suas crianças que morriam de fome ou doença... Depois de toda a população ter rendido ou sido capturada, as crianças, debilitadas pela fome e pela doença, eram os que mais sofriam com as mães... Toda a luta de libertação tinha um sentido... criar um futuro melhor para Timor... e as crianças lembravam-me desse futuro, pelo qual os meus guerrilheiros estavam a doar a vida! (GUSMÃO, 2018)

Nos poemas em que a rememoração da infância se faz presente, a representação da infância como uma estratégia de denúncia é feita através da memória de um sujeito que presenciou, que viu os traumas, as catástrofes. Entretanto, o “eu” em Xanana deve ser entendido como “uma singularidade plural” (PENNA, 2003, p. 318). E valendo-se das análises desenvolvidas por Franco (2003), também é exequível que o propósito da poética de Xanana “não é mais recuperar o material esquecido, o saber e a experiência nele eventualmente contidos, mas o de comunicar que algo de fundamental foi esquecido” (FRANCO, 2003 p. 367). De fato, os direitos que deveriam ser garantidos às crianças de Timor foram esquecidos.

No poema que recebe o mesmo título do livro, “Mar Meu”, o direito esquecido, negado e roubado é o direito de ser criança.

Mar Meu
(Para Sandra Lobo, Lisboa)

Pudesse eu

prender entre os dedos
os suspiros do mar
e distribuí-los
às crianças

Pudesse eu
acariciar com os dedos
A suave brisa das ondas
e sentir cabelos
de crianças

Pudesse eu
sentir nos dedos
o beijo das espumas
e ouvir os risos
das crianças

Pudesse eu
tocar com os dedos
o sono do mar
e embalar os olhos
de crianças

Pudesse eu
ter entre os dedos
belas conchinhas
e fazer colares
p'ra as crianças

Oh, mar meu!
porque esperas?
porque não dás?
porque não sentes?
porque não ouves?

Imerso nos meus pensamentos
fui subitamente estremeado

Do mar, do meu mar,
vinham tremores
saídos de barcos

Olhei para o céu
que explodia
os suspiros do mar
eram choros de agonia
a suave brisa

o cheiro do pó e do sangue
o beijo das espumas
o estertor da morte
o sono do mar
as pedras da sepultura
e as belas conchinhas
desenhavam
o destino da Pátria! (GUSMÃO, 1998, p. 14-16)

Faz-se pertinente observar que o verso “Pudesse eu”, que se repete ao longo das cinco primeiras estrofes, está no pretérito imperfeito do modo subjuntivo. Trata-se de uma construção utilizada na exteriorização de vontades, perspectivas e acontecimentos que estão condicionados a outro(s) fato(s). No poema, o desejo do eu poético está condicionado ao término da dominação indonésia, ou seja, a concretização do que almeja depende da soberania do Timor-Leste.

Por causa dessa construção verbal, o poema evoca certa nostalgia, mas com o intuito de prenunciar a liberdade e a felicidade de viver na ilha, usufruindo dos elementos, especialmente naturais que o Timor-Leste agracia, como os suspiros do mar, os quais podem ser entendidos como a sonoridade que o mar emana, além da brisa das ondas, das espumas e das conchinhas. Todos esses elementos concretos remetem a um elemento abstrato, retratado no poema como “o sono do mar”. É a paz que a memória do mar provoca para o sujeito lírico que testemunhou a guerra, os conflitos, a violência, mas que também testemunhou a harmonia.

A partir desse poema, as crianças são a mais pura e latente expressão da liberdade e da felicidade, desejos que não se limitam ao poeta Xanana Gusmão, mas se estendem a todas as crianças de Timor. A primeira pessoa que predomina no poema não limita a denúncia, não anula a resistência. Um leitor que desconhece a biografia de Xanana pode, num primeiro momento, interpretar o poema como uma escrita de autolibertação, mas uma leitura mais atenta, sobretudo a partir da 6ª estrofe, é capaz de perturbar o leitor diante das indagações direcionadas ao mar: “porque esperas?/ porque não dás?/ porque não sentes?/ porque não ouves?”⁶¹. E as perguntas, de fato, fazem o receptor pensar nessa possibilidade distante de o eu lírico estar com as crianças em um espaço de paz e harmonia. Os questionamentos quebram o ritmo dado à narrativa poética e iniciam outro momento no poema. A quebra é inclusive temporal, haja vista que na primeira parte do poema o pretérito imperfeito do subjuntivo dita a sucessão rítmica do poema. Após a divagação provocada pelas perguntas, o eu lírico volta a si, o que é percebido a seguir: “Imerso nos meus pensamentos/ fui subitamente estremeado”. A ausência de vírgula e o verbo no pretérito perfeito realçam a forma abrupta como o sujeito lírico foi atingido. Os próximos versos desvelam o que impactou o poeta. São os tremores do mar e as explosões do céu. A invasão indonésia e as atrocidades cometidas contra o povo timorense são as respostas que o mar não pôde dar ao

⁶¹ Como leitora, questionei-me acerca do desvio à norma culta em “porque”, que deveria ser escrito separado, uma vez que constitui uma pergunta. Perante a ausência de uma explicação linguística e/ou gramatical para o

longo de 24 anos de ocupação indonésia. E, por isso, as alegorias de paz, liberdade, harmonia e felicidade são transformadas na última estrofe em metáforas de destruição, de dor, de morte, o que se constata se os versos forem lidos considerando a elipse do verbo ser. Somente “as belas conchinhas” estavam a salvo da destruição. Elas continuavam belas e “desenhavam/ o destino da Pátria!”. O pretérito imperfeito do verbo “desenhar” denota uma ação contínua, mesmo no passado, o que suscita a esperança no plano real. Apesar das dúvidas, dos tremores, das explosões, do choro, da agonia, da destruição evocadas pelo vocábulo “pó”, do sangue e da morte, Xanana resiste; o eu lírico também.

Em todos os poemas da obra, os últimos versos exprimem uma mensagem de esperança e de resistência, mesmo que seja necessário morrer. É o que se verifica nos seguintes versos: “e a vida só se conquista/ com a morte.../ na esperança de recuperar/ o meu mar!” (GUSMÃO, 1998, p. 12). No poema “Esperanças rasgadas”, os últimos versos também exprimem a mesma mensagem: “em rasgos/ da própria liberdade/ que se alcança.../ com a morte!” (GUSMÃO, 1998, p. 28). A morte é, então, o preço da liberdade.

Os dois trechos direcionam-me a “ O tempo da memória”, de Noberto Bobbio (1997). Em meio as suas reflexões sobre a velhice no mundo, o intelectual explana que o medo e a esperança são atitudes habituais de um testemunho, e quando essas atitudes não se revelam, o estranhamento é natural. Quando Bobbio diz que “O medo é contrastado pelo *taedium vitae*, que faz da morte um destino que não se deve temer, mas desejar.” (p. 28), é possível notar esse axioma na poética de Xanana. Os últimos versos aqui referenciados são a materialização poética desse pensamento.

A materialização real se confirma no engajamento dos timorenses que lutaram contra a ocupação indonésia. Aproximadamente 300 mil timorenses morreram por causa dos conflitos, o que representava quase metade da população do país. Imbuídos de esperança, os timorenses que defenderam com a própria vida a soberania de uma pátria não ansiavam deixar de existir e não acreditavam que a morte era um repouso. A morte não era o fim da vida, e sim o caminho contra a resignação e a indiferença. Olhar para a morte absorvendo seu significado revolucionário torna o fim da vida uma expressão de resistência, que não se limita à sobrevivência do “eu”. Os timorenses desejavam viver e sobreviver à ocupação, isso é fato. Mas a resistência só se pode concretizar na pluralidade. Fica claro, portanto, que Xanana em seus versos é um porta-voz da causa timorense, e não um porta-voz da sua condição. A primeira pessoa não deve ser examinada como um elemento que personaliza Xanana enquanto

fenômeno, prefiro, apesar disso, a partir da concepção de licença poética, presumir que o “porque” usado no poema apresenta uma carga semântica que vai da afirmação à indagação.

vítima, mas como líder de uma luta. “O que importa aqui é a verdade do sujeito testemunhal compreendido como sujeito coletivo” (PENNA, 2003, p. 308). Ainda que em *Mar Meu* diversos elementos possam revelar o homem Xanana, o timorense Xanana, suas dores, angústias e articulações políticas, essa dita despersonalização, objeto de discussão das teorias do testemunho, só corrobora a resistência como cerne da sua poética, sobretudo afastando-se do “conceito lukacsiano de escritor profissional representante do ‘povo todo’, o ‘mediador’, que objetiva a voz popular, generalizando-a” (PENNA, 2003, p. 312). Realmente, Xanana não era à época da invasão indonésia um escritor profissional, era um guerrilheiro, que se viu obrigado a usar outra arma: a escrita. Nessa conjuntura, Xanana torna-se “representativo de sua comunidade, não precisando da mediação do intelectual que, aqui na figura do gestor, apaga-se e despersonaliza-se, transformado em puro veículo para a apresentação do sujeito coletivo” (PENNA, 2003, p. 312). Xanana é o próprio sujeito coletivo, imbuído de “comunicar que algo de fundamental foi esquecido”⁶² (FRANCO, 2003, p. 367). A tematização da infância, por exemplo, é a denúncia de que os direitos das crianças foram esquecidos no Timor, o que pretere qualquer dúvida quanto ao caráter coletivo de *Mar Meu*.

Há de se destacar que os poemas “Esperanças rasgadas” e “Oh! Liberdade” também fazem alusão às crianças timorenses. Em “Esperanças rasgadas”, o Timor é descrito como uma “montanha de ossos/ de uma valentia/ que bocas guerreiras/ abençoaram seus filhos/ para a perenidade dos dias”. A partir desses versos, é possível inferir que a luta e a resistência visam recuperar o Timor para as crianças. Ainda que dispensada a necessidade de uma explicação, o poema parece apresentar o motivo da luta, o que é recorrente nesse poema e em outros poemas do autor: “Timor/ onde a morte/ só se consagra no combate/ para deter a vida/ e contar a história às crianças/ que nascem para recordar”. Contudo, o que ora se apresenta como uma justificativa também pode ser compreendida como uma insistência para afetar a parte essencial de qualquer obra: o leitor, o público-alvo. Para Xanana, o público-alvo era a comunidade internacional.

Não é coincidência, inclusive, que os poemas que tematizam a infância são dedicados a duas crianças: Sandra Lopo e Marta Bobichon Loja Neves, a qual à época tinha 10 anos. “Dediquei poemas a Sandra e Marta, porque eram 2 jovens estudantes portuguesas, que me mandaram mensagens de solidariedade. Os poemas, como resposta, tentavam reflectir o

⁶² O estudo “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano”, desenvolvido pelo professor João Camillo Penna, aprofunda a discussão sobre a verdade do sujeito testemunhal por meio da teorização do testemunho/ *testimonio*, como duas vertentes teóricas que ora convergem, ora divergem. Neste estudo, opta-se por conceber a literatura de testemunho como um instrumento que “fala e narra o nosso encontro

pensamento, a emoção e algum ‘mistério’ que estavam implícitos nas suas mensagens” (GUSMÃO, 2018).

Quando questionado quanto à importância de cada uma delas no contexto da invasão indonésia, Xanana se limitou à resposta acima apresentada. Entretanto, sobre Marta B. Neves⁶³ foi possível saber mais informações, porque, entre outros motivos, um dos textos publicados em *Mar Meu* e dedicado a ela é uma carta, que apresenta informações mais substanciais.

(Para Marta B. Neves, Lisboa)

Marta, queridinha

Obrigado pelo teu poema e obrigado, sobretudo, pela tua percepção sobre a luta do povo Maubere.

Com a tua idade, quase todas as crianças em Timor-Leste participam já na luta, em todas as formas que lhe são compatíveis.

Tenho muitas histórias, umas delas acontecendo comigo mesmo, desta participação das crianças timorenses. Se quiseres, contar-te-ei, algum dia, talvez para o ano. Hoje, não disponho de tempo. Bem sabes que estou numa prisão de um país colonialista e repressivo. Uma prisão onde não sou permitido a fazer muita coisa, a não ser lidar com os criminosos e ouvir-lhes contar todos os dias as mesmas ‘estórias’ que nunca aconteceram para chegar a conclusão de que nenhum deles tem culpa e que a pena que receberam teria sido menor se tivessem tido dinheiro para pagar aos juizes.

Com os vossos poemas, as vossas cartas e a solidariedade de crianças de 10 anos como tu, eu tenho certeza que suportarei bem os 17 anos que faltam da mais cruel mas, ao mesmo tempo, linda experiência na minha vida.

E é, queridinha Marta! Já alguma vez ouviste dizer que as prisões foram feitas para as pessoas? Pois bem, eu estou cá e devo dizer que aprendi muito e ainda tenho muito a

com o Real do trauma” (PENNA, 2003, p. 343), com o propósito de revelar a culpa dos omissos e dos resignados.

⁶³ Marta B. Neves é filha do jornalista e cineasta António Loja Neves, falecido em 27 de maio de 2018, depois de publicar uma longa entrevista com Xanana Gusmão, intitulada “Xanana Gusmão: ‘A população esteve logo de início contra os invasores’”⁶³. No texto de abertura, o jornalista apresenta sua última descrição pública de quem foi Xanana Gusmão: “Quando tudo indicava que Timor-Leste acederia à independência após os acontecimentos de Abril de 1974 e que o cidadão José Alexandre Gusmão seguiria a sua vida pacata, eis que a vida lhe modificou o rumo e lhe transformou a existência, levando-o a pegar em armas, lutando por liberdade e independência. Foram cerca de 25 anos de dificuldades de uma vida no limite das forças humanas. Nunca se queixa e fala sobretudo dos sacrifícios de um povo oprimido por um invasor tirânico” (NEVES, s/p, 2018). Como ativista político, Loja atuou na luta anticolonial e antirracista; a filha, Marta, estudou Ciências Políticas e Ajuda Humanitária na Bélgica e fez parte, em 1999, da delegação timorense junto à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas que atuou no referendo pela autodeterminação do Timor-Leste.

aprender. Com certeza, pergunta-me-às: Aprender o quê?

Pois bem... a LUTAR, minha filha! E eu sei que tu... ‘e muitas mais e mais ainda’ crianças portuguesas estais comigo nesta Luta... para ‘parar a guerra’ em Timor-Leste.

Beijinhos de muito amor,
KRXG (GUSMÃO, 1998, p. 18)

Datada de nove de outubro de 1995, a carta possui uma informação que encerra a tematização da infância em Xanana: “Com a tua idade, quase todas as crianças em Timor-Leste participam já na luta, em todas as formas que lhe são compatíveis”. Trata-se de um trecho-testemunho que dialoga com depoimentos anteriores e posteriores, com relatórios, enfim, com a história.

Percebe-se, então, a preocupação de Xanana em tornar cada vez mais evidente esse tema, o que nos leva a depreender que o projeto de texto do autor era muito claro: denunciar e, consequentemente, chamar a atenção da comunidade internacional. Não é por acaso, inclusive, que essa carta está inserida em um livro de poemas. Não é por acaso que a informação sobre a participação das crianças na guerra está no segundo parágrafo. Não é por acaso que poemas são dedicados às crianças. Tudo compunha seu projeto ideológico, que não estava atrelado a somente “parar a guerra”, mas, também, a construir o nacionalismo de Timor-Leste.

Os estudantes, conforme Xanana, faziam parte dessa luta pelo nacionalismo, o que está explícito na carta. Em *Timor Leste. Gerações de Resistência* (1995), Steve Cox e Peter Carey retratam, literalmente⁶⁴, como a resistência estudantil evoluiu na década de 1980, tendo, inclusive, o apoio de Xanana. Uma das crianças apontadas pelos autores é Donaciano Gomes, que, à época da resistência, tinha 14 anos. Considerado um dos principais líderes da manifestação estudantil durante a visita do papa João Paulo II a Timor, em 12 de outubro de 1989, Donaciano “foi posteriormente detido e torturado pelos indonésios antes de lhe ser permitido abandonar o país para o exílio em Portugal” (COX; CAREY, 1998, p. 39).

Nem todos os jovens, nem todas as crianças tiveram a “sorte” do exílio. Numa manifestação que era para ter sido pacífica, no dia 12 de novembro de 1991, jovens e “[c]rianças, algumas de oito anos de idade” (COX; CAREY, 1998, p. 59) foram mortos no episódio conhecido como massacre de Santa Cruz. Quando os manifestantes chegaram ao

⁶⁴ Além de uma retrospectiva histórica do Timor, o livro apresenta fotografias do jornalista Steve Cox, que mostram o cotidiano da população timorense à época da invasão indonésia. O fotógrafo também registrou, em 1991, o terror do massacre do Cemitério de Santa Cruz, em que mais de 200 jovens foram mortos pelas tropas indonésias.

cemitério, os soldados indonésios “começaram a disparar indiscriminadamente contra a multidão. As pessoas procuraram refúgio, as crianças mais velhas protegiam as mais novas como se fossem os seus escudos enquanto o tiroteio continuava implacavelmente” (COX; CAREY, 1998, p. 63).

Foram 24 anos de opressão, tirania, ditadura. Por isso os timorenses tiveram que aprender a enfrentar também a luta para tentar ter uma vida mais próxima da normalidade. Na pintura que abre esta discussão, os três jovens parecem vivenciar uma cena cotidiana. Não é possível ver seus rostos, suas expressões, a fim de afirmar se Xanana rememora um tempo antes da invasão, o tempo da tirania ou se o artista cria um futuro imaginário e almejado. Todas são leituras possíveis. As faces poderiam revelar a qual momento da história do Timor o artista se refere. Isso porque “[a]té as crianças expressam o seu medo e pavor quando os soldados entram nas aldeias” (COX; CAREY, 1998, p. 87).

São vários os relatos de violências dos anos de guerra no Timor. As duas mil páginas do relatório da Comissão da Verdade são, na verdade, uma amostragem do que ocorreu, uma vez que, corroborando com Seligmann-Silva (2003), “é evidente que não existe a possibilidade de uma tradução total do passado” (p. 63). Assim, entre todos os depoimentos, o testemunho do timorense José Pinto, que à época da invasão indonésia tinha 16 anos, mostra que o cotidiano era de terror e que lutar a favor da Indonésia nem sempre era uma questão de escolha, mesmo sendo criança. “Quando eles entravam em nossa casa, [os soldados indonésios] vinham sempre armados. Por isso, os meus pais tinham de concordar com tudo o que eles quisessem. Não podíamos dizer o que queríamos e o que não queríamos” (CAVR, 2005, p. 13).

Era difícil tentar manter a normalidade. Os soldados indonésios estavam atentos a qualquer suspeita de atividades clandestinas, como organizar manifestações ou dar comida ou outros mantimentos aos combatentes das Falintil. E as atividades não precisavam de ser executadas pelas crianças. Se as famílias tivessem qualquer envolvimento clandestino, todos estavam em perigo, como se constata no seguinte depoimento:

Chamo-me Rosalina José da Costa e fui levada para Ataúro com os meus pais porque quando estávamos em Viqueque dávamos sempre comida à Fretilin que estava no mato. Os militares descobriram e, por isso, a minha família foi toda levada para Ataúro como prisioneira. Eu tinha apenas 10 anos. Fomos levados num carro das ABRI até Laga e depois fomos num barco militar, com o número 509. Não fomos só nós, havia outras famílias, com os filhos. Quando chegamos a Ataúro como prisioneiros, foi muito difícil encontrar comida e muitas pessoas, especialmente crianças, morreram de doença. Morria, pelo menos, uma criança por dia, mas chegaram a morrer sete. (CAVR, 2005, p. 51)

As violações aos direitos humanos das crianças não se restringiam a calamidades decorrentes do contexto de guerra, como fome e falta de acesso aos serviços de educação e saúde, nem a estratégias de combate, como obtenção de informações e recrutamento de soldados. Entre as violações, “[o] abuso sexual será, provavelmente, a violação mais cruel e, emocional e psicologicamente, mais prejudicial a que uma criança pode estar sujeita; é a traição da inocência” (CAVR, 2005, p. 20). Para a Comissão, as violações eram estratégias de retaliação.

Embora os números possam ser maiores, foi documentado no relatório da comissão que 853 pessoas sofreram violação sexual durante os conflitos com a Indonésia. As mulheres eram o grupo mais vulnerável, 98,4%. Contra menores, o indicativo foi de 14,9%, com a ressalva de que não constava a idade da vítima em 33,9% das violações sexuais relatadas à Comissão (CAVR, 2005). O relatório ainda entende que crianças e jovens do sexo feminino que foram categorizadas no grupo de morte ilícita podem também ter sido vítimas de violação sexual, o que aumentaria a porcentagem desse grupo vulnerável.

No depoimento a seguir, uma jovem, identificada pela Comissão como DM, tinha 15 anos quando foi violentada sexualmente por um soldado indonésio:

Ai, ele trepou para o meu esconderijo. Tive tanto medo que desci a correr, mas caí e já não consegui correr fiquei muito magoada. Ele levantou-me e levou-me para o quarto. A partir dali, vivemos como marido e mulher e dei lhe um filho. Ele prometeu-me regressar passados três anos, mas nunca mais o vi. (CAVR, 2005, p. 75).

A par das informações e dos testemunhos publicados no CAVR, cotejar os poemas de Xanana com o relatório instiga-nos a uma reflexão sobre a função da poesia nessa conjuntura de violações, sobretudo aos direitos da criança. Questiono-me qual gênero tem mais força: os depoimentos das vítimas ou a poesia que tematiza a violência? Antes de responder a essa indagação, convém compreender que “[n]a literatura de testemunho não se trata mais de *imitação* da realidade, mas sim de uma espécie de ‘manifestação’ do ‘real’” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 382). Nesse sentido, em *Mar Meu*, Xanana, de fato, manifesta o real. Por isso, o cerne da sua poesia não é a palavra deslocada, não são as metáforas, embora elas se façam presentes. A manifestação do real em Xanana e em outras literaturas de testemunho “resiste à simbolização” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 383). Nessa perspectiva, o real deve ser compreendido como trauma. O que Xanana faz é revelar o trauma.

De posse dessas ponderações, é possível elucidar o questionamento proposto. Na realidade, a pergunta não pode ser qual gênero tem mais força, e, sim, qual a função de cada gênero. O relatório elaborado pela Comissão foi um trabalho de investigação que teve como propósito sintetizar as atrocidades com os timorenses. “É o produto final dum processo para o qual fomos oficialmente mandatados pelo Estado” (CAVR, 2005, p. 4). Conta ainda no relatório um trecho que elucida sua função:

Mas o único objectivo da CAVR foi o de registar a verdade, para que as consequências chocantes da violência documentada neste relatório sirvam para dissuadir a sua repetição no futuro e ponham fim à impunidade. O resultado alcançado não é perfeito e a CAVR não teve capacidade para investigar cada caso ou para estabelecer a verdade definitiva sobre todas as circunstâncias. Estamos convictos, no entanto, de que o Relatório dá ao povo de Timor-Leste uma visão de conjunto sobre aquilo que se passou nos 25 anos em questão, ajudando a comunidade a entender a nossa história e as forças que influenciaram o nosso destino. (CAVR, 2005, p. 6)

Diante desse excerto, fica claro que o relatório, seus depoimentos e dados narram, descrevem e contextualizam a história do Timor. Uma história longa contada em um pequeno espaço, embora o relatório tenha duas mil páginas. Isso porque não é possível traduzir o passado em sua totalidade. Diante dessa impossibilidade, surge e urge a função da poesia, que “como a filosofia, interroga o mundo num nível geral, sendo especialmente idônea para aproximar-se do impossível, tornando-o verossímil na invenção” (CANGI, 2005, p. 163).

Assim, a poesia cumpre o seu papel coletivo, de não falar por uma vítima, mas por todas. Daí emerge a compreensão da literatura de testemunho e da literatura de resistência, que se conjugam para recontar a (outra) história, (re)construir identidade, enfim, resistir.

4.3 Silenciadas, mas coprotagonistas

A discussão proposta nesta pesquisa não poderia omitir-se de abordar a participação das mulheres na resistência do Timor-Leste contra a ocupação indonésia. Se assim o fizesse, este trabalho repetiria o que os textos históricos, documentos e a própria literatura fizeram por muito tempo: relegar a mulher do papel histórico que ela possui, mantendo-a no silenciamento e à margem da sociedade e das decisões políticas. Por muito tempo, às mulheres, restou apenas o espaço da vitimização, em que o sofrimento e as atrocidades a que elas foram submetidas foram reportados por homens, seus porta-vozes. O silêncio imposto a elas parece tê-las tornado invisíveis na história. Assim foi no Timor e em diversos países que viveram o colonialismo e outras variáveis da opressão.

O que se questiona é que, enquanto o movimento feminista contemporâneo avançava no mundo a partir da década de 1960, o Timor-Leste, ainda sob o poderio português, enfrentaria o capítulo mais longo e sangrento da sua história. A ocupação indonésia atrasou os avanços da emancipação da mulher no Timor-Leste, contudo fomentou uma narrativa que só pode ser contada por elas. Ouso dizer que havia duas frentes de batalha no Timor: uma comandada por eles; outra comandada por elas.

A batalha que elas enfrentaram as deixava mais expostas às atrocidades que ao longo dos séculos foram banalizadas. Elas assumiram “pesadas responsabilidades durante a ocupação, participando em várias frentes: na condução da resistência, na luta armada, no comando de operações ou na ligação com a Frente Clandestina” (AMARANTE, 2010, p. 34).

Todas as mulheres estavam expostas: desde aquelas que atuavam como mensageiras ou que supriam os guerrilheiros das Falintil, com alimentos e vestimentas, a esposas, mães, filhas e irmãs de suspeitos envolvidos com a resistência timorense.

No relatório CAVR (2005), uma esposa de um membro das Falintil narrou as cenas de horror às quais foi submetida pelo fato de o marido ter escapado dos soldados indonésios. Era a chamada violência por substituição, uma forma de vingança.

No dia 8 de Novembro de 1991, os Sukarelawan [Voluntários] liderados por PS98, enviaram dois dos seus membros, PS116 e PS117, à minha casa. Estes perguntaram-me onde estava o meu marido. Eu respondi que ele tinha saído, porque estava a trabalhar num projecto. Então, eles levaram-me para um sítio chamado Centro Pró-integração, onde fui interrogada. Acusaram-me de preparar comida para as Falintil. Eu respondi que não sabia de nada. Dois dias mais tarde, os membros dos Sukarelawan amarraram-me, juntamente com outros 14 homens e mulheres. Passada uma noite, o PS98 e o segundo-sargento PS118, um membro do Koramil, desamarraram-nos e obrigaram-nos a assinar uma declaração... Antes disso, tínhamos sido obrigados a beber vinho de palma para fazermos a cerimónia do juramento [de lealdade para com a Indonésia]. Fomos obrigados a fazer este juramento em Novembro de 1991. Depois disso, fomos obrigados a dançar com o PS98 e com os membros da Militerisasi até ao amanhecer. Uma noite, alguns membros da Sukarelawan entraram na minha casa com facas, armas de fogo — AR 16, FNC, SKS — e espadas tipo samurai. PS1119 mandou o meu sogro ir comprar cigarros. Depois, arrastou-me para o quarto, as minhas roupas foram rasgadas e eu fui violada...PS120, um outro membro [da Sukarelawan], violou-me uma vez. (CAVR, 2005, p. 31)

Os depoimentos apresentados no relatório revelam parte da crueldade a que as mulheres foram submetidas. Parte porque as memórias são tão traumáticas que se torna impossível traduzi-las. Apesar de chocar e de sensibilizar, as narrativas são fragmentos de memórias. O todo é indizível.

O PS199 tirou-me do veículo, disse-me para pôr a criança no chão e tirar a roupa. Depois violou-me. Quando ele acabou, peguei outra vez no meu filho. Quando voltei ao carro, fui levada pelo PS201 e ele fez-me o mesmo. A criança estava a chorar, mas eu não podia fazer nada porque, naquela altura, sentia dores muito fortes. Depois de me terem violado, levaram-me de volta. Era 1.00h da manhã. No caminho de regresso, eles estavam alegres e a rir. (CAVR, 2005, p. 25)

As violações não aconteciam esporadicamente. Muitas mulheres tornaram-se escravas sexuais e muitas tiveram filhos de militares indonésios. Esses eventos traumáticos talvez sejam capazes de explicar o engajamento na luta, que estava além de uma busca por identidade. Para Teresa Amal 2002, as mulheres timorenses, crianças, mães, avós, esposas, atuaram na guerrilha em busca da liberdade. “No seu posto e sem vacilar. E no silêncio prosseguiram com a humildade que só pertence a quem realmente é grande” (AMAL, 2002, p. 48).

Contar a história dessas mulheres é narrar a história de liberdade do Timor, que não alcançaria sem essas mulheres. Embora de forma tênue, mas não menos relevante, a Fretilin reconhecia a necessidade de inserir a mulher em seu programa sociopolítico. Por isso, as mulheres foram incentivadas a aprimorar suas habilidades nas áreas de saúde e agricultura, bem como na produção de artefatos que poderiam ser úteis às Falintil. Observa-se, portanto, o papel primordial das mulheres como a base da infraestrutura da guerrilha.

Antes mesmo da invasão indonésia, foi fundada a Organização Popular da Mulher de Timor (OPMT). Como reflexo dos ecos de liberdade e democracia após a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, essa organização desempenhou papel preponderante, sobretudo nos primeiros anos de ocupação. A OPMT defendia a união de todos os timorenses, homens e mulheres, na luta contra a Indonésia.

Maria Domingas Fernandes Alves é uma reconhecida líder e foi uma das fundadoras da OPTM. Seu filho morreu, como centenas de outras crianças, de uma overdose, depois de uma campanha da Indonésia que tinha o objetivo escuso de matar o povo timorense. Depois do ocorrido, Domingas e o marido enviaram informações a organizações internacionais para denunciar os abusos e tentar evitar mais mortes. O marido foi preso, e Maria teve que criar e sustentar seus filhos sozinha. Ela continuou apoiando o movimento de resistência contra a ocupação indonésia e, mais particularmente, contra os abusos sofridos pelas mulheres. Mesmo atuando na Organização Popular de Mulheres Timorenses, trabalhou como servidora pública no Departamento de Indústria e Comércio.

Em 1994, Domingas foi presa por soldados indonésios. Durante o referendo pela independência em 1999, envolveu-se na mobilização da população para votar. Por causa desse

engajamento, sua família teve que fugir para as montanhas para escapar da violência das forças indonésias. Domingas continuou a organizar a assistência para aqueles que estavam doentes e foi uma das primeiras pessoas a regressar a Díli para enfrentar a devastação provocada pela Indonésia.

Em 1889, surge a Organização das Mulheres Timorenses (OMT), que possui um viés mais político. No mesmo ano, é criada uma instituição denominada Mulheres de Timor-Leste Contra a Violência e pelo Cuidado das Crianças. Em 1997, Domingas cria a Fokupers, uma organização que presta auxílio a mulheres e crianças timorenses, sobretudo às que foram vítimas à época da ocupação indonésia. Nos anos 2000, o primeiro Congresso Nacional da Mulher foi organizado por Domingas. A partir daí, outras organizações são criadas: Organização Juventude Católica de Timor-Leste, Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste, Aliança das Mulheres Socialistas, Pronto Para Servir, União Nacional das Mulheres Timorenses, Fórum das Mulheres de Timor Loro Sae para a Paz, Comité dos Direitos Humanos de Timor-Leste e a Associação de Juristas de Timor Loro Sae.

Conhecendo a existência dessas instituições, verifica-se que as timorenses desempenharam um papel ativo, que não está na história oficial, mas está nos testemunhos, nos relatórios e nos estudos desenvolvidos, sobretudo, por mulheres que rememoram a história do Timor a partir de uma perspectiva feminina. Aqui, não poderia deixar de mencionar o trabalho de Teresa Amal e Tereza Cunha, entre tantas outras, que perpetuam a luta pela resistência elucidando os momentos em que o silêncio foi imposto às mulheres.

Isto vem demonstrar que, antes da Revolução dos Cravos em Portugal, as mulheres timorenses nunca tiveram a coragem de falar no espaço público porque ao longo de 450 anos, Timor viveu debaixo de um poder colonial tal que, apesar dos direitos humanos estarem consagrados há muito tempo, o povo timorense não tinha nenhum direito. Mas, como se pode ver, estas mulheres timorenses souberam estar, apesar do obscurantismo do colonialismo português, atentas aos movimentos do mundo. Aprenderam, a partir da sua realidade concreta, a organizar-se e desenvolveram a partir da sua análise, uma reivindicação e comunicação tão sofisticadas quanto as que são mostradas pelas dirigentes feministas mais cosmopolitas. (ALMEIDA, 2017, p. 6)

Em Xanana Gusmão, não há uma omissão quanto à condição da mulher timorense. A mulher, assim como as crianças, é tematizada de maneira recorrente em seus versos. O poeta é o porta-voz do sofrimento que afligiu as timorenses mesmo sem fazer referências explícitas às mulheres. Contudo, no poema “Oh! Liberdade” (GUSMÃO, 1998, p. 31-32), mesmo sem uma evocação óbvia, é possível depreender que os versos seguintes referem-se à mulher: “Se eu pudesse/ ao cantar dos grilos/ falar para a lua/ pelas janelas da noite/ e contar-lhes

romances do povo/ a união inviolável dos corpos/ para criar filhos/ e ensinar-lhes a crescer e a amar/ a Pátria Timor!. A “união inviolável dos corpos” reporta ao direito à preservação do corpo e da intimidade. É um verso contra a prática do estupro e outras violências sexuais praticadas durante a ocupação.

Apesar desse excerto, o poema “Gerações”⁶⁵ (GUSMÃO, 1998, p. 36-39) é o que mais reverbera a violência contra a mulher à época da invasão indonésia. Ele narra uma “cena cruel”, em que crianças choram pela morte de seus pais. Em cada gota de uma criança, havia uma mãe que “gemia/ sem forças” pela violação do seu corpo. A narração apresenta mais indícios do estupro, ou melhor, dos estupros, quando o eu lírico descreve minuciosamente o ritual da violência que culmina na morte: “Os farrapos que a cobriam/ rasgados/ no ruído da sua própria carne/ sob o selvático escárnio/ dos soldados indonésios/ em cima dela, um por um/ Já inerte, o corpo da mulher/ se tornou cadáver/ insensível à justiça do punhal/ que a libertara da vida”. Por ser em versos, a narração e a descrição da cena se apresentam num ritmo lento, o que remete ao tempo do sofrimento que não é o mesmo do ato. O sofrimento se instala em tempo paralelo que parece não ter fim. A figura da mulher nesse poema tem a morte como uma libertação. “Já inerte, o corpo da mulher/ se tornou cadáver/ insensível à justiça do punhal/ que a libertara da vida”.

Nesses poemas, as outras formas de violência contra as mulheres timorenses também são denunciadas: “Quando jovens seios/ estremecem sob o choque eléctrico/ e as vaginas/queimadas com pontas de cigarro/ quando testículos de jovens/ estremecem sob o choque electrico/ e seus corpos/ rasgados com lâminas”

Diante dessas percepções, “Gerações” é o poema mais intenso quanto à mensagem de denúncia contra a violência sofrida pelas mulheres timorenses. Não há um predomínio de metáforas, a linguagem é essencialmente denotativa. Desse modo, o poema contraria uma recepção estética do poema, o que o qualifica como um exímio poema da literatura de resistência.

Não se verifica na obra uma exaltação da participação ativa das mulheres na resistência timorense. A exaltação da mulher se dá pela valorização da mulher como figura feminina, mas não política. Versos de valentia, heroísmo dão lugar a versos que mostram as atrocidades pelas quais passaram.

Uma parte substancial das imagens de mulheres que são difundidas e naturalizadas, também por muitas feministas, continua a mostrar estas-criaturas-dos-mundos-ex-

⁶⁵ Vide Capítulo 3.

colonizados curvadas pelo trabalho, pobres e iletradas, incapazes e infelizes cercadas de crianças ranhosas e igualmente insolventes. (CUNHA, 2002, p.68)

Essa é a imagem das mulheres refletida nos versos de Xanana. Essa forma de retratar a mulher timorense reflete, mais uma vez, a estratégia do poeta, que queria com o livro mostrar para a comunidade internacional o que estava acontecendo no Timor. O que pode ser compreendido com uma omissão e um silenciamento da mulher co-protagonista da resistência timorense é em Xanana um projeto político e ideológico para angariar apoio para a causa timorense.

O projeto é semelhante no poema “PAZ, ‘NGOLA!”, dedicado a uma angolana. Xanana se refere à mulher negra angolana, ressaltando suas dores, seus medos, suas feridas como consequências da guerra.

PAZ, ‘NGOLA!

(Para a Sra Isabel G., Angola)

Mulher negra, mulher
 porque teus lábios não têm sorriso?
 Libertação que não parou
 o sangue a doar p’ra a guerra?
 Não te assustas com o parto?
 Teus seios estão secos
 só têm lágrimas p’ra dar à guerrrrrra!

Mulher negra, mulher
 porque teus olhos não têm cor?
 Teu país em chamas
 obrigou teu corpo a amar a guerrrrrra?
 Não tens medo de gerar o futuro?
 Em teu ventre não quererás
 nasça outro homem p’ra a guerrrrrra!

Mulher negra, mulher
 porque tuas lágrimas não são ouvidas?
 Canções de embalar esquecidas
 pelos filhos mortos em guerra?

Mulher negra, mulher
 irmã, guerreira, companheira
 é tempo de enxugar lágrimas
 abraçar o marido
 sarar feridas
 estreitar irmãos
 fecundar a terra
 amamentar filhos
 gerar a Paz
 e amar Angola!

Mulher negra, mulher
 teu ventre generoso
 ventre de ‘Ngola

ventre da Pátria
 ventre de mulher
 Mulher de Angola ...

Cultiva o amor
 e ama a Paz!

Fomos irmãos, como irmãos
 Na dor das LUTAS
 Somos irmãos, seremos irmãos
 Na liberdade da PAZ. (GUSMÃO, 1998, p. 22-25)

O poema e a dedicatória a uma angolana não são gratuitos. A história da soberania angolana é paralela à luta contra a Indonésia. Depois da independência de Angola, em 1975, o país ficou dividido por disputas internas que culminaram numa guerra civil que durou 30 anos.

Também uma ex-colônia de Portugal, Angola lutou em prol da independência, principalmente a partir da década de 1960. Depois de conquistada a independência em 1975, os movimentos de libertação da Angola não acordaram um governo de transição, sendo eles: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de *Angola* (FNLA). Assim como no Timor, a guerra promoveu morte e diáspora. O saldo de três décadas de guerra civil foi: quase dois milhões de refugiados, 80 mil pessoas que foram mutiladas em decorrências de minas e dois milhões de mortos.

O poema “PAZ, ‘NGOLA!” é datado de 31 de outubro de 1994, dia em que foi assinado o protocolo de Lusaka, que previa, sob o controle das Nações Unidas, o cessar-fogo com propósitos à manutenção da paz, livre circulação de pessoas e bens pelo território angolano, entre outros princípios (RIZZI, 2005). Todavia, o protocolo não foi contemplado em sua totalidade e a guerra continuou.

Xanana Gusmão estava atento ao que acontecia em Angola. O poema é, nesse caso, uma expressão da esperança que se vislumbrava para Angola. Os seguintes versos corroboram com essa inferência: “Mulher negra, mulher/ irmã, guerreira, companheira/ é tempo de enxugar lágrimas/ abraçar o marido/ sarar feridas/ estreitar irmãos/ fecundar a terra/ amamentar filhos/ gerar a Paz/ e amar Angola!”.

Ao se referir à Angola, Xanana reforça em meio à comunidade internacional a urgência por uma estratégia de paz que suprima todas as formas de violência, sobretudo as que impedem o ser humano de gerar o futuro. Posto isso, os versos ainda são capazes de revelar um poeta, um político, um ser humano que se preocupa com o outro, ainda que esse

outro não se encontre nos mesmos limites territoriais da pátria Timor. Os versos “Fomos irmãos, como irmãos/ Na dor das LUTAS/ Somos irmãos, seremos irmãos/ Na liberdade da PAZ” confirmam a compreensão de humanidade que Xanana carrega, independentemente do gênero e da nacionalidade. Mesmo sem se considerar um poeta, Kay Rala Xanana Gusmão tem em suas mãos o sentimento do mundo e foi capaz de produzir uma obra que traduz o significado pragmático de ser *inteiramente*, porque o poeta consegue ter acesso a um mundo qualitativamente distinto. Essa distinção está na esperança e na busca pela paz, pela harmonia e pela tranquilidade que transborda de sua poesia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o Timor-Leste ter se tornado um país soberano apenas recentemente não pode ser justificativa para o desconhecimento da luta do povo timorense. A mesma reflexão vale para os estudos literários de língua portuguesa do Timor. Aceitar essa justificativa favorece a exclusão de escritores, críticos literários e obras dentro de um cânone preestabelecido. Considerando que uma sistematização teórico-literária no Timor ainda se encontra em processo incipiente, a literatura de língua portuguesa naquele país adquire uma categorização resultante do período da invasão indonésia, de 1975 a 1999. Tida como literatura de resistência, a literatura timorense de língua portuguesa emerge para lutar contra a dominação indonésia. Alcançada a soberania no Timor, o português, mesmo sendo escolhido com uma das línguas oficiais, perde força, perde falantes, uma vez que parte destes morreram nos combates contra os indonésios. A geração de timorenses jovens não tem a língua portuguesa como a língua materna, e o aprendizado do português é comprometido, entre outros fatores, pela ausência de investimentos que sejam capazes de tornar o processo de ensino-aprendizagem do português uma prioridade.

Apesar de tudo isso, a literatura em língua portuguesa do Timor-Leste não só merece como precisa ser conhecida, estudada, investigada em todos os lugares do mundo, sobretudo nos países que têm ou tiveram laços, sejam eles quais forem, com o Timor-Leste. O Brasil é um desses países. Da colonização portuguesa à participação no processo de reconstrução do Estado timorense, o Brasil sempre se apresentou como um país ligado ao Timor. E isso não pode ser diferente no que tange aos estudos literários timorenses. Graças aos brasileiros que atuaram no processo de restauração do Timor, como professores, diplomatas, profissionais da saúde e do judiciário, os estudos sobre o país se ampliaram após a saída dos indonésios da ilha. Contudo, poderia haver mais estudos, ou talvez melhor, esses estudos poderiam alcançar mais pessoas, no Brasil e no mundo.

Durante a escrita destas considerações finais, tive a oportunidade de conversar com uma timorense, Felicidade Neto, que fez a tradução do resumo desta pesquisa para tétum. Conversamos por aproximadamente uma hora e, entre tantas coisas, ela me contou uma situação que num primeiro instante pareceu-me engraçada. Ao desembarcar em um país, um funcionário do setor de imigração do país disse a ela que o seu passaporte era falso, porque não existia um país chamado Timor-Leste. Felicidade teve que fazer uma pesquisa na internet para mostrar ao funcionário da imigração que o seu passaporte não era falso e que o Timor-Leste existia. Após uma breve reflexão, o fato narrado causou-me espanto, preocupação, mas

também uma esperança: a literatura pode ajudar a resolver esse problema de desconhecimento e até mesmo de desinteresse.

Então, reflito: a falta de interesse pela história do Timor, a escassez de estudos sobre a literatura do Timor denotam um preconceito em relação a um país que ao longo de tantos anos foi vítima de uma desvalorização e de um silenciamento por parte da comunidade internacional?

Ao abordar essa discussão, é possível remeter aos estudos sobre a história e a literatura africanas que ainda não são tão difundidos no Brasil como deveriam ser, sobretudo considerando que a população do Brasil tem origem na escravidão dos africanos. Embora avanços possam ser observados, a desvalorização e o preconceito ainda estão bastante presentes em um país que em grande medida ignora as raízes africanas de sua formação. Essa história não pode ou não deveria se repetir com o Timor-Leste. Assim como a literatura dos países africanos, a literatura em língua portuguesa do Timor tem muito a nos ensinar. É por isso que me lancei ao desafio de estudar um pouco sobre essa literatura, por meio especificamente do livro *Mar Meu*, de Xanana Gusmão.

Dos escritores que utilizaram a língua portuguesa como uma forma de resistir, eu escolhi Xanana Gusmão. Na verdade, não escolhi. Fui conduzida a Xanana Gusmão por meio de um outro poeta, Carlos Drummond de Andrade. Ainda no ensino médio, lembro-me das aulas de português que abordavam um pouco sobre a situação do Timor-Leste, que, em 2002, alcançava sua soberania e passava a integrar os países que tinham o português como língua oficial.

Quando o governo do Brasil lançou um programa para levar brasileiros para o Timor-Leste, eu me interessei, mas na época não poderia abdicar do meu trabalho. O Timor-Leste sempre estava na minha cabeça. Durante o mestrado, estudando a poesia de Carlos Drummond de Andrade, compreendi conceitos, como o de humanidade, que me motivaram a olhar para longe e compreender que a poesia pode ser detentora de uma função coletiva. Disposta a conhecer mais sobre o Timor, decidi analisar as convergências e divergências entre a poética de Drummond e de outros escritores daquele país. Então conheci Xanana Gusmão, poeta, líder da resistência maubere e o primeiro presidente do Timor-Leste.

Inicialmente, a proposta era fazer um trabalho de cotejo entre a poesia de Carlos Drummond de Andrade e a de Xanana Gusmão, que não conheceu o poeta mineiro nem sua obra. Apesar da possibilidade de continuar estabelecendo conexões entre os dois poetas, dei-me conta de que era chegado o momento de fazer uma pesquisa só sobre a poesia de Xanana Gusmão que, dentro da prisão, na Indonésia, escreveu *Mar Meu*, objeto de estudo desta

pesquisa, que me possibilitou ampliar a compreensão da história do Timor-Leste, tendo como ponto de partida os poemas da obra *Mar Meu*.

No decorrer da pesquisa, depreendi que o espaço acadêmico e os pesquisadores também são responsáveis para ajudar a mudar o curso de preconceito e desvalorização da expressão artístico-literária não europeia e não ocidental. Vale ressaltar, contudo, que até mesmo a desvalorização e o preconceito configuram-se elementos para a formação da identidade do Timor-Leste.

Ao entender o processo de colonização e descolonização e de soberania do Timor-Leste, questioneimei-me se a língua portuguesa deveria ser, de fato, a língua de resistência, uma vez que o período colonial também deixou traumas na história dos timorenses. Mas é preciso reconhecer que, apesar da colonização portuguesa, os timorenses mantiveram muitas de suas tradições, costumes sociais e religiosos. Mas a indagação ainda é válida: será que uma língua, que não é a língua materna dos timorenses, poderia ser uma língua de resistência?

Com efeito, a escolha da língua portuguesa como instrumento de resistência reflete um momento em que a identidade timorense já estava em pleno processo, posto que a identidade transita por uma consciência do indivíduo. A língua portuguesa foi uma escolha, digamos, consciente, dos timorenses que, de fato, desejavam lutar pela soberania do país. Além de uma escolha consciente, uma escolha estratégica. Era uma escolha que ao mesmo tempo que refletia o momento em que o processo de identidade estava, mostrava a utilidade da língua portuguesa naquela conjuntura de guerra, em que era preciso se comunicar por meio de uma língua que os indonésios não entendiam. São essas as duas faces da escolha do português como uma língua de resistência.

Ao falar da resistência timorense, é possível remeter a Sartre (2004), que defende que um escritor é engajado quando trata de tomar a mais lúcida e integral consciência de ter ingressado nesse projeto de engajamento. Então, dizer que a escolha da língua portuguesa é uma escolha consciente dialoga com o pensamento de Sartre, quando este diz que um escritor é engajado quando reconhece o propósito daquele projeto de escrita. Os timorenses que utilizaram a língua portuguesa, seja para escrever documentos, seja para escrever poemas ou outros gêneros, reconheciam esse propósito. Eles tinham consciência lúcida dessa escolha, por isso também assumiram a missão de tentar difundir essa consciência para os seus pares.

Nesse sentido, é necessário compreender que o processo de gestação de uma obra literária começa com a escolha da língua mesmo, o que se apresenta como um projeto estratégico de escrita.

Inicialmente, eu compreendia o número baixo de falantes de língua portuguesa como um paradoxo. Na verdade, o número de falantes de língua portuguesa no Timor-Leste é reflexo de um projeto de destruição da identidade timorense executado pela Indonésia. Há autores que dizem que os indonésios queriam acabar com os timorenses, promover um genocídio. A história bem contada indica isto: o interesse dos indonésios era a ilha, o território e suas riquezas, não a riqueza dos povos timorenses. Em vez de paradoxo, a expressão projeto de extermínio do povo timorense e sua cultura é mais coerente com o que de fato aconteceu.

E o que aconteceu? A resposta é um crime contra a humanidade, e não apenas contra o povo timorense. A Indonésia estava na linha de frente desse crime, todavia não se pode omitir que a Austrália, o Reino Unido, o Japão e os Estados Unidos eram cúmplices, e por isso tão criminosos quanto o Estado indonésio que tirou a vida de aproximadamente 300 mil timorenses.

Tampouco se pode negar a relutância de toda a comunidade internacional em reconhecer a intensidade do sofrimento timorense. A desculpa de que a Fretilin era uma resistência comunista – quando na verdade o propósito da resistência era preservar a vida e a cultura do povo timorense – fez com que os militares indonésios realizassem uma caça às bruxas, inclusive matando crianças. Assim, os indonésios sustentavam que não existiu uma invasão, e sim uma libertação do jugo do comunismo. O número elevado de mortes, nos primeiros anos de invasão, foi até reconhecido pelo governo da Indonésia, mas como resultado de uma guerra civil entre os timorenses. Números revelam que apenas nos primeiros dias de invasão, cerca de duas mil pessoas tenham morrido.

Governos ocidentais forneceram ajuda financeira e armamento aos indonésios enquanto a Indonésia passava (isto é, tentava passar) a imagem de que fora convidada a entrar no Timor e que era desejo dos timorenses a integração à Indonésia. Os argumentos se baseavam na relação do Timor e da Indonésia antes mesmo do colonialismo português. Entretanto, para os partidos que defendiam a soberania, Fretilin e UDT, integrar-se à Indonésia era uma espécie de recolonização.

A resistência no Timor se manteve por diversos fatores, destacam-se entre eles: crença na justiça da luta, organização militar e conhecimento do terreno. Ainda assim a resistência não impediu que a Indonésia fizesse uma matança indiscriminada. A violência ultrapassou a morte. Violação dos corpos femininos, inclusive de crianças e adolescentes, torturas com espancamentos, queimaduras, abusos sexuais, choques elétricos, cortes, esmagamento de membros e imersão na água eram violências comuns praticadas por soldados indonésios.

Assim como Hannah Arendt (2008), Xanana Gusmão foi detentor de um lugar de fala que permitiu que ele elucidasse todas essas atrocidades que aconteceram no Timor. Por conta disso, pelo seu posicionamento, pelo lugar que ocupa na história, Xanana tem o respaldo desse gênero da literatura de testemunho que está imbricada na poesia dele. Ele tem esse amparo para rememorar a história e apresentar uma espécie de denúncia.

Xanana rememora esses fatos a partir de fragmentos da história. Essa característica dialoga com a literatura de testemunho na medida em que essa literatura se vale de fragmentos da memória para dizer o indizível. Nos versos estão esses fragmentos. Isso não é nem foi um problema para Xanana Gusmão, uma vez que ele não narrou a história do Timor-Leste na sua poesia. Na verdade, o que ele fez foi apresentar fragmentos dessa história com o objetivo de sensibilizar, de mostrar e de denunciar para o mundo como se sucederam os tempos mais sombrios no Timor-Leste.

Em “O lugar do intelectual na cena literária contemporânea”, Paulo Roberto Patrocínio (2011, p. 33) diz que “a voz do intelectual será somada ao discurso que provém das margens”. Xanana se tornou não só um militante, mas essa voz do intelectual, essa voz poética, que, somada aos discursos dos timorenses que não queriam a integração à Indonésia, ecoou à comunidade internacional a urgência de voltar os olhos para o Timor, o que contribuiu para redirecionar o percurso político e cultural do Timor-Leste, interferindo na formação do nacionalismo e da identidade timorense. Entre todos os poemas de *Mar Meu*, o primeiro, que apresenta o verso “Estou em guerra”, é essa voz ecoada para os que ainda se mantinham em silêncio.

Apesar de iniciar a obra com uma poesia escrita com verbos no presente, seus poemas e suas pinturas têm uma estreita ligação com o passado do Timor. Não só no que diz respeito à invasão indonésia, mas ao processo de formação do país. O poema “Avô Crocodilo” é um retorno às origens e à tradição, que pode ser verificado a partir do recurso da oralidade. É uma releitura de uma lenda bastante conhecida no país. Ao escrever um poema que dialoga com essa oralidade, Xanana valoriza e resgata a cultura timorense num momento em que o extermínio dessa cultura e dos símbolos timorenses é a palavra de ordem dos indonésios. Mais que uma afronta, o poema ratifica e reitera a importância da cultura timorense, sobretudo no auge da resistência timorense quando a soberania era iminente. Por conseguinte, resgatar essas lendas, esses mitos, esses contos é enfrentar o projeto de extermínio da Indonésia. Posto isso, um poema que pode parecer ingênuo, que pode não dizer muito, tem uma força simbólica muito grande a partir do momento que contraria o projeto político da Indonésia.

É preciso entender também que a identidade timorense é resultado da somatória de todos os momentos históricos vivenciados no país, o que inclui a guerra, os momentos de paz, as relações pacíficas ou não. A identidade de uma nação é construída a partir de tudo o que foi vivenciado por aquela pátria. Portanto, apartar ou ignorar a Indonésia desse processo de identidade timorense consiste em um equívoco. A Indonésia faz parte desse processo. E todas as atrocidades, tudo o que aconteceu, todas as mortes, a opressão, foram e são fundamentais para moldar, a todo instante, a identidade timorense.

A poesia dos poemas e das pinturas de Xanana é um dos caminhos que levam à compreensão da história do Timor-Leste. A poesia não conta a história; conduz o receptor à história, lançando luz sobre tempos sombrios que por muito tempo foram ocultados da comunidade internacional. E também dos próprios timorenses. Fazendo isso, Xanana se revela uma pessoa politicamente engajada, um ser humano comprometido com a causa do outro. Essa consciência não é formada em um momento único e pontual. Uma pessoa que possui uma consciência engajada ao longo de sua vida, ao longo de sua história, constrói essa consciência engajada. À vista disso, os pressupostos de Lukács preconizam que o ser humano, enquanto gênero que se reconhece igual a seus pares, está sempre em processo de evolução. Ter essa consciência é também compreender que é possível aprimorar a condição humana, por mais que a história dê exemplos catastróficos de falta de humanidade. Nesse sentido, pergunto-me quais são os instrumentos capazes de aprimorar a humanidade do ser humano e como fazê-lo. Com certeza, a arte é um desses instrumentos. Acreditar nisso é o que nos faz defender a democratização da arte.

A arte é uma das mediações que pode provocar essa humanização do homem. Por isso é preciso democratizar a literatura. A produção artística a produção literária precisam estar no lugar devido a fim de promover humanidade. Esse lugar é em meio ao povo. A arte, nesse caso, não pode estar encoberta pelas regras acadêmicas, não pode se limitar a ter como público-alvo acadêmicos, intelectuais, pesquisadores. Xanana compreendeu isso muito bem.

Num mundo em que se questiona o valor e a importância da arte e das ciências humanas, a obra de Xanana Gusmão possibilita uma reflexão que diz respeito à democratização da obra artística. Nesse sentido, essa democratização requer que a obra converse com o povo. Xanana materializa com *Mar Meu* o canal entre o artista e o povo. A poesia, nesse momento, é o instrumento mediador entre o militante, entre o líder da resistência maubere, o político, o poeta, o jornalista e o povo timorense. Ao analisar esse fenômeno, é possível enxergar com mais clareza a função pragmática da poesia, especificamente a de resistência.

Especialmente as ciências humanas devem estar mais próximas da sociedade. Precisam ultrapassar os muros da universidade, onde estiveram por muito tempo presas, escondidas, ocultadas, limitadas ao público do ambiente acadêmico. Ao longo de toda esta pesquisa, considere a importância de o espaço acadêmico conversar com a sociedade, e não só com o público-alvo da universidade. Diálogo este que pode ser concretizado por meio de uma linguagem mais acessível e clara. A poesia de Xanana Gusmão é a materialização dessa simplicidade e clareza. E trazê-la para o ambiente acadêmico é uma importante contribuição que podemos dar a essa necessidade de maior sintonia entre a universidade e os diferentes povos.

A poesia xananiana é explícita em sua missão. Clara quanto aos objetivos, não despreza um projeto estético. Entretanto, o projeto estético se distancia de um projeto poético canônico. Para alcançar esse feito, distancia-se de inúmeros aparatos poéticos, sobretudo os ligados à tradição clássica europeia, preferindo os aparatos cotidianos, da tradição oral da cultura timorense. São todos esses aparatos que se conjugam nas diversas armas que sua poesia apresenta, tanto nos poemas quanto nas pinturas.

Considerando a visão de Lukács (1974), não há dúvidas quanto a obra de Xanana ser arte ou não. É arte! Ela nasce do cotidiano, da guerra, dos conflitos que o Timor-Leste vivia à época da invasão indonésia. *Mar Meu* nasce desse contexto e volta-se para esse mesmo contexto.

Segundo Lukács (1974), a arte é uma atividade que inicia no cotidiano e retorna para ele. É exatamente o que acontece com a poética de Xanana Gusmão. Ela retorna de duas maneiras: quando as temáticas são oriundas do cotidiano no Timor, mesmo estando o poeta em diáspora, e quando é a obra lançada em meio à comunidade internacional (em português, inglês e tétum) para que o mundo reconhecesse o drama humano que o Timor-Leste vivenciava.

A arte, para Lukács (1974), é uma intensificação do drama humano. E a poesia de Xanana Gusmão, o que seria? Uma intensificação do drama dos timorenses. Por isso, compreende-se que a poesia xananiana não nasce de uma manifestação sensível da ideia, ela provém do cotidiano. Em síntese, Xanana tematiza a cultura de timorense, tematiza o conflito humano, e retorna para esse cotidiano quando sua obra ganha visibilidade internacional, inclusive valendo-se da figura que é o próprio artista. E isso faz com que aconteçam transformações no curso político do Timor-Leste. Se para Lukács não basta a existência da obra, não bastava existir o livro *Mar Meu*, que deveria ter uma função no cotidiano do Timor-Leste.

Sim, a obra de Xanana Gusmão teve uma ação sobre o cotidiano do Timor Leste. Ou melhor, uma ação sobre a personalidade humana. O passado em Xanana torna-se presente em sua poesia. As memórias tornam-se poesia no presente. E este momento presente não diz respeito à condição de Xanana Gusmão na prisão. Por isso que em sua poesia não há marcas explícitas de que ele estava preso. Há marcas em outros elementos do livro, mas não nos poemas nem nas pinturas. Nestas, há apenas o nome e o local onde ele estava, mas não há uma referência explícita a que ele estava preso. Poemas e pinturas expressam que não importa a condição do eu do artista, e sim a condição da humanidade.

O espaço que os versos tematizam na poesia de Xanana são versos homogêneos. Porque a arte produz um mundo homogêneo, um mundo livre das impurezas do cotidiano. Nessa perspectiva, Gusmão é um ser *inteiramente*, considerando sua produção artística, o que se contrapõe ao homem *inteiro*, que é aquele homem preocupado com suas questões particulares no mundo. Ao ser *inteiramente*, ao se comportar *inteiramente*, Xanana Gusmão não se preocupa com as suas questões pessoais, particulares, e sim com as questões humanitárias. No poema “Mar Meu”, o eu lírico toca numa questão indiscutível no âmbito das discussões humanitárias. Trata-se da segurança e bem-estar que deveriam ser garantidos às crianças, mesmo em tempos de guerra. O cotidiano de paz que deveria ser garantido às crianças é estremecido por tremores saídos de barcos. Nessa perspectiva, a natureza e as relações humanas não podem ser usufruídas pelas crianças, as vítimas mais inocentes da guerra.

Até por meio de uma carta, Xanana consegue manifestar a poesia de preocupar-se com o outro, com a necessidade de seu país e de todo o povo timorense. Escrita para uma criança portuguesa, Marta Neves, a carta, verdade seja dita, possui um destino mais amplo. Do contrário, não estaria no livro *Mar Meu*. Xanana é tão estratégico que faz questão de destacar “Com a tua idade, quase todas as crianças em Timor-Leste participam já na luta, em todas as formas que lhe são compatíveis” (GUSMÃO, 1998, p. 18). Não se trata de um comentário, mas, sim, de uma denúncia.

Claro que, em alguns momentos, Xanana Gusmão pode ser um homem *inteiro* como propôs. Até vislumbro esse comportamento no poema intitulado “20 de Novembro de 1992”, data que se refere ao seu terceiro ano na prisão. Apesar disso, predominantemente sua poesia revela um ser humano *inteiramente*, numa elevação que o separa do cotidiano e de suas preocupações pessoais para estar em comunhão com o gênero humano. O poema “PAZ, ‘NGOLA!” exemplifica essa elevação, que torna o ser humano preocupado com o gênero humano, seja homem, seja mulher, estando próximo, estando longe. Ao voltar seu olhar

poético para a mulher, para a mulher negra angolana, Xanana alcança o homem *inteiramente* proposto por Lukács (1974), principalmente ao considerar um mundo e um tempo ainda arraigados no patriarcalismo, machismo e racismo.

Faz-se necessário entender que essa elevação não é escape. É, na verdade, um instrumento de educação para os homens. Isso porque a arte educa e é capaz de elevar o ser humano, fazendo com que ele tenha um comportamento *inteiramente*, e para que ele passe a olhar para o mundo com outros olhos, com os olhos modificados, transformados pela produção estética. É exatamente o que acontece com Xanana enquanto artista e o que pode acontecer com quem tem acesso à obra de Xanana Gusmão.

Mesmo sendo uma obra relativamente pequena, *Mar Meu* não pode ser colocada no rol de obras artísticas menores, haja vista que possui um potencial enorme de elevação do ser humano. Não é uma obra que se reduz ao entretenimento. Até porque a obra de Xanana não nasceu do agradável. Nasceu do drama humano, das mortes, de um genocídio, que é reapresentado no poema “Esperanças rasgadas”, em que Timor é descrito com um cemitério: “Timor/ jazigo de uma alma”; “Timor/ montanha de osso” (p. 26). Faz-se pertinente destacar que o título desse poema é irônico, uma vez que se não houvesse esperança, a resistência timorense estaria fadada ao fracasso. O poema não é um atestado de desesperança, pelo contrário, é um documento poético que mostra a tentativa de extermínio da cultura timorense.

Ainda com base na teoria de Lukács, Xanana Gusmão, enquanto prisioneiro, apresenta em sua poesia uma figuração do meio de maneira superficial. No momento da sua prisão, ele participava só da superficialidade dos fenômenos. Ou seja, ele não estava mais vivendo a guerra, pragmaticamente falando. Ele era testemunha, um personagem-testemunha dessa guerra. Isso significa que, no momento de gestação da obra, ele vivenciou uma ruptura com esse cotidiano. Assim, o caráter fragmentado e caótico da realidade passa a ser apresentado em sua obra poética como um mundo ideal para os timorenses, ou seja, como um mundo ideal para o gênero humano. O poema “Oh! Liberdade” sintetiza essa formulação. O poema mostra um Timor desejado, bem como os hábitos desejados pelos timorenses que viviam a guerra, como “pelas tardes de calma/ sentir o cansaço/ da natureza sensual” (p. 30), o que não era habitual nos tempos dos conflitos com a Indonésia.

As pinturas também são um exemplo perfeito dessa concepção, já que aludem a paisagens naturais marcadas pela paz, harmonia e beleza, o que contrastava com o cenário de destruição em decorrência da invasão.

Vale ressaltar, ainda, que, apesar de diversas referências à primeira pessoa do singular, Xanana defende em seus versos um mundo ideal em conformidade para todos, não só para

ele. É a voz universal do artista, de Xanana Gusmão se fazendo presente. A obra dele é uma obra verdadeiramente artística porque coloca o ser humano em contato com outro ser humano. Com o gênero. A poesia é capaz de desenvolver o caráter social da personalidade. Lukács destaca que a arte tem essa função de nascer do cotidiano e voltar para o cotidiano. Essa função nada mais é que a função de literatura de resistência. Que também tem que partir do cotidiano e voltar para o cotidiano. Essa resistência tem que ter uma ação efetiva pragmática no cotidiano, não de maneira particular, mas de maneira universal, coletiva.

A obra de Xanana aponta que se torna incompreensível conceber a humanidade sem a arte. Essa afirmação se sustenta na percepção de que a arte é capaz de preservar os momentos decisivos da história por meio da memória. Essa memória pode ao mesmo tempo ser guardada e revelada pela arte. Portanto, entre todos os instrumentos que podem guardar essa memória, ousou dizer que a arte seja o elemento mais sublime de todos. Consciente ou não desse poder, Gusmão denunciou o que estava acontecendo, revelando poeticamente os tempos sombrios do Timor-Leste, que não queria a integração à Indonésia, desejo confirmado no referendo de 1999. Naquele momento, a arte de Gusmão tinha essa função de revelar, de mostrar, de denunciar. Atualmente, essa função foi aprimorada também, foi transformada. A função da poesia de Xanana Gusmão, da sua obra artística, talvez não seja mais revelar. Talvez a função esteja mais próxima do perpetuar essas memórias, não fazer esquecer. E esse não esquecer tem como propósito impedir que a história se repita.

Para muitas pessoas que não conhecem a obra de Xanana Gusmão e a história do Timor-Leste, a poesia continua abrangendo essas duas funções: tornar público o que aconteceu ao longo de quase 25 anos e preservar a memória, a fim de que as atrocidades fiquem no passado. A luta pela soberania agora é diferente, menos dura. Mas a luta continua. A luta pela soberania econômica, soberania literária, soberania educacional. Trata-se de uma luta para alcançar uma soberania em todos os seus âmbitos. Não é à toa que Xanana encerra a parte dedicada aos textos poéticos com o poema “Gerações”. Seu último verso “A luta continuará sem tréguas!” (p. 38) aponta que, mesmo soberano em relação à Indonésia, a resistência deveria persistir e reinventar-se, para que “num futuro breve, Timor-Leste venha a ser um local de atração turística, onde as pessoas possam vir descansar o corpo e o espírito!”, (GUSMÃO, 2018).

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, António de. **Alguns Aspectos Antropológicos do Timor Português**. Portugal: Academia das Ciências de Lisboa, 1968.
- ALMEIDA, Vicente da Silva. **A participação das mulheres timorenses na vida política depois da independência (2002-2015)**. 2017, 90p. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade de Lisboa, Portugal.
- AMAL, Teresa. **Timor Leste: Crónica da Observação da Coragem**. Coimbra: Quarteto, 2002.
- AMARANTE, Maria Inês. **Guerrilheiras da palavra. Rádio, oralidade e mulheres em resistência no Timor-Leste**. 2010, 290p. Tese. (Doutorado em Comunicação Semiótica) Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária em Timor-Leste: os meios de comunicação em novos tempos de cidadania**. *Contracampo (UFF)*, v. 14, p. 165-181, 2006.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo (1945)**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo (1940)**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.
- ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: EDIPRO, 2011.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, 317p.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo. Martins Fontes, 2008.
- BARBOSA, Damares. **Roteiro da literatura de Timor-Leste em língua portuguesa**. 2013, 155p. Tese. (Doutorado em Estudos Comparados de Língua Portuguesa) Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BERRINI, Beatriz. **Eça e Pessoa**. Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1985.
- BOBBIO, Noberto. **O tempo da memória**. De Senecute e outros escritos autobiográficos. Tradução de Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BONNICI, Thomas (Org.). **Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: Eduem, 2009.

BORMANN, Aliete; SILVEIRA, Marília. **Primeira Missão de Especialistas Brasileiros em Educação em Timor-Leste**. In: SILVA, Kelly Cristiane da.; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Democrática de Timor-Leste**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5477-republica-democratica-de-timor-leste>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5274, de 18 de novembro de 2004**. Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa e dá outras providências. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5274.htm>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BRITO, Regina Helena Pires de. **Aspectos identitários na titulação do jornal Tais Timor**. Comunicação e Sociedade, v. 5, p. 159-167, 2004. Disponível em: < <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1255/1198>>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

BRITO, Regina Helena Pires de. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre, 2010.

BRITO, Regina Helena Pires de; BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. “Hello, mister”, “Obrigadu barak” e “boa tarde”: desafios da expressão linguística em Timor-Leste. **Revista ACOALFAplp**: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, v. 3, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/download/11484/13252/>. Acesso em 10. jul. 2018.

BRITO, Rosane Lorena; DIAS, Christiane da Silva e SILVEIRA, Alexandre Cohn da. **Políticas linguísticas e práticas pedagógicas**: o ensino de língua portuguesa por meio da análise da paisagem linguística de Díli. In: GUEDES, Maria Denise *et al.* (orgs). Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015.

CAMPOS, Haroldo. Da razão antropofágica: diálogo da diferença na cultura brasileira. In: CAMPOS, Haroldo. **Metalinguagem e outras metas**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANDIDO, Antonio (1950). **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos (1750-1888). 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CANGI, Adrián. Imagens do horror. Paixões tristes. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio, org. **História, memória, literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

CARDOSO, Luís. O crocodilo que se fez ilha In: **Revista de Letras e Culturas Lusófonas**. Lisboa: Instituto Camões. Nº 1 (1998), p. 104-105.

CARNEIRO, Duarte Nuno Gonçalves Simões. **A responsabilidade civil dos meios de comunicação social em Timor-Leste**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito,

Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2017. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/21910/1/Carneiro_2017.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

CASSIANI, Suzani e LINSINGEN, Irlan von. Apresentação. In: GUEDES, Maria Denise *et al.* (orgs). **Professores sem fronteiras**: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015.

CAVR. Comissão de Acolhimento, Verdade, e Reconciliação de Timor Leste. **Relatório CHEGA!** Timor-Leste, 2005.

CHEN, K. A Formação de um Intelectual Diaspórico. Uma Entrevista com Stuart Hall, de Kuan-Hsing Chen [Morley, D. & Chen, K.-H. (Org.). Stuart Hall: Dialogues in Cultural Studies, London: Routledge], 1996. In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Org. Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Trad. Vera da Costa e Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CHOMSKY, Noam. **O mundo precisa saber**. In: SANT'ANNA, Sílvio (org). Timor Leste – Este país quer ser livre. São Paulo: Martin Claret, 1997.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância e educação** – Era uma vez – quer que conte outra vez?. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COSTA, Rosilene Silva da. **Processos identitários e pertencimento da obra de Luís Cardoso**. 2016, 136p. Tese. (Doutorado em Literatura) Universidade Federal de Brasília, Brasília-DF.

COUTO, Mia. “Prefácio. O Verso e o Universo / Preface. Verse and Universe”. In: GUSMÃO, Xanana. **Mar Meu**. Poemas e Pinturas/ My Sea of Timor. Poems and Paintings. Porto: Granito/Instituto Camões, 1998, p. 6-9.

COX, Steve; CAREY, Peter. **Timor-Leste – Gerações de Resistência**. Lisboa, Caminho, 1998.

CUNHA, João Solano Carneiro da. **A questão de Timor-Leste**: origens e evolução. Coleção de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: FUNAG/IRBr, 2001.

CUNHA, Teresa. Imobilidades e fracturas. Mulheres, identidades e narrativas viajantes em Timor-Leste **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, p. 141-152, jun. 2010.

CUNHA, Teresa. **Vozes das mulheres de Timor-Leste**. Porto: Afrontamento, 2006.

DAVID, D. Oriente, engenho e arte: imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste, Organização de Hélder Garmes. **Via Atlântica**, n. 8, p. 301-305, 16 dez. 2005.

DE SOUSA, Ivens Manuel Francisco Gusmão. **Mídia, tradição, identidade:** televisão e negociação de pertencimento em Timor-Leste. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2012.

ELIOT, T. S. A função social da poesia. In: **De poesia e poetas**. Trad. e prólogo Ivan Junqueira. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FELGUEIRAS, Pe. João. As raízes da resistência. In: **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, n. 14 Jul-Set. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

FORGANES, Rosely. **Queimado, queimado, mas agora nosso!** Timor: das cinzas à liberdade. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

FOUCAULT, M. "Poder e saber". In: Motta, M. B. da (org.) **Estratégia, poder-saber**. (Coleção Ditos & Escritos Volume IV). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRADIQUE, Joana. Como nasceu Timor. **Seleções Femininas**, março de 1955.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio, org. **História, memória, literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

FREDERICO, Celso. Cotidiano e a arte em Lukács. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v.40, p. 299-308, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GFM.Gabinete das Fronteiras Marítimas, 2019. Disponível em: <<http://www.gfm.tl/?lang=pt>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

GOMES, José Júlio Pereira. A internacionalização da questão de Timor-Leste. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 25, p. 67-89, mar. 2010. Disponível em <<https://goo.gl/jsNSHh>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

GONZALEZ, S. M. . **A rede de solidariedade no diálogo entre escritores africanos e timorenses:** a urgência da poesia de Xanana Gusmão e o testemunho de Teresa Amal. Litterata - Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões , v. 4, p. 32-43, 2015.

GUEDES, Armando Marques. A complexidade estrutural do nacionalismo timorense. In: **Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste**. Portugal: IDI – MME, 2005.

GUEDES, M. D.; SCARTEZINI, R. A.; BARBOSA, A. T.; CANARIN, R.T.; ROSALEN, E.; RAMOS, A.G.; CARVALHO, S.S. **Professores sem fronteiras:** pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015.

GUNN, Geoffrey. A ocupação indonésia de Timor-Leste –Lições e legados para a construção do estado na nova nação. In: SILVA, Kelly Cristiane da.; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Orgs.). **Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2007.

GUNN, Geoffrey. Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste. In: **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, n. 14 Jul-Set. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

GUSMÃO, Xanana. A população esteve logo de início contra os invasores. 2018. **Expresso**, Portugal, 6 jan. 2018. Entrevista concedida a António Loja Neves. Disponível em: <<https://expresso.pt/internacional/2018-01-06-Xanana-Gusmao-A-populacao-esteve-logo-de-inicio-contr-os-invasores>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GUSMÃO, Xanana. Entrevista concedida por e-mail a Andreia Pereira da Silva. Díli, Timor-Leste, 8 set. 2018. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice desta pesquisa.

GUSMÃO, Xanana. **Meu Mar. Poemas e Pinturas**. Porto: Granito Editores e Livreiros, 1998.

GUSMÃO, Xanana. **Timor-Leste – Um Povo, uma Pátria**. Lisboa: Colibri, 1994.

GUSMÃO, Xanana. Xanana Gusmão: “Pedir o dinheiro do petróleo à Austrália é rebaixar-me ao nível deles”. 2019. **Público**, Portugal, 1 jul. 2019. Entrevista concedida a Bárbara Reis. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/07/01/mundo/entrevista/xanana-gusmao-pedir-dinheiro-petroleo-australia-rebaixarme-nivel-1878245>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

HALL, Stuart 1996. ‘Identidade cultural e diáspora’. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, pp. 68-75.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HULL, Geoffrey. **Timor Lorosa’e. Timor Leste – Identidade, língua e política educacional**. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

HULL, Geoffrey. **Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional**. Comunicação apresentada no Congresso Nacional do CNRT. Díli, Timor-Leste, Agosto, 2000.

JARDINE, Matthew. Timor Leste - genocídio no paraíso. In: SANT'ANNA, Sílvio L. **Timor Leste: este país quer ser livre**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: A crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas cidades, 2000.

LANDIM, Wikerson. 5 lugares menos conectados à internet no mundo. **TecMundo**, 23/06/2015. Disponível em: < <https://www.tecmundo.com.br/internet/81835-5-lugares-conectados-internet-mundo.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

LENCASTRE, Júlio Garcez. Lafaic, o Crocodilo timorense. **O Mundo Português**, 1934.

LUKÁCS, Georg. **Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LUKÁCS, Georg. Cuestiones previas y de principio relativas a la separación del arte y la vida cotidiana. In: **Estética**, vol. 1, cap. 3. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, Georg. **Estética 1: La peculiaridad de lo estético**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1982. 3v.

LUKÁCS, Georg. **Estética**, v. I, Barcelona, Ed. Grijalbo, 1974.

MACIEL, Carolina Pina Rodrigues. Literatura de testemunho: leituras comparadas de Primo Levi, Anne Frank, Immaculée Ilibagiza e Michel Laub. **Opiniões**, v. 5, n. 9, p. 74-80, 21 dez. 2016.

MAGALHÃES, António Barbedo de. **Timor Leste: Terra de Esperança**. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1990.

MARCOS, Artur. **Timor timorense com suas línguas, literaturas, lusofonia**. Lisboa: Colibri, 1995.

MARTIN, Ian. **Autodeterminação em Timor-Leste: as Nações Unidas, o voto e a intervenção internacional**. Trad. Inês Castro. Lisboa: Quetzal, 2001.

MATOS, Artur Teodoro de. **Subsidio Para a História Económico-Social de Timor no Século XVIII**. Braga, Portugal: Câmara Municipal de Braga, 1975.

MATSUNO, Akihisa. Construção da democracia, diálogo político e capital social na transição de Timor-Leste para a independência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 104, Setembro 2014: 83-100. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n104/n104a05.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

MENDES, Nuno Cana. A construção do nacionalismo timorense. In: **Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste**. Portugal: IDI – MME, 2005.

MERENGUE, Devanir. Literatura da recusa: protagonismo e resistência. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 127-140, 2013. Disponível em <<https://goo.gl/bpoKPv>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

NETO, Eduarado Maron. **As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em música e o projeto pedagógico do curso superior de instrumento da EMBAP: movimentos de autonomia e adaptação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Unversidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

NEVES, António Loja. A população esteve logo de início contra os invasores. 2018. **Expresso**, Portugal, 6 jan. 2018. Disponível em: <<https://expresso.pt/internacional/2018-01-06-Xanana-Gusmao-A-populacao-esteve-logo-de-inicio-contra-os-invasores>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

NEVES, Guteriano Nicolau S. O paradoxo da cooperação em Timor-Leste. In: SILVA, Kelly Cristiane da.; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Orgs.). **Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2007.

NOBRE, Clarissa Diniz Diógenes. **Timorenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab): encontros e desencontros de uma**

experiência.2015, 94p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

OLIVEIRA, Ana. Marcela França. **Percepções da natureza a partir da arte**: a diversidade do olhar sobre o universo natural. Cantareira (UFF), v. 19, p. 3-17, 2013.

PASCOAL, Ezequiel Enes. Curiosa lenda. **Seara**, 2(3-4):40-42, 1950.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto. O lugar do intelectual na cena literária contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S.l.], n. 30, p. 27-39, jan. 2011. ISSN 2316-4018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323127094002>>. Acesso em: 07 set. 2018.

PAULINO, Vicente. As lendas de Timor e a literatura oral timorense. **Anuário Antropológico**, v. 42, n. 2, p. 157-179, 26 mar. 2018.

PAULINO, Vicente. Dimensão funcional e factual da língua portuguesa no mundo e em Timor-Leste. In: GUEDES, Maria Denise, *et al.* (orgs). **Professores sem fronteiras**: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015.

PAZ, Octavio. **A outra voz**. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1993.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio, org. **História, memória, literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PIRES, Paulo. A imprensa em Timor, antes do 25 de abril. In: **Revista Camões**, nº 14, 2001. Disponível em: < <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no14-timor-lorosae.html>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

QUEIROGA, M. F. C.; SOUZA, Marinete. F. ; BERNARDO FILHO, João . Nacionalidade, Identidade e Recusa em Mar Meu, poemas e pinturas. In: Hannah Loney; Antero B. da Silva; Nuno Canas Mendes; Alarico da Costa Ximenes & Clinton Fernandes. (Org.). **Hatene Kona ba, Compreender, Understanding**, Mengerti. 1 ed.Díli, Timor-Leste: Timor-Leste Studies Association, 2014, v. 1, p. 158-163.

RAMOS, Ana Margarida. Literatura timorense em língua portuguesa: os caminhos da consolidação. **Boletín Galego de Literatura**, nº 52, 5-20, 2018. Disponível em: <http://www.usc.es/revistas/index.php/bgl/article/download/4539/5375>. Acesso em: 11 ago. 2018.

RAMOS, Ana Margarida. Literatura timorense: da emergência à legitimação. **Caderno Seminal Digital**, 18. Rio de Janeiro: Dialogarts, pp. 149-160. Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_seminal/18_CADERNO%20SEMINAL%20TEMATICO%202012-2_FINAL.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2018.

RAMOS, André Gonçalves; GONÇALVES, Angélica Ilha; GUIMARÃES, Joice Eloi; CAMARGO, Renata Tironi. Práticas didáticas de professores brasileiros de língua portuguesa em Timor-Leste. In: GUEDES, Maria Denise, *et al.* (orgs). **Professores sem fronteiras**: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015.

REIS, Jaime Pereira. **Cooperação em educação entre Brasil e Timor Leste: uma análise do Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa – PQLP**. Dissertação de Mestrado. UnB: Brasília-DF, 2015.

RIZZI, Kamilla Raquel. **Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria (1990-2002): condicionantes internos e via multilateral**. 2005, 134p. Tese. (Doutorado em Relações Internacionais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROSALEN, Elisa; SOUZA, Ilda de; CANARIN, Ricardo Teixeira. Língua Portuguesa em Timor-Leste: como se ensina e como se aprende. In: GUEDES, Maria Denise, *et al.* (orgs). **Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste**. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015.

RUAK, Taur Matan. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. In: **Camões. Revista de Letras e cultura lusófonas**. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (E considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). **Matraga, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**. Rio de Janeiro, UERJ, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012, p. 284-303.

SAMARTIM, Roberto. Poemas e Pinturas de Guerra. ‘Mar Meu’ de Xanana Gusmão.” **Agalia Publicaçom Internacional da Associação Galega da Língua**, Vigo, nº 73/74, 223–234, jan./jun. 2003.

SANT’ANNA, Sílvio (org). **Timor Leste – Este país quer ser livre**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

SANTIAGO, Silviano. **Ora (dêreis) puxar conversa!**: ensaios literários. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura?** São Paulo: Ática, 2004.

SCHOUTEN, Maria Johanna. A prática de um ideal. In: SILVA, Kelly Cristiane da.; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Orgs.). **Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2007.

SEBASTIANA SILVA, C. Drummond: de Notícias e Não-Notícias Fazem-se a Crônica, o Conto e a Poesia. **Revista Cerrados**, v. 17, n. 26, 5 fev. 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio, org. **História, memória, literatura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SILVA, Andreia Pereira da. **Notícias em versos: o processo de criação em Carlos Drummond de Andrade**. 2014, 119p. Dissertação. (Mestrado em Estudos Literários) Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

SILVA, Kelly Cristiane da. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-171, Apr. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/muKFTB>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SILVA, Kelly Cristiane da.; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Orgs.). **Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2007.

SILVA, R. L.. A questão da memória em narrativas de testemunho. In: **IV SELL - Simpósio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários da UFTM**, 2013, Uberaba, MG. Simpósio de Estudos Linguísticos e Literários, 2013.

SYLVAN, Fernando. **Cantolenda Maubere – Hananaknanoik Maubere – the legends of the Mauberes**. Lisboa: Fundação Austronésia Borja da Costa, 1988.

TAYLOR, John G. **Timor - a história oculta**. Venda Nova: Bertrand Editora, 1993.

TEIXEIRA, Erivelto Rodrigues. **Cooperação internacional em Educação: o programa brasileiro de qualificação docente e ensino de língua portuguesa em Timor-Leste**. Dissertação de mestrado. Manaus: UFAM, 2013.

TERTULIAN, Nicolas. Lukács hoje. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio. (Org.) **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **O Problema Político de Timor**. Braga, Portugal: Editora Pax, 1974.

TIMOR-LESTE. Lei nº 5, de 19 de novembro de 2014 – Lei da Comunicação Social. **Jornal da República**, Série I, Nº 39. Dili, nov 2014. Disponível em: <<https://www.laohamutuk.org/misc/MediaLaw/MediaLawProm19Nov2014pt.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

UMBACH, R. K. Violência, memórias da repressão e escrita. In: SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J.; HARDMAN, F. F. (orgs.). **Escritas da violência**, vol 1: o testemunho. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 217-228.

UNILAB. **Formatura de 22 timorenses reforça o papel de integração da Unilab**. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2018/02/26/formatura-de-22-timorenses-reforca-o-papel-de-integracao-da-unilab/>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

WILLEMART, Philippe. **Crítica genética e psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

XIMENES, Valentin. **Reforma político-administrativa em Timor-Leste enquanto processo de reterritorialização**. 2016, 273p. Tese. (Doutorado em Território, Risco e Políticas Públicas, Ramo Regular) Universidade de Coimbra, Portugal.

APÊNDICE

Entrevista com Xanana Gusmão

1. Na sua autobiografia *Timor-Leste – Um povo, uma pátria* (1994), há relatos de sua infância em que você narra e descreve as atrocidades da colonização portuguesa. Um dos trechos que mais me chamou a atenção foi este: “Não poucas vezes, presenciei no posto administrativo, as chicotadas a presos gemendo sobre pedrinhas e ao sol e com os pés algemados”. Na autobiografia, é, ainda, possível inferir que você era um rebelde por natureza. Hoje, após 43 anos da invasão indonésia, você acredita que o seu ingresso na resistência timorense foi motivado por tudo o que viu e viveu no Timor-Leste desde a infância?

R – Devo dizer que não foi exactamente isso.

Olhando para trás... acredito mais no destino. Fiz planos de vida, durante a vida toda, e tudo se desvaneceu como sonhos tempestuosos.

No tempo português, o serviço militar era obrigatório. Detestava ser militar, assim como alguns colegas meus. Outros escolheram esse caminho e ingressaram, tendo vindo a ser sargentos. Em 1968, saiu um comunicado ameaçador que dizia que se nos esquivássemos sempre, quando um dia fôssemos apanhados, iríamos cumprir a vida militar em Moçambique, Angola ou Guiné, onde já havia guerra. Fui, com outros, apresentar-me imediatamente e depois da instrução, passei a ser soldado. O que me valeu foi trabalhar no Centro de Instrução, que também dava instrução a recrutas para sargentos, o que me deu para aprender a guerra de guerrilha e a contra-guerrilha, relacionada com as três províncias africanas.

Depois da vida militar, quis ser agricultor e criador de vacas... a sorte não foi amiga e aguentei trabalhar na administração portuguesa, na área das finanças e relatórios financeiros.

Como resposta ao 25 de abril, os timorenses reuniam-se e discutiam sobre a política e o futuro da então colónia. Depois de perceber que estavam associados em organizações políticas, de diversas tendências, disse aos amigos, que me abordaram, que fossem à frente nesse importante plano para se chegar à independência e porque eu não tinha queda nem preparação para ser político, escolhi ir à Austrália, em maio de 1974, para trabalhar e juntar dinheiro, e quando Timor-Leste fosse já independente, eu regressaria para participar no desenvolvimento como sector privado. E fui a Darwin, onde trabalhei como operário de construção civil, tendo até adquirido contrato de trabalho e o estatuto de imigrante. Voltei a Dili para buscar a família

mas, em dezembro de 1974, o tufão Tracy varreu e destruiu Darwin, impedindo-me assim de voltar.

Fiquei, fui trabalhar como operário, enquanto seguia o desenvolvimento político e comecei a escrever artigos nos jornais sobre o processo de descolonização e o papel, muitas vezes paradoxo, das organizações quase-partidárias. Veio o golpe contra-revolucionário e, tendo estado no local menos aconselhado, fui preso. O contra-golpe, promovido pela Fretilin, libertou-me e os outros presos e, a partir daí, passei a tomar parte nas actividades do movimento, com responsabilidade na imprensa.

Veio a invasão, a 07 de dezembro de 1975, e, em fins de 1977 e todo o ano de 1978, como consequência das grandes operações militares indonésias, toda a Direcção Superior da Fretilin ficou exterminada – por mortes em combate, capturas ou rendições, ficando apenas 2 sobreviventes. Fui obrigado, pelas circunstâncias, a liderar o processo, desde 1979!

E, assim, o destino, que nunca foi meu amigo, forçou um simples soldado, no tempo colonial português, a receber a alta responsabilidade de comandar uma difícil guerrilha, durante 20 longos anos, contra a ocupação indonésia!

2. Nos seus poemas, publicados em *Mar Meu*. Poemas e Pinturas, há diversas referências a crianças. Essa alusão à infância tem relação com a sua própria infância? Como as crianças viviam durante a resistência contra a Indonésia?

R – A poesia tem a subtileza de ir aos recônditos da alma... quando veio a invasão, a 07 de dezembro, com a descida dos paraquedistas em Dili, eu estava no lado ocidental da ilha, com as forças, a tentar impedir a progressão inimiga, por terra. Deixei uma filha de 1 ano e um garotinho de 3 anos de idade, em Dili, porque, desde ali, fiquei nas montanhas.

Vi mães com as crianças ao colo, em longas marchas, para evitar serem mortos por balas ou por morteiros... e muitas outras mães, enterrando as suas crianças que morriam de fome ou doença...

Depois de toda a população ter rendido ou sido capturada, as crianças, debilitadas pela fome e pela doença, eram os que mais sofriam com as mães...

Toda a luta de libertação tinha um sentido... criar um futuro melhor para Timor... e as crianças lembravam-me desse futuro, pelo qual os meus guerrilheiros estavam a doar a vida!

3. Falando nos seus poemas que compõem o livro *Mar Meu*. Poemas e Pinturas, eles foram escritos dentro da prisão ou você, antes de ser preso, já tinha escrito alguns poemas?

R – Antes da invasão já escrevera e mesmo publicara alguns poemas. No mato, também escrevi alguns; aqueles, no Mar Meu, foram escritos na prisão!

4. Por que escrever poemas dentro da prisão?

R – Às vezes, não conseguia evitar que o meu pensamento voasse até às montanhas, onde os meus guerrilheiros continuavam a luta... assim, para além da missão de continuar a dirigir a resistência, através de contactos estabelecidos de dentro para fora da prisão, indo até para o estrangeiro, o sentir a luta e expressá-la de uma forma, que revolvesse o interior de mim mesmo, era como que libertar-me a mim mesmo da solidão e do confinamento.

5. O poema “Paz, ‘ngola!” alude à mulher negra. Por que lembrar da mulher negra em meio às atrocidades da invasão indonésia.

6. Falando em mulheres, vários poemas do seu livro são dedicados a três mulheres, sendo elas: Sandra Lobo, Marta B. Neves e Isabel G.. Por que essa dedicação? Qual a importância de cada uma delas no contexto da invasão indonésia? E hoje, o que elas representam para você?

R – Eu juntei estas duas perguntas, para facilitar a resposta.

Na prisão, comecei a receber cartas de solidariedade de pessoas, incluindo essas três mulheres.

À Isabel, como angolana que era, pensei que a melhor resposta seria dedicar uma poesia à mulher angolana! Ainda mesmo nas montanhas, eu acompanhava diariamente as notícias do mundo... Angola, tinha ficado independente em 1974 e, em 1975, Timor-Leste foi invadido, tendo iniciado uma resistência, mais longa do que a Luta de Libertação de Angola.

Percebi que, apesar de terem ficado independentes, continuavam em guerra, uma guerra entre irmãos. Na nossa guerra, vi o sofrimento das mulheres timorenses, nos primeiros 3 anos, em que toda a população estava nas montanhas connosco e, depois de a população ter sido forçada a render-se, as violações a que estavam sujeitas. ‘Paz, ‘ngola!’... foi como que um apelo à Paz aos angolanos!

Dediquei poemas a Sandra e Marta, porque eram 2 jovens estudantes portuguesas, que me mandaram mensagens de solidariedade. Os poemas, como resposta, tentavam reflectir o pensamento, a emoção e algum ‘mistério’ que estavam implícitos nas suas mensagens.

7. Durante o processo de escrita dos seus poemas, você seguiu algum projeto estético? Você seguiu algum modelo?

R – Não sou poeta... mas já me expressava em vários modelos. Compuz também sonetos e, antes da invasão, ainda no processo de descolonização portuguesa, publiquei uma série, denominada Mauberíadas, com o estilo das Lusíadas, de Luis de Camões. O grande problema é que perdi tudo... na guerra! Só não perdi os do Mar Meu, porque os mandei para fora.

8. Você considera os seus poemas como instrumentos de resistência? Por quê?

R – Pessoalmente, sim, mas não em termos de mensagem de luta! Digo pessoalmente... porque, em poesia, me expesso com um sentimento mais amplo, mas mais íntimo, do que em prosa.

9. Durante a escrita desse livro, você foi inspirado por outros escritores e/ou artistas? Quem?

R – Eu fui aluno do Seminário até ao 4º. ano e, depois tirei o 2º ciclo no Liceu/Ensino Secundário. Nestes dois estabelecimentos, fui praticando poemas e vários poetas portugueses influenciaram e ajudaram-me a desenvolver esta inclinação literária.

10. Você conheceu/ leu a obra de Carlos Drummond de Andrade antes ou durante a resistência? Quais livros ou poemas?

11. Como você analisa e avalia a obra, sobretudo, a poesia de Carlos Drummond de Andrade?

R – Infelizmente, não pude ter o ensejo e o prazer de apreciar e aprender com as obras deste grande escritor.

12. Para você, o que é a Literatura de Resistência?

R – Sinceramente, devo dizer que me apercebi desse conceito, depois de saber que, em muitos países, existem escritores que foram escrevendo, opinando, analisando, descrevendo e/ou interpretando os variados processos históricos. Para escrever sobre algo, seriam necessários, para além da pena, o factor tempo e, obviamente, o interesse ou dedicação.

Pode-se, conseqüentemente, dizer-se que, se por um lado, pode haver registros documentais sobre determinado processo, por outro, existe uma paixão de certos indivíduos que tentam expressar os seus sentimentos quanto a esse processo de luta. Timor-Leste tem um grande representante da literatura da resistência que é Fernando Sylvan. Mas, devo dizer, infelizmente não existe Literatura de Resistência em Timor.

13. Você considera que o desenvolvimento do sistema literário timorense tem como base/pilares a Literatura de Resistência?

R – Não, em todo o sentido do termo. Timor-Leste enfrenta uma situação singularíssima, com relação aos outros países da Comunidade da Língua portuguesa. Em 500 anos de colonização portuguesa, só 30% de timorenses tiveram acesso à educação, sobretudo devido ao facto de só se poder ir à escola quem fosse já baptizado e com nome português. E, para além de um Seminário Menor, só havia um estabelecimento de Ensino Secundário.

Só já nos inícios dos anos 70, é que se ofereceram oportunidades para alguns jovens timorenses poderem aceder ao ensino universitário, em Portugal. O resultado desta abertura

foi que, depois da Revolução dos Cravos, a maior parte destes jovens se tornaram revolucionários e regressaram para iniciar a Luta de Libertação.

Os massacres cometidos em Timor-Leste, nos anos 1979 a 1981, foram como que orientados para acabar com o segmento da sociedade que tinha um maior domínio da língua portuguesa. Foi também fechada a única escola em Dili, que ensinava português. Este factor foi reforçado com a proibição de se falar português e a obrigação de se aprender e falar o idioma indonésio. E como os timorenses, mais aptos para escreverem peças ou artigos em português, não o fazem, hoje em dia não se pode dizer que o timorense adoptou, na sua comunicação diária, um só idioma. O próprio Tétum, a língua franca de Timor, está a ser deturpado pelo uso também de expressões indonésias, e os jornais são uma verdadeira amostra desta ‘incontrolável mudança dos tempos’, que espelham bem o difícil processo de construção do Estado.

Da idade abaixo dos 40 anos, muito poucos falam correcta ou fluentemente o português.

Existem já escolas a ensinar em português mas a maioria, não pode fazer o mesmo, porque os professores não dominam a língua e é o que acontece também nas Universidades, onde ainda usam a língua indonésia para o ensino, já que os professores foram formados, durante a guerra, em estabelecimentos universitários indonésios.

Por isto tudo, que exigirá décadas para se ultrapassar, não se pode realmente falar de ‘desenvolvimento do sistema literário timorense’, a não ser que timorenses, para cima dos 60, comecem a dedicar-se a escrever... porque escreveriam em português.

14. E quanto à língua portuguesa, ela é, ainda, uma língua de resistência no Timor?

R - Já não se pode falar de ‘língua de resistência’, 19 após o Referendum.

15. Para você qual o papel e a função da literatura timorense em língua portuguesa na atualidade?

R –Quando, um dia, o sol despertar e acordar os timorenses que dominem a língua portuguesa e comecem a escrever artigos ou ensaios, de domínio político ou pedagógico, já se pode pensar que a literatura timorense em língua portuguesa possa vir a desempenhar um papel, não propriamente na atualidade, mas com uma maior expressão no futuro próximo.

16. Após a saída dos soldados indonésios, houve um processo de reconstrução do Timor com o auxílio da cooperação internacional. Como você avalia a interferência dos países membros da cooperação internacional no processo de desenvolvimento do Timor?

R - Sim e Timor-Leste ficou sob a administração transitória das Nações Unidas, a UNTAET, dirigida pelo brasileiro Sérgio Vieira de Melo. Foi assim um período de preparação dos timorenses para assumirem as responsabilidades num futuro Estado. Sérgio foi um grande amigo e desempenhou cabalmente as suas funções de Representante Especial do Secretário-

Geral, até 20 maio de 2002, dia em que restaurámos a independência, em honra da proclamação unilateral feita a 28 de novembro de 1975.

Nestes 16 anos, a cooperação internacional tem sido magnânima, com incidência nos primeiros anos quando não tínhamos recursos financeiros. Agradecemos de todo o coração toda a atenção prestada pela cooperação internacional no desenvolvimento de Timor-Leste.

17. A escritora angolana Teresa Amal é uma das que defende a sua importância no processo de libertação do Timor. Em seu livro Timor Leste: Crónica da Observação da Coragem (2002), Teresa Amal diz que “ninguém lembrou suficientemente o quanto devemos a Xanana Gusmão e ao Povo Timor”. Você se sente satisfeito ou grato com a reação do povo timorense e da comunidade internacional em relação a tudo o que você fez pelo Timor? Você julga que cumpriu com a sua missão em relação à soberania do Timor-Leste?

R – Sempre acontece que pessoas, interessadas em interpretar situações que estejam fora do seu alcance diário, ficam emocionadas interiormente e se deixam transportadas por uma tendência pessoal para desenhar figuras que possam corresponder à sua imaginação. Fico grato pela observação da Teresa Amal, desejando-lhe tudo de bom.

Mas, verdade seja dita, apenas cumpro o meu dever e todo o mérito deve ser atribuído a este indómito, corajoso e determinado povo de Timor-Leste. As lutas ancestrais, promovidas por levantamentos e rebeliões dos diversos reinos contra o domínio português, eram uma permanente inspiração, que evocávamos nas situações difíceis para continuar a encorajar-nos na resistência contra a repressão de um grande vizinho, a Indonésia, apoiado por um outro grande vizinho, Austrália, em troca de partilha dos nossos recursos.

Quanto à soberania, mesmo desde os tempos da UNTAET (1999-2002), sempre levantamos a questão relacionada às fronteiras marítimas, porque entendíamos que a soberania só seria completa, quando detivessemos o total controle sobre o território e sobre as águas que nos circundam. A Austrália, contactada, sempre se recusou a sentar-se à mesa. E, em 2016, decidimos fazer recurso ao único mecanismo, contemplado na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para obrigar a Austrália a sentar-se à mesa.

Depois de um ano e meio de negociações, sob os auspícios de uma Comissão de 5 Juristas internacionais, neste processo obrigatório de conciliação, conseguimos a demarcação da fronteira marítima com a Austrália.

Sendo a primeira vez que esse processo de Conciliação Obrigatória foi posto em prática, sob a Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar, o resultado foi um sucesso e, no passado dia 06 de março, foi já assinado, em Nova Iorque e na Sede das Nações Unidas, um Tratado sobre

a Delimitação da Fronteira Marítima, entre Timor-Leste e a Austrália. Neste processo, pude ter a oportunidade de ser o Negociador Principal, por parte da equipa de Timor-Leste.

Hoje, estamos a encetar esforços para re-começar em breve as negociações com a República da Indonésia, para a delimitação das nossas fronteiras marítimas.

18. Como boa parte das demais formas de expressão e cultura da sociedade timorense, a imprensa do país desde a ocupação indonésia é também marcada por repressão e silenciamento, alguma resistência e coragem e, mais recentemente, regulamentação e gradativa difusão. A comunicação, portanto, nunca chegou a ser um elemento central em Timor-Leste, mas tem parcela de contribuição na luta contra os indonésios, no processo de construção da identidade, na denúncia ao mundo das violações cometidas em Timor-Leste e, após a libertação, na difusão das informações, na criação de um sentimento nacional e na defesa das línguas e costumes do país. O que o mundo ainda precisa saber sobre o Timor-Leste e os timorenses?

R – Bem, eu devo confessar-lhe que fui a muitos países na África, Ásia e Pacífico, independentes décadas antes da nossa resistência armada.

Em alguns, o conflito era ou é ainda devastador, em outros, não existia ou mesmo continua a não existir propriamente o Estado, onde não há democracia e os valores universais são apenas teorias, mesmo irrelevantes.

Em 2010, fomos anfitriões de uma Conferência Internacional que juntou vários países, enfrentando problemas ou dificuldades de desenvolvimento. E porque se percebeu que muitos desses problemas eram comuns a todos, foi criado o grupo que se denominou g7+. O ‘g’ pequeno representa o subdesenvolvimento desses países; ‘7’, porque inicialmente eram apenas 7 países e ‘+’ porque, posteriormente, mais países aderiram, sendo hoje um grupo de 20 nações, frágeis, em conflito ou pós-conflito, da África às Caraíbas e do Médio Oriente ao Pacífico. Afeganistão, Yemen, Sudão do Sul, República Central Africana, Haiti, entre outros. A moto adoptada por todos é: Adeus Conflito, Bemvindo Desenvolvimento!

Temos trabalhado para pôr fim aos conflitos e para a mudança de mentalidades pelo compromisso de corrigir o ‘status quo’ prevalecente, tanto apoiando em processos de reconciliação como na realização de eleições livres e democráticas.

O Secretariado do g7+ está estabelecido em Dili, o Governo português concedeu-nos um espaço em Lisboa, onde temos um HUB que conecta com os vários membros do grupo. A Sierra Leone é a actual detentora da Presidência, que é rotativa e eleita em Reuniões interministeriais do grupo. Todos os anos, os países reúnem-se em NY, na ocasião da Assembleia-Geral da ONU e todos os anos também participamos nas reuniões anuais do FMI e Banco

Mundial para defender os interesses desse grupo, onde expressamos a nossa percepção de que ‘sem paz, não há desenvolvimento’, mas, ‘sem desenvolvimento, não pode haver garantia de paz’. Temos tido ‘problemas’ com as organizações internacionais e os doadores, pela errada aproximação que fazem, porque se recusam a abandonar a prática de ‘one size fits all’, que põe de lado as peculiaridades de cada realidade, as características de cada sociedade, o que faz com que, ao invés de ajudar, arrastavam os conflitos.

Os contactos podem ser feitos através de: g7plus.secretariat@gmail.com – www.g7plus.org e www.facebook.com/g7plus

Um outro aspecto que poucos conhecem de Timor-Leste - a mais importante decisão que o jovem Estado de Timor-Leste fez, foi estabelecer, com ajuda da Noruega, um Fundo Soberano, para onde todo o dinheiro proveniente do petróleo era ali depositado, e só dali retirarmos para as despesas anuais, quando aprovadas pelo Parlamento Nacional. Há 4 anos, éramos o 3º. país no mundo e o 1º. em toda a Ásia a cumprir com os critérios estabelecidos pela EITI (Extractive Industries Transparency Initiative).

Compreendendo a necessidade de desenvolver o país, após 2 anos de debates com a população sobre as potencialidades das diversas regiões, em 2011, o Parlamento Nacional aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento para 20 anos, isto é, até 2030. E estamos neste percurso de desenvolver o país, a partir das infraestruturas básicas, como estradas, pontes, portos e aeroportos, electricidade, telecomunicação e água. As três grandes vertentes do nosso desenvolvimento são: o petróleo, a agricultura e o turismo.

Em termos do processo de construção do Estado, não estamos assim muito mal, comparando com alguns países da região. Somos uma sociedade democrática e os esforços para a consolidação das instituições do Estado continuam a merecer a nossa devida atenção.

Esperamos que, num futuro breve, Timor-Leste venha a ser um local de atracção turística, onde as pessoas possam vir descansar o corpo e o espírito!

Dili, 08 de setembro de 2018.

Xanana Gusmão